

COLEÇÃO ANTÔNIO DE MORAIS SILVA  
*ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA*



ACADEMIA BRASILEIRA  
DE LETRAS



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL







ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

*M. Said Ali*



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

COLEÇÃO ANTÔNIO DE MORAIS SILVA  
*ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA*

 DIFICULDADES DA  
LÍNGUA PORTUGUESA

ESTUDOS E OBSERVAÇÕES

7.<sup>a</sup> Edição

*Rio de Janeiro* 2008

COLEÇÃO ANTÔNIO DE MORAIS SILVA  
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Diretoria de 2008

Presidente: *Cícero Sandroni*

Secretário-Geral: *Ivan Junqueira*

Primeiro-Secretário: *Alberto da Costa e Silva*

Segundo-Secretário: *Nelson Pereira dos Santos*

Tesoureiro: *Evanildo Cavalcante Bechara*

COMISSÃO DE LEXICOGRAFIA DA ABL

*Eduardo Portella*

*Evanildo Bechara*

*Alfredo Bosi*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*Presidente do Brasil*

*Luiz Inácio Lula da Silva*

*Ministro da Cultura*

*Juca Ferreira*

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

*Presidente*

*Muniz Sodré de Araújo Cabral*

*Diretora Executiva*

*Célia Portella*

*Coordenador-Geral de Pesquisa e Editoração*

*Oscar Manoel da Costa Gonçalves*



Revisão: *Vania Maria da Cunha Martins Santos, Denise Teixeira Viana,  
Paulo Teixeira Pinto Filho, João Luiz Lisboa Pacheco, Sandra Pássaro*

Projeto gráfico: *Victor Burton*

Catálogo na fonte:

Biblioteca da Academia Brasileira de Letras

---

A39 Ali, Said.

Dificuldades da língua portuguesa / M. Said Ali. – 7. ed. – Rio de Janeiro: ABL : Biblioteca Nacional, 2008.

260 p. ; 21 cm. (Coleção Antônio de Moraes Silva, v. 7)

ISBN 978-85-7440-110-2

I. Língua portuguesa. I. Academia Brasileira de Letras. II. Biblioteca Nacional (Brasil). III. Título. IV. Série.

CDD 469.5



DIFICULDADES DA  
LÍNGUA PORTUGUESA



## ❧ Prefácio da primeira edição

Como se vê pelo título, não é intuito deste livro oferecer aos leitores o esclarecimento de todas “as” dificuldades da nossa língua. Poucas as questões, mas nem por isso menos interessantes, as de que aqui me ocupo. As conclusões a que cheguei, fruto de pesquisas próprias, tenho-as revelado em livro ou em revistas diversas. Pouco diferindo, em substância, dos artigos de outrora, esses estudos, reunidos agora em volume, receberam o desenvolvimento que a princípio o gênero da publicação não lhes permitia, mas, por outro lado também, tanto quanto possível, a clareza e precisão exigidas em uma edição definitiva.

Questões de ortografia, assunto palpitante nestes últimos tempos, não foram aqui contempladas. Na introdução ao meu *Vocabulário Ortográfico* creio haver dito o bastante. Sem desconhecer a conveniência da simplificação – reforma, a meu ver, exequível, quando feita lentamente – reduzi aí a regras práticas o que o uso atual permite e indiquei algumas modificações desejáveis cuja aceitação se poderia esperar em um futuro mais próximo. Só o problema dos nomes próprios geográficos requeria mais esclarecimento: dedica-se-lhe no presente livro um capítulo.

É claro que eu não poderia contar com resultados positivos sem a coleção intérmina de exemplos que me forneceu a leitura e exame de textos. Tendo, porém, chegado a conclusões que explicam dificuldades e mostram a causa das divergências sobre certas doutrinas, seria enfadonho reproduzir agora o material supérfluo. Pelo muito que suprimi, creio merecer a gratidão do leitor. Depois da casa pronta não se quer ver andaime. Limito-me, pois, a mencionar as passagens estritamente necessárias à confirmação e esclarecimento das proposições formuladas ou que possam pôr em evidência o infundado de certos preconceitos.

Ainda a propósito dessas mesmas passagens, ver-se-á que sigo traça diferente da orientação que julga encontrar no argumento do “magister dixit” a meta do raciocínio. Entendo que se deve ir mais longe: entrar pelo terreno psicológico, averiguar o que poderia ter ditado ao escritor ora este, ora aquele modo de falar. Nem a assinatura do autor de um trecho – ou a do gramático – é o bastante para legitimar a defesa ou condenação de doutrinas controversas, nem as passagens que citamos podem ser encaradas sistematicamente como entidades independentes do contexto.

## ❧ *Prefácio da segunda edição*

**D**o aspecto que apresentava na edição primeira, difere algum tanto a feição deste livro impresso novamente com o mesmo título; mas creio que o leitor saberá estimar as novidades e alterações que na obra se introduziram.

Se foi motivo de reparo a antiga delgadeza do volume, folgar-se-á agora, vendo-o engrossado com substância nova, distribuída em capítulos onde se discutem problemas de linguagem tão interessantes, pelo menos, como os já conhecidos. Melhor pareceu ao autor reunir aqui esses estudos recentes do que deixá-los dispersos e desaproveitados. São mais algumas parcelas com que se poderá contribuir para o conhecimento histórico da língua portuguesa.

Poucas emendas sofreram os capítulos antigos, excetuando o da colocação dos pronomes, o qual, desdobrado agora em duas partes, foi quase todo escrito de novo. Não que eu me propusesse estilizar melhor o que já dissera ou firmar doutrina fundamentalmente diversa: mas tendo colhido, como fruto de continuadas e pacientes pesquisas, dados novos que completavam as observações anteriores, retificando alguns pontos, julguei oportuno e necessário analisar metodicamente

todos os casos particulares, fazendo a aplicação prática da teoria geral que desenvolvi na *Revista Brasileira* de 1895, e em meu livro reproduzi ao dá-lo pela primeira vez à estampa. Esta teoria encontra a explicação natural de certas dificuldades de colocação dos pronomes, contra as quais debalde se inventou a tortura de regras fixas ou a bateria de teorias promíscuas e contraditórias.

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquirindo a persistência ou instabilidade dos fatos linguísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manoel Bernardes, mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora e ora sucessivas, fontes, muitas vezes, de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica.

Ao escrever o capítulo sobre participípios duplos ofereceu-se-me o grato ensejo de mencionar o nome de Epifânio Dias e manifestar-me sobre sua opinião. Agora que possuímos deste autor uma gramática histórica, além do compêndio elementar, quisera eu aqui chamar a atenção para uma série de valiosas conclusões a que ele chegou, relativamente ao emprego de outras formas verbais, e indicar ao mesmo tempo os pontos em que me vejo forçado a dissentir do seu modo de ver. Quando, porém, comeci a leitura da última produção de Epifânio Dias, iam já adiantados os trabalhos de impressão de meu livro, e tive de renunciar ao propósito de modificar a disposição que lhe dera.

Não posso terminar estas observações sem reconhecer o muito que devo ao saber e dedicação de meu amigo e colega J. Capistrano de

Abreu, que me lembrou, tantas vezes, a conveniência de esclarecer, ou tratar melhor, certos pontos obscuros, e me auxiliou, na correção das provas, a salvar de sérios lapsos muitas páginas deste livro.

De qualquer falha ou incorreção que tenha ficado, cabe a mim, e a mais ninguém, a responsabilidade.

M. SAID ALI



# Sumário

Apresentação *Evanildo Bechara* ..... xvii

## DIFICULDADES DA LÍNGUA PORTUGUESA

Fenômenos de entonação .....	3
Colocação dos pronomes pessoais regidos de infinitivo ou gerúndio .....	23
Colocação dos pronomes pessoais regidos de formas verbais finitas .....	37
O infinitivo pessoal .....	61
Verbos sem sujeito .....	87
O pronome “se” .....	101
Todo o Brasil e todo Portugal .....	121
Haver e Ter .....	135
Particípios duplos .....	149
O Futuro .....	163
Nomes próprios geográficos .....	173
O purismo e o progresso da língua portuguesa .....	205



# ∞ Apresentação

## PRIMEIROS ECOS DE F. DE SAUSSURE NA GRAMATICOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA\*

EVANILDO BECHARA

**É** hoje indiscutível a presença de ideias de F. de Saussure no panorama da linguística e não está longe da verdade a afirmação de E. Benveniste<sup>1</sup> de que não há em nossos dias linguista que não lhe deva alguma coisa nem teoria geral que não mencione seu nome.

Embora os modelos teóricos de descrição linguística não tenham o compromisso imediato de aplainar dificuldades no ensino da língua materna ou de estrangeiras, vale a pena, neste momento em que se realiza um congresso em cujos temas está a obra do genial genebrino, rastrear a presença dos ensinamentos de Saussure na elaboração de gramáticas escolares. Neste sentido, conheço dois bons estudiosos

---

\* ∞ Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Língua Galego-Portuguesa. Em homenagem a Ferdinand de Saussure. Vigo, 28 de outubro – I de novembro 1993.

I ∞ *Problèmes de linguistique générale*.

que, mesmo antes de serem retomados definitivamente alguns conceitos do *Cours de linguistique générale* em obras técnicas, orientaram o modelo de sua descrição em livro didático por ensinamentos hauridos em Saussure. Cronologicamente, o primeiro deles foi o linguista e filólogo brasileiro Manuel Said Ali (1861-1953); o segundo, o linguista suíço Albert Sechechaye (1870-1946). Deste último, lembro o *Abrégé de grammaire française*<sup>2</sup> onde, ao estabelecer um “*Tableau systématique des conjugaisons*”, declara, no *Avertissement*, reportando-se à 2.<sup>a</sup> ed. do *Cours*:

En faisant ce travail nous n'avons voulu tenir compte que des rapports morphologiques actuels et faire, non pas de l'histoire ou de l'étymologie, mais de la grammaire strictement “synchronique” selon le mot et la doctrine de F. de Saussure (*Abrégé*, pág. 79).

Said Ali já denuncia um aproveitamento mais cedo e mais profundo da leitura do *Cours*. Publicada a obra de Saussure em 1916, já em 1919, na 2.<sup>a</sup> ed. das *Dificuldades da Língua Portuguesa*, a ela se referia nesses termos:

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquirindo a persistência ou instabilidade dos fatos linguísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manuel Bernardes, mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o momento presente, de onde se

---

2  Zürich, 1926.

vê a razão de certas edições duplas, coexistentes ora, e ora sucessivas, fontes muitas vezes de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica (pág. XVII da 5<sup>a</sup>. ed., 1957).

Das distinções primárias estabelecidas por Saussure (*sincronia e diacronia; língua e fala*), a primeira parece que foi a inicial nas preocupações do mestre e a que oferecia maior possibilidade de operacionalização imediata em livro destinado a descrever o idioma com objetivos pedagógicos, já que, por meio dela, se fugia à metodologia praticada na época, de considerar a língua cavalgando em dois domínios, o dos estados e o das sucessões. Colocando-se o investigador dentro da perspectiva diacrônica, como bem procedera Saussure, “ce n’est plus la langue qu’il aperçoit, mais une série d’événements qui la modifient” (*Cours*, 129).

Parece que o livro da série que mais problemas de caráter metodológico apresentou a Said Ali foi o destinado a estudar historicamente o português. Fazia parte do currículo escolar do secundário um curso de “gramática histórica”, e o nosso autor, diante das considerações expostas no *Cours*, teria de seguir rota diferente, visto que, para Saussure – que tomava o termo *gramática* numa acepção muito precisa, de descrição de um “estado de língua”, e, portanto, sincronicamente – não havia “gramática histórica”, e sim linguística diacrônica.

Partindo dessa lição, Said Ali deu ao seu livro o nome de *Gramática do Português Histórico* (e não *Gramática Histórica do Português*), em que descreve os fatos, levando em conta os diversos estados de língua, desde o início da documentação histórica até os nossos dias. O que pretendeu o autor foi mostrar as mudanças linguísticas ocorridas nas diversas fases por que passou o português. Para tanto, não ficou na divisão clássi-

ca proposta por José Leite de Vasconcelos, segundo a qual duas são as fases históricas do português: a *arcaica* (das origens aos princípios do século XVI) e a *moderna* (daí aos nossos dias). Said Ali, para poder com mais exatidão comparar os estados de língua, distinguiu, no português moderno, as subfases *português quincentista*, *português seiscentista* e *português setecentista*, e acrescentou a fase hodierna com as características criadas ou fixadas a partir do século XIX (algumas remontam ao século XVIII). Para o tratamento de um fato linguístico sob o enfoque da sucessão na obra de Said Ali serve de exemplo o comentário relativo ao emprego do artigo definido junto ao pronome possessivo adjunto:

O possessivo adjunto ocorre em português, anteposto a um nome, ora sob a forma simples e originária (*meu, teu, seu*, etc.), ora reforçado com o artigo (*o meu, o teu, o seu*, etc.). Não podemos precisar a época do aparecimento desta segunda forma. Existia provavelmente muito antes dos primeiros documentos escritos. Certo é que o seu emprego era relativamente restrito e só de Camões para cá se torna, de século para século, cada vez mais notória a frequência de possessivo reforçado. Fernão Lopes poucas vezes se socorria desta forma; em seus escritos ela figura, ao lado dos exemplos de possessivo destituído de artigo, em proporção muito pequena: 5% aproximadamente. Já nos *Lusíadas* sobe a porcentagem a 30%, na linguagem de Vieira a mais de 70% e finalmente na de Herculano a mais de 90% (vol. I2, págs. 97-98).

A consequência da oposição *sincronia x diacronia* não ficou restrita à fuga original da denominação “gramática histórica”, mas foi mais adiante. Se a sincronia é a descrição de um sistema linguístico num dado momento ou fora do tempo, e a diacronia o estudo do desenvolvimento desse sistema através do tempo, de geração a geração, está-se fazendo diacronia tanto ao se compararem dois sistemas durante um grande espa-

ço de tempo (por ex., o sistema latino e o sistema português), dentro do modelo canônico das gramáticas históricas, quanto dois sistemas delimitados por um espaço de tempo certo (por ex., o português antigo e o português moderno, ou o português moderno e o português hodierno). O estudo de linguística diacrônica é tão válido quando levado a cabo, segundo a primeira hipótese, quanto pela segunda hipótese. Said Ali optou por esta segunda maneira de encarar o estudo diacrônico e, pela primeira vez em língua portuguesa, elaborou uma “gramática histórica” sem partir diretamente do latim, preocupado que estava com o plano das sucessões dentro do próprio português. Neste ponto ousou não crer certa a opinião de Matoso Câmara Jr., quando, considerando esta obra de Said Ali dentro da “descrição sincrônica da língua, nos moldes propugnados por Saussure”, assim se expressa:

E em verdade se pode dizer que o seu campo de interesse foi a descrição sincrônica da língua, nos moldes propugnados por Saussure. Assim, a sua *Gramática Histórica* (...) não é o que por esse nome entendiam os seus contemporâneos, os mestres neogramáticos alemães, e o que se entende ainda hoje: um estudo da cadeia de mudanças, a partir do latim vulgar, dos sons vocais, das formas gramaticais e das construções sintáticas. É no fundo uma gramática expositiva, complementada por um cotejo com as antigas fases da língua. Aí se acham apresentadas mais minuciosas as idéias gramaticais que nos oferece nessa admirável síntese didática que é a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*<sup>3</sup>.

---

3  J. Matoso Câmara Jr., “Said Ali e a língua portuguesa” in *Dispensos*, pág. 187. Ainda em outro artigo (“Os estudos de português no Brasil”) repete o mesmo comentário, insistindo, sem muita precisão, em que a *Gramática histórica* “é a compilação de dois trabalhos anteriores” [a *Gram. Hist.*], fora do sentido ortodoxo do termo, faz uma gramática com referência metódica à língua arcaica (*Dispensos*, pág. 205 n° 12.).

Sou de opinião, aliás, em companhia do próprio Said Ali, que seu livro é uma *gramática histórica*, é um estudo de linguística diacrônica dentro do que entendia Saussure por diacronia, estudo da língua dentro da história, no plano das sucessões. Por outro lado, não vejo na *Gramática Secundária* menos minuciosamente tratadas as mesmas ideias gramaticais da *Gramática Histórica*; é, sim, uma exposição do estado de língua a que Said Ali chamou *português hodierno*. É verdade que aí cita autores clássicos representativos do estado de língua anterior ao qual chamou *português moderno*; os fatos gramaticais que documentam, porém, são todos vigentes na língua de seus contemporâneos. Aliás, como ensinava Saussure, “o rio da língua flui sem interrupção; que seu curso seja lento ou de torrente, é de importância secundária” (*Cours*, pág. 193).

Esta novidade, dentro do maior rigor científico, aparecida ao público especializado e aos alunos em 1921, não foi bem entendida e serviu, entre outros pontos, de alvo de crítica de um membro da Academia Brasileira de Letras, integrante da comissão que concedeu, naquele ano, ao autor da *Lexeologia do Português Histórico*, o primeiro prêmio Francisco Alves, instituído para a melhor obra sobre a língua portuguesa. O argumento do crítico a respeito da novidade era esse: *uma gramática histórica sem latim!*

Apesar do peso da autoridade de que já gozava Said Ali no meio do magistério brasileiro e da concessão do prêmio pela Academia Brasileira de Letras, o autor teve de alterar o título, na 2.<sup>a</sup> edição de sua obra, para *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, a fim de atender às exigências dos programas oficiais de ensino. No Prólogo desta 2.<sup>a</sup> edição, ainda procurava defender o ponto de vista anterior que dava à obra o seu tom de originalidade:

Constituíam os dous volumes uma gramática histórica que, sem desprezar a evolução do latim para o português, estudava *particularmente* (o grifo é meu) as alterações do idioma nas diversas fa-

ses do português histórico, isto é, no largo período decorrido desde o tempo que se conhece o português como língua formada e usada em documentos (pág. VI do I.º vol., 2.ª ed., 1931).

A mudança do título e a ressalva exarada na 2.ª ed. da obra de Said Ali não conseguiram que os contemporâneos a deixassem de ver como uma produção estranha, que fugia aos cânones tradicionais das gramáticas históricas escritas para o português ou para outras línguas. Como resultado dessa impressão, vale lembrar que o livro, em vida do autor, não passou dessa 2.ª edição, saída à luz quase dez anos depois da 1.ª, o que significa, em se tratando de livro didático, um desastre editorial. Só mais tarde, a partir da década de 50, sendo mais conhecidas e discutidas as ideias de Saussure, é que a obra conhece maior número de edições, e é posta em evidência toda a novidade que ela inaugurara na década de 20.

Entre outras presenças de Saussure na obra de Said Ali, lembro aqui a relação íntima entre a psicologia de homem pensante e as alterações por que passa a linguagem. Confronte-se o comentário do mestre suíço:

Au fond, tout est psychologique dans la langue, y compris ses manifestations matérielles et mécaniques, comme les changements de sons (*Cours*, pág. 21).

com este de Said Ali:

É a psicologia elemento essencial e indispensável à investigação de pontos obscuros. As mesmas leis fonéticas seriam inexistentes sem os processos da memória e da analogia. Até o esquecimento, a memória negativa, é fator, e dos mais importantes, na evolução e progresso de qualquer idioma (vol. I2, pág. III).

Embora a natureza prática e pedagógica do livro de Said Ali não enfrentasse a oposição *língua e fala*, não passou despercebida a lição saussuriana de que é na fala “que se trouve le germe de tous les changements: chacun d’eux est lancé d’abord para un certain nombre d’invidus avant d’entrer dans l’usage (...) Mais toutes les innovations de la parole n’ont pas le même succès, et tant qu’elles demeurent individuelles, il n’y a pas à en tenir compte, puisque nous étudions la langue; elles ne rentrent dans notre champ d’observation qu’au moment ou la collectivité les a acueillies” (*Cours*, pág. 138).

Eis como Said Ali se expressa a respeito:

Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança (vol. 12, pág. IV).

Além da *Gramática do Português Histórico*, Said Ali escreveu, para a série didática, uma *Gramática Secundária*, essa recebida com mais entusiasmo pelo círculo dos professores e que chegou a ter algumas edições em vida do autor.

Como disse Saussure, a gramática “étudie la langue en tant que système de moyen d’expression; qui dit grammatical dit synchronique et significatif” (*Cours*, 185). Said Ali conseguiu, talvez pela primeira vez em língua portuguesa, elaborar uma gramática quase exclusivamente dentro de um enfoque sincrônico, e este mérito não

passou despercebido a um linguista do nível de Matoso Câmara Jr., que acerca desse livro afirmou tratar-se, como já vimos, de uma “admirável síntese didática” (*Dispersos*, pág. 187) ou noutro ensaio sobre João Ribeiro:

É, não obstante, inconcusso que no campo estrito da gramática também fez muito o nosso João Ribeiro, embora sem aquela sistematização nítida e formulação estruturada que fazem da *Gramática Secundária*, de Said Ali, o livro até hoje insuperado em seu gênero para a língua portuguesa (*Dispersos*, pág. 175).

Também relativamente à nomenclatura se podem rastrear algumas influências, ainda que leves, da leitura de *Cours*; assim é que Said Ali não agasalhou o termo *morfologia*, preferindo trabalhar com a denominação *lexeologia*. É bem verdade que nessa opção o autor brasileiro passou ao largo das razões apontadas por Saussure para desprezar *morfologia*, que, para este, “linguisticamente, não tem objeto real e autônomo, não podendo constituir-se numa disciplina distinta da sintaxe” (*Cours*, pág. 186).

Mais profundas devem ter sido as razões colhidas em Saussure (*Cours*, págs. 215 e ss.) sobre o conceito e a aplicação de *alternância* para que Said Ali pudesse fazer a seguinte opção terminológica:

Em pontos de nomenclatura evitei em geral o recurso de inovações desnecessárias. Preferi a denominação mais vaga de alternância vocálica a metafonia e a apofonia por me parecer que estes termos, segundo os encontros definidos, não exprimem com rigor a natureza da alteração fonética (*Gram. Hist.*, I2, III-IV).

Nas pegadas de Saussure, compreendeu Said Ali que os fenômenos rotulados por *metafonia* e *apofonia* encobriam oposições de fun-

ções gramaticais de pessoa, gênero, número, tempo, etc., e que as alterações fonéticas não eram “ni la cause unique ni la cause principale de l’alternance” (*Cours*, pág. 206). Tais alternâncias resultavam antes do que hoje chamamos morfemas suprasegmentais.

Pelo que vimos até aqui, podemos concluir que a gramaticografia de língua portuguesa, através da obra de Said Ali, tenha sido das primeiras, se não a primeira, a beneficiar-se das importantes reflexões teóricas de F. de Saussure e de suas consequências no estudo e descrição das línguas.

 DIFICULDADES DA  
LÍNGUA PORTUGUESA



## ❧ *Fenômenos de entonação*

Quando pela primeira vez se publicou, em suas linhas gerais, o presente estudo, era outro o seu título. Refundido e desenvolvido hoje, conservaria ainda o mesmo nome se o termo acentuação infelizmente não sugerisse entre nós alguma cousa como emprego de notações léxicas. Convinha, além disto, chamar desde logo a atenção para uma parte muito interessante da fonética, e assim pareceu melhor substituir o nome por outro mais expressivo; o que não quer dizer que a denominação primitiva, segundo a define a moderna fonética, ficaria menos adequada ao que nas páginas seguintes será exposto.

Base das observações próprias, com relação ao português, foram obras científicas importantes, cujos resultados ou não são devidamente conhecidos entre nós, ou se ignoram ainda. Mencionarei, entre outras, a obra de Sievers, que foi introdução ao estudo da moderna fonologia das línguas indo-europeias; o capítulo sobre a acentuação da gramática comparada de Brugmann; os trabalhos magistrais de Sweet, de Storm, de Passy, de Victor Henry.

Em tudo o que se segue, tenho em vista sempre a linguagem natural, aquela que habitualmente empregamos, quando transmitimos os

nossos pensamentos. O falar apaixonado, como o afetado, a acentuação retórica, como a poética, são feições particulares cuja análise não caberia nos limites deste capítulo.

Que se deve entender por acentuação? O termo sugere-nos várias cousas, e é necessário fixar bem o sentido em que o tomamos. Vulgarmente, chamam-se acentos certos sinais que colocamos sobre vogais para fins diversos. Indicam, antes de tudo, a maior intensidade de voz, a sílaba pronunciada com mais força, e neste caso bastaria uma notação única. Servem, porém, igualmente para indicar se a vogal em questão é aberta ou fechada, e a diferença se mostra por outros tantos sinais. Em vez de dois acentos, existem três, mas o seu emprego está sujeito a convenções ortográficas que variam de língua para língua. Em português escrevemos com acento agudo *lá, já*, em francês emprega-se o acento grave *là, déjà; ê, é* representam em nossa língua, respectivamente, vogal fechada e vogal aberta; em francês é exatamente o contrário, possuindo esta língua ainda *é* para o segundo caso. O inglês, o alemão e muitos outros idiomas têm as mesmas letras *e, o*, correspondendo ora, a vogais abertas, ora a fechadas e, entretanto, dispensam o uso de qualquer sinal para diferenciá-las.

É impossível, pois, ao fonetista atender a essas convenções para estabelecer princípios gerais; ele é obrigado a desprezar o papel acessório dos sinais. Se o alfabeto comum é insuficiente para indicar certos matizes de sons, inventa símbolos novos, a cada um dos quais atribui um valor particular. O carrego sobre a letra vocálica, o qual também é substituível por outro sinal posto ao lado da mesma letra, ou da respectiva sílaba, serve única e exclusivamente para marcar a sílaba, ou a vogal que se deve destacar dentre as vizinhas pela pronúncia. Acusticamente, este destaque pode ser produzido quer pela maior intensidade, quer pela elevação de voz, e observa-se tal predominância na vogal de uma sílaba isolada, numa das sílabas que constituem o vocábulo, e, finalmente, num dos vocábulos cuja reunião constitui a frase. Daí a di-

visão em acento silábico, vocabular e oracional. É neste sentido puramente fonético (e não gráfico) que empregaremos os termos acento, acentuação, entonação, tom e tonicidade, sem nos preocuparmos com vogais abertas ou fechadas.

Em toda sílaba isolada, como muito bem observa Brugmann, em todo grupo de sons emitidos por um só impulso expiratório independente, há sempre um elemento que se destaca do resto pela entonação; por exemplo, *a* na palavra *mal*, *u* em *cruz*. É este elemento a soante, nome dado em oposição a consoante<sup>1</sup>, e é aí que se acha o acento silábico.

O vocábulo polissilábico possui tantos acentos desta natureza quantas as sílabas de que se compõe; mas é fácil de ver que, dentre todas, uma se destaca pela pronúncia. É a sílaba tônica. As restantes sílabas, conquanto fiquem em plano secundário, não se proferem necessariamente com uma só intensidade de voz; exigem graus diferentes. Nas palavras *dignamente*, *arbitrado*, além da entonação principal em *men*, *tra*, ouve-se um acento secundário em *di* e *ar* pronunciado com mais força que o da segunda e da última sílaba. E ainda entre estas há certa diferença, e a impressão geral é que as sílabas secundárias são alternativamente fracas e semifortes. Em palavras longas, como *constitucionalíssimo*, *misericioso*, um ouvido delicado perceberá ainda melhor a gradação. Para as necessidades práticas basta em geral dizer qual a sílaba com o acento dominante; para o fonetista, porém, a acentuação de uma palavra (acentuação vocabular), segundo a definição de Sievers, consiste na caracterização relativa de todas as suas sílabas.

Mas o vocábulo não se costuma empregar isolado; entra como parte componente de uma oração, a qual tanto nas suas relações fonéticas como nas sintáticas constitui uma unidade, um todo. Nesse todo, na oração, há por sua vez palavras pronunciadas umas com mais força, outras com menos, umas com voz mais alta, outras com voz mais bai-

---

I  Sievers, Grundzüge, p. 40.

xa. Na frase *o homem é mortal*, os vocábulos *homem* e *mortal* soam mais fortemente que as palavras *o* e *é*; a acentuação do predicado é mais forte que a do sujeito e, das duas palavras fracas, o artigo é mais fraco do que o verbo *é*. Logo, a acentuação oracional é a característica relativa de todas as palavras que constituem a oração.

Determinar em um vocábulo a diferença relativa de acentuação das suas sílabas, assim como discriminar todos os diversos matizes de intensidade, ou de altura de voz, nas palavras que formam uma oração, é trabalho complicado cujo desenvolvimento não cabe nestas páginas. Contentemo-nos com distinguir três graus. Nas palavras de nossa língua, onde a acentuação é devida à maior ou menor força da corrente expiratória, consideramos apenas *o acento principal*, *o secundário* e *ausência de acento*. Na acentuação oracional como na vocabular, distinguiremos estes mesmos três graus, e às palavras correspondentes chamaremos *fortes*, *semifortes* e *fracas* ou *átonas*. Estas últimas serão *enclíticas* e *proclíticas*, conforme se encostem ao vocábulo antecedente ou ao seguinte.



A acentuação, dissemos, é produzida ora pela força, pela intensidade, ora pela elevação da voz. São duas cousas distintas, mas que muitas pessoas confundem. A altura do som depende unicamente do número de vibrações dentro de um segundo, ao passo que a intensidade é uma questão de amplitude de vibrações.

Um tiro de canhão, por exemplo, produz, em virtude da grande amplitude das ondas sonoras, um som muito mais forte, mais *intenso* que qualquer nota emitida por um flautim, porém os sons deste instrumento, podendo contar para cima de 4.000 vibrações por segundo, são com certeza muito mais *altos* do que o tiro de peça.

Na linguagem, a análise acústica descobre um e outro fenômeno, e os fonetistas hoje dividem a acentuação em *dinâmica* (expirató-

ria ou enfática) e *musical* (cromática ou tônica). Segundo Brugmann, nenhuma das línguas indo-germânicas teve ou tem exclusivamente a acentuação dinâmica e nenhuma exclusivamente a acentuação musical. Mas um dos dois processos aparece sempre à nossa observação como dominante e típico para a história dos sons. O acento essencialmente dinâmico aparece, segundo o mesmo filólogo, no armênio antigo, nos antigos dialetos itálicos, no céltico, no germânico e no lituânio; o acento essencialmente musical no sânscrito e no grego antigo.

No português, como no francês, nas línguas românicas em geral, no alemão, no inglês, o acento é essencialmente dinâmico e não musical, como alguns supõem. Este último ocorre apenas em casos muito especiais, como: a interrogação, a exclamação, a linguagem emocional, etc. Segundo Paul Passy<sup>2</sup>, na maioria das línguas literárias modernas a acentuação dos vocábulos é dinâmica, empregando-se a musical para modificar o sentido geral das frases. A palavra *oui*, por exemplo, pronunciada com sete entonações diferentes, tem os seguintes sentidos: 1.º *C'est mon avis*; 2.º *J'affirme cela*; 3.º *Est-ce vrai?*; 4.º *Pas possible!*; 5.º *C'est possible, mais j'en doute*; 6.º *C'est bien clair*; 7.º *Sans doute, au premier abord, mais...* Confronte-se em português o *sim* afirmativo, interrogativo, admirativo, exclamativo etc.

Dialetos há onde se pode observar a acentuação musical; costumamos dizer que os respectivos povos falam cantando. Esse modo de entoar é característico no chinês, no anamita, no siamês, onde cada monossílabo pode significar cousas muito diversas conforme o acento. O dialeto dos mandarins com seus quatro ou cinco modos de acentuar é ilustrativo dessa variedade. Storm representa a pronúncia do monossílabo *ma* do seguinte modo:

---

2  Paul Passy, *Études sur les changements phonétiques et leurs caractères généraux*. Paris, 1890.



Na Europa são notáveis os dialetos escandinavos; em noruego, por exemplo, a palavra *bönner*, entoada de um modo, significa “camponezes”, dando-se-lhe outra entonação, quer dizer “feijões”; *vesten* significa, conforme o acento musical, ora “o oeste”, ora “o colete”.

Os modernos fonetistas costumam distinguir três formas principais de acento musical. Enquanto se pronuncia a soante ou a sílaba, pode a voz permanecer no mesmo nível, ou elevar-se do nível, ou abaixar-se, de sorte que temos o acento *plano* —, o *ascendente* / e o *descendente* \. Existem também combinações destas formas fundamentais, como sejam o *ascendente-descendente* e o *descendente-ascendente*, que constituem o circunflexo musical. Em uma destas duas formas tem a sua explicação o perispômeno grego. Em certos dialetos notam-se numa mesma sílaba dois tons bem distintos, que se podem apreciar pelos intervalos musicais. Se chamarmos tom fundamental ao tom mais baixo que a sílaba pode ter em uma língua, teremos no dialeto de Farøe um circunflexo formado pela terça mais tom fundamental; no dialeto de Dalby um composto da terça reduzida mais quinta; na linguagem de Fryksdal contam-se nada menos de três: um constituído pela quinta mais tom fundamental, outro pelo tom fundamental mais terça, e o último finalmente pela quarta aumentada mais quinta.

Em português, não poderíamos estudar esses curiosíssimos fenômenos de dupla tonalidade numa mesma sílaba nem mesmo estabelecer regras para a modulação simples, salvo o fato da elevação da voz no fim da frase interrogativa e o da maior elevação ainda na frase admirativa. O acento musical não é, como naqueles dialetos, inerente à palavra. A nossa acentuação caracteriza-se, como já dissemos, pela

força, pela intensidade da corrente expiratória, ficando reservado à acentuação musical o papel de modificar o sentido geral da frase.

Cingindo-nos ao estudo da acentuação dinâmica na proposição portuguesa, encontraremos um campo de pesquisas, a cujo desconhecimento se devem alguns erros cometidos na interpretação de interessantes curiosidades da linguagem.

Onde se acha a palavra com acentuação mais forte, no princípio, no meio ou no fim da oração? Parecerá ociosa a pergunta, sabendo-se que a intensidade da pronúncia há de ser proporcional à importância da ideia, e assim em qualquer língua a palavra mais fortemente acentuada deveria achar-se indiferentemente neste ou naquele lugar da oração. Todavia os idiomas têm as suas preferências; nuns a exatidão do princípio salta logo aos olhos pela extrema mobilidade do acento oracional; noutros o acento tende a fixar-se em certo ponto. Exemplifiquemos. A proposição alemã *er hat das Buch* (ele tem o livro) admite a acentuação principal em cada um dos quatro vocábulos, fazendo-se por esse modo sobressair à vontade a principal ideia que se queira comunicar. Já em português, como nos outros idiomas românicos, não podemos proceder identicamente com os exemplos *ele tem o livro*, *il a le livre* etc.; aí custa-nos deixar de pronunciar com mais força a última palavra.

É notória esta propensão para acentuar mais os últimos vocábulos, não só em orações (*eu quero*, *João quer*), mas ainda em outros casos (*casa grande*, *homem velho*). Nas frases formadas por substantivo e adjetivo cujo sentido varia conforme a posição relativa das duas palavras, colocamos sempre em último lugar a ideia principal, isto é, o vocábulo mais acentuado. Comparemos *homem pobre* e *pobre homem*, *pessoa certa* e *certa pessoa*, *notícia certa* e *certa notícia*. Do mesmo modo distinguimos *eu lbe digo* de *digo-lbe eu*; num caso, a ideia principal é *digo* (acentuação principal), no outro é *eu* (salientamos o sujeito pela acentuação).

Do confronto entre a nossa língua e o alemão, resulta que a ordem das palavras um tanto fixa em alemão é compensada pela grande mo-

bilidade do acento principal; em nossa língua, pelo contrário, a relativa fixidez do principal acento oracional contrabalança-se, até certo ponto, pela maior liberdade na colocação das palavras.

Dos exemplos citados, não se conclua que uma frase portuguesa seja incapaz de ter mais de um vocábulo de igual acentuação forte. Basta lembrar que podem existir duas ou mais ideias igualmente pre-eminentes, como em *homem pobre e feliz; eu digo e provo*. Dada a ordem direta das palavras e fazendo-se abstração dos casos de ênfase, observam-se, entre outras, ainda as combinações seguintes: 1.º os auxiliares de tempo e de modo têm o acento secundário, os verbos principais o acento principal (*tens dito, quero ir, hei de ir*); 2.º o verbo *ser* tem acento secundário, o predicado o acento principal (*é rico, foi pobre*); 3.º o complemento tem o principal, ao passo que o verbo tem o secundário (*tem dinheiro, vai amanhã*).

Estas combinações e outras análogas constituem grupos fonéticos que se pronunciam geralmente como se os vocábulos estivessem ligados; e uma oração um tanto longa é formada de vários destes grupos, separados uns dos outros por ligeira pausa, como nestes casos:

*eu espero | que tu venhas | sem falta | a nossa casa |  
 não sei | se devo ir.  
 dai-nos | o pão nosso | de cada dia.*

Excetuando o grupo *dai-nos*, o tom faz-se sentir mais forte na palavra final de cada grupo. O possessivo, de acentuação secundária em *a nossa casa*, assume outra entonação em *o pão nosso* pelo simples artifício de colocá-lo após o substantivo.

Sem pretender esgotar o assunto, menciono como vocábulos átonos: a) essencialmente *proclíticos*: o artigo, as preposições *a, de, em, com, por, sem, sob, para* e outras; as conjunções *que, se, como, e, ou, mas* etc.; b) *enclíticos*: as formas pronominais *me, te, lhe, o, se* etc. Estes últimos não

admitem preposição; para tal caso possuímos formas acentuadas: *mim, ti, si, ele* etc.

A negação *não* pode ser pronunciada de dois modos, conforme o caso, v. g., em: *Vens hoje? Não; não posso* (confronte-se o francês *non* e *ne*).

Costuma estar no fim do grupo fonético ou da frase a palavra de acentuação mais forte. Nem sempre se segue à risca este costume; em parte, porque a nossa liberdade de transpor vocábulos tem limites; em parte, porque a própria deslocação pode determinar a ênfase em outro sentido. A deslocação é anomalia, e a anomalia aguça a atenção do ouvinte. Um termo fora de seu lugar habitual torna-se por isso um recurso da ênfase, da linguagem emocional. O objeto, acusativo ou dativo, no começo da frase indica que lhe queremos dar relevo. É enfático; tem acentuação forte.

O efeito da ênfase em nome ou pronome no início da oração muitas vezes não se consegue apreciar em virtude da natural tendência de acentuarmos com mais força o verbo. Mas a língua portuguesa possui meios de pôr em destaque a palavra em questão. Comparemos *eu disse* com *fui eu que disse*; *eu vou* com *eu é que vou*. É patente aí o efeito da lei de contraste que se observa em várias línguas e muitas vezes se aplica na metrificacão. Em contiguidade com palavra ou locuçãõ fraca, átona, dá-nos a impressãõ de forte, acentuado, enfático, o vocábulo originariamente semifortete<sup>3</sup>. As duas combinações do verbo *ser* com a palavra *que*, igualmente corretas, salientam o sujeito, o complemento, o advérbio, o predicativo, colocados no começo da oraçãõ. Na linguagem literária, assim como na familiar, recorre-se com freqüência a qualquer desses processos:

... *Oh, dize-lhe, dize-lhe que não fui eu que o assassinei* (Herc., Eur.) — *Senhor, Senhor, foste tu que deste a ler á minha alma a ultima pagina do livro eterno* (Herc.,

---

3 ☞ Também quando concorrem dois monossílabos átonos, um deles tende a tornar-se semiforte; geralmente o mais afastado de uma sílaba tônica.

ib.) – *Foi então que o celebre Ruderico se apossou da coroa* (Herc., ib.) – *Já que não me é dado buscar-te, serás tu que virás lançar-te nos braços de teu amigo* (Herc., ib.) – *Ha-os por certo abi; eu é que não sei conbecel-os* (Herc., *Lendas e Narr.*) – *Nós os homens costumamos dizer que as mulheres são curiosas: nós é que o somos* (Herc., ib.) – *Abi é que bate o impossível* (Herc., ib.) – *É ali que tu me darás o preço do meu corpo* (Herc., ib.) – *Fôra elle que descobrira a perfidia* (E. de Queiroz, *Crime do P. Amaro*) – *Era por isso que o conde ia cingido de corda* (Herc., *Lendas e Narr.*) – *Mas eu é que não quero na minha familia asnos* (Rebello da Silva, *Contos e Lendas*).

Ver-se-á em embaraços quem se proponha elucidar cabalmente pela sintaxe os elementos subsidiários de realce que aí se empregam. A expressão pospositiva *é que*, sempre invariável, sempre indiferente ao número do substantivo e impassível, quer ao número, quer à pessoa do pronome a quem realça, furta-se inquestionavelmente ao escapelo do analista. Resistência menos tenaz parece ser a do caso da interposição, entre *ser* e *que*, de uma palavra que exerça função de sujeito: a forma do verbo *ser* regula-se pela do verbo que indica a predicação real<sup>4</sup>. Acredita-se, então, haver concordância com o nome ou pronome interposto. Quando, porém, em lugar de um nome, esteja um advérbio, fica o verbo *ser* no singular, regulando-se o tempo pelo do verbo seguinte. Compare-se *foi então que se apossou* com *foi ele que se apossou*.

Esta impossibilidade de generalizar e, por outro lado, a manifesta argúcia de pretender, por amor dos moldes da sintaxe, e desamor do senso comum, descobrir dois pensamentos em algum dos três termos desta igualdade lógica *eu é que disse = fui eu que disse = eu disse*, obriga-nos a repelir aqui a débil craveira a que não raro nos é impossível aferir dificuldades<sup>5</sup>. Há fenômenos de linguagem que estão fora do domínio

4  Pode, entretanto, o verbo *ser* manter-se no presente se o outro verbo se achar no futuro.

5  Comparem-se ainda estes exemplos de Antonio Vieira: *Não fui eu o que me embarquei, não fui eu o que desobedecei, vós sois o que me mandais e me aparecesteis*, e inúmeros outros referidos às págs. 73 e 74 do meu livro *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*.

da gramática, já o disse Sweet. As expressões *fui ... que* e *é que* comparam-se ao sombreado na pintura: dão relevo à pronúncia do vocábulo a que se juntam. Afora esta função de realce, sua presença é supérflua. Inanalisáveis como orações, figuram entre as anomalias sintáticas.

Caso análogo se dá com o processo creado pela linguagem popular para dar relevo ao pronome interrogativo *que* correspondente ao latino *quid*. Na escrita, este interrogativo absoluto identifica-se com o interrogativo conjunto, com a conjunção. Na pronúncia, difere algum tanto: (= *quid*) é vocábulo semiforte, embora muitas vezes haja tendência de pronunciar-lo como átono. Pela lei de contraste de que acima falamos, pág. II, a contiguidade de um proclítico dá a este pronome a acentuação forte. Efetivamente, pronunciamos: *para quê fazes isto?* *vais trabalhar para quê?* *com quê se escreve?* (Compare a pronúncia da conjunção *para que* [faça isto] e do relativo na frase: [a pena] *com que* [se escreve]).

Quando não venha regido de preposição, reforça-se a pronúncia do interrogativo com um outro proclítico: a simples palavra *o*. No fim da frase, como sabemos, deve estar no acento oracional dominante. Por isso também empregamos *o quê*, em lugar do interrogativo singelo, no fim das orações. Dizemos: *vais escrever o quê?* *Via-se descer, romper, saltar... o quê?* (Herc., Lendas e Narr., II, 29); *foi aqui o quê?* (Garrett, Viagens, I, 72); *mas... — elas o quê?* (Garrett, ib., I, 133); *Senão o quê?* (Garret, ib., I, 122); *Deveis o quê?* (Garrett, Cam. 68). *Dizem o quê?* *Devo... o quê?* *Dizes o quê?* *Fazer o quê?* são exemplos de A. F. de Castilho<sup>6</sup>.

Pronuncie o leitor estes exemplos um por um, como se estivesse a palavra interrogativa *que* sem o proclítico e verá a grande falta que ele faz.

Obrigatória no fim da oração, a forma *o que* substitui à vontade o simples *que* no princípio ou no meio da frase, desde que o escritor queira pôr em relevo o interrogativo. É isto o que explica as seguintes passagens:

---

6 ∞ Apud Heráclito Graça, *Fatos da Linguagem*.

*O que é que eu vejo?! Estes gritos, que são!?* (Cast. Metam., I54); *eu, nynpha, eu, menos forte, o que podia?* (Cast., ib., 264); *o que foi isto?* (Cast., Fausto, I77); *logo, se não é drama, o que é?* (Cast. Cam., prol.); *agora por isto, o que será feito de frei Timotheo?!... O que será feito delle?* (Herc., Lendas e Narr., II, I35); *o que hade ser della e de nós?* (Garrett, Fr. L. de Sousa, 4I) *e a voz da terra, o que é?* (Herc., Harpa do Crente); *o que é o direito da propriedade? o que é o livro?* (Herc., Opusc., II, 64-65).

O *que* soa naturalmente como uma palavra só, mas dá-se o seguinte: no fim da frase dizemos sempre *ukê*, ao passo que no começo a linguagem hodierna, mormente a de Portugal, prefere, muitas vezes, deslocar o acento, pronunciando *úke* ou, mesmo, *uk: uk se diz* (= *o que se diz?*). Nesta combinação íntima, o interrogativo originário como que se volatiliza.

A forma reforçada do pronome interrogativo usa-se entre portugueses e brasileiros, não só na linguagem familiar, mas ainda na literária. Os exemplos há pouco citados, escolhidos dentre autores insuspeitos, dão apenas leve ideia das inúmeras vezes que ele ocorre na moderna literatura.

Remontando a outros períodos da língua, notamos, entretanto, que essa prodigalidade vai diminuindo pouco a pouco até faltarem, por fim, os vestígios de *o que* em interrogações diretas. Não temos de ir buscar muito longe a explicação. O pronome *que*, significando *que coisa*, teria entonação forte antigamente; não carecia de esteio algum. Mas não se conservou sempre assim; a sua tonalidade enfraqueceu-se em parte, e a perda teve de ser compensada pela anteposição de um elemento reforçativo, de uma palavra átona, ao lado da qual se destacasse a sua pronúncia, quando assim o exigia a ênfase e a clareza. Não é, aliás, o caso único de acentuação enfraquecida: basta cotejar a partícula *mas* com o antigo *mais*, basta lembrar que do latim para o românico vários fatos do mesmo gênero se deram.

Originou-se a forma em questão nas interrogações indiretas, de onde fora alijado o interrogativo simples *que* por influência de outras

orações secundárias, nas quais o *que* equivalia a *aquilo que*. Não sei *que tens* (= *que coisa tens*), *dize que comes* (= *que coisa comes*) era a linguagem primitiva<sup>7</sup>; mas o pronome mal acentuado confundia-se com a conjunção; o sentido era dúbio.

Passou-se a empregar na acepção de *que coisa* a mesma expressão que indicava *a coisa que*, como em *vende o que tens, mastiga o que comes*. Tal é a origem da forma interrogativa *o que*, que mais tarde passou a ser usada nas perguntas diretas ao lado da forma *que*.

Por uma associação de ideias, boa ou má, a linguagem produz muitos desses fenômenos que desafiam os métodos analíticos da sintaxe. Negar o direito de existência a um fato atual por não se achar em “clássico” escritor antigo, não é explicar; é confessar incompetência. Vamos examinar o caso miudamente.

A Heráclito Graça devemos uma boa coleção de exemplos, de grande valor para o estudo da forma *o que*. É a contestação cabal a duas proposições irrefletidamente escritas por Cândido de Figueiredo<sup>8</sup>:

“Os escritores de boa nota escrevem sempre assim: — *Que* entenderão elles? — *Que* fizeste de tarde! *Que* comeste ao jantar? etc.”

“O contestante... não é capaz de descobrir ao menos um dos nossos mestres que haja escripto: *O que* fazes tu? Em vez de *Que* fazes tu? Não descobre, esteja certo disso...”

Entre uma e outra proposição, medeou algum espaço; Cândido de Figueiredo teve, durante ele, um momento de lucidez:

7 ∞ Não é só em português que nas interrogações indiretas se usava *que* em vez de *o que*. Confronte-se o provençal: — *Escotatz, mas no sai que's es*, Appel, Provenz. Chrestom., 77, e o antigo francês *Jesus cum vidra los Judeus, zo lor demandez que querent*. Koschwitz, Les plus anciens monuments de la langue française, I6.

8 ∞ Heráclito Graça, Fatos da Linguagem, 1904, pág. 367-383; Cândido de Figueiredo, Problemas da Linguagem, 1905, pág. 144-147.

O *que* fará o governo? – Mas *o que* importa...?

– ... O *que* será de nós?

Isto lê-se até em escriptores de primeira agua, lê-se e não se acredita.”

E, retombando logo na sua obcecação, termina:

“Porque, realmente nenhum daquelles periodos está escripto em portuguez...”

Se as afirmações categóricas devem assentar em sólidos fundamentos, C. de Figueiredo esqueceu-se de no-los mostrar. Não satisfaz a receita que oferece para um caso diferente, não basta a sua palavra de honra.

Ao repto de não ser o contestante capaz de descobrir ao menos um dos nossos mestres que haja escrito – *o que* fazes tu?, responde Heráclito Graça com uns 8 a 10 exemplos de Herculano, uns 30 de Castilho (o “mestre dos mestres”, na frase de R. Barbosa, e 40 ou mais de Garrett<sup>9</sup>.)

São três autores “sãos e escorreitos”, na opinião do próprio C. de Figueiredo; e como na linguagem dos livros não podemos esperar interrogações a cada passo, parece que tais algarismos são altamente significativos.

Assim, era de esperar que se penitenciasse um pouco esse articulista, embora condenando a Heráclito Graça em tudo o mais. Ao lado daquelas citações achavam-se outras, de fato, talvez suscetíveis de discussão. Além de Heráclito e Castilho, vinham mencionados Rebelo da Silva, Camilo, Latino Coelho e escritores menos conspícuos. Como isto de mestres e autores de primeira água varia conforme o sa-

---

9  Mais abundantes são os exemplos de Herculano, colhidos por E. Carneiro Ribeiro. São em número de 25. A expressão *o que é que* ocorre ao lado do simples *o que* em Castilho, Latino Coelho, Herculano e Garrett.

bor de cada crítico e a disposição do momento, bem podiam ser deitados à margem alguns centenares de exemplos; contanto que não se desprezassem os de procedência reconhecidamente boa, os de escritores cuja autoridade ainda estava por contestar.

Não entende assim C. de Figueiredo. Condena sem examinar e, provando-se-lhe ter sido prematura a sentença, não a anula nem a modifica. Humilha às vezes o mudar de parecer. C. de Figueiredo opõe armas a todos os argumentos: mofa e zombaria aos superabundantes; aos decisivos, silêncio sepulcral.

E mais alguma cousa. O artigo de H. Graça poderia calar no espírito dos leitores atentos. C. de Figueiredo, para varrer tal impressão, desembaraçadamente decreta:

“a língua não pode ter uma syntaxe no seculo XIX e outra no seculo XVI: o que era erro ha tres seculos, era erro fatalmente no seculo XIX, e erro será enquanto houver lingua portugueza.”

De maneira que daqui a cem, duzentos, quinhentos ou mil anos, a syntaxe, se a língua ainda existir, manter-se-á pertinaz como certas opiniões: sempre a mesma, perenemente inabalada?

E como convencer o linguista habituado ao imprevisito e a ver novidades em períodos tão longos? Naturalmente com a palavra de honra de quem tal estagnação profetisa.

De maneira que a syntaxe portuguesa, diversamente da de outras línguas, convertida em esfinge no século XVI, imóvel e hirta, nunca mais pôde criar um único fato novo, não sofreu, de então para cá, nem a mais leve mudança de um só fenômeno, nem a perda mais insinificante?

E C. de Figueiredo afirma isto sem pestanejar? Podia-se escrever um capítulo sobre alterações sintáticas; mas como o fato que ele pretende negar é o caso especial da alteração possível de formas e o emprego de

novos modos de dizer ao lado de formas preexistentes, lembrarei, da linguagem quinhentista, a forma *mouro* (lat. *morior*), que hoje ninguém preferirá a *morro*; o particípio passado variável junto ao verbo *ter*, que acabou por ser suplantado pela forma invariável; verbos que se usavam com certas preposições ou mesmo sem preposição alguma, e que hoje têm regência diferente; particípios regulares substituídos depois pelos irregulares e vice-versa.

Não é só em português que tais alterações se produzem; as de sintaxe, como de qualquer outro gênero, são inerentes ao próprio fenômeno da linguagem. Leia-se o que Bréal, no seu excelente livro *Sémantique*, escreve sobre as aquisições novas e sobre as formas superabundantes produzidas pelo mecanismo gramatical.

Calculando o efeito da sua afirmação dogmática, e para mais robustecê-lo, C. de Figueiredo desvia a atenção do leitor para alguns argumentos opostos, de segunda ordem e que, a serem únicos, comprometeriam a doutrina que ele desconhece ou simula desconhecer. E à série de considerações parece vir azado este remate:

“Joeirada a lista dos doze apóstolos das exceções, ficam-nos dois ou tres, escorreitos e sãos, perante os quais nos curvamos todos... quando não errem acaso.”

As reticências ditou-as porventura um brado íntimo e, para aquietar a mente, acrescentou-se a cláusula final. Mais adiante alude-se, vagamente e de corrida, ainda uma vez, ao fato perturbador. São naturalmente “deslizes” que ocorrem “uma vez ou outra” (e que se tem o cuidado de não transcrever) as dezenas e dezenas de bons exemplos de Castilho e Herculano, cerca de meio cento de passagens de Garrett, ou talvez o dobro, se acrescentarmos os que H. Graça deixou de mencionar, e os inúmeros casos de *o que* interrogativo, na maioria em princípio de frase, encontráveis em Rebelo da Silva, Camilo e outros<sup>10</sup>.

Muito vale o recurso banal do “deslize” do doutrinante em apuros. Só este é quem para dizer heresias não cochila nunca. Vamos a ver como se aprende a separar o bom do ruim. C. de Figueiredo, quando joeira, procede deste modo: esconde o trigo bem escondido e mete o joio na ciranda. Ele fala de certa lista de apóstolos, põe em evidência os nomes dos piores e espraia-se em considerações sobre a linguagem de um deles, que é, ao que parece, o Judas Iscariotes da companhia. Garrett, Herculano e Castilho não são dados a pecar, pois que:

“... quanto a esses dois ou tres, o Sr. Graça equivocou-se evidentemente na interpretação dos textos que cita. Se não, vejamos...”

E o que se vai ver é C. de Figueiredo, e não H. Graça, evidentemente equivocado. Em primeiro lugar, para ser legítima a locução *o que*, diz ele (Figueiredo), é preciso que se ache “numa proposição de natureza complementar, objectiva ou integrante; se não estiver subordinada a uma acção, clara ou oculta, é uma incorrecção que toma as proporções de erro gramactical.”

Será uma opinião como outra qualquer; mas o que não há meio de perceber é que sejam exemplos frisantes a favor dessa mesma opinião, como pretende C. de Figueiredo, estas passagens: *Queres o quê? Dizes o quê?* – e tenham, entretanto, outra sintaxe, devendo, pois, ser capituladas de erros ou deslizes, as mesmas frases com os termos invertidos: *O que queres? O que dizes?* É preciso notar que estou citando textualmente uns e outros exemplos.

---

10 ∞ “Eu podia apresentar o dobro, o triplo ou mais: os exemplos não são *raríssimos* ou a *descuido*; são muitos e muitos, autorizados e evidentemente intencionais.” H. Graça, *Fatos da Linguagem*, 378.

Qualquer menino de escola apontará sem custo o disparate e saberá analisar melhor essas orações. Em nenhum dos quatro casos há mais de uma proposição simples: sujeito *tu*, verbo *queres* ou (respectivamente) *dizes*, objeto direto *o que* (= *que cousa*). Se C. de Figueiredo prefere inventar uma oração complementar oculta para os dois primeiros exemplos, há de por força admitir, sob pena de incoerente, a mesma oração oculta para os dois últimos. E sendo assim, toda oração interrogativa que comece pela locução *o que* acha-se de acordo com a sua doutrina e é, portanto, perfeitamente correta. *Quod erat demonstrandum*.

Será necessário acrescentar que a mesma ilusão, o mesmíssimo equívoco se denuncia quanto a *todos* os poucos exemplos cautelosamente escolhidos por C. de Figueiredo dentre os muitos encontrados por H. Graça nos apóstolos “sãos e escorreitos”?

Ao nome de Cândido de Figueiredo pode associar-se o do autor da Réplica<sup>II</sup> pelo sangue-frio e presteza com que corrige o que está correto e pelo cuidado e solicitude com que evita o desdizer-se quando um exame ulterior lhe tenha tornado palpável o engano. Como no caso do parceiro, é ainda aqui a boa da elipse que há de estender o seu manto de misericórdia sobre a nudez do erro.

Para o emprego de *o que* interrogativo no português moderno, diz a Réplica que prevalece este critério:

“De ordinario... o *o que* responde a uma construção elliptica, na qual o artigo faz de complemento directo a um verbo anteriormente empregado em oração affirmativa e subentendido na interrogativa.”

Aí está uma doutrina que morre ao nascer: o artigo não pode fazer de complemento nunca. Em segundo lugar, dado que com a palavra *o*

---

II  Rui Barbosa, Réplica às defesas do projeto, etc., 1904. pág. 196-197, e pág. 203 do § 26.

se possa fazer outro jogo, não se percebe muito bem o mecanismo do critério na sua aplicação prática. Entre outros exemplos comprovativos de Herculano, cita o autor da Réplica o seguinte:

“Juras?, perguntou de novo Beatriz.

Juro. Mas *o que* juro eu?”

Pela regra, o que se acharia subentendido por estar mencionado anteriormente, é o verbo *jurar*. Mas não há maneira de encaixar mais uma vez este verbo na interrogação. Logo, o critério falha; e tanto assim, que R. Barbosa, adiantando-se à perspicácia do leitor, explica a dificuldade por este modo:

“Correspondendo a ” “Juro. Mas sei *o que* juro eu?

*Sei eu o que* juro?” *Dir-me-ás o que* juro eu?”

Ora, se podemos no nosso íntimo pedir socorro aos verbos *saber*, *dizer*, que não figuram no discurso, os mesmos santos nos hão de valer em outros apertos também; e tanto é correto *o que juro eu?* de um Herculano como o é *o que queres tu?* *o que é isto?* do escritor mais descuidado. Subentenda-se sempre e teremos [*Dir-me-ás*] *o que queres tu?* [*Sabes*] *o que é isto?* E assim caminharemos sem parar.

É isto exatamente o que confirma R. Barbosa quando completa a sua explicação “é, elípticamente, a mesma redacção não elliptica noutras frases” com um punhado de interrogações iniciadas pelo verbo *saber* claro.

Em resumo, a doutrina Figueiredo-Barbosa deve entender-se assim: O erro não está na maneira de exprimir, mas tão-somente no modo de analisar. A interrogação – *o que tens?* – está certa, quando interpretada como oração dependente de uma principal oculta; está errada, se a considerarmos a própria oração principal.

E para apoiar semelhante tese, cuja descoberta, aliás, não requeria grande sagacidade, o autor dos “Problemas” ignora ou despreza os fenômenos da linguagem, e o da “Réplica” cita em demasia cousas alheias ao caso<sup>12</sup>. Sem compreender que os pronomes têm sua evolução especial em cada língua, sem reparar que nos idiomas teutônicos a conjunção *que* e o interrogativo, ao contrário do português, diversificam radicalmente, R. Barbosa em suas digressões nos ensina, como se raros o soubessem, que naqueles dois idiomas o interrogativo se traduz por *what* e *was*, citando, muito fora de propósito, dois autores: Shakespeare para o inglês e o dicionário Sachs-Villatte para o alemão.

---

12  Grande parte do § 26 da Réplica é destinada a mostrar que o interrogativo *que* é linguagem portuguesa. Como se alguém, alguma vez, tivesse tido dúvidas sobre isso. Importava, entretanto, explicar o aparecimento da forma dupla *o que* sem recorrer a evasivas.

## ∞ Colocação dos pronomes pessoais regidos de infinitivo ou gerúndio

**D**uas séries de formas ocorrem nas línguas românicas para os pronomes pessoais complementos: *tônicas* e *átonas*. Diversificam umas das outras não só na pronúncia, mas ainda na colocação, obedecendo, neste particular, a regras especiais para cada língua.

Formas tônicas em português são: *mim* (antigo *mi*), *ti*, *si*, *ele*, *ela*, *nós*, *vós*, *eles*, *elas* e as combinações *comigo*, *contigo*, *consigo*, *conosco*, *convosco*. Como átonas figuram *me*, *te*, *se*, *lhe*, *o*, *a*, *nos*, *vos*, *lhes*, *os*, *as*. A primeira série usa-se hoje sempre com preposição; a segunda são regimens que se acostam diretamente ao verbo.

O português<sup>13</sup>, ao contrário do castelhano e do italiano, tem como regra não principiar o discurso pelo pronome átono. Dizemos: *Praz-me saber*, *Contou-lhe que...* ao passo que entre os espanhóis são correntes frases como *Le mandó que viniese*, *Me gusta*, e entre os italianos *Mi dispiace*, *Mi fa vedere*.

---

13 ∞ Neste, como no seguinte capítulo, detenho-me algum tanto em analisar a colocação dos pronomes, segundo tem sido praticada em Portugal; mas creio que, fazendo-a compreender devidamente, melhor se entenderá a razão da diversidade do falar brasileiro, de que me ocupo na parte final deste estudo.

O nosso pronome átono é, de fato, pospositivo: ou ele se encosta ao verbo, ou a outro vocábulo anterior. Vê-se isto muito bem, no antigo português: *muitos* que se *com elle foram* (Fernão Lopes); *da guisa* que vos *eu digo* (ib.) e ainda entre quinhentistas: se me *Deus não decepar as mãos* (João de Barros); *exhortação* que lhe *o mesmo Tristão Vaz fez* (ib.); *nomes com quem se o nescio povo engana* (Camões).

Posposto ao verbo, o pronome átono ocupa o lugar que na construção usual compete aos complementos, singularizando-se apenas por vir foneticamente unido ao verbo e a ele subordinado. Consideraremos, portanto, esta como a colocação normal. Antecipando-se, porém, ao termo regente, por solicitação de outro vocábulo, a que se submete e liga, haverá o que eu chamarei uma deslocação, uma atração puramente fonética.

O português arcaico permitia colocar-se o pronome (vejam-se os exemplos há pouco citados) logo após o vocábulo deslocante; mas resultava daí aparecer às vezes o pronome régimen recuado em demasia, interpondo-se entre ele e o verbo o sujeito da oração ou uma série um tanto longa de outros termos.

Cedo se manifestou, todavia, a tendência de corrigir esta singular maneira de afastar o régimen do verbo. A partir do século XVI torna-se muito acentuada e já no século XVII aparece finalmente estabelecido e aceito o *modus vivendi*. O pronome solicitado por certos vocábulos, não podendo vir depois do verbo, não ficará tampouco muito aquém dele. O seu lugar passa a ser, na linguagem literária, imediatamente antes do verbo. De então para cá não se tolera mais a interposição de outro vocábulo. Apenas às orações negativas se permite o uso da velha regalia: *que se não pede* a par de *que não se pede*; *se o não dá* ao lado de *se não o dá*. A linguagem popular de Portugal conservou, todavia, até o presente muitos vestígios da construção antiga.

Antes de expor as condições em virtude das quais o pronome se desloca, cumpre entendermo-nos sobre o sentido em que se há de to-

mar a palavra “atração”. Trata-se de uma metáfora, porque em todo o vocabulário da língua não existe uma única palavra dotada de força imanente que determine a aproximação de outras palavras.

Mas o termo, traçoeiramente sugestivo, tem dado lugar a deploráveis erros, a discussões sem-fim, e a curiosos excessos de gramática. Entre estes excessos se conta a regra que durante algum tempo figurou em compêndios relativamente à atração dos pronomes pessoais *eu, tu, elle* etc., portanto tônicos, sobre os pronomes pessoais objetivos átonos. Seria irresistível como a do ferro imantado sobre o não-imantado. Desfiz a crença (em 1895), demonstrando com inúmeros exemplos que os escritores portugueses, ainda os mais vernáculos, desconheciam a suposta lei. Ulteriormente, examinando também a linguagem pré-clássica, notei serem mui frequentes os exemplos em que se insistia em pospor os pronomes átonos ao verbo, ficando-me a impressão de que naquele período da linguagem dominaria antes a tendência de afastar o pronome átono do pronome sujeito.

Em português hodierno usam-se as duas construções e podem até vir, sem o menor inconveniente, bem perto uma da outra: *Ha entre nós um abysmo: tu o abriste, eu precipitei-me nelle* (Herc., Eur.).

Tomou-se ainda muito ao pé da letra o sentido do vocábulo “atração” quando se afirmou que os advérbios e locuções adverbiais também deslocavam os pronomes. Da tese geral foi preciso descer a casos particulares e enumerá-los, e assim ficou logo provado que não é na categoria gramatical que a atração consiste.

Da lista de advérbios, um tanto longa a princípio, a calma e o bom senso eliminaram pouco a pouco um número considerável, por verificar-se que a colocação se fazia num sentido às vezes, noutras, porém, no sentido oposto, conforme circunstâncias especiais de pronúncia que estavam por estudar.

Feita a depuração, restam, todavia, alguns advérbios, os quais parecem determinar sempre a deslocação pronominal. Avultam, entre eles,

as negativas *não, nunca, jamais*, quando se acham antes de verbo a que modifiquem diretamente.

Mas a ação da negativa não está fora de contenda senão com o verbo na forma finita ou no gerúndio. Desde que ele venha no infinitivo (sem flexão), a negativa sob qualquer forma (advérbios *não, nunca, jamais*, preposição *sem*, conjunção *nem*) é obstáculo muito fraco ao emprego do pronome depois do verbo. Veja o leitor a seguinte série de exemplos extraídos de autores insuspeitos e repare que ninguém menos do que o insigne Manuel Bernardes parece até apologista do uso do pronome pós-verbal:

*Guerras do coneço que, sem sabel-as, sei que são de grande preço* (Cam., Lus., 2, 109); *tiveram longamente na cidade, sem vender-se, a fazenda os dois feitos* (Cam., ib., 9, 1); *e logo... o esfolou vivo desde os pés até a cabeça sem deixar-lhe nem os cabellos della* (Bern. N. Flor., 5, 271); *Sem o temer nem assustar-se* (Bern., ib., 5, 271); *sem saber-se como* (Bern., ib., I, 398); *sem obrigar-a a romper tão obstinado silencio* (Bern., ib., I, 405); *reconbecer e detestar a causa do seu mal, não obstinar-se nelle... tudo foram actos de fina humildade* (Bern., ib., I, 373); *sem render-se e sem folgar* (Bern., ib., I, 197); *amar o Amor he a mayor de todas as ditas, como não amal-o a mayor de todas as misérias* (Bern., ib., I, 201); *por não apartar-se de sua cunhada* (Bern., ib., I, 107); *o mesmo he passar que não enchel-o* (Bern., ib., I, 277); *não someter-se a obrigações* (Bern., ib., I, 303); *sem vestir-se de armas* (Bern., ib., 153); *sem mover-se nem mostrar covardia* (Bern. L. e C. 15); *O sentil-os he do homem, o não consentil-os he do Christão* (Bern., ib., 27); *O glorioso são Bernardes aponta os seguintes [requisitos]... não arrimar-se à propria prudencia... nem fiar-se de sensibilidade* (Bern., ib., 168); *tomara mais explicada esta praxe, que de entendel-a bem pende não exercital-a mal* (Bern., ib., 180); *Chegão a esta santa união quasi sem sentil-o, ou conhecel-o* (Bern., ib., 185); *o não ofendel-o* (Bern., ib., 205); *por não ofendel-o em cousa alguma* (Bern., ib., 250); *Para ver o objecto deleytavel e não arrastar-me sua affeyção é necessário haver resistido a esta afeição* (Bern., ib., 259); *Pelo menos o beneficio de orar a Deos por elles, nunca poderão, se tu quizeres, nem sa-*

bel-o nem evital-o (Bern., ib., 266); *Entrar nesta materia... he metter-me no mar alto, em que muytos historiadores... navegáráo sem nunca achar-lhe termo* (Bern., ib., 330); *e qual he a mayor segurança para não cabir?* Não assegurar-se (Bern., ib., 516); sem cançar-se nem esquecer-se (Bern., ib., 449); *viver já sem te ver, sem repetir-te que só, sem ti, querida, me é todo o mundo um exilio* (Cast., Out., I43); *respondia-lhe sem fital-o* (C. C. Branco, Estr. Fun., II0); *ouvi, sem irritar-me, reprehensões em que ultrapassastes a liberdade que vos dá o vosso ministerio* (Herc., M. de C., I, 27).

Casos diversos de infinitivo precedido de preposição, e, tendo o pronome régimen deslocado, deram origem a crer-se também na atração preposicional. Isso não pode ter pretensões a mais do que a uma regra prática e, ainda assim, como adiante se verá, pondo-lhe boas restrições. A influência natural e intrínseca, por mínima que fosse, uma vez reunida a outras causas do mesmo gênero, deveria necessariamente mostrar-se bem intensa. Mas já a palavra *sem*, que é preposição e ao mesmo tempo incorpora a noção negativa, não confirma o pressuposto.

Acumulando-se antes do verbo dois, três ou mais vocábulos dotados da mesma aptidão, o efeito sobre o pronome átono deveria ser o de um eletroímã poderosíssimo. E, contudo, ainda aqui falha a expectativa:

*E por mais segurar-se os deuses vão* (Cam., Lus., 5, 58); *e então [Jesus] revelará para nunca mais encobril-a, a face interior de sua Divindade a todos os que o amarão* (Bern., L. e C., 467); *entrar nesta materia com o discurso, he meter-me no mar alto, em que muytos historiadores... navegáráo sem nunca achar-lhe termo* (Bern., ib., 330); *dizey-me quanto perdemos em não amar-vos* (Bern., ib., 341); *sem primeiro acender-se a luz do Divino auxilio* (Bern., ib., 507); *quero ver-vos para mais amar-vos eternamente* (Bern., ib., 515); *dos entes como tu saber-se o nome... é para logo conhecer-lhe as manhas* (Cast., Fausto, 94); *juro nunca mais arriscar-me a semelbante apuro* (Cast., ib., 217); *e por não deixal-o ao mundo, da janella o atira* (Cast., ib., 221).

Se o problema do deslocamento não se explica com a hipótese de uma força interna, inerente aos vocábulos, também a respectiva categoria gramatical, a sua função lógica ou sintática não bastam para o resolver.

Regras fundadas em semelhante critério, quando sirvam para o pronome dependente de certas formas verbais, não aproveitam desde que ele venha unido a outras. Afirmar-se-á, por exemplo, que as conjunções *se, quando* e, até certo ponto, *que* e *ou*, pedem o pronome antes do verbo; mas isso tem seus limites em se tratando de gerúndio e infinitivo.

Pela análise circunstanciada a que vamos proceder, veremos que o deslocamento do pronome régimen é devido a uma atração essencialmente, puramente fonética; constante em certos casos, menos regular em outros, e variável e precária se variável for o elemento fonético que a determina, ou não resistir ele à ação de algum fator em sentido contrário. Por toda a parte observaremos que a preposição e encosto do pronome átono a outro vocábulo valorizará a pronúncia deste. Se for a palavra átona por natureza, adquirirá mais vulto à custa do pronome; se for termo de tonalidade cheia, tornar-se-á mais notório que na pronúncia usual e o processo servirá nas frases em que a algum vocábulo se queira dar maior destaque. Condição imprescindível para que o pronome possa encostar-se a um termo anterior ao verbo é constituir a frase um todo foneticamente unido, que não permita pausa entre o vocábulo a valorizar e o verbo, salvo aquela que naturalmente é determinada pela intromissão de expressões mais ou menos longas.

Ocupar-nos-emos por ora só com as formas simples do verbo, principiando pelas infinitas: o infinitivo e, a completar, o gerúndio. Quanto ao particípio do perfeito, sabemos que, isolado, não se liga em português a pronomes regimens. Interessar-nos-á mais tarde no estudo das formas compostas.

Palavras átonas em condições de chamarem a si o pronome átono, tirando-o do seu lugar próprio de régimen do infinitivo, são as prepo-

sições e a negativa *não*. O artigo, ainda que átono, fica totalmente privado dessa aptidão, porque o infinitivo substantivado conserva invariavelmente o pronome posposto. Esta consideração é de suma importância, devendo-se talvez ao duplo caráter de nome e verbo, de que é dotado o infinitivo, o poder ele reter muitas vezes os pronomes átonos demandados por vocábulos anteriores.

A influência das preposições *de, em, para, com, até, sem, sobre* e locuções prepositivas (*antes de, depois de, em vez de, além de, etc.*) não se pode apreciar devidamente sem primeiro distinguir entre infinitivo flexionado e infinitivo sem flexão. No primeiro caso, observa-se regularmente, constantemente, a deslocação do pronome átono, menos por beneficiar a pronúncia da partícula do que por evitar a desagradável formação de grupos expiratórios esdrúxulos.

Com o infinitivo impessoal, só um destes dois fatores subsiste, mas lutam contra ele outros de natureza igualmente fonética, donde resulta usar-se o pronome átono ora antes, ora depois do verbo, e neste ponto a primeira impressão que se recebe da leitura atenta dos clássicos é a de uma verdadeira orgia de colocação. Camões, nos *Lusíadas*, emprega o pronome pós-verbal mais vezes que o anteverbal com o infinitivo regido das mesmas partículas. Bernardes nos fornece a cada passo exemplos de colocação pós-verbal. Só em *Luz e Calor* apurei 99 casos ou cerca de 27% numa totalidade de 369. Vieira, pelo contrário, utiliza-se da colocação normal com singular parcimônia. Por outra parte, nas várias obras de Herculano, Castilho, Camilo Castelo Branco e demais escritores de eras menos afastadas, ocorrem profusa e promiscuamente os dois modos de construir.

E, contudo, neste aparente desconcerto há um acordo tácito, instintivo, em atenção à necessidade de expressão clara; e no direito de optar pelo pronome anteposto ou posposto ao infinitivo, têm os escritores um recurso estilístico de primeira ordem. Vejamos isto por miúdo.

Na hipótese do deslocamento, uma vez que a preposição se reforça à custa do pronome, a pronúncia deste necessariamente ainda mais se enfraquece<sup>14</sup>, o pronome régimen tende a ser absorvido, sobretudo tratando-se das formas *o*, *a*. Ora, como em certas ocasiões se quer chamar a atenção justamente para o régimen, não é com agregá-lo e submetê-lo à partícula que tal efeito se poderá esperar. Se há realmente essa intenção, restabelece-se, em bom estilo, a colocação normal:

*Não te contentes* com despil-os (Bern., L. e C., 99); com *ver-se assim* (ib., 118); *não contente* com banhar-se (ib., 549); sobre *fazer-se meu escravo* (Bern. N. Flor., I, 198); *respondia-lhe* sem fital-o (C. C. Branco, Estr. Fun. 110); *lembrei-me* de buscar-vos (Herc., M. de C., I, 56); *viver já sem te ver*, sem repetir-te *que só, sem ti, querida, me é todo o mundo um exílio* (Cast., Out., 134); *foste maldição perpetua enredada na teia da minha vida. Preciso de te derribar*, de esmagar-te, *para ao menos ter uma hora de paz antes de topar com o sepulcro* (Herc., M. de C., 2, 320); *que havia de fazer* para aquietal-a? (Herc., ib., I, 92).

Repare-se no particular intuito que ditou *sem repetir-te* e *de esmagar-te* logo em seguida a infinitivos com deslocação pronominal.

Reciprocamente, quando se quer passar o pronome régimen para plano secundário e dar vulto a outro complemento adiante do infinitivo, a um advérbio ou ainda ao sujeito mencionado por último, agrega-se o pronome átono à preposição: *Sentia indignações* de *lhe ir* à mão (Herc., M. de C., 2,76); *tendes razão* de *me odiar* mortalmente (Herc., ib., 2,304); *esquecendo* de *vos restituir* a chave (Herc., ib., 2, 46); para os *guiar* à morte (Cam., Lus., I, 94); para se *desfazer* uma alta *sera* (Cam., ib., 3, 51).

---

14  Dizer que um vocábulo átono perde algo de sua tonalidade parece um contrassenso. É preciso, porém, não esquecer que “átono” em fonética tem um sentido relativo. Palavras ou sílabas absolutamente destituídas de tom, fonemas de mutismo completo, são coisas inconcebíveis.

Esta prática observa-se principalmente quando o termo final é conciso, e a noção por ele expressa bem clara e definida. Muitas vezes temos de levar em conta, na estrutura da oração, a harmonia e o ritmo. Comparem-se com os exemplos precedentes estas passagens de *Herculano*: *Nunca a sua mão benéfica deixou de estender-se para o lugar onde a afecção se assentava* (Eur., 15); *não tardou em espalhar-se na povoação e nos lugares circumvizinhos que Eurico era o autor...* (ib., 17).

Repetindo-se o pronome régimen pleonasticamente sob a forma tônica, regido da preposição *a*, prescinde em geral de novo realce por meio da colocação. Esta regra, porém, sofre restrições nas antíteses, e bem assim quando ao complemento pronominal se associa um complemento nominal: *crer na possibilidade de lhe succeder a elle* (Herc., M. de C., 2, 51); *tratava de a matar a ella* (C. C. Branco, Estr. Fun., 142); *para unir-se a si comosco, e a nós consigo* (Bern., L. e C., 555); *para livral-o a elle e a terra da patria* (Herc., M. de C., 1, 14).

Quando, numa série de infinitivos impessoais com pronomes átonos, a preposição regente vem expressa só com o primeiro verbo, ela se limita a atrair o pronome régimen deste<sup>15</sup>. Muitas vezes nem isso faz; o pronome pode ir posposto ao verbo por influência regressiva dos demais infinitivos.

Exemplos do primeiro caso: *Para de novo se revirar, desbarretar-se e curvar-se* (Herc., M. de C., 1, 191); *para te pôr um pé sobre os peitos e calcar-te e cuspir-te nas faces* (Herc., ib., 2, 60); *para a atirar à vela do regato e segui-la com a vista* (Herc., ib., 2, 141).

Exemplos do segundo caso: *Apto pera mandal-os e regel-os* (Cam., Lus., 4, 24); *não pera defendel-o nem guardal-o* (Cam., ib., 7, 6) *arrepiam-se as carnes e o cabelo a mi e a todos só de ouvil-o e vel-o* (Cam., ib., 5,

---

15 ∞ Subentendida a preposição, o próprio infinitivo flexionado terá o pronome posposto: *Dous pagens em pé, cada um com sua tocha apagada na mão, parecia... esperarem que ele quisesse retirar-se, para as accenderem de novo e procederem-no, conforme a etiqueta daqueles tempos* (Herc., M. de C., 2, 13).

40); *seria a transição para vel-a e amal-a* (C. C. Branco, Estr. Fun., 171); *com o intento de reprehender-lhe as impaciências e confortal-a com palavras esperançasas* (C. C. Branco, ib., 185).

Harmoniza-se também a primeira construção com a seguinte, quando, sem empregar a partícula, se emprega o mesmo infinitivo (claro ou subentendido) para um novo complemento: *Expediente unico de salvar-me e salval-a de maiores dores* (C. C. Branco, Estr. Fun., 13); para livral-o a *elle e a terra da patria do estranho dominio* (Herc., M. de C. I, 14).

Se dois infinitivos, cada qual com sua preposição clara, se usam em frases diferentes, denotando contraposição de ideias, contraste de pensamentos, virão os pronomes regimens igualmente após os verbos: *Pera servir-vos, braços às armas feito*; *pera cantar-vos, mente às musas dada* (Cam., Lus., 10, 155); *si não és pera dar-lhe honroso estado, é elle pera dar-te um reino rico* (Cam., ib., 10, 25); *mais porei eu em contal-o que elles em furtar-me tudo* (G. Vicente, 3, 239); *desejo saber... não pera usal-o, mas pera sabel-o* (G. Vicente, 1, 131); *não tanto para prendel-a como para subtrahil-a à mãe* (C. C. Branco, Estr. Fun., 33).

Estas regras mostram que sempre há mais ordem do que se supunha na aparente balbúrdia pronominal. Outras ainda comportará o infinitivo sem flexão, regido de uma das aludidas partículas; será, porém, mais custoso descobrir para elas fórmulas claras e corretas. Vagamente falando, não se erra dizendo que é questão de ouvido. Escapam, de fato, à sintaxe, escapam à gramática tradicional, mas não se engana na aplicação prática quem tem o sentimento da linguagem.

Sirvam de exemplo estas duas passagens de *Luz e Calor*, pág 408, em que o autor emprega, com intuito diferente, o mesmo verbo com o pronome pós-verbal e anteverbal: *Custaram-me muyto, e muyto he necessario para condenar-se hũa alma... Que a esta conta da misericórdia Divina ser infinita e de ser necessario muyto para se condenar hũa alma, não devem descuidar-se os peccadores de arrependen-se.*

Que o ouvido tem de ser consultado, prova-o melhor ainda o caso do infinitivo com flexão pessoal. Basta a sílaba átona da desinência para que ao português clássico repugne o acréscimo do pronome, isto é, de outra sílaba átona. Aqui todas as regras supramencionadas relativas ao infinitivo, tendo expressa uma das preposições *em, de, para, sem, até, com, sobre*, e exigindo ou tolerando o pronome pós-verbal, perdem a sua validade. O pronome aqui recua sistematicamente para antes do verbo. Dizem os clássicos: *para servir-vos* ou *para vos servir*; *de mandal-o* ou *de o mandar*; *em ligar-se* ou *em se ligar*. Mas por toda a parte os vemos construir de um só modo: *para vos servirmos*; *de o mandarem*; *em se ligarem*.

Deixam de pospor o pronome ao infinitivo flexionado para evitar a formação de grupos expiratórios esdrúxulos, que, como se sabe, con- dizem menos com a índole da língua do que os grupos graves e agud- dos. À mesma causa se deve o preferirmos todos *para no-lo oferecer*, *de vo-lo mostrar* a *para oferecer-no-lo*, *de mostrar-vo-lo*. Arquitetam-se, desde que assim se pode, os grupos expiratórios pelo comum dos vocábulos. Sabemos muito bem que, pondo de parte certas terminações especiais, as palavras esdrúxulas constituem sensível minoria em português<sup>16</sup>.

Motivos de ordem fonética crearam uma situação excepcional para o pronome, quando o infinitivo vem regido de *a* ou *por*. Em antigo português, e ainda entre quinhentistas e seiscentistas, *por* na regência do infinitivo atuava sobre o pronome átono como outra qualquer pre- posição, com a diferença que, unido às formas acusativas de 3<sup>a</sup>. pessoa, dava lugar às contrações *polo, pola, polos, polas*, ou *pele, pela, pelos, pelas* (gra- fadas em antigo português com *ll*: *pollo, pello* etc.). Era a homonímia da contração de *per, por* com o artigo definido.

Com o tempo, porém, reagiu-se contra esta homonímia, e a reação por fim triunfou, parte porque o sentido às vezes era um tanto obscu-

---

16 ∞ Desprovido, porém, o infinitivo da partícula, não lhe resta outro recurso se- não admitir o pronome átono após si. Veja-se a nota à pág. 31.

ro, parte por tornar-se a construção pesada. É regra no português atual: o infinitivo (impessoal ou pessoal) regido de *por* conserva pospostas as formas acusativas *o, a, os, as*: *forcejei por irritá-lo* (e não: *forcejei pelo irritar*); *fugiram por verem-na perdida* ou ainda em Camilo: *Umaz vezes por apertal-a de mais*; *outras por atordoal-a com os balanços*<sup>17</sup>.

Para que se possam antepor estas formas ao infinitivo é indispensável que uma expressão qualquer as separe da partícula: *por não o magoar, por mais os afligirem*.

No caso dos pronomes *me, te, se, lhe, nos, vos*, claro é que não há motivo para se deixarem de aplicar as regras já estudadas sobre a influência das preposições em geral.

Mais interessante é a situação dos pronomes em face da preposição *a*. Da influência desta se libertaram todas as formas pronominais átonas, mantendo-se sistematicamente após o infinitivo, quer este seja impessoal, quer pessoal. Já nos séculos XVI e XVII são notórios os casos em que *a*, ainda antes do infinitivo flexionado, deixa de deslocar os pronomes átonos. Mais tarde, a necessidade da clareza de expressão acabou por anular a “força atrativa” da partícula. Em frases como *disposto a abandonar*, asfixiava-se o pronome; em *propenso a enganar* (ou *ao enganar*) tornava-se dúbio o sentido, identificando-se o pronome com o artigo, e o infinitivo com o verbo substantivado.

A colocação pós-verbal, que se impunha, em se tratando das formas pronominais *o, a*, alastrou-se às demais formas. Era demasia; mas os fatos linguísticos muitas vezes desobedecem à lógica matemática e se apresentam imprevistos e, até, disparatados como é natural nas manifestações do espírito humano coletivo.

---

17  Por afetação ou pedantismo cometem, contudo, alguns, em nossos dias, de vez em quando, belezas como isto: “O Jornal traz as notícias do combate; estou doido *pelas ler*”; “esforcei-me *pelo vencer*” (i. e., por vencer a ele); “*pelo verem morto*, abandonaram o campo”, etc.

Nos escritores modernos (excetuando algum arcaizante), a anteposição pronominal com a partícula *a* é esporádica. Herculano não escreve senão *a falar-lhe, a persuadi-lo, a apagar-se*, etc.

Com o advérbio de negação modificando diretamente o infinitivo, os pronomes átonos portam-se do mesmo modo que com as preposições *em, de, para*. Se o infinitivo tem desinência pessoal, usa-se o pronome anteposto. Se lhe falta a flexão, o pronome tanto se coloca antes como depois do verbo. Exemplos desta última hipótese já apontamos à pág. 43.

Se o pronome átono, usado como complemento de infinitivo, deu matéria para tantas páginas deste capítulo, pouquíssimas linhas bastarão para explicar os fatos relativos à colocação, desde que se nos apresentem frases, tendo por forma infinita um gerúndio simples, independente de outro verbo.

Reduz-se tudo a isto: Vem o pronome átono sempre depois do gerúndio, salvo se este é preposicional (só pode servir a prep. *em*), ou negativo, ou se acha modificado diretamente por algum advérbio de modo. Nestes casos excepcionais a anteposição é de rigor: *em se falando; não o encontrando em casa, retirou-se; assim o querendo o céu...* [i. e., se assim o céu o quiser]. Como se vê, o grupo expiratório não admite pausa.

Claro é que não se há de confundir o advérbio que modifica o gerúndio com as negativas e advérbios referidos a outros verbos. Nestoutra hipótese, os termos *não, nem, senão, nunca* etc., ainda que se lhes siga logo o gerúndio com o seu régimen, serão impotentes para deslocar o pronome: *não se conquista a amizade do inimigo senão* [i. e., se não se conquista] *tratando-o como amigo; senboreia o povo, dando-lhe boas leis, e não* [i. e. e não o senhoreia] *destruindo-o*.

Conjunções coordenativas, de cuja ação sobre o pronome, servindo de objeto a uma forma verbal finita, sempre há alguma cousa que dizer — segundo se mostrará em seu lugar — nenhum influxo exercem sobre o régimen das formas infinitas. Nem fica excetuada a partícula *ou*, a

qual, a possuir força tão grande, como alguns lhe atribuem, viria aqui operar maravilhas, subvertendo o que está fixado em purísimos dizeres lusitanos: *E ou bebel-a ou vertel-a* (G. Vict., 2, 438); *ou querer-nos segurar... ou vir-nos inclinando* (Vieira, C., I, 54); *e o modo... he não lbo dando, ou privando-os delle* (Vieira, Serm., 2, 455); *ou occupando-os, ou repartindo-os* (Vieira, ib. I, 117).

## ❧ Colocação dos pronomes pessoais regidos de formas verbais finitas

**T**endo na memória os princípios gerais expostos e explicados no capítulo precedente, imagine o leitor agora frases em que o verbo se apresente sob a forma de tempo simples do indicativo ou conjuntivo. Que vocábulos determinarão aqui a deslocação do pronome átono?

A hipótese da preposição regente fica evidentemente excluída; mas outra palavra de igual valor fonético poderá anteceder ao verbo. *Que*, pronome relativo; *que*, conjunção subordinativa, assim como a conjunção *se*, são vocábulos nem mais nem menos átonos do que *em*, *de*; às locuções preposicionais *antes de*, *depois de*, etc., correspondem foneticamente as locuções conjuncionais *ainda que*, *posto que*, *antes que*, etc., formadas com o auxílio de *que*, e, finalmente, como paralelos das partículas dissilábicas *para*, *até*, antes do infinitivo, assinalaremos antes da forma verbal finita as palavras *onde*, *como*, *quando*.

Todas estas exceções fazem o mesmo que faz a preposição para valorizar a sua escassa tonicidade. Deslocam o pronome átono do verbo e unem-no a si. Falta, contudo, aqui a possibilidade do substantivamento; desaparece, portanto, uma força importante, que continua-

mente atua em sentido contrário. Outra diferença é que, concorrendo vários verbos, a deslocação não se limita ao primeiro deles; estende-se também aos seguintes, quando se lhes subentenda a mesma palavra subordinativa.

De um modo geral pode-se dizer que o pronome relativo e a conjunção subordinativa determinam a deslocação do pronome pessoal átono; mas não se devem desprezar os casos particulares em que na linguagem lusitana, quer literária, quer popular, a regra deixa de ser aplicada. Daqui a pouco me ocuparei deles.

Deveríamos também contar com o pronome anteverbal nas orações coordenadas, pelo menos quando introduzidas por *e* ou *mas*, que são vocábulos incontestavelmente átonos. Esta construção ocorre sem dúvida, com frequência notória, no falar arcaico e ainda entre quinhentistas e seiscentistas. Porém já no português antigo se dizia também: *E Amaro partio-se e foi-se pera sua companhia; e Amaro ergueo a mão e benzeu-os*<sup>18</sup>. Adquiriu vulto o uso destoutro processo, e acabou por tornar-se a construção regular da linguagem hoje corrente.

Que interferência veio aqui impedir que *e* e *mas* reforçassem a sua pronúncia com a mesma facilidade com que o fazem *se* e *que*? Deve ser a tendência de manter o paralelismo de construção entre orações da mesmíssima natureza. Questão de lógica oracional. Conforme se colocava o pronome na oração fundamental, assim se havia de colocar nas coordenadas, uma vez que não houvesse outras causas perturbadoras. Além disso, trata-se de conjunções prescindíveis, deixando-se à inteligência o cuidado de suprir a falta. Tanto se diz: *procurei-o e salvei-o; adverti-o, mas respondeu-me*, como se diz: *quis vê-lo; arrependi-me* ou *aproximaram-se; mataram-no*.

Requer esclarecimento a variável colocação pronominal que se observa nas orações causais iniciadas pelas conjunções *que* e *porque*. Posto

---

18  V. *Vida de Santo Amaro em România* XXX. As citações vão aqui em grafia moderna para serem mais legíveis.



que não seja este o lugar próprio para tratarmos de conjunções em particular, importa, contudo, declararmos – já que os compêndios, neste ponto, costumam ser confusos ou omissos – que há duas espécies de partículas causais: subordinativas e coordenativas. *Que, porque* estão no primeiro caso, quando correspondem ao francês *parce que*, inglês *because*, alemão *weil*; mas são coordenativas, se se identificam com o francês *car*, inglês *for*, alemão *denn*. Daí a possibilidade de colocar-se o pronome de duas maneiras:

1.<sup>a</sup> *Se amo porque me amam, tem o amor causa* (Vieira, Serm., 2, 383) – *Escarnei de ti, porque te abomino* (Herc., Eur., 196) – *Foi porque o cria um anjo* (Herc., ib., 176).

2.<sup>a</sup> *É cousa bem clara; porque Deus satisfaz-se muito dos nossos cuidados* (Vieira, Serm., 8, 9) – *Antes de haver meu e teu, havia amor; porque eu amava-vos a vós e vós a mim* (Vieira, ib., 5, 541) – *Não diz o Apostolo que passa o mundo, senão as figuras; porque as figuras vão-se e o teatro fica* (Vieira, ib., 2, 442) – *A luz brilhante... devia apagar-se então, como a lâmpada do templo ao amanhecer; porque eu voltava-me para o céu, buscando a luz do Senhor* (Herc., Eur., 47) – *Fiquem-se com o Senhor, que eu vou-me* (Cast., Tart., 106) – *Fia de mim a menina, que eu sou-lhe muito obrigada* (Cast., Avar., 135).

Como, porém, os vocábulos são os mesmos e a distinção entre coordenativa e subordinativa na prática se torna por vezes difícil, compreende-se que já não hão de ferir o ouvido português frases como estas:

*Fala, homem; que me pareces um odre assoprado* (Herc., M. de C., I, 131) – *Se a polemica continua menos animada, é que o censor vai-se convencendo do seu erro* – *Era que o céu ia-se afogueando já com os primeiros fulgores de uma bella madrugada* (Herc., M. de C., I, 243).

Quanto à coordenativa *nem*, nada há que dizer senão que desloca e une a si o pronome átono, por predominar, no caso do verbo finito, a ação da componente negativa: *Não se perde nem se ganha* (= *Não se perde e não se ganha*).

Complexo, pelo contrário, se torna o estudo da colocação pronominal quando se trata do “conectivo-disjuntivo” *ou*. Nula ante o gerúndio e nula ante o infinitivo, a sua ação sobre o pronome átono régimen é, todavia, indiscutível, ainda que tenha caráter variável, nas frases com forma verbal finita.

Não se examina esta questão sem primeiro pôr de parte aqueles casos em que a deslocação possa ser devida a outros vocábulos. Assim, corre por conta de *quando*, *que*, *não* e do objeto *destes* posto em princípio de frase, a colocação anteverbal que se observa nestes exemplos: *quando muitos naturaes ou a abandonavam, ou a trábiam* (Herc., M. de C., 2, 22); *que... se haviam unido atraz da procissão e, ou se encaminhavam... ou se escoavam* (Herc., ib., 2, 106); *então, esses homens vêm, ou não se atrevem?* (Anon.); *destes zombam ou se esquecem* (Ber., N. Fl., 2, 86).

Delimitado o problema, dependerá a sua solução, primeiro que tudo, do sentido em que vier usada a partícula, a qual, como se sabe, tanto exclui como iguala. Servindo para denotar equivalência ou quase equivalência, melhoria ou retificação de ideias; ou sendo tal o pensamento geral, que o fato mencionado após a conjunção *ou* não exclua necessariamente o outro referido antes; em qualquer destes casos deixará a partícula de influir sobre o pronome pessoal átono: *aqui criaram-se, ou fizeram-se as moedas de nada* (Vieira, Serm., 8, 186); *pedi a Santo Agostinho (ou mandai-lho)* (Vieira, ib., 3, 233); *dizey-me, ou dizey-lhe que...* (Vieira, ib., 3, 89); *ouvi eu, ou enganey-me, que a historia dos varões illustres... era tambem vossa* (Melo, Ap. D., 406); *se succede haver alguma cousa... he rara vez e guarda-se para os enfermos, ou manda-se de mimo aos vizinhos* (Bern., N. Flor., 2, 34); *pediu-lhe, ou, para melhor dizer, ordenou-lhe que dispensasse naquelle dia Fr. Vasco* (Herc., M. de C., 2, 224); *têm lastima de Deus, porque não os consulta... ou riem-se do povo, que espera e confia* (Herc., ib., 2, 79); *o autor do livro velho, leu o algures, ou ouviu-o contar, que é o mesmo, a algum jogral em seus cantares* (Herc., Lendas e Narr., 2, 7); *a vingança... morde-nos... ou despedaça-nos* (Herc., ib., 1, 27).

Havendo, porém, intuito bem definido de indicar que de dois fatos só há de prevalecer um, não poderá a conjunção significar isto melhor do que reforçando a sua pronúncia à custa do pronome deslocado. Algumas vezes, contudo, deixa o português hodierno de lançar mão deste recurso. Vejam-se as passagens seguintes: *ou te tornaste Guiné ou o barco das enguias* (G. Vic., 3, 364); *ou vos dá muyto menos, ou nada do que perdieis* (Vieira, Ser., I, 356); *sua mãe o perverteu a elle, ou o obrigou a que a pervertesse* (Vieira, ib., 9, 234); *ou o conhece, ou não* (Vieira, ib., 2, 350); *se [a árvore] se vê separada, ou se levanta, ou se secca* (Ber.); *o povo ou se regé com a espada do cavalleiro, ou ele vem collocar a ascuma do peão sobre o throno real* (Herc., Lendas e Narr., I, 81); *se Rossini ali chegasse, ou não a conhecia, ou enganava-se* (Herc., Lendas e Narr., 2, 226).

É a puras asserções expositivas que melhor se aplica a regra precedente. Em expressões de carácter imperativo, o uso, já iniciado na linguagem da renascença, de manter o pronome em seu lugar normal, acabou por tornar-se a linguagem hoje corrente. E posta finalmente a frase sob a forma interrogativa, perde-se de todo a já precária influência de *ou*, pois que a entonação característica da pergunta despreza a partícula para realçar outros termos. É por isso que se escreve: *quer-se o orbe renovar, ou torna-se o mundo a fazer-se?* (G. Vic., 2, 396); *Amais-nos ou desconheceis-vos?* (Vieira, Ser., 2, 379); *ganba-se neste negocio ou perde-se?* Da colocação pronominal nas orações imperativas durante os séculos XVI e XVII dão ideia estes trechos: *Falai vós passinho, ouvis? Ou vos tornai pera fora* (G. Vic., 2, 158); *e se me vires mentir, está tu dissimulado, ou sae-te pera fora a rir* (G. Vic., ib., 3, 137); *huma de duas: ou livray a este homem... ou me separay de vós* (Bern., N. Flor., 2, 138); *ou me tire a vida, ou senão eu lhe tirarey a Divindade* (Bern., L. e C., 401).

Tornemos aos casos de anomalia em proposição subordinada. Visível é que a permanência do pronome átono em seu lugar após o verbo se deve ao esquecimento do vocábulo deslocante, ora por andar este muito longe do predicado, ora por concentrar o indivíduo que

fala a atenção particularmente na ideia expressa pelo próprio verbo ou pelo termo a enunciar em seguimento a ele.

Grave erro e falha de senso é não levar em conta tais fatores e atribuir as anomalias indistintamente a descuidos ou deslizes dos que escrevem. Sem dúvida que a irregularidade vem raríssima em oração relativa, temporal<sup>19</sup>, concessiva, condicional e final; mas em proposições consecutivas, que tenham o verbo no indicativo, já o fenômeno se repete com bastante insistência; e nas orações de simples *que* integrante, é fato positivo ainda mais frequente. Agradam, creio, mais a ouvidos portugueses essas frases excepcionais de pronome rebelde à solicitação do vocábulo *que*, do que emendadas gravemente no sentido de obrigar o pronome a tornar-se anteverbal.

Curioso é, por certo, que semelhante prática deixasse de estender-se na mesma medida a outras orações subordinadas; mas, por desconhecer-se a causa que impede um fato linguístico de tomar um caráter geral, não se há de negar, como já se fez, a realidade, tachando a inesperada construção de incorreta e qualificando-a de brasileirismo. Boa ou má, é usada pelo povinho de Portugal e já assim o era em época quando brasileiros que lhe pervertessem o idioma ainda não eram nascidos. Gil Vicente acolheu, além daquele exemplo de falar desabusado de página 304, vol. 3.º, este dizer popular: *digo que benza-vos Deos* (p. 126). Nos romances de Julio Diniz e Eça de Queiroz, em cujos diálogos se reproduz ou – pudéramos dizer, atendendo à fidelidade – se fotografa o falar popular, possuímos o testemunho de que se manteve e ainda é bem corrente essa curiosa construção: *Olha que eu digo-te isto para teu bem* (Cr. do P. Am.); *olhe que elle soube-me muito bem dizer... que...* (Pup. do Sr. Reit.); *olhe que a dificuldade parece-me ainda mais della do que delle* (ib.).

---

19  Repare-se nestas passagens de Herculano: *contrapôr-lhe as gerações nascidas durante a reacção contra o islamismo, que surgem e agitam-se e vivem...* (Eur., 309); *enquanto os séculos da Hespanha restaurada revelam-nos a segunda com mais individuação e verdade* (ib., 308).

O pospor-se em certos casos o pronome átono ao verbo, sendo a oração integrante, ou sendo consecutiva<sup>20</sup>, nem em linguagem culta se há de censurar, uma vez que notáveis escritores portugueses, falando por conta própria, assim se exprimem:

*De maneira que os dous primeiros escusaram-se com a fazenda, e o ultimo escusou-se com a mulher* (Vieira, Serm., 3, 221); *de sorte que o nemo refere-se ao formabuntur* (ib., 3, 295); *e notay que os dous primeiros escusaram-se com fazenda; mas com fazenda que compraram* (Vieira, ib.); *o certo é que em Lisboa ouvem-se os repiques, e no exercito sentem-se as feridas* (Vieira, Cartas, I, 308); *excede... em uma differença... e é que nas outras missões vão-se sómente salvar as almas dos índios* (Vieira, ib., I, 156); *haveis de assentar que a nossa vontade dirige-se pelo nosso sentimento* (Bern., N. Flor., 2, 85); *o cavalleiro sabia que taes affrontas escrevem-se para sempre na frente de quem as recebe* (Herc., Lendas e Narr., I, 193); *chegava-se tanto para ella que os seus hombros roçavam-se* (E. de Queir., P. Am., 186); *estava tão nervosa que... as mãos tremiam-lhe* (ib., 197); *Margarida disse estas palavras... com tanta unção religiosa, que Daniel sentiu-se commovido* (J. Din., Pup., 217).

Tudo isto permite concluir que temos diante de nós, não um falar impuro, suspeito, colonial, errôneo, mas antes – para me servir da já muitíssimo sovada metáfora – puro ouro de lei produzido no antigo reino de Portugal e, talvez, exportado com os primeiros colonizadores para o Brasil.

Se a teoria da atração fonética é correta, necessariamente deslocarão também o pronome átono quaisquer outros vocábulos, não pertencentes às categorias gramaticais até aqui consideradas, que se usem, porém, igualmente antes do verbo, destituídos de entonação e sem admitirem pausa. Os advérbios em muitas frases preenchem bem estas condições. Outras vezes, pelo contrário, pronunciam-se com mais vi-

---

20 ∞ E já havia disso no português arcaico: *de guisa que a espada passou-a de bua pãrte e caeu em terra morta* (S. Graal, 79).

gor, evidenciando-se a pausa logo depois, e cessam então de influir sobre o pronome. Podemos verificá-lo nos dizeres em que se emprega a negativa *não*.

Posto que, considerada de per si, fora do contexto, pareça ser palavra de acentuação forte, como outros monossílabos terminados em ditongo nasal, duplo é o seu caráter fonético dentro do discurso, e mais lúcida se manifestaria a diferença, se, como o francês, dispuséssemos de duas negativas, cada qual para fim fonético determinado.

Corresponde a *non* deste idioma e exige pronúncia decididamente forte o nosso *não*, quer venha só, quer justaposto em *senão*, sempre que se refira a alguma expressão anterior e uma pausa o separe do verbo a enunciar depois. Ligado, porém, pela pronúncia a este verbo, dar-lhe-á o advérbio sentido negativo, sendo já agora um termo átono, à semelhança do francês *ne*, e nesta hipótese exigirá a deslocação do pronome. Confirmam o exposto os dizeres seguintes: *Vens à minha casa? – Não; escrevo-te – Vou à tua casa; não te escrevo – Irei amanhã, se não te escrever – Se puder, vou; senão, escrevo-te.*

Vê-se, portanto, que, ou se coloque antes do verbo o pronome relativo, ou uma conjunção subordinativa, ou o *não* átono, as condições fonéticas serão sempre as mesmas. Teremos em qualquer dos casos diante de nós um grupo expiratório, que se enuncia de um só fôlego, como se fora uma palavra só, e em que a sílaba ou sílabas constitutivas do primeiro vocábulo são elementos átonos e, como tais, procuram reforçar a sua pronúncia, atraindo e tirando do lugar natural o fraquíssimo pronome pessoal regímen<sup>21</sup>.

Entre os advérbios em geral alguns há que habitualmente se usam, sem descansar a voz, seguidos da expressão verbal que modificam. Já sabemos o que daí resulta; porém, para maior clareza, veja

---

21  Estende-se a prática de deslocar o pronome aos seguintes vocábulos que, morfológica ou semanticamente, encerram a componente negativa: *nem, ninguém, nunca, nenhum, nenhures, nada.*

o leitor o paralelismo entre tais dizeres e outros a que acima nos referimos: *já se fala; que se disse; como se sabe; se me fala; sempre se vê; bem se diz; quando o recebe*, etc.

Outros advérbios — e o número deles é sem conta — se usam, conforme as circunstâncias, ora com ligeira parada de voz, ora sem ela. É tão nítido por vezes o sentimento da pausa, que muitos escritores a assinalam por meio da pontuação: *Depois, encaminhei-me para elle. — Então, retirei-me*. Mas ninguém se lembraria de colocar vírgula em *sempre se vê* nem em *já se disse*.

Como amostra dos muitos advérbios pronunciados ora ligadamente, e por conseguinte reclamando pronome anteverbal, e ora com pausa depois, deixando então em seu lugar o pronome régimen, bastará mencionar *cá e lá*. Todo o português diz: *cá me tens; lá o encontrei*; e, entretanto, não hesitará em exprimir-se com Rebelo da Silva: *cá diz-se que é melhor sermos nós vassallos da coroa... lá faz-se valer o perigo, o sacrificio a que nos expomos*.

Inadmissível é a pausa antes do verbo nas interrogações e exclamações iniciadas por palavra interrogativa ou exclamativa, e isto explica o trazerem o pronome átono invariavelmente deslocado: *Quem te disse? Que se faz? Por que te afliges? Quando me escreves? Como se diz? — Como vos ama! Quanto se perde! Onde o viste? Qual te agrada mais? Para que se discute?*, etc.

Esses termos interrogativos têm de comum com os vocábulos similares da linguagem meramente expositiva o serem proferidos sem intensificar-se a voz; mas distinguem-se deles pela nota musical mais alta. Não podemos, contudo, atribuir o deslocamento do pronome enclítico à tonalidade mais alta do primeiro termo da interrogação ou exclamação, pois que em outras perguntas e admirações aparece esse pronome régimen no mesmo lugar em que viria na linguagem expositiva: *Mas Reys que edificação desertos! Os desertos edificação-se?* (Vieira, Serm., 5, 537); *O mundo diminue-se?* (ib., 5, 546); *Então isto faz-se?* (Din., Pup., 86); *A menina ri-se!* (ib., 152); *Isso pergunta-se?* (Herc., M. de C., I, 277).

Existe, sim, a inversão do sujeito – pronome ou nome – nas perguntas diretas que começam por palavra interrogativa. Mas isto não é privativo do português, nem tem que ver com os pronomes átonos. Ocorre o mesmo fenômeno em outros idiomas, nos quais a colocação das formas pronominais oblíquas obedece a regras muito diferentes.

Sabido o porquê da influência de certos vocábulos sobre as formas átonas do pronome pessoal, resta ainda uma dúvida por desfazer. Quando concorrem, em lugar de um termo único, ou locução (*para que, ainda que, etc.*), como até agora supusemos, dois vocábulos deslocadores, não formando locução e reclamando, portanto, ambos o pronome para junto de si, a qual deles se há de este encostar?

Ao que se achar mais próximo do verbo. Com uma exceção apenas, e, ainda assim, imperfeita; pois que é lícito optar entre a situação por ela creada e a prática de acordo com a regra geral. Dá-se o caso quando um dos vocábulos deslocadores é a negativa *não*, podendo-se dizer indiferentemente: *que não o faz* ou *que o não faz*; *se não lhe mostra* ou *se lhe não mostra*.

Temos na colocação excepcional uma relíquia daquela estrutura arcaica que permitia pôr um ou mais vocábulos entre o pronome átono e o verbo. A sobrevivência desse fato, apesar da tendência contrária, em geral triunfante, de tornar contíguos pronome régimen e verbo, deve-se, a meu ver, a uma razão psicológica. A linguagem, mantendo a negação presa ao verbo, procurava traduzir com fidelidade a concepção de um fato negativo. *Não fazer* é uma noção simples, indecomponível, inseparável. É meramente o oposto de *fazer*.

É possível que hoje esse sentimento de inseparabilidade já não subsista com tanta nitidez em todos nós. Não importa; os dizeres com que se significam os conceitos costumam perdurar, ainda que os conceitos se modifiquem.

Por ser usadíssima no Brasil, uma das maneiras de construir a frase negativa, ao passo que a outra aparentemente predomina em Portugal,

não falta quem – partindo do pressuposto que em conjunturas tais o brasileiro sempre desacerta – condene de todo ou, quando menos, tache de pouco exemplar a prática de cá, nem quem, envergonhado ou arrependido – o que é mil vezes pior – se meta a espezivar o seu falar espontâneo com tanto afã e escrúpulo, que por vezes se torna ridículo ainda para o sentir do próprio lusitano.

Ponha-se freio à acusação e tenha-se mais confiança nas aptidões nativas. Faltou aqui – tal é a verdade – originalidade e engenho para crear frases como *não digas que não te falo*, pois que já em tempo de Gil Vicente, e na sua terra, assim se falava (veja obras 3, 134 e *passim*). Em compensação sempre cabe aos escritores brasileiros o mérito de serem, neste particular, bons imitadores de Herculano e divulgadores respeitáveis de uma linguagem prezada pelo grande Camões. No *Monasticon*, lá estão “à brasileira” 65% dos casos. Nos *Lusíadas*, em um total de 53 passagens verifiquei apenas um excesso de 7 casos em favor da colocação antiga.

Nem parece que com essas duas maneiras de construir se preocupassem sequer os escritores considerados clássicos; até as empregavam par a par, bem perto uma da outra: *Mandou deante um catur com recado... que o não recebessem com festa... e tambem que não lhe falassem por senhoria que não se contentava com cousas emprestadas* (Barros, Dec., 3, 9, 3); *que não no empregue em quem o não mereça* (Camões, Lus., 7, 83).

Explicada bastantemente a atração fonética produzida pelos vocábulos destituídos de acentuação oracional, consideremos agora o fenómeno nos grupos em que, em lugar de vocábulo desse gênero, se ache um termo de acentuação positiva, pronunciado com intensidade tal, que o torne independente do verbo. Este acento tem-no o sujeito sob a forma de nome ou pronome, contanto que não seja pronome relativo nem interrogativo. Mas a sua intensidade é de ordinário inferior à do verbo; e isto explica-se. Sujeito quer dizer aquilo de que se fala; representa, pois, o conceito subdominante do pensamento, e, posto

que o façamos ouvir com intensidade forte, será esta, nas condições habituais, em todo o caso menos sensível que o icto do predicado, ou conceito dominante, a enunciar por último.

Sendo assim, nada mais razoável do que manter-se o pronome enclítico após o verbo; e só o propósito de dar realce ao sujeito é que nos induzirá a apor a este o átono *me, te, se, lhe*, etc. Reduzido o sujeito à sua expressão mais simples de nome, pronome pessoal ou demonstrativo, a segunda hipótese verifica-se menos vezes, contrariando estes dizeres usualíssimos: *a obra divide-se em tres partes: elle afflige-se muito; isto obrigou-o a apressar o passo* (Din., Pup., 72); *isto escrevia-se em 1843* (Herc., M. de C., 2, 6).

Nestas e outras proposições congêneres consideramos o sujeito pessoa ou cousa sabida do interlocutor; é a pura noção subdominante, que só apela para a memória alheia. Acrescentando, porém, ao nome da pessoa ou cousa o conceito nosso da individualização ou delimitação quantitativa, com que presumamos dar uma informação nova para o ouvinte, já outro se torna o aspecto do sujeito e naturalmente seremos levados a pô-lo em destaque: *cada vassallo* (ou *qualquer vassallo*) *me defendia; poucos dias lhe restam; pouco lhe aproveita, quantos homens o ouviam, tantos o amavam; alguém o espreita, tudo o aborrece*. Força atrativa misteriosa não possuem os vocábulos que denotam individualização ou delimitação quantitativa; porque, excluído o pressuposto do conceito novo, ainda assim ela inibiria os lusitanos de dizerem: *um delles retirou-se; isso tudo perdeu-se; isso tudo sumiu-se* (Herc., M. de C., 2, 60); *todos uns per cima dos outros lançaram-se aos barcos* (Barros, Dec., I, 4, 5).

Aos numerais (quantitativos rigorosos ou absolutos) também se atribuiu o impossível. Sem dúvida que se há de construir: *dois homens o prenderam*; mas, aludindo-se a um número mencionado antes, ou já sabido, ou dirigindo-se a atenção para outro conceito, virá muito fora de propósito o dar realce à noção de quantidade. Logo manter-se-á o pronome régimen em seu lugar próprio: *de maneyra que os dous primeiros escusaram-se com a fazenda, e o ultimo escusou-se com a mulher... E notay que os*

*dous primeiros escusaram-se com fazenda, mas com fazenda que compraram* (Vieira, Serm., 3, 221-222). A este exemplo lapidar, por muitos motivos digno de toda a atenção, ajuntaremos um punhado de outros, igualmente comprovativos e extraídos das obras de um só escritor: *os dous contendo-res esquecem-se de tudo quanto o rodeia* (Herc., Eur., 100); *os dous exercitos conservaram-se em distancia um do outro* (ib., 96); *os dous cavalleiros acometteram-se com toda a furia de rancor entranhavel* (ib., 103); *os doze guerreiros seguiram-no machinalmente* (ib., 183); *os outros oito imitaram-no* (ib., 249); *um dos cavalleiros afastou-se* (ib., 208); *os dous amavam-se como loucos* (Herc., Lendas e Narr., 2, 140); *uma fritada de... tres ovos (um botou-se fora, porque estava goro)* (ib., 2, 234); *os dous cavalleiros ergueram-se* (ib., 1, 70); *os outros dous escutaram-no* (Herc., M. de C., 1, 117).

Está-se vendo também a impotência do vocábulo *outro*. Havendo necessidade de o fazer sobressair, dirá Vieira: *E que espada he esta...? Outros lhe dão varios sentidos todos allegoricos, mas nas circumstancias do nosso discurso nenhum lhe quadra melhor que ser o Rosario* (Serm., 9, 227). No caso contrário, escreverá: *as outras profecias cumprem-se a seu tempo* (Serm., 2, 439); *os outros nascimentos estimão-se pelo sangue* (ib., 5, 374); *os outros elementos servem-nos de graça* (ib., 5, 359); *hũ descreveo-se pelo passado, e pelo futuro; o outro definio-se pelo presente* (ib., 1, 540); *os outros estreitavam-se com o Evangelho* (ib., 3, 105). Nem se há de responsabilizar a só presença do artigo definido pela “repulsão” pronominal: *Huns dizião que suas esmolas... não fartavão... Outros fazião-se muy de casa* (Fr. L. de Sousa, Vida do Arc., 1, 501).

Sozinho, ou junto a vocábulo que não necessite de ser posto em relevo, representa, dizíamos há pouco, o sujeito nome, assim como o sujeito pronome pessoal, usualmente o termo subdominante da proposição. Mostraremos agora, à luz de alguns exemplos literários, em que condições os papéis se invertem, assomando o sujeito ao primeiro plano e transferindo-se a noção secundária para o predicado.

No *Monge de Cister* (I, 33) lê-se: *Uma febre violenta o sustentava*. Muitíssimo bem está aqui o sujeito enfático assinalado pela deslocação do

regímen o. Se fosse outra a situação; se o autor estivesse v. g. discorrendo sobre moléstias e seu tratamento, haveria, porventura, oportunidade para se escrever: *uma febre violenta alimenta-se com a quebra da dieta*. Mas ali no romance não se chama a atenção para o predicado; já deixa de ser informação nova o sustentar-se o velho fidalgo, depois de se dizer que ele resistia a todas as dores e desgostos; só interessa saber que coisa o sustentaria, se em comida não tocava. Logo, é ao sujeito *febre violenta* que, pela entonação e acréscimo do pronome átono, se dá o maior relevo possível.

Em outro lugar da mesma obra: *Uma faísca de lume me scentelhou diante dos olhos*. Efetivamente também aqui está o foco de percepção no sujeito, e a faísca de lume não podia centelhar senão diante do órgão da vista. Por motivos análogos torna-se necessário enfraquecer um pouco, em benefício do sujeito, o acento de intensidade do predicado nestas passagens: *Uma melancolia suave se me erguia no coração* (Eur., 42); *um pensamento monstruoso e incrível lbe passara pelo espirito* (ib., 295).

Algumas vezes a noção dominante pode atribuir-se tanto ao sujeito como ao predicado ou algum complemento verbal. Em tal hipótese quem decide é o sentir da pessoa que fala: Assim: *Uma saudade indizível atrabiu-me para o mar* (Eur., 41). Podia-se dizer com outra intenção: *Uma saudade indizível me atrabia...*

Com a linguagem mais frequente, *ele disse-me que vinha* [isto é, disse-me isso, e não outra coisa] bem pode coexistir *ele me disse que vinha* [isto é, ele, e não outrem, ninguém senão ele]. Assim, Vieira, alterando a colocação pronominal, admiravelmente variou o pensamento. Primeiro escreveu: *Tu, Demonio, offereces-me de um lanço todo o mundo, para que caia, para que peque* (Serm., 2, 58), e pouco adiante: *Tu, Demonio, me offereces todos os reinos do mundo. Grande offerecimento é* (ib., 2, 76)<sup>22</sup>.

---

22  Deve-se fazer abstração do vocativo, como expressão intercalada no grupo expiratório.

Em uma passagem célebre da linguagem apaixonada de Eurico, ocorrem as duas construções, uma em seguimento à outra, mas com intuito bem diferente: *Ha entre nós um abysmo: | | tu o abriste; | | e eu | precipitei-me nelle*. Igualar neste ponto as construções ou, ainda, invertê-las seria privar do mais enérgico meio de expressão o contraste dos dois fatos.

Nestoutras o autor põe em destaque, não o sujeito, mas o predicado verbal, ou o objeto ou o advérbio que lhe integra o sentido. Colocada a forma átona após o termo *eu*, denotaria o sujeito a ideia culminante. *Hermengarda, eu amava-te muito* (Eur., 45); *porque eu voltava-me para o céu, buscando a luz do Senhor* (ib., 47); *eu encaminhei-me sósinho para o Calpe* (ib., 63).

Tive por ocioso nestas últimas páginas, e tê-lo-ei daqui em diante, repetir a cada passo que a deslocação do pronome átono coincide sempre com a pronúncia ligada entre o termo antecedente e o verbo, e que, inversamente, a voz repousa, ainda que pouco, entre os dois termos onde quer que se imponha a colocação normal.

Vindo no rosto da frase, em vez do sujeito, um termo com função de objeto, direto ou indireto, dependerá ainda a colocação do pronome *me, te, lhe*, etc., do lugar da ideia culminante. Diz-se naturalmente: *muito me admira, pouco lhe disse, tanto lhe deu*, etc.; mas as frases *deste estofo se fazem os grandes homens* e *deste estofo fazem-se blusas, saias, vestidos*, etc., mostram bem que a colocação pronominal se efetua num ou noutro sentido, segundo se deseja pôr em destaque o termo do conceito inicial ou os dizeres finais. A mera transposição do objeto para o começo não implica necessariamente a mudança de lugar do régimen átono: *muitas vezes a bons principios seguem-se bons fins...*; *outras vezes, pelo contrario, a maus principios seguem-se bons fins* (Vieira, Serm., 5, 76); *para um juizo perfeito requerem-se tres cousas* (ib., 5, 60); *contenta-te com o que é teu, e do meu deixa-me fazer o que quero* (ib., 9, 215); *dos godos restam-nos codigos* (Herc., Eur., 308); *mas dessas rosnaduras e pragas ria-se elle* (Herc., Lendas e Narr., 2, 242).

Pronome átono que represente pleonasticamente um objeto mencionado no começo não sofre a influência desse objeto, salvo se ele for pronome pessoal: o *palácio destruiu-o o fogo*; *a carta levou-a meu amigo*; o *milagre viam-no nos olhos do cego* (Vieira); *aos outros poz-lhes estatua o Senado* (Vieira).

Se a frase se inicia por um objeto sob a forma de pronome pessoal, pode-se-lhe apor o enclítico, ou deixá-lo para depois do verbo: *a mim me desconsola infinito* (Vieira, Serm., 2, 24); *a mim parece-me demasiado dizer* (ib., 8, 80); *a mim criou-me para o servir* (ib., 2, 344); *a mim parecia-me que...* (ib., I, 409); *a mim poz-me a justiça em huma cruz... e a vós poz-vos a misericórdia em outra* (ib., 9, 208); *a mim contou-me esta manhã a tia Brasia... que o Pedro pilbou o irmão a sabir* (Din., Pup., 232).

Nas orações exclamativas e optativas é enfático o sujeito, objeto ou advérbio posto no começo: *Bons olhos o vejam! Deus nos livre! Deus lhe dê muita saúde! Bom proveito lhes faça! Assim o mande! A outros o mostre!*

Com ênfase se enuncia algumas vezes o sujeito da oração imperativa: *Agora, tu, Calliope, me ensina...* (Cam., Lus., 3, I); *vós o encaminhai, vós o disponde, vós o resolvi* (Vieira, Serm., I, 362). Em geral, porém, supera a noção predicativa, sendo o sujeito expresso apenas para maior clareza: *Vós offerecei-lhe o não chegar ao sacrificio; ... vós sacrificai-lhe o respeito e a reverencia* (Vieira, Serm., 2, 344); *e vós gloriái-vos de ser companheiro de jejum* (ib., 2, 324); *e tu lembra-te dos [perigos] publicos e manifestos* (ib., 5, 49); *assim tu mede-te por ti mesmo* (Bern., L. e C., 92); *e tu vai-te com Allah* (Herc., M. de C.).

Passemos a estudar a colocação dos pronomes *me*, *te*, *lhe*, etc. nos aspectos em que, com um verbo principal no particípio passado, gerúndio ou infinitivo, se conjuga outro verbo subsidiário.

Alheio se conserva, decerto, à forma infinita o pronome que não lhe sirva de objeto (*fê-lo vir*; *mandou-o trabalhar*; *não nos deixeis cair*, etc.). Na hipótese contrária, o lugar próprio do regímen enclítico é depois do verbo principal; mas, como as duas expressões verbais se pronun-

ciam ligadamente, e o verbo subsidiário tem intensidade mais fraca, há sempre a tendência de se unir o pronome ao vocábulo que se profere primeiro.

Nunca se liga em português o pronome átono nem ao particípio passado absoluto, nem ao mesmo precedido de auxiliar. Somente nas inversões (*prometido lhe está...* (Cam.) vem ele posposto ao verbo principal, mas continua a pertencer sintaticamente ao auxiliar. Esta antipatia pelo particípio funda-se em razão histórica. Era ele considerado a princípio como adjetivo qualificativo, e os verbos junto dos quais vinha, hoje auxiliares, denotavam então noções concretas e só a eles pertenciam os pronomes complementos (V. o capítulo sobre *Haver e Ter*). Fixou-se a colocação pronominal neste sentido, sem embargo das modificações semânticas ulteriores.

O futuro (do presente e do pretérito) sabem os gramáticos que se origina do infinitivo combinado com um auxiliar. O povo lusitano, se não perdeu a consciência disso, em todo o caso desde cedo percebeu o fenômeno confusamente. Daí esta regra contraditória: Para os casos de deslocação, trata-se o futuro como forma simples: *não o mandarà; que lhe escreveria*; para os de colocação normal, como forma composta, devendo juntar-se *me, te*, etc., ao infinitivo: *obedecer-lhe-á* (<*obedecerlhe ha*) ou *obedecer-lhe-ia* (<*obedecerlhe hia*) *como filho*. E foi só pelo século XIV que se tomou essa heroica resolução para a colocação normal, pois que até então coexistiam: *será-vos d'excusar* (Canc. Din., 20); *direi-vos hũa rem* (ib., 288); *tornarey-me entam* (S. Graal, 18); *diredes-me* (ib., 41); *vingarey-vos* (ib., 62); *terriamno por vellanja* (ib., 124).

Estando o verbo principal no gerúndio, desloca-se de ordinário o respectivo régimen átono e usa-se como se pertencera ao verbo subsidiário referido antes: *ia-se pouco a pouco acrescentando* (Cam., Lus., 5, 20); *estava-se co'as ondas ondeando* (ib.); *beijos se vão dando* (ib., 7, 24); *que... se vão... libertando* (ib., I, 1); *a nobre ira lhe vinha prometendo* (ib., IO, 33); *andais-vos desvelando... andais-vos matando... andais-vos cançando* (Vieira, Ser., I,

638); *estamo-nos indo ao Inferno* (ib., 2, 277); o *sol ia-se pondo* (Herc., M. de C., I, 48).

Pouco se usa a outra construção: *ao mesmo tempo que o pecador está desenfadando-se* (Bern., L. e C., 392). Ou então o primeiro verbo tem sentido concreto distinto e é tão principal como o gerúndio: *ia, como o cego, encostando-se*.

Invertida, porém, a ordem dos verbos, o pronome de modo nenhum irá apor-se ao auxiliar: *bradando-vos estão* (Cam., Lus., IO, IO8); *outros em derredor, levando-a estavam* (ib., 2, 22).

Infinitivos com regímen átono, ligados a algum dos verbos *poder, querer, dever, ir, vir, mandar, tornar a, começar a, saber, deixar* e outros, — desde que se enunciem os verbos na ordem direta — permitem se deslocar o pronome, a fim de ficar mais em evidência o verbo subsidiário ou alguma expressão anterior. Diz-se assim de um e de outro modo: *Posso dizer-vos* (Her., M. de C.); *eu quiz experimentar-te* (ib.); *não posso cerral-os* (ib.); *ella devia dar-se por completamente feliz* (ib.); *não pode aguentar-se na luta* (C. C. Branco, Boh.); *a historia que podia chamar-se* (ib.); *devia sentir-se perplexo* (ib.); *eu não queria impôr-lhe a leitura* (ib.); *para ir reunir-se* (Herc., M. de C.); *veio receber-me* (Herc., M. de C.); *qualquer a pode avaliar* (Herc., M. de C.); *quando com ellas me quizerem pagar* (ib.); *não buscasse tornal-o a ver* (ib.); *mandei-vos chamar* (ib.); *queriam-me enganar* (R. da Silva); *sabia-o fazer com tal modestia* (Herc., M. de C.); *vão-se salvar* (Vieira, C., I. 156).

Repugna-nos, todavia, usar o pronome acusativo *o, a, os, as* como enclítico de certas formas verbais. Dizemos geralmente *quer* ou *quiz guardal-o*, e não *que-lo* ou *qui-lo guardar*, apesar de um ou outro exemplo raríssimo em linguagem literária como estes: *quel-o metter em dieta* (Sá de Mir., 2, 218); *bem pudera Agostinho retratar-se verbalmente... mas quil-o fazer e publicar por escripto* (Vieira, Serm., 3, 122).

*Haver de* seguido de infinitivo com o objeto *me, te, se*, etc. dá lugar a três combinações: 1.<sup>a</sup>, pronome átono em seu lugar próprio (*há de mandar-me*); 2.<sup>a</sup>, deslocação por influência da preposição *de* (*há de me mandar*);

3.<sup>a</sup>, deslocação por influência do auxiliar. Desta última originaram-se dizeres usuais outrora, e ainda entre os seiscentistas, mas desagradáveis ao ouvido hodierno: *então hão-se de examinar as obras, então ha-se de pronunciar a sentença* (Vieira, Serm., 2, 439); *lá ha-se de esperar o tempo* (ib., 2, 456). Pode, todavia, um novo termo deslocante forçar o pronome a recuar para antes do verbo *haver*. Nestas condições escreve-se e fala-se hoje de boa mente: *D'aquí a poucas horas me has-de conhecer* (Herc., M. de C.).

Não concluiremos este capítulo sem explicar alguns fatos que parecem contradizer a regra da pronúncia ligada. Interromper um grupo expiratório, para dar passagem a termos ou frases de certa extensão, não equivale a destruir o grupo. A pausa impõe-se, antes e depois da intercalação, porque não haveria fôlego bastante para dizer tanta coisa sem parar. Mas persiste, apesar da violência, o sentimento de continuidade<sup>23</sup>. Por isso a colocação pronominal de *que se vê, se me ajudar* há de prevalecer ainda nas amplificações: *que aqui, como na Europa, na Asia, na Australia, quasi todos os annos se vê; se neste negocio complicadissimo algum dia a fortuna, segundo espero, me ajudar*.

Desdobrada, por sua vez, a intercalação em sentença com o pronome átono, a qual faça parte do contexto, nada de particular se oferece relativamente à colocação. Se o pensamento que intervém é simplesmente parentético, enunciar-se-á, pelo contrário, deste modo: *Vai, lhe disse, defender a pátria; concede-me, te peço, um momento de atenção*. Aqui as vírgulas comprometem, à primeira vista, o princípio da colocação normal. Mas vírgulas, riscas ou parênteses, com que a escrita isola a expressão elucidativa, não têm outro objeto senão facilitar a leitura. O ouvido o que percebe é a mudança de tom, o súbito abaixamento da voz ao enunciar-se a explicação parentética. E, como não é evidente a pausa, posto que se suspenda o sentido do pensamento capital, procura-se

---

23 ∞ Do esquecimento da palavra deslocante por concentrar-se a atenção nos dizeres finais já falamos à pág. 41.

assinalar ainda mais o papel secundário do elemento subjetivo, pondo *lhe disse, te peço*, na dependência fonética do vocábulo anterior. Isto já não se consegue com a construção *vai, disse-lhe... e concede-me, peço-te...*, em que ambos os verbos aparecem no mesmo nível de importância.

Se algum vocábulo provoca a deslocação do pronome átono, tanto importa proferi-lo só como acompanhado de adjuntos que por sua extensão obriguem a voz a descansar. O sentimento da linguagem faz abstração desses dizeres. Assim também o conceito que se enuncia por muitas palavras tem sobre o pronome a mesma influência que teria o conceito expresso por um vocábulo único. São aplicações analógicas de que, todavia, não se deve abusar.

É, por exemplo, abuso fazer a oração adverbial – desdobramento do advérbio – atrair o pronome, donde resulta começar-se a oração principal pelo termo átono. Sem embargo disso, quinhentistas e seiscentistas frequentemente escreveram: *tanto que cheguei a esta, me metti logo num deserto* (Vieira, Cartas, 2, 221); *desocupada d’ali a armada, a mandarão sem duvida ao Brasil* (ib., 2, 228); *e chegando à presença de Alexandre, lh’o arremessou aos pés* (Bern., N. Flor., 2, 94).

No português arcaico, raras vezes se encontra tal construção. Comum era: *e tanto que isto dizia parecia-lhe que via Barlaão; e acabada a oração abraçou-o*. No século XIX, Herculano e outros escritores, que se exprimem com mais naturalidade, e não andam à cata de “ressaios clássicos”, igualmente preferem deixar o pronome colocado depois do verbo.

Duas frases se conhecem em Portugal em que o pronome átono ocupa indubitavelmente o primeiro lugar do discurso: *t’arrengo e me melem se...* Fazem parte do falar do povo. Está a saltar aos olhos que tiveram primitivamente expressos uma o sujeito *eu*, a outra o vocábulo *que* antes do enclítico. Mas a predileção popular cristalizou-as ambas em frases feitas, repetindo-as a propósito de qualquer cousa, como exclamações, sem já tomar ao pé da letra o sentido das palavras. Abreviaram-se e *eu* e *que* desapareceram.

Este fenômeno não se confunde com a elipse ou omissão feita desde o primeiro dia, a qual obriga a inverter os vocábulos para que não se inicie a oração com o pronome átono. É por haver esta diferença essencial que se deixa de dizer *me untem*, à guisa de *me melem* e *t'arrenego* não serve de modelo a *t'aborreço*.

Até agora estudamos a colocação dos pronomes complementos na linguagem de Portugal. Resta-nos ver se no Brasil pode existir exatamente a mesma colocação. Fundando-se ela na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica à pronúncia. Lá os pronomes são átonos; o *e* final em *me, te, se* é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa acentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente *mi, ti, si*; para nós brasileiros seria extremamente difícil pronunciar à portuguesa *me, te, se, lhe*. O pronome relativo pronunciamos-lo com tendência para *qui*, ao passo que o som lusitano aproxima-se de *que*. Em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é fato muito comum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e mais claramente. Em suma, a fonética brasileira é, em geral, diversa da fonética lusitana.

É nas orações subordinadas sobremodo notória e natural a divergência: *que* (relativo e conjunção) e *se* (conjunção), pronunciados mais fortemente entre nós, mais independentemente, perdem já a afinidade eletiva pelos pronomes complementos, e a vizinhança destes deixa de ser obrigatória. E isto, que sucede com tais palavras, com maioria de razão há de dar-se com as demais partículas e locuções subordinativas.

Na linguagem de Portugal encontram-se, já o mostramos, alguns exemplos como estes: *gerações nascidas durante a reacção contra o islamismo, que surgem e agitam-se e vivem quando lhes applicamos a corrente electrica* (Herc., Eur., 309); *enquanto os seculos da Hespanha restaurada revelam-nos a segunda com mais individuação e verdade* (Herc., ib., 308); *com a differença, porém, de que o periodo... conta-se por annos e o da cidade por seculos* (Herc., M. de C., I, VI). Mas,

se pusermos numa das conchas da balança todos os exemplos existentes desse gênero, e na outra todos os de oração subordinada com anteposição de pronome, o resultado será uma proporção muitíssimo pequena para o primeiro caso. E se bem atentarmos nessas exceções, convencer-nos-emos que, em geral, houve esquecimento da palavra que ocasiona deslocação, por ficar ela muito atrás do verbo, concentrando-se a atenção do escritor em uma ideia importante que se segue ao mesmo verbo.

O que em Portugal é raro, em virtude da fonética de lá, é, entretanto, fato comuníssimo entre nós, em consequência da nossa pronúncia. O pronome, liberto da peia regressiva de outra palavra átona, procura com frequência colocar-se para diante do verbo, na vizinhança da ideia relevante que vem no fim da oração. Esta nossa colocação progressiva, se assim podemos dizer, estende-se, até, a orações negativas, e é usada principalmente quando a ela se aliam motivos de sonoridade e melodia da frase.

Não se trata de um fenômeno isolado que se observa aqui e acolá: aparece na linguagem da população inteira desde os homens iletrados até os nossos primeiros escritores.

O próprio Gonçalves Dias, que estudou em Coimbra e conhecia a fundo o idioma português, como o provou com as Sextilhas de Frei Antão, escrevia assim: *ligeiro barco, que geme e ruge, e empina-se insoffrido* (Adeus); ... *onde os seus passos deslisam-se macios* (O meu sepulcro); *como a virgem que n'uma hora ri-se e chora, depois chora e torna a rir* (A tempestade); *nenhuma flor, nenhum arbusto prestou-lhe grata sombra* (Analia); *quando o rey tinhalos juntos* (Sext. de Fr. Antão); *tremendo era na voz, quando no peito fervia-lhe o rancor* (O orgulhoso).

A nossa maneira fantasista (como alguns lhe chamam) de colocar os pronomes, forçosamente diversa da de Portugal, não é errônea, salvo se a gramática, depois de anunciar que observa e registra fatos, depois de reconhecer que os fenômenos linguísticos têm o seu histórico,

a sua evolução, ainda se julga com o direito de atirar, ciosa e receosa da mutabilidade, por cima do nosso idioma, a túnica de Nessus das regras arbitrárias e inflexíveis.

As línguas alteram-se com a mudança de meio; e o nosso modo de falar diverge e há de divergir, em muitos pontos, da linguagem lusitana. Muitas são já as diferenças atuais, que passam despercebidas por não haver um estudo feito neste sentido. Não é caso para eternamente nos julgarmos inferiores aos nossos “maiores”. De raciocínio em raciocínio chegaríamos ao absurdo de considerar extraordinário conhecedor da nossa língua, e mais profundo do que o mais culto brasileiro, o camponês analfabeto que, tendo tido a fortuna de nascer na Beira ou em Trás-os-Montes, pronuncia átonos os pronomes e, conseqüentemente, os coloca bem à portuguesa.

A verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral. Em que pese aos gramáticos, o único critério para julgar da correção da linguagem é, como muito bem diz o filólogo Sayce: “Custom alone can determine what is right and wrong, not the dictum of grammarians, however eminent”.

Para terminar o presente estudo, podemos resumir em poucas palavras as conclusões a que no levaram os fatos observados:

Na linguagem corrente de Portugal, os pronomes pessoais complementos colocam-se normalmente depois do verbo; podem, no entanto, deslocar-se. Essa deslocação efetua-se em virtude de uma lei fonética, a saber: quando não há pausa depois da palavra que precede o verbo, o pronome átono passa a interpor-se, ou seja, para amparar o primeiro vocábulo se tiver pronúncia fraca, ou para fazê-lo sobressair enfaticamente se tiver entonação própria. As exceções aparentes são devidas à interferência de outras leis.

Assim é que no infinitivo não flexionado o conceito do substantivamento pode neutralizar a ação atrativa de vocábulos átonos, como a preposição e o advérbio negativo.

Com os elementos fornecidos pela fonética, pode a sintaxe dar esta regra de anteposição do pronome, segundo o falar lusitano, tratando-se de orações de verbo finito: o pronome átono antepõe-se ao verbo nas frases negativas, nas interrogativas que comecem por pronome de interrogação ou partícula interrogativa, e nas subordinativas (com algumas exceções).

Acrescente-se ainda que o discurso não deve começar por pronome átono, que nas formas do futuro a posposição é substituída pela (aparente) interposição, e que nos chamados tempos compostos o pronome é enclítico do auxiliar e não do particípio passado.

No Brasil observa-se, como em Portugal, a construção quanto aos tempos compostos e quanto ao futuro (do presente e do pretérito), e, na linguagem literária, não se começa o discurso pelo pronome complemento. Outro tanto não se dá com a regra de anteposição há pouco formulada, que pressupõe pronúncia lusitana nos pronomes, nas partículas e na frase em geral. As condições de pronúncia são outras no Brasil; logo essa regularidade não pode existir. A regularidade lusitana é correta em Portugal; a liberdade de colocação é correta no Brasil, conforme já está sancionada na linguagem literária pelos escritores brasileiros. Ocioso seria querer um povo imitar o outro; e tanto custa ao brasileiro imitar o português, quanto é difícil a este o acompanhar-nos a nós. O que num país parece brotar espontâneo ao ar livre, noutro só se conseguiria a poder de cultura em atmosfera artificial.

## ∞ *O infinitivo pessoal*

**N**o infinitivo flexionado, possui o português uma forma extremamente curiosa, estranha às línguas irmãs como a quaisquer outras fora do domínio românico.

Vestígios se encontram, todavia, em documentos antigos de haver-se usado a princípio o infinitivo pessoal ainda em outras partes da península. Ocorre também em napolitano, mas – circunstância bem notável – somente em escritos do século XV.

Fato muito positivo é que este infinitivo se encontra nos mais antigos monumentos da língua portuguesa, parecendo ter nascido com o próprio idioma. E o que mais surpreende é que, apesar do íntimo parentesco do português com o castelhano, ficasse este desprovido do infinitivo pessoal e, apesar do contacto da nossa literatura com o castelhano e mais tarde com o francês e outros idiomas, nenhuma língua, absolutamente nenhuma, influenciasse o português no sentido de restringir-lhe de algum modo o uso do infinitivo flexionado.

Pelo contrário. Esta forma resistiu a todas as influências estranhas desde que apareceu, e o seu uso, quando muito, tem-se ampliado nos nossos escritores modernos.

Vem a propósito mencionar um fato muito significativo, observado por Frederico Diez. Houve, como se sabe, um tempo em Portugal, em que os poetas escreviam as suas obras parte em português e parte em espanhol, língua que lhes era bastante familiar. Pois bem; todos eles, excetuando unicamente Camões, cometeram o erro de empregar o infinitivo flexionado em espanhol, como se também o castelhano conhecesse semelhante forma.

Dáí não se infira que naquela época, ou em outra qualquer, estivesse tão em voga o uso do infinitivo pessoal no seio da nossa língua, a ponto de já não discernirem os escritores os casos que exigem rigorosamente a forma sem flexão daqueles em que podiam socorrer-se da forma flexionada. Que esta conclusão seria muito errônea, provam-no à saciedade os fatos da linguagem.

Comecemos por mostrar que o infinitivo pessoal é realmente coisa antiquíssima em português.

As crônicas e memórias de Santa Cruz de Coimbra, transcritas na magistral publicação *Portugalia Monumenta Historica*, fornecem-nos exemplos como estes: *E o prior dom Jobam pos homens pera a defensarem; e deu pera comprarem em beens de raiz oyteenta mil dinheiros douro*. Numerosos exemplos encontramos no Livro de Linhagens; bastará, porém, citarmos as palavras com que esta obra começa: *Por saberem os homens fidalgos de Portugal de qual linhagem vem... e por saberem como som parentes, fazemos escreuer este liuro*. No foral de Lisboa (1179) lemos: *E a uos meus homens e vassalos e criados pera a morardes por deryto derdamento vola dey*.

Também nos Cancioneiros vamos encontrar não poucas vezes o infinitivo com flexão. Lembrarei apenas estas passagens: *E creede que averei prazer de me matardes* (Canc. Din., 587) *se en prazer vos caesse de quererdes prender doo de min* (Canc. Aj., 3).

Para provar a antiguidade da forma flexionada, não carecemos de aduzir mais argumentos. Importa, todavia, observar que muitos outros casos se nos deparam nos antigos textos, uns análogos aos exem-

plos que acabamos de ver, outros lançando luz sobre dúvidas suscitadas ultimamente.

Tais dúvidas nunca foram satisfatoriamente resolvidas, graças à facilidade com que certa regra cômoda, sem dúvida, mas não derivada da observação escrupulosa dos fatos, conseguiu impor-se e dominar no espírito de gramáticos pouco dados a investigações.

Chamam-lhe doutrina de Soares Barbosa e como dogma parecem aceitá-la; mas admira que, tendo atirado a um canto e entregue às traças todo o resto da *Gramática Filosófica* desse autor, por inconciliável com as nossas ideias de hoje, julguem uma irreverência entregar ao mesmo destino as páginas com as regras sobre o infinitivo.

Entretanto, basta ler com um pouco de atenção logo a primeira das regras para se nos deparar também aí a filosofia especulativa que ditou todo o livro. Quando Soares Barbosa estatui que, para se usar o infinitivo impessoal é preciso ter ele o *mesmo* sujeito que o verbo da oração regente, e exemplifica com *eu quero fazer, tu quiseste fazer, nós queremos fazer*, há realmente uma cousa que deve assombrar ao filósofo moderno. Desde quando a frase *eu quero fazer* comporta dois sujeitos, um para cada verbo. Desde quando há aí duas orações, uma regente, outra regida?

Este disparatado modo de dizer as cousas e, por outro lado, a contradição frequente entre as regras de Soares Barbosa e a lição dos escritores – contradição que, aliás, ele próprio mais de uma vez reconheceu – dão-nos sobejos motivos para desconfiarmos da consistência da doutrina formulada na velha *Gramática Filosófica*.

Ainda mais; a infalibilidade que alguns sem mais exame pretendiam atribuir ao autor, só na parte relativa ao infinitivo, ficará seriamente comprometida se averiguarmos que Soares Barbosa foi não somente o primeiro a formular as regras, mas também o primeiro a violá-las.

Deixo, porém, esse assunto por ora de parte, para me ocupar da questão do emprego do infinitivo, estudada diretamente nos textos da língua.

As minhas pesquisas levaram-me a distinguir dois casos ou, se quiserem, duas séries de casos: 1.º o infinitivo liga-se a um verbo de significação incompleta, formando, por assim dizer, com ele, um todo predicativo; 2.º o infinitivo tem ou admite um sujeito seu, pouco importando que seja igual ou não ao de outro verbo.

Exige o estudo minucioso da segunda hipótese, por ser um pouco complicada, bastante atenção da parte do leitor e, para compreender devidamente os resultados a que ele nos conduz, é mister possuir previamente sobre os casos incluídos na primeira das hipóteses noções bem definidas.

Nenhuma dúvida, pois, podemos ter sobre o método a seguir.

Quando dizemos que o infinitivo ocorre no discurso, unido a certos verbos sem existência própria, acodem logo à nossa mente os verbos classificados por gramáticos notáveis (Whitney, Vernalacken e outros) como auxiliares modais. Exercem esta função em português os verbos *poder, saber* (significando “ter aptidão”, cf. ing. *can*), *dever, haver de, ter de, querer*. Compêndios nossos são obscuros sobre a matéria, mas é bom lembrar que, quando um verbo, como os auxiliares modais, rege habitualmente outro verbo<sup>24</sup>, não devemos identificá-lo com os chamados transitivos, que se constroem com substantivos ou pronomes.

Quanto à forma infinitiva a usar, ocioso será dizer que *poder, querer, dever, etc.*, reclamam o infinitivo impessoal. *Devemos dizer* (e não *devemos dizermos*) é a linguagem usual e correta. Assim se escreve hoje e assim se escreveu sempre.

Mas não é só a auxiliares modais que se liga o infinitivo; ele também se emprega com os auxiliares causativos (denominação de acordo com Whitney e outros), que em português são representados pelos verbos *fazer, mandar, deixar*, sendo o auxiliar causati-

---

24  Às vezes omitimos o verbo principal. Assim *ele quer dinbeiro* equivale a *ele quer haver* (ou *possuir*) *dinbeiro*; *quero isto pronto* = *quero ver isto pronto*.

vo por excelência, ao passo que os dois últimos encerram ainda uma ideia secundária. Em outras línguas encontramos exemplos de verbos causativos formando sinteticamente, em vez dos auxiliares. Assim do latim *cado*, cair, formou-se *caído*, cuja significação primitiva era “fazer cair”. Do mesmo modo o inglês *to fall* deu o derivado *to fell*, e os verbos *to sit*, *to lie* deram respectivamente os derivados causativos *to set* e *to lay*, que a princípio significaram, respectivamente, *fazer ficar sentado* e *fazer ficar deitado*.

Este confronto não só justifica o chamarmos auxiliares causativos aos supracitados verbos portugueses, desde que o seu sentido se complete com outro verbo, mas ainda nos dá a chave de um enigma sintático que recebemos já do português antigo. Refiro-me ao uso do dativo pelo acusativo, tão frequente junto ao verbo *fazer*: *faço-lhes creer mentira* (Canc. da Aj., 48); *lhes fez o sen perder* (ib., 109); *lhes quero fazer veer* (ib., 156); ao lado de: *a melho'los fez ensandecer* (ib., 109). Admitir, em tais exemplos, o pronome dativo como sujeito do segundo verbo, equivaleria a admitir a construção do dativo com infinitivo, isto é, uma particularidade sintática que a gramática histórica não poderá explicar cabalmente. Compreenderemos, entretanto, o caso oblíquo em questão se o considerarmos *objeto* do segundo verbo e interpretarmos o pensamento “*fez-lhes perder o sentido*” deste modo: “*fez perder*”, isto é, “causou perda do sentido a eles.” Em Gil Vicente, lê-se: *tres cousas acbo que fazem ao doudo ser sandeu* (A. da Mof. Mendes).

Considerada em si, esta digressão pelo terreno teórico pouco nos deveria interessar. Não obstante, é de valor para o nosso estudo; deixa entrever esta regra o que a investigação dos fatos vem efetivamente confirmar: os auxiliares causativos *fazer*, *mandar*, *deixar* pedem o infinitivo impessoal.

A doutrina de Soares Barbosa ensina a gente a dizer: *não nos deixeis cairmos* (em vez de *cair*) *em tentação*, *faço-te estudaes* e outras belezas do mesmo jaez. Por mais que me esforçasse, não consegui averiguar a le-

gitudinalidade de semelhante linguagem. No Cancioneiro de D. Diniz lemos: *contra elas que faz viver tal vida* (2599), e no *Cancioneiro da Ajuda*, onde é usado com grande frequência, o auxiliar causativo *fazer* vem única e exclusivamente completado com o infinitivo impessoal. Do mesmo modo na obra *Portugaliae Monumenta Historica* vêm os auxiliares com o mesmo infinitivo impessoal: *nos foram vencer* (I. Script., 186); *mandou alcarac Reis e Infantes e outros altos homees acometer os christãos* (ib., 156); *fez vir a seu conselho todas aquelas nações dos christãos* (ib., 482), etc.

Prima também pela ausência a flexão no infinitivo dependente de *fazer*<sup>25</sup> na belíssima linguagem dos *Lusíadas*: *a muitos fez perder a vida e a terra* (3, 23); *os deuses faz descer ao vil terreno, e os humanos subir ao céu sereno* (9, 20) [e bem assim as passagens em 5, 67; 7, 11; 7, 61; 8, 98; 10, 6; 10, 50; 10, 142]. Exemplos análogos se encontram também em outros autores.

Além dos auxiliares causativos, possuímos uma série de verbos cuja função especial ainda não foi convenientemente assinalada nos compêndios de gramática. Ensina-se que os tempos do verbo se dividem, com relação ao tempo em que se fala, em presente, passado e futuro. Na prática, porém, não nos limitamos a isso. Muitas vezes carecemos de determinar com mais rigor o momento da ação. É este justamente o papel dos verbos a que me refiro. O ato de escrever no tempo presente pode ser enunciado de vários modos: *eu estou a escrever* (= escrevo neste momento); *costumo escrever* (= escrevo usualmente); *começo a escrever*; *con-*

---

25  Veja-se esta mão cheia de exemplos:

Farei os asnos zurrar,  
E cantar os rouxinoes.  
E farei cantar as rans  
De noite, e cantar os grilos,  
E as patas pelas manhans;  
E alimpar as maçans  
E florescer os pampillos.  
(Gil Vic., 3, 281)

*tinuo a escrever; acabo de escrever; cesso de escrever; vou escrever; torno a escrever, etc., etc.* É, fora de dúvida, que a ideia predominante e, portanto, o verbo principal, é *escrever*; enquanto *estar a, começar a, etc.*, que por si só nada valem, servem para indicar uma noção subsidiária (verbos auxiliares) de momento inicial ou começo, duração, repetição, continuação, terminação, etc., do ato de escrever.

Com a introdução do elemento psicológico no estudo das formas analíticas e aproximando mais do terreno semântico o árido estudo gramatical, afasto-me, sem dúvida, dos formalistas que até agora têm concebido a classificação dos verbos quase que exclusivamente à luz das formas sintéticas latinas. Estes classificadores não compreendiam a existência de verbos incoativos, frequentativos ou iterativos, se a língua latina não existisse.

Do ponto de vista que mais aceitável me parece, os aludidos verbos portugueses não passam de auxiliares, a que, por precisarem melhor o tempo da ação, poderemos chamar determinativos ou acurativos para os distinguir dos causativos e modais.

Ora, estes auxiliares acurativos têm de comum com os auxiliares modais e causativos o seguinte:

- 1.º Ligam-se a um infinitivo, que psicologicamente é o verbo principal;
- 2.º O sujeito da oração é indicado pela desinência desses auxiliares, ao passo que o verbo principal que os acompanha é uma forma nominal, de todo em todo *desprovida* de sujeito;
- 3.º Este verbo principal, junto aos ditos auxiliares, é expresso pelo infinitivo *sem flexão* ou impessoal.

Há ainda alguns verbos como *ousar, desejar, gostar de, vir, etc.*, que, sendo completados por outro verbo, não admitem a existência de um sujeito neste novo verbo e, portanto, só se empregam com o infinitivo

impessoal. Não os podemos, entretanto, acomodar em nenhum dos três grupos de auxiliares; mas isso é de somenos importância para a conclusão a que até agora temos chegado e que vem a ser: infinitivo sem sujeito é o mesmo que infinitivo sem flexão.

Se este resultado exprime ou não um princípio geral, verdadeiro, é o que nos há de dizer o estudo do infinitivo livre dos verbos de função auxiliar, modais, causativos, acurativos ou outros.

Antes, porém, de examinarmos a nova face da questão, cumpre notar que tenho por escusado aduzir exemplos com relação aos auxiliares *acabar de, estar a, continuar a, etc.*, por me parecer que o leitor não pode ter dúvida sobre se reclamam ou não o infinitivo impessoal. São casos corriqueiros, de que se topam exemplos, a cada passo, na leitura de qualquer livro.

Apesar disso, sou forçado a chamar a atenção para um equívoco de que foi vítima Silva Túlio. Diz este autor que os escritores usam com o verbo *começar* indiferentemente o infinitivo com ou sem flexão. Não há tal. Silva Túlio confunde talvez um exemplo esporádico com a generalidade dos casos. Vieira, Bernardes, Castilho lhe teriam fornecido, se os estudasse melhor, cabedal bastante para corrigir o engano. Em Camões encontraria só infinitivo impessoal com o verbo *começar* (Lus., I, 15; 5, 25; 5, 35; 5, 61; 6, 37; 9, 68; 9, 72). Do mesmo modo em Bernardim Ribeiro; e em uma só obra de Zurara enxergaria 202 exemplos de *começar* com infinitivo impessoal, faltando os casos de infinitivo flexionado. Se valesse a pena, e o espaço o permitisse, eu daria aqui a indicação das páginas, onde colhi este número respeitável de duas centenas de exemplos. A obra é a crônica de D. Pedro de Menezes, publicada na coleção de inéditos da História Portuguesa.

Despeado dos verbos de função auxiliar, o infinitivo não é necessariamente uma palavra livre de dependência. Há mais verbos que o podem governar, assim como pode vir regido – importa assinalar este fato – de um substantivo ou de um adjetivo.

Mas, ou seja, dependente ou não, é fora de dúvida que o infinitivo português, sem os auxiliares, tem *aptidão* para um sujeito; aptidão essa que cumpre não identificar com a noção de sujeito necessário, quase sempre sugerida pelas formas finitas. Exemplos de infinitivo com sujeito: *Ca a Deos prazia de elle ser regedor desta terra* (F. Lopes, D. J., I, c. 25); *não é tempo de me vós denegardes uma mercê* (Zur. D. P. Men., 475); *antes de as cousas terem ser, já estão julgadas* (Vieira, Sermon., 2 dom. adv.); *não era boa invenção a de os homens verem os corações* (Vieira, ib.).

Desta situação especial do nosso infinitivo, deve resultar um fato muito simples: há de vigorar a lei da concordância sempre que lhe dermos um sujeito no caso nominativo e, portanto, tão regular como o sujeito de outras formas verbais.

Parece isto intuitivo e admira, realmente, que os gramáticos se tenham descuidado da própria gramática ao ocuparem-se do infinitivo pessoal e impessoal. Um preconceito os faz desgarrar. A influência funesta de Jerônimo Soares os faz pensar em sujeito diferente, ou não, do de outro verbo, como se ao infinitivo sem a tutela de tal verbo falecesse o direito de existir; mas não reparam que, cerceando-se pelo infinitivo a lei da concordância verbal (em número e pessoa com o nominativo sujeito), a mesma concordância deixa de ser a lei.

Aprovam, com efeito, todos, a flexão em *não te admires de serem eles preferidos*. Onde fica, porém, o bom senso, a boa linguagem, a boa gramática, para nos julgarmos desobrigados de dizer, analogamente, *não te admires de seres tu o preferido*? Ou porventura *não te admires de ser tu* é português mais castiço?

Nos *Lusíadas*, há aquele vigoroso *não te espantes de Baco nos teus reinos receberes*. Mal sabia, porém, Camões que lhe haviam de colaborar no pensamento alguns séculos mais tarde e propor esta corrigenda: *não te espantes de Baco nos teus reinos receber*. Como se fosse Baco, e não Netuno, o sujeito; como se o deus do vinho tivesse ido dar alguma recepção no reino d'água! Por muito menos escreveu Castilho Antonio, ainda de-

pois, apesar do preceito de Jerônimo Soares: *Assombram-se as Nereidas de avistarem... bosques, edificios* (Metam., 23).

Nem sempre é conspícuo o sujeito, e é aí que bate o ponto. Se, em lugar de um nome, for pronome pessoal em nominativo, podemos subentendê-lo. Contentamo-nos quase sempre com a flexão do verbo sem mencionar o pronome.

Isto nos obriga a apurar de outro modo as condições em que o sentido vago da forma nominal passa a ser limitado e referido particularmente a certo agente, resultando daí a concordância do verbo com esse agente.

A necessidade de clareza é, sem dúvida, o caso que primeiro se nos apresenta. Torna-se obrigatória a individuação naquelas construções onde o ato, vagamente expresso pelo infinitivo, poderia referir-se a pessoa ou cousa diversa da que temos em mente. Um exemplo frisante é o já citado *não te espantes de Baco nos teus reinos receberes*.

Não têm conta os exemplos deste gênero e, às vezes, o realce parece determinado simplesmente por achar-se o verbo perto de um nome a que não se refere. Esta aplicação da lei do contraste torna claríssimo o pensamento, poupando esforço ao leitor. Casos em que o relevo do sujeito é indispensável ou conveniente: *Poede en uosos corações de husardes o que husaron aqueles donde viides* (L. de Linh., 186); *e creede que averei prazer de me matardes* (Canc. Din., 587); *deixas criar ás portas o inimigo, por ires buscar outro de tão longe* (Cam. Lus., 4, 101); *pedem as figuras alfinetes para toucarem um Escudeiro* (Cam., El-rei Seleuco); *o mensageiro co'a embaixada alegre se partia para a frota... Enchem-se os peitos todos de alegria por terem o remedio verdadeiro* [i. e. têm o remédio os portugueses, não o mensageiro], (Cam., Lus., 2, 89); *dirão que... nos trouxestes a este deserto, para aqui nos tirardes a vida e nos sepultardes* [o autor põe em relevo que é Deus, e não o deserto, quem tira a vida e sepulta], (Vieira, Serm., arm. de Port.); *és nascido para nos alegrares* [dif. de “para nos alegrarmos”] *e espojares com riso* (Bern., Flor., I, 51); *vejo agora que era um insensato, quando imaginava que valia a pena de sacrificares*

[i. e. tu e não eu] *alguma cousa ao teu e ao meu futuro; que valia a pena de não poupares um... esforço* (Herc., M. de C., I, 284)<sup>26</sup>.

É fácil de ver quanto lucra a clareza com a particularização do sujeito e consequente concordância do infinitivo. Basta uma simples experiência: ler os trechos supracitados, suprimindo a flexão nos infinitivos.

Do realce destinado a evitar o sentido ambíguo, ou facilitar a compreensão, para o realce por ênfase há apenas um passo. A desinência pessoal no infinitivo deixa-nos como que ver os contornos e o desenho da imagem do sujeito; mas serve igualmente para dar colorido e vigor à imagem já desenhada.

Esta dupla propriedade do infinitivo flexionado compreenderam-na os escritores portugueses desde os tempos mais remotos da língua até a atualidade; e, socorrendo-se do infinitivo enfático ou retórico, obtiveram, em muitíssimas ocasiões, efeitos surpreendentes de energia, concisão e beleza de linguagem.

Já no muito prosaico *Livro de Linbagens* encontramos, em uma exclamação, ao lado de um infinitivo não flexionado (*manteer*, talvez por *poderen manteer*) um outro claramente personalizado (*averem*): “... *quatro mil caualeiros manteer lide a tantos e tam boos como os meus eram! En acabamento per hum paaõ auerem de uencer!*” (p. 189).

Em Azurara destaca-se, entre numerosos exemplos, esta súplica tocante, realçada pelo infinitivo enfático: *Som pobre e jaço neste cativoiro e nom ey remedio algum, se te prouvesse pelo amor de Deus e do nosso santo Profeta pedires lá por essas aldêas pera me tirares d'aquí, averás grande mercê.*

Camões, para representar vigorosamente um esforço quase sobre-humano, o domínio sobre sentimentos naturais, impossível, talvez, em outros que não os valorosos lusitanos, põe em relevo a pessoa em cada um dos atos neste trecho magistral: *Nós outros, sem a vista alevan-*

---

26 ∞ Para mais exemplos, veja-se o cap. *Infinitivo Pessoal*, do meu trabalho *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*.

*tarnos nem a mãe, nem a esposa, neste estado, por nos não maguarmos ou mudarmos do proposito firme começado, determinei de assi nos embarcarmos sem o despedimento costumado* (Lus., 4, 93).

E se o Gama, entre gente remota, faz ver quanto valem os portugueses, esses mesmos homens, por outro lado, sabem ser modestos, humildes e obedientes em presença de seu rei: *Só pera fazer versos deleitosos servimos* (Lus., 10, 82); *por vos servir a tudo aparelhados* (ib., 10, 148); *sem dar resposta prontos e contentes* [cf. o contraste: *como estais sem irdes pregar a santa fé?*] (ib., 10, 119). Demos aos verbos aqui a desinência pessoal, e a modéstia converter-se-á em petulância e ênfatuação.

Tem-se dito que os poetas empregam, por vezes, uma ou outra forma do infinitivo conforme as necessidades do verso. Não discuto se há poesias feitas com recursos de segunda ordem. Mas as aparências iludem, e nos *Lusíadas* não vejo exemplo de infinitivo flexionado, i. e. de realce de pessoa, quando essa pessoa, por um motivo qualquer, inteligível pelo contexto, tenha de ficar em segundo plano.

A explicação cediça, e sobremodo cômoda, deu-a também Cândido de Figueiredo, relativamente a certo exemplo de Castilho. Ora, como encontramos neste escritor ainda um número sofrível de iguais ou, talvez, piores “tolices” (é a expressão de C. de F.), ficamos sabendo mais esta novidade: que o tradutor de Virgílio e Ovídio, além da falta de originalidade, possuía o defeito de suar em bica para acertar seus versos.

O Sr. Cândido de Figueiredo não é filólogo; escreve por palpite e não lê autores senão por alto. Manuseasse as obras de Castilho e teria buscado outra explicação, acomodável também a exemplos elaborados em muito boa prosa; *Haviam de subtrahir ao monumento sem o enfraquecerem* (Tart., prefácio XIX); *pena tivemos nós, confessamol-o, de não havermos podido chrismar* (ib., pref. X); *Valerio e Marianna ficam algum tempo de mãos dadas sem se olharem* (ib. p. 74); *que se devem ausentar para não tolherem a confidencia* (Misanthr., 100); *D. Rosalia e Frederico apartam-se para um canto da sala a conversarem animadamente, mas sem serem ouvidos do espectador* (ib., 74).

O que aí há são casos de infinitivo flexionado, uns empregados por ênfase, outros por simples clareza do sentido.

Entre os modernos, é talvez Herculano quem melhor conhece os segredos do infinitivo enfático. Em suas obras existem passagens sublimes, onde a eliminação da desinência pessoal do verbo seria o mesmo que inutilizar uma teia de valor: *Morreres?! Oh não! Salvaste Hermengarda do opprobrio* (Eur., 289); [e com o pronome claro para reforçar: *Tu, Hermengarda, recordares-te?!* (ib., 46)]; *perdoe-te o céu o haveres-me obrigado a sacrificar aos pés desse orgulho o sentimento de amor* (ib., 283); *matei-te como um cão, sem um instante para implorares a misericórdia de Deus* (M. de C., 2, 324); *infiel, grande era o preço que davas por uma filha da serva raça dos godos: guarda-o para o empregares melhor: para comprares as livres e nobres donzellas do teu paiz* (Eur., 201); *devem buscar-se, unificar-se, completar-se até irem* (ênfase), *depois da morte, formar... uma só existencia* (ib., 281).

Seja aqui dito de passagem que Cândido de Figueiredo, referindo-se ao autor do *Monasticon*, naturalmente sem o estudar, exprime-se assim: “E, quando fala o Herculano, é perigoso erguer a grimpa”<sup>27</sup>.

No emprego do infinitivo enfático, como na ênfase em geral, deve-se levar em conta a intenção, o elemento subjetivo, e neste ponto o gramático, não podendo colaborar no pensamento do autor, fica impossibilitado de decretar leis.

Já houve quem tentasse fazer uma lista de verbos que pediriam, uns o infinitivo impessoal, outros o pessoal. Por minha parte tenho colecionado, neste sentido, um material bastante vasto; mas, confrontando entre si os casos análogos, obtive este resultado: fazendo abstração do infinitivo dependente de verbo com função auxiliar, não descobri nem verbo, nem substantivo, nem adjetivo que possuísse o privilégio de impedir o emprego do infinitivo enfático. E o que é condenável não é a ênfase em si, mas o abuso, o pôr em relevo a pessoa, tratando-se de

---

27 ∞ No *Jornal do Commercio* de 12 de fevereiro de 1907.

um fato secundário, ou quando a relação entre a pessoa e o verbo é banal e óbvia ao leitor.

A necessidade de clareza (não a ênfase) faz o infinitivo flexionado invadir, às vezes, um território onde, em princípio, lhe é defeso entrar. Absolutamente descabido junto de um verbo de função auxiliar, quando este verbo se ache imediatamente antes (ou depois), o infinitivo flexionado tolera-se, todavia, se, pela interposição de dizeres mais ou menos extensos, ficar o verbo principal um tanto longe do seu auxiliar.

Tal é o caso se, por exemplo, um mesmo auxiliar tiver de servir, sem ser novamente mencionado, para dois ou mais verbos principais seguidos dos respectivos complementos. O último infinitivo terá flexão. Escasseiam os exemplos na linguagem concisa e elegante (não os encontrei nos *Lusíadas* nem nos *Cancioneiros*), ao passo que se nos deparam mais a miúdo nos períodos e orações complexas e alentadas de certos prosadores.

Castilho Antonio escreveu *Deviam-no trazer todos vocês nas palmas das mãos, dar mil graças aos céus, e acabarem de crer* (Tart., II). Em Herculano se lê: *Mas a selva já começa a rarear, e os ginetes a esfolegarem com mais violencia* (Eur., 227). E nos períodos estirados de Zurara há vários exemplos como este: *E aquellos que alli nom vierom podeislbes notificar vossa tençom, pedindolbes conselbo e ajuda... e des y ordenardes per bom espaço como la vades com entençom de morrer ou vencer.* (D. P. Men., 482, na Col. de Ined. Port.).

Nesta crônica de D. Pedro de Menezes, cujos exemplos examinei, observa-se um fato filológico interessante. É que há aí um número respeitável dessas passagens de longo fôlego, com frases campanudas e infinitivos arrojados, mas (excetuando-se talvez dois casos) somente quando o autor procura reproduzir o falar bravio e rude de certos personagens. Se é o próprio cronista quem fala, vê-se que ele acha a linguagem literária digna de ser mais cuidada e polida.

Nem é difícil evitar semelhantes construções e, com elas, a flexão da forma nominal: ou redigindo por outra forma, ou repetindo o ver-

bo auxiliar (que também poderá ser substituído por palavra de sentido equivalente).

Vem aqui a propósito lançar um pouco a vista sobre o estranho argumento de que se utiliza o autor da mais extravagante teoria que já se inventou sobre o infinitivo pessoal. Pretende Rui Barbosa que, no português antigo, a forma nominal flexionada se usava sem discernimento, ainda quando se tratasse de infinitivo próximo de seu auxiliar modal. É inexato. Não há prova disso, absolutamente nenhuma. Nem ele a exhibe, nem a poderia exhibir; mas, entre citações numerosas e alheias ao caso, encrava ele um curioso exemplo, diante do qual o leitor é forçado a estacar um momento: *não podem serem em um accordo*, Azurara, Cr. de D. João I, cap. 5.

Uma andorinha não faz verão, e aquele solitário exemplo, a ser verdadeiro, não é o bastante para servir de base a uma doutrina nova e original. Podia ser descuido do autor ou de quem lhe imprimiu a obra. Mas o citador faz cabedal do seu achado, e a ele torna mais de uma vez, avivando-nos por esse modo a atenção. É o caso de confrontarmos a cópia com o original, a ver se, pelo menos, o contexto nos explica a esquisitice: *não podem serem*.

Não é, porém, exatamente isso o que está na primeira (e única, diz Inocêncio,) edição da *Chronica del rey D. Joan I*, 3.<sup>a</sup> parte composta por Gomez Eannes d'Azurara, Lisboa, 1644. Leio aí no cap. 5 bem nitidamente: *ca Elrey he em mui piquena idade, por cuja rezão todo seu Reyno se rege por tutores, os quaes continuamente nam podem ser em hum acordo*.

Logo, na citação *não podem serem*, por *não podem ser*, o que parece haver é simplesmente um pequenino enxerto moderno. Que o cronista não tinha o hábito de maltratar a língua, vê-se ainda no próprio capítulo 5, onde, além do citado exemplo de infinitivo impessoal com o verbo *poder*, se encontram ainda os seguintes: *já agora os nossos mercadores poderam ir seguramente por toda Hespanha; de que nos poderam trazer muitas nobres cousas; correm as nouas polas cidades e villas as quaes continuadamente não podem ser alegres;*

*para que possamos cobrar salvação para nossas almas; com que poderão fazer grande empecimento a seus amigos.*

Rui Barbosa diagnosticou algures amaurose em quem não alcança a clareza de certas argumentações. De que moléstia de olhos, cruel e atroz, não deverá então sofrer aquele que não consegue enxergar essa enxurrada de exemplos em um capítulo de 4 páginas de texto impresso em letras garrafais!

De um exemplo relativo ao auxiliar *soer*, *soem elas fazerem-se*, encontrável em Bernardim Ribeiro, que mais poderemos dizer, pois outros exemplos nos falecem, senão que o aparecimento de uma única ave de arribação nada exprime? Mormente quando, longe de ser prenúncio de estio, parece, antes, o primeiro sintoma de outono de uma vida literária a intrincada contextura do período em que o caso se nos depara<sup>28</sup>.

E não seria mais avisado, antes de aventurar qualquer conclusão, atentar também nos demais casos em que o mesmo autor emprega o verbo *soer*? Ao lado daquele *soem elas fazerem-se*, duvidoso e único (posso asseverar que é o único em Bernardim Ribeiro), não haviam de ficar mal os corretíssimos e numerosos exemplos de *soer* com infinitivo impessoal existentes nas obras do mesmo escritor: *sobiamos a passar* (Men. e Moça, p. 20); *sobiam fazer* (ib., p. 24); *sobiam gentes andar nelles* (ib., p. 36); *soem trazer* (ib., p. 89); *soem ellas ás vezes vir* (ib., p. 105); *soem levar* (Eglog., p. 297); *sobieis de pascer* (ib., p. 301); *soem os tristes pastores... desabafar* (ib., p. 312); *não sobias assim ser* (ib., p. 336).

Nada lucrou a sintaxe histórica com os dois exemplos apontados: um inexistente, o outro inconsistente. Com o labor aturado e de muita paciência dos colecionadores de raridades, podem-se de longe em longe descobrir, em outras obras, *rari nantes in gurgite vasto*. Mas daí o que se

---

28  O período é este: *Nas maguas que as lagrimas tem feitas no vosso rosto (que para esse efeito parece que não foi dado) entendo eu quam dada deveis ser aos cuidados, que não soem ellas fazerem-se de balde.* Men. e Moça, cap. III. *Elas quem? mágoas ou lágrimas? Pelo sentido parece mágoas, mas a redação não é boa.*

conclui? Que se deve ignorar deliberadamente a massa esmagadora dos fatos em contrário e anunciar com ousadia que “não houve discernimento” no emprego do infinito pessoal? Que a “sistematização gramatical” (de Soares Barbosa no século XIX?) lhe veio por fim assinar as funções a esse infinitivo?<sup>29</sup>.

Páginas antes o autor da Réplica esposava esta opinião muito acertada; tomam a nuvem por Juno os que não admitem nos “clássicos” um defeito, um erro qualquer. Mas por que é que há de ser infalível o gramático? Que títulos tem Jerônimo Soares para o aceitarmos como oráculo supremo? O dilema (ou sujeito diverso, ou sujeito igual) com que nos presenteou para achar o argueiro na vista alheia, deixa sem resposta os casos de infinitivo independente de outro verbo. Precedendo-nos com o exemplo, devia ser ele o primeiro a mostrar o bom caminho; no entanto, lê-se isto no seu livro: *Todas as grammaticas... têm o commun de serem uns systemas analogicos* (Soar. Barb., Gram. Fil., XI); *assim as palavras, para representarem estas relações mutuas, tomavam ou diferentes formas ou diferentes proposições* (ib., VIII); *são determinados a fazerem a segunda pessoa* (ib., I48); *estas expressões, além de serem improprias, são de natureza ambiguas* (ib., I61).

Soares Barbosa é incongruente: não sabe o que faz nem o que diz. Condena, por ter infinitivo pessoal, a frase camoniana: *folgarás de veres a policia* (Lus., 7, 72). Fora do contexto, efetivamente não soa bem; quando, porém, lendo os *Lusíadas*, notamos que Monçaide procura

---

29  Na Réplica ao Proj. do Cod. Civ. também se afirma que o critério de Jerônimo Soares é ainda o que hoje aceitam bons gramáticos, entre eles João Ribeiro. Mas a verdade é que na mesma obra citada, mesma edição, e em face da mesma página, João Ribeiro nos previne contra tal critério: “As regras com que J. Soares Barbosa supunha resolver a questão do infinito, são antes considerações desconexas sem valor teórico nem prático.”

Dir-se-á que houve contradição da parte do gramático. O caso é outro. Das sete regras para o emprego do infinito pessoal, Rui Barbosa limitou-se a citar unicamente esta: “Quando tem um sujeito diferente do outro verbo...” Contava, decerto, o crítico que o leitor concluiria pela necessidade de admitir fatalmente a proposição recíproca.

mover o Catual a ir pessoalmente ver com os próprios olhos a frota portuguesa e o que nela se contém, já a impressão não é a mesma. *Se duvidares da minha palavra, diz Monçaide, se esta informação não for inteira tanto quanto convem... vai ver-lhe a frota, as armas... e folgarás de veres* [i. e. tu com teus próprios olhos] *a policia portugueza na paz e na milicia*. Foi o mesmo intuito de realçar a pessoa a quem a ação é referida que ditou a Antonio Vieira este trecho: *... antes tem obrigação as Religiosas Portuguezas de se edificarem e alegrarem muito de verem (sobre hum tão grande exemplo) hum tão novo e particular espirito na profissão de seu estado* (Serm., 5, 569). E ainda modernamente Castilho no já citado: *assombram-se as Nereidas de avistarem... bosques, edificios*.

Como quer que seja, Soares Barbosa condena o *folgarás de veres a policia dos Lusíadas*. Não devia. Está muito correta a frase, mercê da própria regra:

Usa-se do pessoal... 2.º Quando a oração do infinito, ou como sujeito e attributo de outro verbo, ou como complemento de alguma preposição, se toma em um sentido não já abstracto, mas pessoal.” (Soares Barbosa, Gram. Fil.).

Ou ainda, com exemplos esclarecedores:

“Uza do segundo [infinito pessoal] ou quando o sujeito de ambos os verbos he differente...; ou com as Preposições quando determinão infinito pessoal, como: *Para aprenderes a Grammatica Latina has mister saberes a tua* (Ut Latinam Grammaticam discas, tuam novisse opus habes). Se se não determina a pessoa, basta dizer: *Para aprender a Grammatica Latina has mister saber a propria* (Ad Latinam Grammaticam discendam, vernaculam didicisse opus est.” (Soares Barb. As duas Línguas ou Gramática Filos. da Língua Portug. comparada com a latina, etc., págs. II6-II7.)

O exemplo camoniano *não te espantes de Baco nos teus reinos receberes* pareceu também errado ao mesmo gramático. Está duplamente certo segundo a sua teoria: 1.º porque o infinitivo está regido de preposição e determina-se a pessoa; 2.º porque a regra primeira reza assim: “[Usa do pessoal] quando o sujeito do infinito é diferente do verbo finito que determina a linguagem infinita: ou pode haver equivocação sobre qual é o de quem se fala, ainda que seja o mesmo. Então esta linguagem infinita para distinção dos dous sujeitos toma diferentes terminações pessoais com as quais se tira o equívoco”. E mais adiante: “... Em todo o caso é sempre para tirar qualquer equivocação ou incerteza que possa haver sobre se é ou não o mesmo sujeito de ambos os verbos...” (Veja-se Soares Barbosa, Gram. Fil.).

A única cousa errada no trecho camoniano é a sua cópia na Gramática Filosófica. Camões não escreveu *de a Baco receberes*, porém *de Baco*<sup>30</sup> (sem a preposição *a*) *receberes*. (Veja-se a edição de 1572). Daí talvez a crítica.

Em tudo isso vê-se o natural conflito entre o prurido de sujeitar tudo a uma fórmula simples, mas fantasiosa, arbitrária, e o sentimento da linguagem que puxa as cousas vigorosamente em outra direção. Pondo de parte uma ou outra anomalia, uma dessas irregularidades que raríssimas vezes ocorrem, creio que o sentimento de linguagem comum aos escritores, o critério que para o emprego das duas formas infinitivas tem presidido desde os mais antigos tempos da língua até os mais modernos, reduz-se em substância ao seguinte:

Infinitivo SEM FLEXÃO:

- 1.º sempre que o verbo indicar a ação em geral, como se fora um nome abstrato, ou quando não se cogita da pessoa, ex.: *estudar* (= *o estudo*) *aproveita*. É o caso mais comum.

---

30 ☞ Ou Baccho, segundo a ortografia do tempo.

- 2.º nas linguagens compostas e perifrásticas, sendo apenas lícita a flexão no caso de vir o infinitivo afastado de seu auxiliar, a ponto de tornar-se obscuro o sentido se esse auxiliar não for lembrado novamente pela flexão.

#### Infinitivo FLEXIONADO:

- 1.º sempre que o infinitivo estiver acompanhado de um nominativo sujeito, nome ou pronome (quer igual ao de outro verbo, quer diferente).
- 2.º sempre que se tornar necessário destacar o agente e referir a ação especialmente a um sujeito, seja para evitar confusão, seja para tornar mais claro o pensamento. O infinitivo concordará com o sujeito que temos em mente.
- 3.º quando o autor intencionalmente põe em relevo a pessoa a que o verbo se refere.

Por outros termos: determinam o uso do infinitivo flexionado: a presença do nominativo sujeito, e, portanto, a *simples* concordância obrigatória; o *realce necessário* do sujeito para facilitar a compreensão (inf. de clareza) e, finalmente, o *realce intencional* para pôr em relevo a pessoa de quem se trata (inf. enfático).

Se o sujeito do infinitivo for um nome ou pronome em caso oblíquo, e, portanto, simultaneamente objeto de outro verbo, a lei da concordância obrigatória não o atinge. A flexão em tal caso só será empregada por motivo de realce.

Este princípio – verdadeira lacuna nos compêndios gramaticais – encontro eu confirmado no Canc. da Aj.: *Vejeu as gentes andar* (e não *andarem*) *revolvendo... os corações* (435), e bem assim o infinitivo sem flexão em todos os mais exemplos (160, 352, 358, 398, etc.). Em Zurara (cr. de D. P. Men.) contei 51 casos de *ver + inf.* impessoal e um único de

infinitivo flexionado. Em Bernardim Ribeiro há 10 casos sem flexão e 3 de flexão. Nos *Lusíadas* ocorrem apenas 5 exemplos de *ver* + inf. pessoal, ao passo que são em número de 12 os casos contrários. Confrontem-se entre outros: *E vereis ir cortando o salso argento os vossos argonautas* (I, 18); *cousa... de alto espanto ver as nuvens do mar, com largo cano, sorver as altas aguas do oceano* (5, 18); *mas quando eu para cá vi tantos vir daquelles cães* (5, 35); *verão morrer com fome os filhos caros...; verão os Cafres... tirar á linda dama seus vestidos* (5, 47); *verá braços e pernas ir nadando* (10, 36); ao lado de: *com pequenas crianças viu a gente terem [brutas feras e aves agrestes] tão piadoso sentimento* (3, 126); *viu de antigos, longinquos e altos montes nascerem duas claras e altas fontes* (4, 69); *vimos as Ursas, apesar de Juno, banharem-se nas aguas de Neptuno* (5, 15).

Largo uso de realce, ao lado da forma simples, faz Herculano com os verbos *ver* e *sentir*: *Sentiu... lagrimas... traspasarem-lhe* (M. de C., I, 18); mas: *sentia-os parar* (ib., 266); *viram os castelhanos saquearem e queimarem o bairro* (Eur., 171), mas: *vira descer as mãos de Ruy Casco sobre as orelhas da tia Domingas* (M. de C., I, 76); *viu alvejar os turbantes e, depois, surgirem rostos tostados e, depois, reluzirem armas* (Eur., 233); *os pastores viram os nossos cavalleiros transporem o Sallia* (Eur., 26), mas: *algum tanto commovido com ver rolar duas lagrimas pelas faces do licenciado* (M. de C., I, 233). Parece haver predileção pela forma flexionada quando ao infinitivo se segue pronome átono: *sentem... gotejarem-lhe... os ramos* (Lendas e Narr., 2, 46), mas: *sentiam ranger e estalar as vigas de um simples* (ib., I, 286).

Com o verbo *ouvir* só tenho colhido casos de infinitivo sem flexão; mas os exemplos rareiam, e é possível que os haja também com o infinitivo flexionado: *ouviu ramalbar as arvores* (Herc., Lendas e Narr., 2, 40); *tenbo-vos mais de uma vez ouvido falar* (Herc., M. de C., I, 228). Muitas vezes é evidente o uso do dativo: *terras senhoriaes, de que ouvira mais de uma vez falar a velhos cavalleiros* (Herc., ib., I, 228).

Com o verbo *parecer* dá-se um fato curioso. Ele usa-se, como é sabido, tanto impessoal como pessoalmente. Na primeira hipótese, tere-

mos o infinitivo flexionado: *os quaes lhes pareceu dirigirem-se para o lado do celebre mosteiro* (Herc., Eur., 169); ... *lhes parece verem passar... um cavalleiro* (ib., 194). Na segunda, deve-se esperar o infinitivo sem flexão: *os mares pareciam sorrir-lhe* (ib., 278). Mas há ainda um terceiro caso, a cujo uso não deve ter sido estranho o contágio, a influência mútua das acepções, pessoal e impessoal, do verbo *parecer*: *as aves aquaticas redemoinhavam... e pareciam, nos seus vôos incertos... folgarem com os primeiros dias da estação dos amores* (Herc., Eur., 42 e *passim*).



Nenhuma referência fiz até aqui à doutrina de Fred. Diez. O sábio alemão tem, sobre Soares Barbosa, a grande qualidade de não ser contraditório e difuso. Suas proposições são despreziosas e *a posteriori*; representam a síntese de observações feitas em um material linguístico considerável. Não podia deixar de descobrir o absurdo dos que propunham como pedra de toque o sujeito igual ou diverso. Na sua obra se encontra pela primeira vez claramente enunciada esta verdade: o infinitivo dependente de auxiliar modal usa-se sem flexão. Para o caso do infinitivo pessoal Fred. Diez achou um critério que estabelece limites ao uso dessa forma. Não é um preceito, como alguns supõem. Mas esse critério peca por demasiado amplo.

Junto aos causativos *fazer, mandar*, etc., o infinitivo em português também é desdobrável em oração de verbo finito. Diez parece desconhecer esta singularidade da nossa língua, e, admitir ou recomendar aí o infinitivo pessoal, faria cometer o mesmo erro a que nos obriga a fórmula imaginada por Soares Barbosa.

A obra de Fred. Diez pertence hoje ao número dos livros raros. Para o leitor que tiver a curiosidade de conhecer a doutrina e não se achar familiarizado com a língua alemã, transcrevo da tradução francesa. Depois de assinalada a existência do infinitivo flexionado, lemos:

“Toutefois cet infinitif ne s’emploie que dans les cas où il est possible de l’échanger contre un mode fini, où par conséquent il peut se dégager du rapport de dépendance qui le rattache au verbe principal. Il est indifférent que cet infinitif ait son sujet propre ou non.”

(Seguem-se exemplos com sujeito especial e com sujeito comum).

Depois de dizer que o infinitivo flexionado se combina, como o não-flexionado, também com o pronome pessoal, quer como sujeito, quer como objeto (o que, aliás, tem restrições, segundo verificamos), prossegue:

*“Si cette condition fait défaut, si l’infinitif dépend par exemple d’auxiliaires de mode, il ne se conjugue pas.”*

E depois de exemplificar:

*“On supprime parfois la flexion, lorsque la clarté n’en souffre pas.”*

(Vêm os exemplos). Finalmente:

*“Parfois on l’ajoute arbitrairement.”*

(Exemplifica).

O autor da *Réplica* não admite a opinião do filólogo alemão. Discordamos também nós. Mas daí a atribuir a Diez e a Julio Ribeiro, que lhe encampa a teoria, cousa em que nem um nem outro jamais pensou, vai uma distância enorme. Substituir um pensamento por outro, depar períodos de modo a viciar-lhes o sentido, não me parece recurso digno de quem deseja mostrar a superioridade da sua opinião. Para

que se veja o próprio mérito será preciso que ao pé de mim, que em torno de minha pessoa, só existam nulidades? Será generoso de minha parte colocar injustamente na sombra o meu adversário para que só resplandeça a luz do meu saber?

E no entanto dir-se-ia estarmos presenciando um espetáculo deste gênero em um dos capítulos da alentada *Réplica*. Sabia o fundador da filologia românica muito bem que existem, nos escritores da nossa língua, alguns casos em que, contrariamente à regra, aparece o infinitivo acrescentado de flexão. Lá está a observação *parfois on l'ajoute arbitrairement* para dissipar dúvidas. Que faz o autor da *Réplica*? Cita um trecho da gramática de Fred. Diez, mas para a meio caminho e passa em silêncio aquela nota final. E para quê? Para produzir-nos a impressão de um filólogo sem escrúpulos, para atirar-se das alturas sobre a vítima e arrogar a si a glória da descoberta dos casos arbitrários. E é por essa ocasião que descobre em Azurara o *não podem serem em un accordo*, quando, aliás, o cronista escrevera: *não podem ser*.

Da primeira regra, que começa por *Toutefois cet infinitif ne s'emploie que dans les cas*, etc. (queira o leitor tornar a lê-la), reproduz o crítico unicamente o tópico final: *Il est indifférent que cet infinitif ait son sujet propre ou non*, seguido dos respectivos exemplos. A omissão da primeira parte seria inocente se daí resultasse uma conclusão legítima. Mas, ou que se esquecesse que, páginas antes, fizera a citação para outro efeito, ou que, tendo em pouco a memória do leitor, lhe convinha denegrir, com a citação truncada, ainda uma vez o nome de Fred. Diez e de um gramático brasileiro, o certo é que o autor da *Réplica* escreve isto:

“A subsistir, portanto, a doutrina do filólogo alemão e do gramático paulista, ninguém se poderá escandalizar, quando se escrevam proposições deste jaez: *Vão correrem. Podem saírem. Busquem fugirem. Não de morrerem. Queiram entrarem. Deixem-se estarem. Tentaram correrem. Procurae beberdes. Foram estudarem. Ousaram escreve-*

*rem. Sentem ficarem. Ide repousardes. Pensam lucrarem. Dizem serem. Cuidam vencerem. Imaginam ganharem. Lograram fazerem. Resolveram acabarem. Foram jantarem. Vieram dormirem. Irão trabalharem. Grandes antecedentes clássicos as autorizam.”*

Entre parênteses: Quais são os antecedentes clássicos que autorizam *vão correrem, podem sabirem, queiram entrarem*? Onde é que Rui Barbosa viu isso?

Mas não foi o mesmo autor da Réplica que ainda há pouco citou, embora com pequenas supressões, isto de Diez?

“Si l’infinitif dépend d’auxiliaires de mode, il ne se conjugue pas: *pudestes ouvir, sabes dar, queres crer.*”

“O preceito é, a meu ver, verdadeiro: porque o bom senso e o ouvido não tolerariam hoje um *pudestes ouvires*, um *sabes dares*, um *queres creres...*”

Se o preceito é verdadeiro, como é que seu autor, um sábio, podia, simultaneamente, aconselhar a lista de escandalosos dizeres ideada pelo crítico? Não estaria em seu juízo.

Mas compreende-se. Rui Barbosa, passando a esponja na parte essencial da regra primeira (*Toutefois cet infinitif*, etc.), nos faz crer que o critério de Diez consista em ter ou não sujeito próprio o infinitivo. Não há tal; é uma reflexão secundária, subordinada a este pensamento capital, que o crítico suprimiu: o infinitivo flexionado, ou pessoal, só se emprega nos casos em que é possível substituí-lo por um modo finito. Era este o critério do professor de Bonn, e diante de tal doutrina os exemplos errados que seu censor exhibe não valem a tinta que lhe custaram.



## ∞ Verbos sem sujeito

**E**m 1888 o notável professor de Iena B. Delbrück publicou o quinto volume das suas *Investigações Sintáticas*<sup>31</sup>, em cujas primeiras páginas se ocupa com o estudo das formas mais rudimentares da proposição. Conhecedor profundo das línguas indo-europeias em geral, e especialmente do sânscrito e do grego, o eminente sábio, tratando daquela forma elementar em que a oração se reduz a verbo só, sem diferenciação dos dois termos que constituem o tipo mais perfeito da proposição, exprime-se desta maneira: “Na minha opinião houve no indo-germânico e há no índico antigo, expressões verbais que são realmente pensadas como destituídas de sujeito, isto é, que, segundo a intenção da pessoa que fala, nada mais exprimem do que fenômenos e correspondem, portanto, a uma intuição na qual absolutamente não se procedeu a uma distinção entre o agente de um lado, e a ação do outro. O sufixo da terceira pessoa aparece nesses verbos, simplesmente porque toda a terceira pessoa, depois que a flexão se desenvolveu, tem sempre um sufixo. Pertencem esses verbos na maior parte à esfera das intuições da natureza e das sensações.”

---

31 ∞ B. Delbrück, *Syntaktische Forschungen*, 5 vols., Halle a. S. 1871-1888.

Convidado por K. Brugmann para escrever a sintaxe da gramática comparativa das línguas indo-germânicas, essa obra colossal que veio dar nova orientação a toda a linguística<sup>32</sup>, Delbrück em 1893 acentua de novo o fato de existirem orações sem sujeito e sustenta que nas línguas modernas encontramos vários exemplos, onde a análise, isto é, a análise positiva e científica, não consegue descobrir mais que um único termo (*einheitliche oder eingliedrige Sätze*). Nesses casos qualquer outra explicação só é possível, quando abandonamos o terreno positivo e firme da observação, para nos lançarmos nas regiões nebulosas da metafísica e da fantasia.

Antes de Delbrück, outros sábios como Marty e Miklosich também se haviam ocupado da questão dos verbos destituídos de sujeito. Miklosich particularmente, que já era conhecido na ciência pela sua extensa gramática comparativa das línguas eslavas, em um trabalho posterior intitulado *Orações sem sujeito*<sup>33</sup>, estuda o assunto sob os seus múltiplos aspectos, já fazendo o histórico das várias doutrinas desde os tempos mais remotos até os nossos dias, e, ao mesmo tempo, a crítica severa, mas judiciosa, das velhas teorias, bem como dos preconceitos que em virtude delas se implantaram em espíritos mais modernos, já expondo com toda a minuciosidade os inúmeros casos de orações sem sujeito não somente nas várias línguas indo-germânicas, mas ain-

---

32  Brugmann und Delbrück, Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen. Strassburg. O primeiro volume desta obra foi publicado em 1886. Victor Henry, notável filólogo francês, referindo-se a ele em um número da *Revue Critique*, exprime-se assim: Parmi les innovations heureuses dues à M. Brugmann, je ne dois point passer sous silence l'introduction définitive de l'arménien et même de l'albanais dans la comparaison des Formes. On voit que son *Grundriss*, des à présent classique, marque une étape de la science du Langage au même titre que la Grammaire de Bopp et le Compendium de Schleicher. Sa place est marquée dans toutes les bibliothèques de linguistes, auprès de ces vénérables monuments, qui ont droit à tous nos respects, mais ne répondent plus à nos besoins.

33  Franz Miklosich. *Subjektlose Sätze*. Segunda edição. 1883.

da trazendo à comparação outros idiomas, como o magiar, o finico, o khasia e até o chinês.

Muitos desses fatos são de pouco ou nenhum interesse para a língua portuguesa. Entre eles, porém, vêm especificados no livro de Miklosich três casos que se referem particularmente ao nosso idioma e têm sido considerados como pontos obscuros da nossa sintaxe: a) os verbos impessoais que exprimem fenômenos da natureza; b) as orações existenciais em que se emprega o verbo *haver*; c) as orações em que para não mencionar o agente empregamos o verbo acompanhado do reflexivo *se*.

As dificuldades na análise destes casos nascem entre nós não tanto dos fatos em si; resultam antes do estarmos sempre propensos a subordinar e amoldar todos os fatos gramaticais a certas doutrinas tradicionais estabelecidas *a priori*. Em vez de aceitarmos os fenômenos linguísticos, tais quais se apresentam, andamos geralmente a procurar fora da linguagem um termo reclamado por um princípio apriorístico. Fantasiamos possibilidades, socorremo-nos de sujeitos imaginários, fingimos a sua existência, ou então, sentindo-nos incapazes de analisar uma frase diretamente, substituímo-la por outra, linguisticamente diversa, e analisamos a segunda. Em suma, não analisamos: sofismamos a análise.

Goethe, metendo a ridículo os abusos da metafísica, põe na boca de Mefistófeles, em diálogo com o rapazola ingênuo, tímido e ávido de saber, esta deliciosa informação sobre a transcendente ciência: para aquilo que no cérebro cabe, e para o que lá não cabe, um termo pomposo existe sempre à disposição. Se o irônico Mefisto quisesse particularizar, bem podia mencionar a elipse, o famigerado *scilicet negotium*, produto cerebrino com que se elucidam comodamente tantas dificuldades linguísticas e se justificam todas as sandices; com que se explica o que existe e o que nunca existiu.



É a vara mágica cujo manejo foi ensinado há mais de três séculos por Sanchez ou Sanctius. O professor de Salamanca possuía tal poder, que não tolerava o sorriso do público se alguém se lembrava de defender a correção das frases *ego amo Dei* e *ego amo Deus*. Bastava subentender numa e noutra alguma cousa; havia eclipse de *praeceptum* na primeira, e na segunda de *quae praecepit*. Hoje tampouco se devem escandalizar os ouvidos de neossanchistas d'aquém e d'além-mar, ao preferir qualquer forasteiro belezas como isto: *nós vai, mim tem dinheiro*. Terá o tal o sentido da eclipse extraordinariamente apurado. Bata-se com a habitual varinha de condão, e logo veremos surgir: *nós somos a gente que vai; quanto a mim, o meu bolso tem dinheiro*. E se mais quiserem, é só pedir.

A Sanchez não devemos a descoberta da figura eclipse; dotou-a ele, porém, de uma propriedade elástica, de uma aplicabilidade a toda prova, exceto à do senso comum. Na célebre *Minerva* (1587) ensinava como e quando se havia de fazer uso dessa panaceia universal, e, como amostra, a passagem de Terêncio: *vel me monere hoc, vel percontari, puta. Rectum est, ego ut faciam, non ut deterream* — era analisada ou, antes, ultra-super-recheada de *negotium* e outras cousas por esta forma: *O Menedeme vel tu puta me monere tibi hoc negotium, vel tu puta me a te hoc negotium percontari: quia si hoc negotium, quod negotium ego abs te rogo, rectum negotium est, ideo te illud ego negotium rogo, ut ego idem negotium faciam; at vero si hoc negotium, quod negotium tu facis, rectum negotium non est, hac quoque de causa illud ego a te rogo, ut ego te ab illo negotio deterream*.

Hoje ninguém segue precisamente esse método analítico: o *scilicet negotium* caiu em descrédito. No século XIX, recorreu-se a ele mais moderadamente; nenhum mestre ia descobrir em um trecho latino de quinze palavras doze vezes a ausência do vocábulo *negotium*; ainda assim, muito estudante desse tempo lhe deve grande parte dos seus louros de latinidade. Na análise de trechos clássicos portugueses, quando não se atinava com o sujeito oracional, vinha também a eclipse em socorro do estudante; mas, em vez de uma só fórmula estereotipada,

imaginava-se meia dúzia de possibilidades. A posição indecisa dava ares de maior esforço intelectual, e a posição indecisa é estimada ainda hoje.

Sobre o valor do termo elipse subsiste a mesma ignorância de outrora. Sanchez pré-estabelecia certos princípios e forçava toda a linguagem a caber dentro desse quadro; hoje, parecem-nos intangíveis outros princípios, mas forçamos a linguagem toda a acomodar-se também ao quadro que previamente delineamos. Resultado: recorre-se à elipse para explicar os casos recalcitrantes. O cenário mudou, a metafísica é a mesma: o termo pomposo vem satisfazer ao espírito. E destarte se propõe o gramático reconstruir a oração, e a oração reconstruída ninguém a profere, ninguém a ouve, ninguém a conhece; não existe, em suma, senão para gozo particular do gramático. Ou fará ele acaso obra melhor com as frases *chove, ha bomens?*

Compreende-se que haja elipse quando intencionalmente omitimos uma palavra que o interlocutor facilmente completa; ou quando, obedecendo à lei do menor esforço, deixamos de enunciar uma ideia que de fato se acha em nossa mente, certos de que somos compreendidos. Há elipse nos brados de comando e nos gritos “jornal”, “gazeta”, etc., com que os vendedores apregoam folhas diárias; todo o mundo sabe como completariam a oração se o tempo lhes fosse menos precioso. Há elipse na expressão “o homem nasce e morre”, equivalente incontestável de “o homem nasce e o homem morre”, de que só difere por ser linguagem menos pesada. Da elipse faz uso o escritor a cada momento para tornar o estilo mais conciso, mais elegante, contando com a inteligência do leitor, que lhe adivinha o intuito e supre a falta.

Até aqui temos um fato positivo, real, indiscutível; porém, quando, para ajeitar um pensamento, uma oração a certo tipo teórico pré-estabelecido, buscamos um termo fora da linguagem corrente e totalmente desconhecido do uso, um termo que não está na consciência de quem fala, nem acode ao intelecto de quem ouve; quando se admite

que para pensar e falar é mister pedir licença à tradicional análise lógica, então a elipse perde o genuíno sentido, torna-se cousa sem limites, o recurso do dogmatismo. É a elipse metafísica da escola de Sanchez.

A oração tem, em geral, dois termos. Em geral, mas não sempre. Se a linguística é ciência de observação, se os preceitos gramaticais resultam do método indutivo, teremos de admitir forçosamente, ao lado das proposições com sujeito e predicado, uma segunda categoria, em que se emprega um verbo sempre destituído de sujeito. Nos pensamentos expressos pelos verbos *chove, troveja, neva, venta*, o nosso espírito nem sequer procede analiticamente; são orações completas sem diferenciação psicológica dos termos; comunicam apenas um fato e nada mais. Na frase *há muitos homens nesta terra* o sentido está completo, não se percebe falta de termo algum e é assim que a usa todo o mundo. Já as pseudointegralizações *chuva chove, Deus ou trovão troveja, o mundo há...*, ou outras do mesmo jaez, não andam pelo falar corrente, nem no sentimento da linguagem, que é o critério soberano para julgar se houve ou não elipse.

Mui curioso é o sujeito fictício que se pretende outorgar ao verbo *haver* nas orações existenciais. Escolhem-se substantivos que indicam nada mais nem menos do que o *lugar onde* a pessoa ou cousa existe. Se o sujeito é *mundo*, é caso de perguntarmos: e como se analisa a oração *no mundo há homens*? Se é *sociedade*, ou cousa que o valha, como nos arranjaríamos com a proposição *na sociedade há homens*?

Com relação aos verbos que denotam fenômenos naturais costumam alguns gramáticos recordar que os gregos diziam (não sempre!) ΖΕΨ ΨΕΙ. Documenta isto o antropomorfismo de então, mas o antropomorfismo não prevalece hoje em *chove, neva*, etc. Verbos de outra espécie possui o idioma grego, aos quais de balde se procurará adicionar um sujeito. Em latim basta lembrar *poenitet, miseret, piget* para mostrar que há verbos com igual resistência.

Fatos desta ordem significam que deve haver falhas no arcabouço gramatical que recebemos da antiguidade e em cuja construção

se observaram princípios *a priori*. Assentou-se que a oração havia de ter sujeito; ergo, quando porventura aparece alguma sem que se possa descobrir esse primeiro termo, é preciso inventá-lo. E inventa-se a valer.



Na ciência da linguagem todas as vezes que queremos dirigir a nossa atenção para uma palavra qualquer, temos duas cousas bem distintas a considerar: 1.<sup>a</sup> um som ou agrupamento de sons; 2.<sup>a</sup> a ideia ou significação da palavra. É como se disséssemos: os vocábulo assemelham-se aos seres vivos: possuem uma parte material ou corpo, e uma parte vital, que se pode chamar o espírito ou alma da palavra. Uma e outra cousa estão sujeitas a transformações, mas as mudanças fonéticas não afetam necessariamente o sentido e, vice-versa, pode o sentido sofrer alteração profunda sem que o vocábulo venha a pronunciar-se de modo diferente. Exemplifiquemos. A palavra *candidatus* empregou-se a princípio para designar um homem vestido de branco (*candidus*, branco); hoje o vocábulo *candidato*, idêntico ao latino, abstração feita do *s* final, designa um pretendente a um encargo, que, em caso de cerimônia, se apresentará vestido de preto. *Habere* significava *ter*, *possuir*; hoje o verbo *haver*, além deste sentido, tem ainda várias aplicações novas; sugere-nos a noção de existência, quando vem, sem sujeito, na 3.<sup>a</sup> pessoa, acompanhado de um substantivo; indica futuridade, dever, necessidade, quando seguido da preposição *de* (*hei de partir* certamente não significa *posso de partir*); degradou-se à mera categoria de auxiliar perfectivo, quando seguido de particípio passado (*haver perdido dinheiro* já não é o mesmo que *possuir dinheiro perdido*).

Por outro lado, a palavra latina *aqua* numa das línguas românicas, o francês, acha-se totalmente alterada em *eau*; os quatro fonemas primitivos transformaram-se num fonema único ô, que não existia na pala-

vra latina; mas o vocábulo novo continua a manter exatissimamente a significação primitiva.

Seguindo as duas cousas, forma e sentido do vocábulo, marcha independente, subordinada a fatores distintos, também os processos a adotar nos estudos que se referem aos sons e naqueles que se ocupam principalmente com as significações, não devem ser os mesmos. A razão histórica, que para um caso representa tão grande papel nas gramáticas modernas, pode induzir a graves erros quando aplicada na mesma extensão ao segundo. Querendo-se, por exemplo, classificar uma palavra da nossa língua, saber a sua categoria gramatical, o nosso único critério é a significação *atual*, e a razão histórica só nos poderia levar a absurdos, qual o de classificar os vocábulos *lente*, *tenente*, *estante*, *agente*, não como substantivos, mas como participios.

Tratando-se da análise sintática de uma proposição, devemos igualmente atender antes de tudo à significação atual, isto é, referir-nos à época a que o trecho pertence. Logo que se começa a análise, procurando os termos sujeito e predicado, em virtude da própria definição destes termos não se faz outra cousa senão determinar as palavras que correspondem a duas ideias que existem no espírito da pessoa que fala. A base da análise é, portanto, o sentido, a consciência atual.

O desconhecimento deste princípio e o abuso do método histórico levaram alguns gramáticos a propor, para o estudo do verbo *haver* na oração existencial, nada menos que dois absurdos: 1.º uma identidade extravagante, em que *há = tem = possui*; por outros termos: assim como se diz *Pedro tem ou possui uma casa*, assim também, segundo eles, quem diz *há homens* pode igualmente falar ou escrever *possui homens*, *possui momentos solenes na vida*; 2.º como a noção de posse pressupõe um possuidor, sacam das profundezas do nada o célebre sujeito oculto.

Do ponto de vista linguístico, o sujeito e o predicado são apenas os símbolos fônicos reais de duas noções igualmente reais para a pessoa que fala; mas descortinar ideia de posse numa frase que no sentir

de todo o mundo indica simplesmente *existência*, é admitir dois impossíveis de uma assentada: inconsciência da pessoa ou cousa a respeito da qual eu quero dizer alguma cousa; inconsciência daquilo que eu quero dizer dessa pessoa ou cousa. Em resumo: expressão verbal de um pensamento inconsciente. Definição nova de proposição. Ignorávamos.

Se houvesse algum critério no processo analítico que parteja sujeito que não foi concebido, seria interessante saber como se deve portar o operador quando tenha de produzir à luz do dia o sujeito destas duas proposições francesas de sentido equivalente: *il y a des hommes, il est des hommes*. A análise da primeira assimila-se com facilidade à da expressão portuguesa “há homens”, e recorrendo então à razão histórica, teríamos “habet homines” e fantasiaríamos o sujeito. Para o segundo exemplo, porém, esse fórceps maravilhoso deve manifestar-se impotente. O verbo *être* vem do latim *esse*, ser, existir; logo, nada tem que ver com *habere*, ter, possuir. Como é, pois, que dois verbos, tendo significações tão diferentes, servem para representar uma mesma ideia? E, dada a identidade de pensamento nos dois exemplos franceses, não seriam também idênticos os sujeitos, no caso de existirem?

Antes de decidir se uma oração tem ou não sujeito, é necessário firmar bem o ponto de vista donde queremos encarar a questão; podem os termos ser considerados como psicológicos ou como gramaticais. O sujeito psicológico é a “ideia”, a cousa que tenho no espírito e a respeito da qual quero comunicar uma novidade; ao passo que o sujeito gramatical ou sintático é uma “palavra” realmente usada que a sintaxe exige, seja um nome no nominativo, quando se lhe seguir um verbo finito. Se esta palavra representar exatamente o sujeito psicológico, diremos que ele coincide com o sujeito gramatical, como nas frases: *Pedro morreu, o menino caiu*.

Esta coincidência verifica-se naturalmente na maioria dos casos; mas isto não impede que haja às vezes verdadeiro antagonismo, como

muito bem demonstram Hermann Paul<sup>34</sup> e Gabelentz<sup>35</sup>, ou que certas expressões apareçam destituídas do sujeito sintático, embora ele psicologicamente não possa ser negado. Este caso particular observa-se nas orações existenciais *há homens, il y a des maisons, il est des hommes*, ou no alemão *es gibt Menschen* (literalmente: ele dá homens). Para a análise psicológica semelhantes proposições têm efetivamente os dois termos sujeito e predicado; elas encerram a noção de “existir”, simbolizada pelas expressões *há, il y a, il est, etc.*, e a noção de “ente”, de pessoa ou coisa que existe<sup>36</sup>. Para a análise gramatical ou sintática, a linguagem como fato positivo só nos apresenta aí verbos sem sujeito, e o substantivo que se segue ao verbo existencial “haver”, achando-se no acusativo, não passa de um objeto direto.



Nenhum substantivo ou palavra substantivada é sujeito sintático dos verbos impessoais que exprimem fenômenos da natureza; nenhum substantivo ou palavra substantivada pode tampouco exercer essa função em orações existenciais como: *há homens, não os há, il y a des hommes, il n’y en a pas*, a admitirmos, como admitimos, que o sujeito de um verbo finito só pode ser um *nominativo*. Apuremos se, na falta de nome, não será sujeito um pronome pessoal.

É realmente sedutora esta hipótese; mas a doce miragem não tarda a desvanecer-se, a própria gramática se incumbe de a desfazer. O pronome lembra um nome; mas qual o substantivo que ele aí representa?

---

34  Hermann Paul. *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Halle, 1886.

35  Georg. v.d. Gabelentz. *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig, 1891.

36  Nestas frases a análise psicológica distingue perfeitamente os dois termos; ao passo que os verbos impessoais que exprimem fenômenos da natureza constituem uma fase mais elementar, em que o espírito não procede a essa diferenciação.

Procuramo-lo há pouco; não o achamos. Debalde o buscaremos agora. A possibilidade de uma substituição não se verifica. O pronome figura como mero expletivo, ou, para nos servirmos da expressão de um filólogo francês<sup>37</sup>, como uma parte inútil do discurso, e a sua junção aos verbos destituídos de sujeito, nas línguas indo-germânicas, é privilégio apenas de alguns idiomas e de data relativamente moderna.

Como o sânscrito, o grego e o latim, o português não usa o pronome, e seria erro concluir da comparação do francês hodierno que os verbos impessoais da nossa língua devam ter sujeito pronominal. Antes de tudo, o português não é proveniente do francês; em segundo lugar, o francês antigo não conhecia semelhante pronome: “Dans les plus anciens monuments de la langue d’oïl on ne trouve pas d’exemple du pronom neutre *il*” (A. Horning, 249, na publicação de E. Boehmer *Romanische Studien*, IV). A língua-mãe, tanto do português como do francês, a língua donde descendem os idiomas românicos em geral, empregava *tonat*, *pluit*, etc., etc., sem pronome algum. Se lançarmos os olhos para um idioma germânico, somos também obrigados a acreditar que o uso do pronome neutro, junto aos verbos sem sujeito, a princípio não era conhecido; é certo que no alemão moderno só em alguns casos se pode dispensar a palavra *es*, porém ela aparece com muito menos frequência no alemão antigo, e já no gótico falta completamente.

Como é, pois, que se explica o emprego do pronome tão generalizado mais tarde no francês, no inglês e no alemão? Para compreender o fenômeno, é preciso não esquecer que os idiomas em questão são hoje paupérrimos em desinências pessoais, e, na falta de formas sintéticas, têm de recorrer a formas analíticas para diversificar as pessoas do discurso. Reclamam o processo alguns casos somente, mas o uso do pronome generalizou-se, e assim o encontramos, analogamente, em formas onde a sua presença parece desnecessária. As línguas clássicas,

---

37  B. Bourdon. *L’expression des émotions et des tendances dans le langage*. Paris, 1892.

tendo bem desenvolvidos os sufixos pessoais, não careciam do pronome pessoal para designar as pessoas do discurso e só o empregavam por ênfase. O português pode dispensar ainda os pronomes, porque em nosso verbo conhecem-se geralmente as pessoas pelas terminações: nos principais tempos do indicativo, isto é, no presente, no perfeito e no futuro, a distinção ainda é nítida, embora tenha havido queda de alguns sufixos. Naquelas línguas, porém, onde formas verbais para pessoas diversas se acham hoje identificadas numa só, o emprego de um pronome pessoal anteposto é de estrita necessidade para a compreensão do discurso. No inglês e no alemão são idênticas a 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> do plural de qualquer tempo; no inglês, o pretérito *loved* pode referir-se a todas as pessoas de qualquer número, com exceção da 2.<sup>a</sup> do singular. No francês *chante* (fazendo abstração da ortografia) pronuncia-se igualmente para as três pessoas do singular e para a 3.<sup>a</sup> do plural.

Em todas estas línguas generalizou-se o princípio do emprego do verbo finito com sujeito claro. Evidentemente, os verbos impessoais, não podendo furtar-se à lei da analogia, deviam adotar um pronome que excluísse a pessoa que fala e aquela com quem se fala, e este pronome é o da 3.<sup>a</sup> pessoa. É claro também que na escolha de gênero só podiam recorrer ao que menos sugerisse a ideia de personalidade; este gênero é o neutro em inglês e alemão, e é, na língua francesa, o masculino, que, tendo absorvido o neutro do latim, mais do que o feminino, se adapta a não representar ente algum.

A analogia é um fator importantíssimo na história das diversas línguas; e só ela pode explicar a presença do pronome *es* em certas frases alemãs, como: *es sind Leute im Hause* (literalmente: *ele* estão ou existem pessoas na casa). Que cousa é este pronome que escapa a toda e qualquer tentativa de análise lógica? Que cousa mais do que um mero expletivo, uma palavra inútil?

O fato de sempre se acharem os verbos sem sujeito precedidos do pronome neutro em alemão, e do seu substituto, o pronome masculi-

no, no francês, prova mais uma vez que os sujeitos *Deus, natureza, mundo, sociedade*, etc., criados pelos neo-sanchistas, pertencem ao domínio da pura fantasia. Poderiam, é verdade, criar um sujeito neutro, como, por exemplo, o infinito dos verbos impessoais, e então teríamos tautologias como *o chover chove, o trovejar troveja, o haver há homens, o haver há erro*. Mas seria repetir duas ideias idênticas, enunciar uma mesma ação ou estado com duas palavras, diferindo entre si apenas na forma, e não atribuir uma ação a um ente. E continuaríamos a estar no terreno da fantasia, buscando um sujeito fora da linguagem real, na qual o verbo impessoal representa um pensamento completo, perfeitamente inteligível para qualquer pessoa. Procurar um sujeito fora da realidade, digamo-lo ainda uma vez, não compete à gramática como ciência, não cabe na esfera da ciência que se limita a observar e registrar os fatos da linguagem, tais quais se apresentam.

Depois, se empregássemos semelhante processo analítico, corríamos o risco de arrostar com verdadeiras monstruosidades. Um exemplo colhido duma língua teutônica patenteia bem o caso. O alemão, para exprimir que lhe falta alguma cousa, usa de uma frase em que o verbo se acha na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular, precedido do pronome *es*, o nome da pessoa em dativo, o nome da cousa que falta igualmente no dativo, mas precedido de preposição; e assim nós temos este exemplo: *es mangelt mir an Geld*, literalmente: ele falta-me em dinheiro. Se analisássemos – o faltar falta-me em dinheiro, teríamos o cúmulo do disparate; pois não pode faltar a falta, mas a presença do objeto.



## ∞ O pronome “se”

**E**is um problema interessante cuja explicação por longo tempo se andou buscando em um histórico não menos problemático. Suspeitou-se que o passivo latino bem podia ter-se originado da forma ativa, acrescentada do pronome reflexivo *se* para todas as pessoas, menos a 2.<sup>a</sup> do plural. O rotacismo, a queda da vogal *e*, a inserção de uma vogal de ligação em uns casos e outras pequenas modificações, a que não se opunham as leis fonéticas, teriam concluído a obra. De *amo* + *se* viria *amor*, de *amat* + *se* viria *amatur*.

Suspeitou-se e acreditou-se, como tem sucedido a tanta explicação engenhosa por apurar. Estudos mais acurados começaram, porém, por mostrar que o ítalo-céltico, rebelde ao rotacismo, possui, entretanto, o passivo em *r*. A bela hipótese tornou-se insustentável e hoje não consegue reabilitá-la a moderna linguística com os seus processos inegavelmente rigorosos.

Como quer que seja, secou a árvore, mas ficou o fruto. Por natural associação de ideias, o imaginário *se* da formação latina deu lugar a terem por indiscutível o apassivamento atribuído ao nosso pronome *se* em *aluga-se*, *fala-se*, etc., considerando-se passiva tanto a forma como o

sentido. Mas qual a conexão entre os dois fenômenos, latino e português? Qual a ponte que ia unir fatos tão semelhantes à primeira vista, mas suscitados em esferas tão apartadas? Nos processos ordinários da pesquisa científica não se encontrou resposta; recorreu-se à mais arrojada das explicações, imaginou-se com o atavismo poder resolver a dificuldade.

Mas será este conceito biológico aplicável à história das palavras? É lícito duvidar. Herda-se a aptidão para falar; a linguagem, porém, é um trabalho de aquisição para qualquer indivíduo da espécie humana, o qual mudo nasce e mudo ficaria se não tivesse o ouvido para aprender. O cérebro não traz a mínima reminiscência linguística que possa aparecer espontaneamente mais tarde.

O nosso caso, além disso, nada tem que ver com o atavismo. A forma reflexiva perifrástica, ou medial perifrástico, não surdiu nem em dialeto algum românico, nem em latim popular. Da comparação do sânscrito e grego, como nos ensina Brugmann, se infere que já era comum no indo-germânico quando ainda estava em voga o medial sintético. No grego e no sânscrito empregam-se o reflexivo perifrástico e o medial um ao lado do outro, ora para estabelecer um contraste, ora para tornar mais claro o sentido. No itálico e no céltico, o medial originário funde-se em grande parte com o *-r* dos depoentes, mas em parte também cede o lugar ao reflexivo perifrástico, como em *dedecore se abstinebat, gloriam sibi peperit*. No latim, esta linguagem muitas vezes dificilmente se distingue do depoente, como em *immiscemus nos rei e immiscemur, castris se effundunt e effunduntur, relaxat se e relaxatur*.

O que houve, portanto, foi simplesmente isto: ao lado do medial sintético existiu desde tempos imemoriais o medial analítico e este, longe de extinguir-se, perdurou sem solução de continuidade, atravessando o latim para vir ter às línguas românicas. Coube-lhe a princípio um papel limitado; mas, sobrevivendo por fim ao medial sintético,

que seguira o destino de outras formas análogas no período da formação das línguas novo-latinas, absorveu necessariamente as funções primárias da forma rival e desenvolveu-se em breve à custa dela. Era a lei das compensações que se verificava.

Sabe-se que a forma verbal latina em *-r* quadra a denominação de voz médio-passiva, não somente pela história de sua formação<sup>38</sup>, mas ainda por ser o *-r* comum a verbos depoentes e aos de sentido passivo. Pois bem; esta dupla função desdobrou-se nas línguas românicas: de um lado, pelo uso do verbo, seguido do pronome reflexivo; do outro, pelo verbo *ser* mais o particípio do pretérito.

Não temos de tratar aqui do segundo caso; importa-nos apenas discriminar os sentidos diferentes que, à semelhança do medial sintético de outrora, indica o nosso verbo conjugado com o reflexivo ou medial analítico. Consideremos o pronome *se* nestes exemplos: *Pedro matou-se* (sentido reflexivo); *eles odeiam-se* (ação recíproca); *o homem foi-se* (significação mais enérgica do que em *ele foi*); e, finalmente, *anda-se, compra-se, vai-se* (fórmulas destinadas a calar o nome do agente).

Distingue o gramático em geral o primeiro destes sentidos somente por ver o pronome reflexo junto a um verbo transitivo sem lhe alterar a significação. Ele adquire a noção de reflexividade indiretamente, comparando, isto é, lembrando-se que tanto poderia ser objeto o pronome *se* como um pronome pessoal, *o, a, os, as*, etc. Não assim o psicólogo, que muitas vezes terá de divergir do gramático. Em *afligir-se, aborrecer-se, excitar-se* e tantos outros, não concebemos a pessoa como agindo ou praticando tal ou tal ato sobre si; o que aí se enuncia é um estado d'alma, um afeto, um sentimento, do mesmo modo que nos verbos *ufanar-se, arrepende-se, admirar-se*, etc.

---

38 ∞ Brugmann, Grundriss, Vol. II, 3. Delbrück, na mesma obra (Vol. IV, 2, pp. 415 e 433), mostra que a voz média é mais antiga do que a voz passiva, e já no indo-germânico era ela usada ao lado do ativo.

Formas como *erguer-se*, *mostrar-se*, *inclinar-se* nasceram, sem dúvida, do contraste com os competentes ativos transitivos; mas nem por isso a mente os decompõe, e bem podemos substituí-los por verbos intransitivos, como *surgir*, *aparecer*, *pender* e outros. Às vezes a mera supressão do pronome é o bastante para dar ao verbo o perfeito caráter intransitivo: o *barco afundou-se* ou *afundou*; a *baía vai alargando* ou *alarga-se para o interior*; *ajoelhei-me* ou *ajoelhei diante dele*.

Não raro o reflexivo tem de ser considerado como objeto indireto (dativo de interesse): *ele arroga-se o direito de punir*, *deu-se pressa em responder*; *propôs-se descobrir o caminho*; *seguirei o sistema que a princípio me propus*. Também encontramos o régimen indireto neste exemplo camoniano: *empresa onde o rosto e narizes se cortava* (i. e. a si cortava). Lus., 3, 41. (Confronte-se o francês *je me lave la figure*, *vous vous coupez le doigt*).

Em certos verbos, principalmente alguns intransitivos, o pronome reflexo não faz outra coisa senão mostrar que o sujeito participa intensamente da ação. *Ele riu-se* é mais do que *ele riu*; e no pensamento *foram-se para o céu* nota-se um matiz que já não aparece em *eles foram para o céu*.

A diferença, sem dúvida, nem sempre é percebida; acreditaremos que existiu outrora, obliterando-se da consciência com o correr do tempo. É com certeza por nos parecer *atualmente* supérfluo que o pronome reflexivo deixa de figurar em inúmeros verbos dantes usados como pronominais.

Estamos habituados a aplicar a atenção só às formas sintéticas, como se os demais fatos fossem de pouca monta. Compreende-se: a gramática, nascida dos estudos clássicos, trata-as como filhas diletas: para as formas analíticas olha com a indiferença de madrasta. Que maravilha, pois, que ela se limite a despachar laconicamente como pronominais essa multidão de verbos que, à luz projetada pela semântica, revelam aptidões variadas e interessantes? Mas as línguas modernas com as suas formas perifrásticas não menos nos ensinam aquilo que só nos estudos clássicos se costuma aprender quanto aos diversos usos da

forma média: medial-reflexivo direto, medial-reflexivo indireto e medial dinâmico. Nem faltam, nos idiomas modernos, verbos que correspondam aos velhos depoentes. Confrontem-se v. g. *queixar-se*, *irar-se* com *μέμφομαι*, *μαίνομαι* e *queror*, *irascor*.

Casos se apontarão em que o sentido parece não estar muito afastado da significação passiva. Perfeitamente: casos também há em que o sentido da forma média se avizinha extraordinariamente do extremo oposto e de tal maneira, às vezes, que não se distingue da aceção ativa. Causa natural no terreno neutro que medeia entre territórios antagônicos. O gramático, porém, quando lhe surjam dúvidas no domínio da semântica, encontrará na *forma* dos verbos a linha demarcadora. Forma com o pronome *se* é coisa diferente de forma passiva. A ideia do apassivamento por meio desse pronome é, além disso, uma interpretação contra a qual protesta a prática de todos os dias: as duas formas não se substituem mutuamente a bel-prazer. Hipótese sem valor morfológico não pode figurar como postulado. Semanticamente, admite-a quem se deixa fascinar pela nebulosidade da especulação metafísica ou quem ao estudo estritamente científico prefere a estrada batida da indolência intelectual. Como se devem analisar estas orações de português castiço: *compra-se o palácio*, *morre-se de fome*? Decerto não posso admitir como sujeito da primeira frase o *palácio*, quando na segunda brigaria com a gramática o sujeito *de fome*, forçando-me a uma série de subterfúgios. A incongruência seria flagrante.

Se fizermos abstração da gramática e, procedendo unicamente a análise psicológica, considerarmos que os termos psicológicos<sup>39</sup> só têm que ver com as ideias que as palavras atualmente simbolizam, parece impor-se a candidatura do pronome *se* ao lugar de sujeito.

---

39 ∞ H. Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte*, e Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft*, explicam bastantemente a distinção entre termos psicológicos e termos gramaticais.

Se objetarem que ele não está no princípio da oração, a defesa será que a sua condição de vocábulo átono, enclítico, dificilmente lho permitiria. O gramático ferrenho, não já o psicólogo, votará contra, alegando que um caso oblíquo não está habilitado para tão importante papel: responder-se-á que as línguas novo-latinas perderam o sentimento de muitos casos oblíquos, conferindo-lhes ulteriormente as honras de nominativos; que o francês diz *c'est moi* e não *c'est je*; que o italiano emprega *lei* como sujeito, etc. E sempre de novo emerge, de entre as dúvidas, esta verdade incontestável: em *compra-se o palácio* e *morre-se de fome*, o pronome *se* sugere, na consciência de todo o mundo, a ideia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear<sup>40</sup>.

Podia-se assim admitir o *se* como sujeito, pondo fim a um longo debate e proporcionando um ponto de apoio aos espíritos a quem custa conceber a proposição sem o seu primitivo termo.

Surge, porém, uma objeção que não deve ser desprezada. Temos um vocábulo que figura de sujeito na frase *fica-se aqui com toda a fazenda*. Perfeitamente; mas no ciceroniano *in Italia manebitur* qual é a palavra que exerce o mesmo ofício? Ou será aqui sujeito a terminação *-ur* e nada mais?

Pelo histórico que fizemos do medial, a dúvida deixa de subsistir. Consideramos o reflexivo *se* como elemento formativo do medial analítico; não o destacamos do verbo; temos uma oração sem sujeito *gramatical*. A mesma ausência no exemplo latino: o verbo, na forma médio-passiva, tem o mesmo sentido ativo (medial sintético).

Achamo-nos, num e noutro caso, em face dessas orações sem sujeito tão brilhantemente estudadas por Miklosich com um vasto material colhido nas mais diversas línguas.

---

40  Esta função *psicológica* de agente indeterminado é inegável na língua portuguesa, onde empregamos o pronome *se* junto de todo e qualquer verbo; em outros idiomas, porém, como nas línguas eslavas, o reflexivo junto ao verbo é empregado para indicar um fato, um estado, sem se cogitar do causador.

Para a língua portuguesa cita o autor da obra *Subjektlose Sätze: Deus quer que só a elle se ame. Ninguém se deve amar, se não a um senhor tão poderoso* (Paiva, Sermões) e o exemplo, já mencionado por Diez, que se encontra nos *Lusíadas: se soa os grandes feitos*<sup>41</sup>. Nós ainda poderemos acrescentar outros, muito importantes por procederem de escritor que timbrava em ser purista: *Por tudo isto se admira a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se* (A. F. de Castilho, Vida e Obras de M. Bernardes). Aqui absolutamente não podem ser sujeitos *a Vieira, a Bernardes*; pois não existe regra de sintaxe nenhuma que admita como sujeito um substantivo regido de preposição. Comparem-se ainda: *Louva-se ao deus Termino* (Cast., Fast., I, 149); *dest'arte... se remonta ao Polo e se conquista a luminosa esfera* (Cast., ib., 32). A linguagem de um seiscentista, tantas vezes apontada como modelo, oferece-nos destes exemplos: *Um paço onde se serve a Deus é um deserto edificado* (Vieira, Serm., 5, 538); *Olhos com que se vê a Deus* (Vieira, ib., 5, 372).

O fato de vir, ou poder vir, um nome ou pronome regido de preposição, dissipa a mais tênue dúvida sobre o verdadeiro papel do termo na oração. Não é, nem pode ser outro – frisemos bem este ponto – senão o de regímen. A este critério decisivo alia-se uma circunstância não menos digna de nota. Como se sabe, ocupa, por via de regra, o primeiro lugar da oração não já o substantivo, mas sim o verbo construído com o reflexivo *se*. Dizemos *aluga-se um palacete*, de preferência a *um palacete se aluga*; *precisa-se de um criado* e nunca *de um criado se precisa*.

Sem alterar a ordem, variaremos a bel-prazer a palavra que denota a ação, isto é, o verbo, assim como podemos variar o substantivo até o infinito; só um outro elemento o nosso espírito perceberá como constante nesse gênero de frases: a *pessoa* inomina-

---

41  Tem-se procurado outra interpretação para o trecho camoniano, mas Epifânio Dias (*Os Lusíadas*, Porto, 1910), mostra não haver razão para isso.

da, a incógnita real ou fingida, de quem a ação necessariamente di- mana. Não se trata de oração de verbo impessoal no rigor do termo, nem de sentença existencial ou outra com um termo constante e outro variável. Ora, sendo assim, a posposição de um substantivo sujeito, obrigatória, ou pelo menos usual, em oração principal que não é nem interrogativa, nem exclamativa, nem imperativa, nem intercalada, é uma impossibilidade no domínio das línguas românicas, e mesmo fora dele, e derrocaria tudo quanto de mais elementar se tem estatuído em sintaxe. Não fosse o substantivo o regímen, que realmente é, e havia de parecer-nos menos forçada, menos retórica, menos enfática, mais corrente, em suma, outra construção que não a dos citados *aluga-se um palacete, precisa-se de um criado*. E se primitivamente o substantivo foi de fato o sujeito, como parece ter sido junto a verbos transitivos, também nessa época andava necessariamente anteposto ao predicado; mas desde o dia em que a sua posição se fixou depois do verbo, fixou-se também a sua função de objeto<sup>42</sup>.

Poder-se-ia, à primeira vista, imaginar que a posposição fosse determinada pela exigência da clareza, isto é, para evitar a confusão com o sentido reflexivo. Mas esta maneira de explicar deixa na mais escura sombra o caso do substantivo preposicionado, e não repara que, para os demais empregos do pronome *se*, a língua não se socorre de expediente algum que os diversifique da aceção propriamente reflexa. Nem se compreende que, havendo à escolha o antigo pronome *homem* e outros indefinidos, para referir a ação a uma pessoa indeterminada, se valesse a linguagem ou, sem metáfora, o povo, impensadamente, de uma forma embaraçadora e, logo depois, cain-

---

42  A construção muitas vezes decide do sentido dos vocábulos. Na frase: “Os Japoneses derrotaram os Russos”, a simples colocação indica qual o sujeito e qual o objeto. Inverta-se a ordem, conservando-se as palavras e obter-se-á o sentido contrário. Veja-se o cap. *L'Ordre des Mots* em Bréal, *Sémantique*.

do em si, não encontrasse outro meio para corrigir o erro, senão inverter os termos da oração<sup>43</sup>.

A explicação deve ser outra. O fenômeno é comum a muitas línguas; importa procurar a causa em uma fase mais antiga. Relembremos aqui que a princípio a forma reflexiva (ou média) coexistiu com a ativa, enquanto a passiva não se conhecia ainda.

Ações praticadas por seres humanos não podiam ser enunciadas pela linguagem sem a indicação do agente. Quando, porém, o agente humano era desconhecido ou não convinha mencioná-lo, a linguagem servia-se deste expediente: personalizava o objeto se era ente inanimado, e fingia-o a praticar a ação sobre si mesmo. Certa mercadoria, por exemplo, devia ser vendida, ignorando-se o vendedor; dizia-se simplesmente: tal mercadoria vende-se a si própria.

---

43 ∞ A esse emaranhado de hipóteses, que não se coadunam com a história da linguagem, leva o gosto, embora sincero, de defender outra hipótese, a do *se* apassivante, tão repisada, que tem passado por doutrina boa. Postulado para uns, e para outros um dogma, não admira que leve um estudioso a citar: “*Por tudo isto se admira Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se* e depois a oferecer-nos esta enigmática explicação:

“A que veio a preposição *a* no segundo membro, quando faltava no primeiro? Observe-se a colocação do *se* e reconhecer-se-á que a preposição surdiu para tirar ao *se* posposto ao Bernardes a força reflexiva objetiva e imprimir-lhe a de partícula apassivante.”

Como se a preposição *a* não tirasse por sua vez ao Bernardes a função (ou força) de sujeito. É cousa de sintaxe rudimentar. Teríamos, pois, um apassivamento sem sujeito como resultado da intrincada manobra.

Não seria melhor fazer logo uso do passivo sem complicações nem recursos de segunda e terceira ordem, formado como auxiliar *ser* e o verbo principal no particípio passado?

E o mais bonito de tudo é que O. Motta está equivocada: o primeiro membro também tem a preposição *a*. O trecho devia ser citado assim: Por tudo isto se admira *a Vieira* (e não *se admira Vieira*); a Bernardes admira-se e ama-se. Veja-se A. F. de Castilho, Padre Manoel Bernardes, Excerptos, etc., 1865, Vol. II, pág. 285.

Logo, quanto à elucidação que nos havia sido dada, ficará naturalmente o dito por não dito.

Pouco a pouco, porém, a mera forma reflexa em casos deste gênero começou a sugerir a ideia de um agente humano indeterminado. Não foi preciso alterar profundamente o enunciado; mas o substantivo, que até então figurara na categoria de sujeito, teve de abandonar este posto e passar para o lugar de objeto, que já agora lhe era designado. O pensamento não comportava dois agentes; a ação de vender não podia ser praticada por certa pessoa e, ao mesmo tempo, pela própria cousa.

Bréal explica aquela primitiva fase, em que ainda se desconhecia a voz passiva, deste modo: “As línguas indo-européias apresentavam a frase sob a forma de um pequeno drama em que o sujeito é sempre agente. Ainda hoje, fiéis a esse plano, elas dizem:

“O vento agita as árvores... O fumo sobe ao céu... Uma superfície polida reflete a luz... A cólera cega o espírito... O tempo passa depressa”, etc. Cada uma dessas proposições contém o enunciado de um ato atribuído ao sujeito da frase<sup>44</sup>.

Estes exemplos são instrutivos. Devia, porém, o autor da *Sémantique* acrescentar que frases como “*Les grands poids se transportent mieux par la voie maritime*” estão precisamente no mesmo caso. Aí a forma decididamente reflexa é, sem dúvida, um vestígio do sentir antigo.

É preciso acautelar-nos contra certas teses gramaticais nunca demonstradas. Uma opinião duvidosa, pelo fato de correr de boca em boca, ainda não constitui verdade axiomática. A meu ver, na frase citada (*e mutatis mutandis* nas outras que não vale a pena de aqui reproduzir), tanto se pode enxergar a ideia passiva, *Les grands poids sont transportés mieux par la voie maritime*, como a ideia ativa *On transporte mieux les grands poids par la voie maritime*.

Demais, analisar indiretamente, por meio de substituições, é dar asas à fantasia. O sentido até pode variar conforme a construção: em português, *vende-se este livro* significa que a obra é vendível; entretanto,

---

44  Bréal, *Sémantique*, no cap. Acquisitions nouvelles.

de um trabalho vendável diremos antes: *o livro vende-se*. Outras vezes transparece bem a concepção primitiva do sujeito agente, do pequeno drama, a que acertadamente Bréal se refere, e a transformação em voz passiva daria um absurdo. Tal é o caso nestas frases: *O vidro quebrou-se à toa; o navio perdeu-se; a nuvem desfez-se; a ilusão dissipou-se; a pedra desprendeu-se da montanha e precipitou-se pelo vale abaixo*<sup>45</sup>.

Naquelas frases, dissemos nós, em que é de uso pospor o substantivo, a ação é psicologicamente atribuída a ente humano que não podemos ou não queremos nomear, ao passo que o substantivo se acha degradado ao papel de régimen ou paciente.

Se esta doutrina é verdadeira, o processo muito cedo se estendeu a verbos que demandavam um régimen indireto. Encontramos, de fato, confirmação já na língua latina: *invidetur præstanti florentique fortune* (Cic.); *non parceretur labori* (ib.); *nemini nocetur; dubitatur de fide tua; invidetur potentibus; de re tua agitur; resistitur audaciae hominum*.

Para exprimirem pensamentos análogos, tiveram as línguas filhas aí traçada a norma, substituindo (veja a página I47 e seg.) a forma médio-passiva, que desapareceu, pela forma média ou reflexiva, mantendo, porém, nesta o mesmo *sentido ativo* que era indicado em latim. Torna-se assim inteligível a existência dos nossos *trata-se, fala-se de* (ou *em*), *pensa-se em, resiste-se a* e muitíssimos outros dizeres semelhantes, de que se serviram em larga cópia João de Barros, Vieira, Bernardes, Herculano e Castilho.

Consequência natural da transformação do sujeito em objeto é a desnecessidade de concordância; o verbo, quer intransitivo, quer transitivo, tenderá a ser usado uniformemente no singular, ainda quando o nome esteja no plural. De fato, em francês se diz: *il se trouve des royaumes*,

---

45 ∞ Levianamente se interpretarão aí as expressões verbais como equivalendo a *foi desprendida, foi precipitada*, etc. Tal maneira de explicar suscitaria por sua vez esta pergunta: E quem foi que desprendeu e precipitou a pedra? Mas Deus nos livre de penetrar no santuário de tão peregrinas inteligências!

discordando, em construções análogas, sempre o verbo do substantivo; o espanhol exprime-se assim: *muy pocos reynos se balla*; e o italiano não se peja de dizer semelhantemente: *del suo legno se fa ottimi pettini; quivi ore e campane* (ambos os nomes no plural) *non s'udiva*. Os gramáticos espanhóis reconhecem a correção das frases do reflexivo *se* com o verbo no singular, acompanhado de substantivo no plural: “Quando la sentencia (a 3ª. pessoa do singular com *se*) toma el carácter de impersonal se coloca el verbo en el singular, y lo que es objeto de su acción va regido de la preposición *á*, verbi gratia: *se atropella á los desvalidos; se detesta á los malvados.*” Salvá, *Grammatica*.

Do português, porém, não se pode afirmar que tenha realizado o progresso das línguas irmãs: na linguagem literária, pelo menos, o verbo continua em parte preso a uma terminação já agora inútil; a forma acha-se em estranho atraso, comparada com a evolução do sentido e em flagrante contradição com o que regularmente se usa, quando o objeto é preposicionado. Diz-se corretamente: *louva-se ao deus* – *Termino; adora-se aos ídolos*, mas: *adoram-se os ídolos; admira-se a Bernardes e a outros escriptores*, mas: *admiram-se os escriptores*.

A persistência da concordância com o objeto, onde não a estorva a presença de uma preposição<sup>46</sup>, explica-se pelo contágio: é devida à influência de frases de verbo pronominal com sentido manifestamente reflexivo. À mesma causa podemos atribuir o não nos decidirmos a acompanhar o espanhol no uso do pronome pessoal átono em: *se me busca á mi; se nos pregunta á nosotros por el correo; se le enterró; se lo cercó de solidas*

---

46  Existem, mesmo em escritores apreciados, exemplos de verbo no singular, como *ajuntou-se tambem a estas differenças as tomadias que os nossos fizeram*, Barros, Dec., I, 6, I; *primeiro se nota... os perigos*, ib., 8, 2, I; *com outras obras se consegue... estes nomes*, ib., I, 9, 2. Mas estes casos constituem insignificante minoria quer na linguagem literária em geral, quer na linguagem de um mesmo autor. Não autorizam o uso da discordância; provam, todavia, que quem assim escreveu devia ter o sentimento de regímen com relação ao substantivo posposto.

*murallas; se le ha muerto*; ou o italiano em: *lo si loda* (coisa diferente de *egli si loda*). Acresce ainda que para o fato de em português preferirmos dizer *cercou-se* (ela) a *cercou-se-a*, *reduz-se* (ele) a *pó* a *reduz-se-o* contribuiu, sem dúvida, a circunstância de serem as formas *ele*, *ela* usadas como simples acusativos ainda muito tempo depois de se estabelecer o uso da forma reflexa para indicar o agente indeterminado (*desarmarem ele*, *deixarei ele*, etc., são linguagens comuns nos cancioneiros, Demanda do Santo Graal e outros).

Das bases até aqui lançadas, chegamos finalmente às seguintes regras práticas para a língua portuguesa:

- 1.<sup>a</sup> Quando não queremos ou não podemos mencionar quem pratica a ação, servimo-nos do verbo na forma reflexiva, colocando-o no princípio da oração.
- 2.<sup>a</sup> O verbo é usado na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular, quer esteja acompanhado de objeto indireto, quer de objeto direto precedido da preposição *a*. Se, porém, o régimen direto não tiver preposição e se achar no plural, o verbo irá igualmente para o plural, por falsa concordância.
- 3.<sup>a</sup> O uso da forma reflexa para denotar agente desconhecido não é aplicável aos verbos, já de *per si* conjugados com o reflexivo. Neste caso será necessário lançar mão de outro expediente (*a gente queixa-se*, ou o plural *queixam-se* ou *queixamo-nos* e não *queixa-se-se*; *servimo-nos* e não *serve-se-se*).
- 4.<sup>a</sup> A forma reflexiva não admite para objeto as formas pronominais *o*, *a*, *os*, *as*.

Vejamos agora o valor de alguns argumentos talhados para defender esse ídolo a que chamam *se* apassivante ou apassivador.

Houve durante muito tempo relutância em aceitar na linguagem literária os populares *é-se*, *está-se*, mas desde o século passado a hesitação

tende a desaparecer. Castilho, no teatro de Molière, põe tais modos de dizer até mesmo na boca de personagens que não costumam exprimir-se incorretamente: *quando se é desprezado ingratamente, creio ser um dever honroso o procurar fugir* (Tart. 65); *é-se acaso obrigado a pagar foro em metros ás deusas do Parnaso? se não se é, não se deve andar sem arte e veia a versar* (Misanthr., 122); *aqui, sr. Pancrácio, está-se optimamente* (Sabichonas 89). Nas obras de Garrett, de Camilo e de Ramalho Ortigão são frequentes os exemplos.

Têm alguns atribuído o *é-se*, o *está-se* à influência do *on* francês; mas o engano salta logo aos olhos, mal nos acuda à mente esta reflexão: é o povo, e não os escritores, quem mais usa daqueles modos de dizer; ora, o povo de Portugal nada ou quase nada sabe da França e sua língua. Será, pois, quando muito, um caso de vulgarismo ou plebeísmo... português, calcado sobre locuções congêneres do falar pátrio<sup>47</sup>.

A mesma causa exótica procurou-se filiar a tendência popular, assaz acentuada entre nós, de dizer e escrever *vende-se casas* por *vendem-se casas*; e a mesma objeção cabe-nos, *mutatis mutandis*, fazer ao caso.

Nossos pintores de tabuletas e letreiros não se recrutam de entre os conhecedores do idioma de Zola e Daudet; alguns deles – fato muito curioso, mas não menos provado – ainda soletram com esforço as próprias palavras da língua nacional. A influência francesa foi, pois, completamente nula nesses milhares de *aluga-se carros*, *compra-se móveis*, etc., etc. Acharo-nos diante de uma tendência natural, espontânea; no sentir do povo não se compreende por que se deva concordar o verbo com o objeto. Demais, os primeiros indivíduos afetados de um mal importado de terra estranha devem ser os que se acham mais em contacto com ele; ora as pessoas que continuamente manuseiam livros pa-

---

47  *Está-se a tratar os leitões que estaban com tinbó* (apud Julio Moreira, Estudos da língua portuguesa, p. 42) é um pensamento que o rústico não identificaria com *Estão-se a tratar...* Ele quer dizer que “alguém” está tratando, ao passo que só empregaria o segundo modo (verbo no plural) no sentido reflexo.

risienses são justamente aquelas que menos vezes empregam o verbo no singular em casos semelhantes aos exemplos citados.

Os portugueses não tinham necessidade de transpor os Pirineus e inspirar-se em um pronome indefinido estrangeiro. Possuíam eles próprios o pronome *homem*, nada inferior a esse *on* francês que mais tarde devia ser o bode expiatório da pouca sagacidade dos gramáticos. No domínio do português antigo floresceu tal pronome, e com vantagem, ao lado de fórmulas com o reflexivo *se*. Por fim foi-lhe desaparecendo a vitalidade e na era quinhentista sucumbia de todo afogado pela expansão do pronome *se* que, como vimos anteriormente, já então se usava quer em verbos transitivos, quer com os intransitivos. Se o nosso pronome indefinido fosse cousa imprescindível, se para a manifestação do pensamento sentíssemos necessidade de nos acostarmos, de algum modo, a ele, com certeza a língua não o deixaria extinguir-se tão pronta e tão facilmente e, com maioria de razão, não iria buscar seu equivalente no estrangeiro. A forma reflexiva estendeu-a o povo a certos modos de dizer com que ideólogos e gramáticos antipatizam; mas isto havia de dar-se fatalmente, quer existisse o idioma francês, quer nunca tivesse existido.

Tem-se dito que a nossa forma reflexiva *se* identifica com a voz passiva. Apesar das restrições que todos concedem, que são forçados a conceder, tenho a afirmação por leviana, a começar pelos exemplos banais com que a esteiam. *Aluga-se esta casa* e *esta casa é alugada* exprimem dois pensamentos, diferentes na forma e no sentido. Há um meio muito simples de verificar isto. Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases, na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres *esta casa é alugada*. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada. O anúncio desta parecerá supérfluo, interessando apenas aos supostos moradores, que talvez queiram significar não serem eles os proprietários. Se o dono do prédio completar, no senti-

do hipergramatical, a sua tabuleta deste modo: *esta casa é alugada por alguém*, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escrito expõe ao público.

Admitir um sentido passivo é admitir a possibilidade de um agente ou “complemento de causa eficiente” tanto oculto como expreso. É, pelo menos, por essa razão que se invocam, em favor da hipótese: reflexivo igual a passivo, alguns exemplos plausíveis na aparência. Contradizem-se, todavia, os que argumentando se prevalecem de tais passagens; porque, de duas uma: ou não se deve, segundo sentenciam, empregar a “partícula apassivadora” com agente claro, e portanto desconfiaremos dos casos em contrário; ou então a regra nada vale, e estamos autorizados a imitar afoitamente os exemplos com que agora se vem argumentar.

Escrevemos hoje: *este livro é lido, é lido por todos, todos lêem o livro*. Podemos igualmente dizer: *lê-se este livro* ou *o livro lê-se*. Ninguém porém dirá: *o livro lê-se por todos*, por ser linguagem simplesmente incorreta. Neste particular parecem, entretanto, estar em conflito com a sintaxe atual expressões antigas em que um curioso fenômeno linguístico requer o seu esclarecimento. As preposições *de*, *per* (*por*) indicavam, entre outras relações, a de causa eficiente dos verbos passivos, e a de meio ou instrumento dos verbos ativos, quer fosse definido o sujeito destes, quer não o fosse (forma reflexiva). O instrumento ou meio é geralmente um ente sem vida, mas por vezes considerava-se como tal – e este é o ponto importante da questão – um ser animado, uma pessoa ou cousa personalizada. Assim devemos interpretar este exemplo de João de Barros: *castiga Deus as mais das vezes os cristãos por* (= por meio de) *christãos de má vida e costumes abomináveis e torpes* (Paneg. 25). Da contiguidade das noções *causa* e *instrumento* ou *meio*, e da coincidência de preposições para exprimi-las se geraram provavelmente as seguintes linguagens, que hoje só por superstição deixaremos de considerar defeituosas: *mar... que só dos feios phocas se navega* (Cam., Lus.,

I, 52); *primeiro se nota* (no singular!) *per os mareantes... os perigos do mar* (J. de Barros, Dec. 3, 2, I). Correto seria, abstração feita do verso camoniano, *mar que só os feios phocas navegam* ou *que só dos feios phocas é navegado*; *primeiro notam os mareantes os perigos do mar* ou *primeiro se tornam notáveis aos mareantes* ou *são notados dos mareantes os perigos do mar*.

Sente-se bem que o pensamento, em qualquer daqueles dois exemplos, não se acha enunciado nem pela ativa, nem pela passiva, nem pela reflexiva; o que ali há é um pouco de tudo isso. Por maior que fosse a veneração por todas as cousas que em tempos idos se escreveram, dificilmente alguém hoje, tendo a escolha, hesitaria em preferir outra linguagem. Em geral se evitam – e isso não data de ontem – torneios em que as preposições *de* ou *por*, indicando uma das mencionadas relações, poderiam dar lugar a frases de sentido obscuro ou ambíguo.

João de Barros, Camões e os ilustres escritores que depois vieram foram estranhos a essa preocupação doentia que acorrenta, sem atender à índole da nossa língua, o uso do pronome *se* exclusivamente aos verbos transitivos. Já aludimos ao fato quando recordamos certos modos de dizer latinos; mas para inteligência do que adiante se vai expor, despido das roupagens da fantasia, convém firmar aqui a atenção ao menos em alguns dos exemplos mais conspícuos: *é fraqueza desistir-se da coisa começada* (Cam., Lus., I, 40); *não se procede mais na demanda* (J. de Barros, Dec., I, 10, I); *ficaram todos tão contentes que não se tratou mais na successão do novo rei* (J. de Barros, ib., I, 10, 2); *na cruz morre-se uma só vez, no Sacramento morre-se cada dia* (Vieira, Serm., 5, 560); *as palavras são vans; creia-se em cousas* (Cast. Fast., I, 157); *a nympba... parte aos gritos, que, alvorotando o bosque, a turba espantam. Acode-se em tropel* (Cast., ib., I, 49); *foge-se [= todos fogem ou tudo foge]* (Cast., ib., I, 131); *trata-se de salvar o imperio* (Herc., Eur., 74); *vive-se á luz da esperança* (Herc., ib., 135).

Guinda-se inquestionavelmente um nome objeto à altura de nome sujeito com a troca, nem sempre hábil ou exata, de um *ama-se* (a alguém ou alguma cousa) pela forma *é amado*, assim como para o

mesmo fim se transmuta da ativa para a passiva qualquer verbo transitivo acompanhado de seu objeto direto. Mas substituir não é analisar; e ou se há de fazer a análise das formas tais quais se apresentam, deixando de parte os possíveis equivalentes estilísticos, ou a gramática não existe.

Nem é somente enganoso o processo da substituição, é também precário; a sua aplicação falha desde que se ligue a verbos de outra natureza o mesmo pronome *se* sem lhes alterar o sentido. Basta comparar o que resulta da aplicação do sucedâneo da análise na primeira e na segunda hipótese: lá, produz frases até certo ponto simples e naturais; aqui, gera monstros. Quais serão os equivalentes, as dicções puras e belas em que se resolvem, com agente definido, as orações *sic itur ad astra, vitam vivitur, resistitur audaciae*, e, pela passiva com o verbo *ser*, os portuguesesísimos exemplos há pouco mencionados? *É fraqueza desistir-se* será... *é fraqueza ser desistido?* *Morre-se na cruz* será... *é morrido* (ou morto?) *na cruz por alguém?* *Foge-se* equivalerá a *todos fogem* ou a... *é fugido?* *Fala-se de, trata-se de* serão para identificar com... *é falado de, é tratado de por alguém?* Ficam aí as reticências para que fantasias bem fecundas preencham, cada qual a seu sabor, todas essas vagas com os competentes sujeitos. A linguística rigorosa, a psicologia, a gramática com sua análise positiva, e, enfim, o senso comum emudecem desta feita. Eu por mim, confesso, não perceberia o sentido de tais estranhos dizeres; se de fato existem, devem ser profundamente sibilinos.

Ao absurdo a que somos chegados conduz a frágil teoria apassivadora submetida a um raciocínio estritamente lógico. Ladear a consequência, ou recorrer a processos que variem conforme as eventualidades, para explicar e acomodar à voz passiva casos os mais rebeldes, é sofismar uma doutrina já sofismadora de per si. Imaginemos a seguinte parataxe: *nesta terra grita-se e trabalha-se; faz-se tudo e em tudo se desfaz; vive-se enfim miseravelmente e na miséria se morre*. Tão perfeito é o paralelismo das formas verbais tendo o reflexivo *se*, como é o paralelismo da noção de atividade

expressa por essas mesmas formas. O sistema da análise há de portanto ser um só; não podemos admitir dois pesos e duas medidas.

Inadmissível é igualmente um critério duplo para a interpretação das formas verbais daquela belíssima passagem: *dest' arte se remonta ao Polo e se conquista a luminosa esfera*, extraída das obras de Castilho, e que traduz o *sic petitur caelum* de Ovídio<sup>48</sup>, pensamento sublime e significando o mesmo que o virgiliano *sic itur ad astra*. Do confronto destes três exemplos resulta, para o raciocínio são e isento de preconceitos, a percepção clara desta verdade: em latim, a *forma passiva* (ou antes médio-passiva) vem exprimindo, sem definir, sem mencionar o sujeito, uma noção de *atividade* extraordinariamente intensa, a mais intensa talvez de que pode a humana criatura ser capaz; enquanto em português foi enunciada *pela forma reflexiva* a mesmíssima atividade, o mesmo esforço e energia, a mesma negação absoluta de uma condição passiva. Por outras palavras: *formas não-ativas* (passiva em latim, reflexiva em português) têm *significação ativa* nos verbos sem sujeito.

---

48 ∞ Em *petere caelum*, como em *petere castra*, *petere naves*, o verbo não tem a acepção de pedir, mas sim a de *ir* ou encaminhar-se para algum lugar.



## ❧ *Todo o Brasil e todo Portugal*

**S**e da presença ou eclipse da palavrinha o dependesse o sentido do vocábulo *todo*, bem poderia desfazer certas dúvidas uma célebre receita: Ajuntai o artigo, e *todo* equivalerá a “inteiro”; retirai-o, e será o mesmo que “qualquer”, “cada”.

Nada mais engenhoso, mais claro e mais simples do que essa fórmula; porém nada mais falso. Se a afaga a teoria, a prática ora a aceita desconfiada, ora insiste resoluta em desconhecê-la, e naqueles casos em que crê aplicá-la com firmeza, unicamente obedece a fatores de outra espécie.

Diz-se *todo o Brasil* e diz-se *toda a Índia*, coincidindo o uso com tal regra; mas já sem artigo *todo Portugal*. E posto que não se trate senão de um Portugal, e só haja um país com este nome no mundo, nunca até hoje houve quem sentisse a urgência de assinalar pela inserção do artigo a inteireza do reino ou república.

Chegada porém a hora de atribuir a *todo* a acepção de “cada”, “qualquer”, muitos desses pecadores são hoje em dia tomados do receio de transgredir a famosa lei. E lá se vai o artigo das locuções *em toda a parte*, *por toda a parte* etc. Abafam-no sistematicamente, tranquilizando a

consciência com o exemplo de um quinhentista. Como se ao quinhentista não foram indiferentes *espalharei por toda a parte e um mesmo rosto por toda a parte tem, e em toda a parte começa e acaba, em fim, por divina arte*; como se as duas maneiras de dizer não se equilibrassem nos *Lusíadas* (com artigo: 3, 51; 3, 79; 9, 77; 10, 78 e 10, 78; sem artigo: 1, 2; 4, 25; 4, 84; 8, 89 e 10, 67).

Verdade é que os seiscentistas trataram de pôr termo à situação duvidosa. Mas por qual das formas se haviam eles de decidir? Por aquela cujo uso aconselharia a regra fabricada um ou dois séculos depois? De modo nenhum. Mantiveram sem hesitar o artigo: *a toda a parte* (Vieira, Serm., I, 505; 8, 444); *de toda a parte* (ib., 5, 425; 5, 465; Bern., N. Flor., I, 292); *por toda a parte* (Vieira, Serm., 257; 8, 354; Bern., N. Flor., I, 56); *em toda a parte* (Vieira, Serm., 5, 244; 5, 248; 5, 250; 5, 250; 5, 250; 5, 537; 5, 412; 5, 525; 8, 100; 8, 170; 8, 359; 8, 360; 8, 375; 8, 379; 8, 416; 8, 423; 8, 471; Bern., L. e Cal., 2; 51; 263; 555; N. Flor., I, 404, etc.).

E por muito boa tiveram esta prática Castilho e Herculano e Garrett. *Por toda a parte, em toda a parte* ocorrem frequentemente no Fausto, no Eurico, no Monge de Cister, nas Lendas e Narrativas, no Catão. Mas debalde se procura aí um só exemplo a que falte o artigo.

*Todo* pode designar o conjunto ou inteireza de um corpo, massa, superfície etc.; a totalidade numérica e, finalmente, o indivíduo tomado pela espécie inteira. Veremos isto por partes; porém primeiro que tudo importa entendermo-nos sobre um ponto. O artigo que, em qualquer destas acepções, venha em seguimento do vocábulo *todo*, não pertence a este; é de propriedade exclusiva do substantivo ou termo substantivado a enunciar logo depois. E aí está o erro da célebre fórmula.

Nomes próprios geográficos, uns levam artigo, outros não. *Todo o Brasil e todo Portugal* divergem, porque equivalem respectivamente a *o Brasil todo* e *Portugal todo*. E semelhantemente: *Toda Goa e toda a Índia se poria em armas* (Vieira, Serm., 8, 572); *teve por testemunhos os olhos de toda Roma*

(Bern., N. Flor., 2, 159). Se há nomes que se usam tanto com o artigo, como sem ele, v. g. *da Europa* ou *de Europa*, *França* ou *a França*, a mesma hesitação há de reaparecer em se lhe ajuntando a palavra *todo*: *de toda a Europa* ou *de toda Europa*; *cabeça ali de Europa toda* (Cam., Lus., 3, 17); etc.

Nomes próprios de pessoas usam-se por via de regra sem artigo. Por isso o omite Vieira, referindo-se à integridade corporal, ao corpo inteiro: *Abrahão dividido e por partes teve muytos semelhantes; todo Abrahão, e por junto, ninguém lhe foy semelhante* (Serm., I, 414); *segue-se que todo Nabucodonosor cabia dentro do dedo meminho da sua imagem* (ib., 5, 342); *se Christo está em toda a Hostia, todo Christo não pode estar em qualquer parte della* (ib., I, 192); *em qual destes lugares ou tempos estava mais applicado todo Xavier?* (ib., 8, 324).

*Todo* no singular denota inteireza, sempre que se poderia colocar, ou se coloca, depois do nome: *todo este reino* ou *este reino todo*; *esperarão todo hũ dia* (Castanh., I, 50); *Fernão Peres o seguio hũa tarde toda* (Barros, Dec., 2, 9, 3); *com toda ãa coxa fora* (Cam., Lus., IO, 31); *que será ver a Deus por toda hũa eternidade* (Bern., L. e C., 339); *naos... que encherão todo o mar* (Cam., Lus., IO, 28); *o mar todo... ferve* (ib., IO, 29); *a noite... se alumia cos raios em que o polo todo ardia* (ib., 6, 76).

Diz-se com o artigo a locução *todo o mundo* na acepção rigorosa de “o mundo todo”, e ainda com o artigo coerentemente se há de usar *todo o mundo* na soberba hipérbole que atribui atos humanos ao Orbe inteiro. Os Fariseus (segundo a versão portuguesa do evangelho de S. João), desalentados pelo júbilo com que o povo recebia a Jesus ao entrar em Jerusalém, disseram entre si: “Vedes vós que nada aproveitamos; eis aí vai após ele todo o mundo”.

Este modo de falar, com que termina o versículo, corresponde bem ao *totus mundus* do texto latino, e ao *kosmos* do evangelho em grego. O padre A. Vieira, referindo-se ao mesmo versículo, vale-se também da expressão *todo o mundo*, e interpreta-a como deve, pois que tem o cuidado de lhe juntar o texto latino (V., Serm., 8, 332).

O sentido, próprio ou figurado, da locução percebe-se pelo contexto. Daí este trocadilho: *Para o juizo de Deos hade ir ao valle de Josaphat todo o mundo; para o juizo dos homens todo o mundo he valle de Josaphat* (Vieira, Serm., 5, 81). Em muitos outros exemplos esparsos pelos Sermões reaparece a hipérbole: *para eu não sabir condenado, he necessario que todo o mundo seja innocente* (5, 84); *peccados... os quaes não só Deus, mas todo o mundo está conbecendo* (5, 33), etc.

Tão trivial é este modo de dizer, que Gil Vicente o transforma em personagem de farsa, conservando-lhe porém sempre todas as letras: *busca honra Todo o Mundo; quer todo o Mundo ser louvado; Todo o Mundo quer paraiso; Todo o Mundo he lisonjeiro; Todo o Mundo he mentiroso* (Obras, 3, 286-288).

Um meio extremamente simples de abranger todas as cousas que tenham a mesma qualidade consiste em substantivar adjetivos no singular. *Prover do necessário, fazer o possível* equivalem a *prover de todas as cousas necessárias e fazer todas as cousas possíveis*. Estes dizeres concisos podem ser reforçados pleonasticamente por meio da palavra *todo* ou *tudo*, conservando-se porém sempre o artigo para que não fique sacrificada a sintaxe relativa ao substantivamento: *Tereis tudo o necessario para o sustento da vida* (Vieira, Serm., 8, 179); *recuperar... tudo o perdido* (ib., 5, 221); *tinha tudo o contrario do que tinha* (ib., 2, 10); *tendo depositado tudo o precioso e lustroso de seus thesouros* (ib., 2, 14); *ver junto todo o raro e curioso do mundo* (ib., 5, 437); *de tudo o sobredito se mostra que...* (ib., 1, 265); *tudo o precioso que havia em seu palacio* (ib., 133); *despreza tudo o ameno e frondoso das felicidades e glorias do seculo* (Bern., L. e C., 498).

Não se contentam os seiscentistas, como se vê por estes exemplos, com os dizeres *todo o útil, todo o necessário*, etc., e antes espalham pelos seus discursos, com liberalidade igual, ou maior, isso de *tudo o útil* etc. De onde viria tal estranheza?

A julgar por um desses jogos de palavras com que Vieira tantas vezes projeta luz sobre particularidades da língua portuguesa, *tudo o necessário* resultaria de *tudo o que é necessário*; mas como o orador não insiste

neste ponto, e, pelo contrário, se detém longamente em mostrar quanto é expressivo o termo *tudo* como polo oposto a *nada*, havemos de procurar nesta circunstância a razão de se preferir *tudo* a *todo*.

Posto que não nos conformemos hoje com tal maneira de dizer, em se tratando do substantivamento de um adjetivo qualificativo, parece-me contudo algumas vezes bem mais acertado o alvitre dos seiscentistas para expressar com rigor certos pensamentos. *Todo o bom agrada a todos* refere-se antes às pessoas do que a cousas; já a proposição *tudo o bom agrada a todos* (Bern., N. Flor.), abrangendo todas as cousas em absoluto, não deixa margem à ambiguidade alguma. Assim também em: *Perguntou Deos a Xavier diante de toda a Corte celestial... Aqui onde esquece tudo o passado, lembras-te ainda daquelles teus mais e mais...?* (Vieira, Serm., 8, 340). Fala o Creador de todas as cousas passadas de um modo absoluto; especializando, sim, diria *todo o passado* (de uma pessoa, de um povo, etc.)

Cessa por completo a discordância, e de muito boa mente damos as mãos aos seiscentistas, quando os vemos reforçar o *mais*, quantitativo substantivado que já por si quer dizer “todas as mais cousas”, “todas as cousas restantes”: *tudo o mais que succedeo* (Vieira, Serm., 5, 187); *desprezavão a todas em tudo o mais* (ib., 5, 329); *em tudo o mais se não distinguem* (ib., 5, 345); *tudo o mais desapareceo* (ib., 5, 395); *tão parecida em tudo o mais* (ib., 5, 544), etc.

Esta expressão *tudo o mais* usaram-na naturalmente sempre com o artigo tanto os seiscentistas, como os quinhentistas e os autores pré-camonianos, com a diferença apenas que o falar medieval dizia *todo o mais* por não ter ainda entrado em circulação a forma *tudo*.

A mesma sintaxe do emprego do artigo estende-se a *todo o mais*, *todo o restante*, *todo o outro* antepostos a substantivos para agrupar em sua totalidade os seres restantes além daqueles de que se tem falado: *convoca as alvas filhas de Nereu com toda a mais cerulea companhia* (Cam., Lus., 2, 19); *animais, que elles têm em mais estima que todo o outro gado das manadas* (ib., 5, 63); *que hum homem só e desassistido de toda a outra companhia e poder, se atrevesse* (Vieira, Serm.,

3, 312); *o mesmo professa toda a escola cega e torpe deste infame mestre... e com seu collega Calvino toda a outra sentina dos hereges de nosso tempo* (ib., 9, 397).

Muitas vezes a palavra *todo* aparece junto de um adjetivo, referindo-se porém a um nome ou pronome mencionado antes, e com ele concorrendo em gênero e número. *Todo* tem neste caso o sentido de “inteiro”, “completo”, e não há lugar para o artigo: *muro todo fendido; encontrei-o todo ensanguentado; roupa toda suja; posto que todo vermelho* (Vieira, Serm., 5, 5); *toda sois fermosa e toda pura; sua Mãe era toda pura* (ib., 169 e 170).

Serve o vocábulo *tudo* para reforçar também o pronome demonstrativo *o*, equivalente de *aquillo*, seguido de oração adjetiva: *Cesse tudo o que a Musa antiqua canta, que outro poder mais alto se alevanta* (Cam., Lus.) quer dizer *cesse tudo aquillo que...* ou *cesse aquillo que...* ou simplesmente *cesse o que...*<sup>49</sup>

O Padre A. Vieira, em cujos sermões *tudo o que* ocorre a cada passo, havendo páginas de dois, três e mais exemplos<sup>50</sup>, de vez em quando diz a cousa de outro modo, antepondo o artigo *o* ao quantitativo *tudo*, isto é, substantivando-o, o que lhe permite deleitar-se com trocadilhos: *Que tudo era este...? Era o tudo que só he tudo, as almas* (2, 72); *o Mercador... he Christo, a pedra preciosa he a alma, o tudo que deo por ella, he tudo o que Deos tinba e tudo o que era* (ib). De qualquer modo, ou se diga *tudo o que...*, ou se prefira o menos usado *o tudo que...* há de conservar-se a palavrinha *o*, — como pronome num caso, e noutra como artigo de um termo substantivado — antes de se enunciar a oração adjetiva<sup>51</sup>.

49  Exemplos de *tudo o que* nos *Lusíadas* são encontráveis em I, 3; I, 65; I, 69; I, 97; 2, 9; 2, 102; 4, 18. O português arcaico escrevia *todo o que* ou *todo ho que*, usando a forma *todo* como equivalente do moderno *tudo*.

50  Basta ver os do vol. 2.º, págs. 10, 27, 41 (duas vezes), 46, 50, 55, 62 (três vezes), 63, 64, 71, 72 (duas vezes), 73, 76, 77, 91, 103, etc.; 171, 186, 190, 194, 224, 240, etc.; 406, 407 (duas vezes), 413, 416, 423, 426; e do vol. 5.º, págs.: 11, 34, 35, 38, 108, 114, 120, 129, 134 (duas vezes), 139, 142, 147, 163, 181, 182, 183, 270, 277, 291, 317, 399, 435, 438, 447 (três vezes), 455, 458, 476 (duas vezes), etc.

51  Iguualmente imprescindível é o demonstrativo em *todos os que* e *todo o que*, aludindo-se aqui ao número completo de indivíduos e ao indivíduo tomado pela espécie.

Se no singular a palavra *todo* pode referir-se à inteireza de uma pessoa ou cousa, o plural *todos* por sua vez deixa de parte esta consideração e visa somente o número completo de indivíduos ou coleções. Ora, um substantivo (ou adjetivo substantivado) expresso no plural e que designe totalidade, sem definir o número, não pode dispensar o artigo definido, a menos que o determine algum vocábulo incompatível com o artigo. De sorte que havemos de dizer sempre – não há necessidade de citar autores – *todos os homens, todas as ruas estreitas, todos os montes, todos os pobres soldados, todas as moedas, todas as estrelas, todos os doentes, todos os ricos, etc.*<sup>52</sup>

A soma completa de seres, ou coleções de seres, define-se com precisão por meio do numeral: sem artigo, se se presume dar a alguém um esclarecimento ou informação nova; com o artigo, se o intuito é tão-somente apelar para a memória do ouvinte (*encontrei três ladrões... os três ladrões, ou simplesmente, os três estavam armados, etc.*). Na segunda hipótese, podemos antepor a palavra *todos* ao número de seres já definido, conservando o artigo sempre que esteja claro o substantivo, mas omitindo-o, quando fique subentendido o nome da pessoa ou cousa. Explica-se isto, admitindo que se subentende aqui, não já o nome, mas o pronome pessoal, seu substituto.

A exatidão da regra precedente, atestam-na estes passos: *os criados... serão tres: todos tres tiverão cabedal* (Vieira, Serm., 2, 22); *tres resoluções tomaram..., todas tres fundadas...* (ib., 2, 236); *destas quatro partes... hade constar o amor de Deos para ser legitimo de todos, os quatro costados* (ib., 2, 283); *amar e servir a Deos com todas as quatro partes, ou todos os quatro todos do inteiro e perfeito amor* (ib., 2, 284); *todos os quatro Doutores da Igreja* (ib., 2, 421); *seria alguma cousa destas, ou todas tres, as que Xavier desejava* (ib., 8, 4); *por todos os quatro lados* (ib., 8, 36); *subissem todos tres ao monte* (ib., 8, 315); *passando de uma Tri-*

---

52 ∞ Esta regra naturalmente nada tem que ver com as orações em que *todos*, colocado embora na vizinhança imediata de um substantivo adjetivado ou adjetivo predicativo, se refere contudo a um termo anterior: *os doentes eram todas soldados* (i. e. *todos os doentes eram soldados*); *os prisioneiros foram todos mortos* (i. e. *todos os prisioneiros foram mortos*).

*bu a outra Tribu.... quanto era o numero de todas dez (ib., 8, 264); a todos os doze Apostolos disse Christo... andou tanto... que pudera supprir o caminho de todos doze (N. Flor., I, 390); todos tres tinão a mão na massa (ib.).*

De solução relativamente fácil, dadas as condições até aqui expostas, o problema do emprego do artigo complica-se seriamente desde o momento em que se haja de antepor *todo* ao nome no singular referido a um indivíduo qualquer da coletividade. Tanto se diz com o artigo *os homens que pecam* como *o homem que peca*, e, conseqüentemente, adicionando o quantitativo, se dirá *todos os homens* e *todo o homem*. Acontece porém que a expressão no singular sugere a noção de identidade de *todo* com o termo *qualquer* e, não podendo o artigo ser usado conjuntamente com este vocábulo, conclui-se por analogia que ele também deve ficar excluído da frase *todo homem que peca*.

Foi este segundo critério o que dominou, ainda que com algumas contradições, em toda a fase do português medieval; mas a linguagem da renascença reagiu contra semelhante exclusivismo, admitindo primeiro a liberdade de escolha entre um e outro critério e, mais tarde, propendendo para o alvitre da manutenção do artigo.

Já vimos no começo deste capítulo o que pensaria Camões da maneira de enunciar certa locução adverbial; atentaremos agora na passagem (Lus., IO, I4) *fará que todo o Naire se mova*<sup>53</sup>, e na presença do artigo, principalmente quando ao substantivo se alia um adjetivo: *em toda a cousa viva a gente irada provando os fios vai da dura espada* (Lus., 3, 64); *limpos de todo o falso pensamento* (5, 99). Exemplos todos em contradição com *vence toda grandiloca escritura* (5, IO).

Segundo muito bem o ilustra isto dos *Lusíadas quaesquer ondas do mar, quaesquer outeiros... receberão de todo o illustre os ossos* (5, 83), o adjetivo substantivado não perde o artigo por se lhe antepor a palavra *todo*. Esta

---

53  Em outros autores do século XVI ocorre a mesma linguagem *todo ho gentio, assi homẽ como molher* (Castan. 3, 80); *tomar conta a todo ho capitão e governador no fim de cada anno* (ib. 3, I24).

consideração levou naturalmente os seiscentistas a escreverem: *todo o cativo que levava punha consigo á mesa* (Fr. Luis de Sousa, D. J., III, 146); *he natural a todo o sabio sustentar* (Vieira, Serm., 3, 118); *recorra todo o cabido ou tentado ao deparador das almas perdidas* (ib., 3, 234); *todo o proximo tem direyto para que ninguem... devasse de sua vida* (Bern., L. e C., 267); *todo o superior deve fazer conta que não he seu, mas de todos* (Bern., N. Flor., 2, 203); *todo o rico de repente ou he ladrão, ou berdeiro de ladrão* (ib., 2, 214).

No sermão duodécimo do Rosário (vol. 9 dos Serm. de Vieira) figura este trecho altamente instrutivo: *as pessoas de todo o estado e condição, de todo o sexo e idade desacatadas*. Inspirou-o, ao que parece, a reminiscência da frase camoniana *rodeados de todo sexo e idade*, com a diferença porém que o grande pregador devia ter alguma razão sua para repetir a ideia com o artigo expresso.

Nem se revelou somente nisso o protesto de Antonio Vieira contra o que ainda poderia restar da velha mania de afogar sempre o artigo onde quer que *todo* lembrasse a noção de “qualquer”. Os aforismos *todo o homem neste mundo deseja melhorar de lugar* (5, 194) e *todo o lugar mais alto que outros está sempre ameaçando ruina* (5, 211) vemo-los gravados com todas as letras, bem à moderna, e já não nos causa estranheza que, século e meio depois, outro autor notabilíssimo escrevesse semelhantemente: *Todo o ministro emquanto não cae é grande* (Herc., M. de C., 2, 230); *todo o Regras tem um Bugalho* (ib., 2, 232).

Em poucas linhas, em um só período, acumulam-se às vezes provas bastantes da intenção de usar o artigo: *A todos os que passam deste mundo ao Céu lhe enxuga Deos os olbos de toda a lagrima* (*Et absterget Deus omnem lacrymam...*). *E que quer dizer toda a lagrima? Quer dizer todo o genero de lagrimas* (Vieira, Serm., 5, 448). Ou então andam os argumentos semeados a mãos cheias em certas páginas. Assim no sermão dos Ossos dos Enforcados (vol. 2) ora se adverte que *Toda a republica em todo o tempo ha mister paz*, ora se ensina que *Todo o homem que acaba a vida pendurado de bũ páo, he maldito*, equivalendo a *Maledictus omnis qui pendet in ligno*; e ao trasla-

dar-se o pensamento da Escritura *nomen super omne nomen* para *nome sobre todo o nome*, insiste-se sobre esta linguagem, repetindo, repisando a frase duas, três, quatro, cinco vezes. Não contente com isso, acrescenta ainda o pregador que a obra de Deus é boa e *livre de todo o respeito e defeito humano*, e a sua misericórdia pura e *limpa de toda a outra atenção*, e nua, como a verdade, *de todo o respeito e limpa de todo o interesse*.

Estes e outros fatos não nos devem contudo levar a conclusões exageradas. O problema é, decerto, suscetível de duas soluções<sup>54</sup>; e A. Vi-eira, mais tolerante e mais sisudo do que muitos o são hoje, aproveitava-se dessa vantagem para enunciar sutilezas de linguagem com a necessária precisão.

Um caso concreto o explicará melhor. A forma *todo o gênero*, com artigo, há pouco citada, significando o mesmo que o plural *todos os gêneros*, diz expressamente que se abrange a totalidade completa; ao passo que com a equipolência de *todo e qualquer*, indicada pela omissão do artigo, se enuncia o conceito de um modo mais vago. Fácil é de ver, portanto, a qual das duas maneiras de exprimir se dará preferência nos momentos em que importa dizer as cousas com mais energia, acentuando melhor a generalização. E como se trata de um ponto de vista todo pessoal, que mudará segundo as circunstâncias, não será de admirar que um mesmo autor escreva a mesma frase ora de um modo, ora de maneira diferente. Assim é que ninguém menos que o nosso insigne orador diz *todo o genero de gentios* (8, 23); e *todo genero de gentios* (8, 379); *enfermos de todo o genero* (8, 360) e *enfermos de todo genero* (2, 163); *artelbaria de todo o genero* (8, 205) e *armas... de todo genero* (8, 262). Semelhantemente M. Bernardes: *pollutos com todo o genero de vicios e enormidades* (L. e C., 446, e bem assim ib. 123, 476, 502; N. Flor., I, 236; I, 326 etc.) e *florido em todo genero de virtudes e dons* (Luz e C., 454), assim como ib. 54, 231, etc.)

---

54  Excepcionalmente certos dizeres comuns, de uso mui frequente, como a locução *em toda a parte*, acabaram por fixar-se definitivamente.

A. Herculano opta pelo emprego do artigo nestes passos: *no soveral havia todo o genero de caça* (Lendas e Narr., 2, 20); *accusações de todo o genero* (ib., 2, 189); *prohibindo em sua casa todo o genero de divertimento* (ib., 2, 301); *tu evangelisavas a liberdade e condemnavas todo o genero de tyrannia* (Eur., 34); *as dissoluções de todo o genero haviam recompensado brutalmente o esforço brutal dos destruidores de Segisomon* (ib., 188); *dos godos restam-nos... monumentos escriptos de todo o genero* (ib., 308).

Certas frases de todos os dias dão lugar a que muito escritor hodierno suspenda hesitante o curso das ideias sem saber se deva colocar o artigo ou omiti-lo. Creio não me enganar, afirmando que, por influxo da sintaxe francesa ou outra causa qualquer, há forte tendência para negar à palavra *o* ou *a* o direito de presença em tais circunstâncias.

Traduzida em prática escrupulosa, advertiremos que esta opinião não se concerta bem com a maneira de sentir daqueles autores cuja linguagem é tida por modelar, pois que bastante uso fizeram destes dizeres: *em todo o caso* (Vieira, Ser., 8, 205; ib., 5, 509; Herc., Lendas e Nar., 2, 134); *a toda a hora; a todo o instante, a todo o momento* (Bern., N. Flor., I, 270; Herc., Lendas e Narr., 2, 42; ib., 2, 132; Herc., M. de C., I, 238; ib., 2, 79); *a todo o transe* (Herc., M. de C., I, 43; ib., 2, 212); *a todo o custo* (Herc., Lendas e Nar., 2, 273); *a toda a brida* (Herc., Eur., 212); *a todo o galope* (Herc., Lendas e Nar., 2, 91); *a toda a pressa* (Vieira, Ser., 2, 181; ib., 6, 539; Bern., L. e C., 303; Bern., N. Flor., I, 14; I, 125; I, 148; I, 210; I, 215; I, 273; 2, 5).

Em parte destas locuções está o singular usado pelo plural, e explicam-se portanto como os casos congêneres de que acima temos tratado; as outras frases denotam velocidade na medida completa, no grau máximo, e esta circunstância superlativa parece determinar o uso do artigo, ainda que ele falte em dizeres singelos (*a galope, a vapor* etc.).

Põe-se igualmente a palavra *o, a* antes do nome designativo de sentimento, desde que se empregue o quantitativo *todo* e haja intuito de expressar enfaticamente a plenitude, o estado mais perfeito desse sen-

timento. Diremos *com prazer, com gosto e de coração vos estimo* (Herc., Lendas e Nar., I, 279), porém *com todo o gosto, de todo o coração*. Desta última locução, com o artigo expresso, utilizou-se A. Vieira nada menos de cinco vezes em uma só página (Serm., 5, 155); além disso, à pág. 283-284 do mesmo volume: *amor de todo o coração, amor de toda a alma, amor de todo o entendimento e amor de todas as forças*. E pouco adiante: *Deos quer ser amado não só com todo o coração, e com toda a alma, senão também com todo o entendimento e com todas as forças*. Uma ou outra vez, entretanto, Vieira, e com ele Bernardes, se socorrem da sintaxe arcaica *de todo coração*, sem dúvida por lhes parecer a ênfase fora de propósito.

Não se traçam fronteiras claras às noções abstratas, nem se reparam as cousas expressas pelos respectivos termos em unidades delimitadas, como em geral sucede com os seres concretos. Logo o quantitativo *todo* associado a tais expressões deve ter interpretação algo transcendente. Ora pretende ele referir-se ao fato considerado em absoluto; ora às diversas maneiras de manifestar-se; mas na prática custa distinguir, e tanto que não raro se reúnem sob o mesmo aspecto cousas contraditórias. Percebe-se bem o que quer dizer *Deos he toda a bondade* (Corte Imp., 26), porém obscura se torna a linguagem onde o teólogo medieval discorre sobre *toda perfeição* que se acha nas coisas e no Creador (pág. 67) e por último não se atina com a razão da variedade de sintaxe em *obrando Deus obra toda a bondade e toda grandeza e toda eternidade* (pág. 71). Antes cortar desde logo o nó górdio, desprezando continuamente o artigo e deixando a bom entendedor o resto, como se faz nestes passos da lenda dos santos Baarlão e Josafate: *era-lhe obediente... e toda subjeição e toda humildade trabalhando em toda virtude; abraçou-o cõ todo amor; livre de todo error; — ou adotar, pelo contrário, o alvitre de antepor sempre o artigo aos nomes abstratos, seja qual for a interpretação a dar ao vocábulo *todo*. É desta maneira que procede o português moderno: *albeya de toda a tristeza* (Vieira, Serm.; 5, 437); *carrecer de toda a tribulação* (Bern., N. Flor., 136); *palavras... dignas de todo o**

*respeito* (ib., I, 86); *confio em que Deos te livrará de toda a tentação* (ib., I, 321); *pendente sempre para o mal e forcejando para todo o vicio* (Bern., L. e C., 511); *o sol dava com todo o brilho* (Herc., Lendas e Narr., 2, 62); *com todo o repouso* (ib., 2, 96); *em toda a hediondez* (Herc., Eur., 61); *com toda a furia* (ib., 103); *todo o esforço dos soldados* (ib., 139).



## ∞ *Haver e Ter*

**N**as referências que se fazem à aplicação linguística de *haver* ou *ter* entende-se de ordinário possuírem estes dois termos valores idênticos, sem reparar contudo que a traíçoira palavrinha *ou*, a quem tanto incumbe igualar como excluir, deixa a porta aberta a mais de uma interpretação.

Na prática, sabemos, um verbo cede, com frequência e sem inconveniente, o lugar ao outro; em certas frases porém é impossível a substituição e se há de usar, conforme o caso, ou somente *haver* ou somente o verbo *ter*. A teoria, em apuros analíticos, desconhece estes fatos positivos e toma por princípio a identidade absoluta.

O mais conhecido caso de conflito entre a explicação e a realidade é o da oração existencial. Insiste-se em assegurar, com os olhos abotoados, que *há homens* é exatissimamente o mesmo que *tem homens*. Só não se recomenda, como o pediriam a justiça e a coerência, o uso da segunda dicção por tão boa como a primeira.

Tudo quanto em favor da explanação se poderia alegar com aparência plausível são certas passagens descritivas da linguagem da re-

nascença, nas quais o verbo *tem* deixa muito afastado o nome a que se refere, sendo para estranhar o não vir o sujeito sob a forma sequer de pronome pessoal.

Mas nem por isso afiançaríamos ter ele fugido da mente do escritor. O sujeito é precisamente o nome da pessoa ou coisa cujas particularidades o autor vem descrevendo. Não nos fica margem para conjectura de outro qualquer vocábulo que expresse um ser diferente. O autor, querendo ser conciso, sacrifica sem dúvida a clareza; e julga poder fazê-lo, porque os leitores devem, como ele, ter o espírito atento para o assunto da descrição. Evidentemente o verbo *ter* emprega-se aí na acepção própria e não seria motivo de reparo se o cronista tivesse preferido o sinônimo *possuir*.

Já na genuína oração existencial não há lugar nem para *possuir* nem ainda para *ter*. Em todos os documentos de português literário, antigo ou moderno, debalde buscaremos entre a imensa multidão de orações do tipo *ha homens bons e maus neste mundo* provas da possibilidade de se substituir *há* por qualquer dos supostos equivalentes.

E tão certo é isto, e tão geral a convicção dos docentes da língua, que levará sempre a marca de erro crasso a oração existencial na qual o discípulo, por ignorância ou inadvertência, puser *tem* por *há*. Donde se vê bem que fica em monstruosa contradição com a prática aquilo que se leciona sobre o verbo da oração existencial, dando *haver* e mais dois outros verbos como três cousas iguais entre si.

E chamam a isso análise “lógica”; a isso que não passa de uma pseudoexplicação aparatosa para trazer a calma ao espírito acorrentado a fórmulas que não abrangem bem os fatos, e cuja aplicação imediata se veda terminantemente.

Colhem-na em ciência baratíssima, ao alcance da inteligência mais medíocre, quando se contentam com alegar que o nosso verbo procede do latim *habere*. Como se bastasse isso para resolver um dos mais escuros problemas de evolução semântica.

Primeiro que tudo, o latim que se sabe dos livros exprimia a oração existencial por meio de *esse*. O verbo *habere* servia a outros fins; e ainda que pareça ter passado, dentre as suas várias acepções, a mais usual de *possidere* para o que se tornou em oração existencial, não encontramos nas escassas fontes de latim popular o modismo tipo por onde se operou a transição semântica. Teria por sujeito um nome no singular, certo e determinado, que por fim caiu em desuso e morreu no esquecimento. Ficou então só o verbo e este continuou a usar-se sempre na forma singular.

Esta observação me parece essencial, porque, segundo a doutrina que oferece à escolha um punhado de sujeitos, não haveria motivo para se excluir dessa função uma pluralidade de possuidores, como *povos, nações*, etc.

Seja como for, devolvendo-se agora a noção de posse ao verbo do exemplo português acima figurado, há de pedir-se um sujeito à imaginação, porque a realidade não lho dá nunca; e, feita a operação torturosa, já se deixará de analisar o português em língua portuguesa, para ir remontar a um período desconhecido e explicar, se tanto, o fenômeno em fase pré-lusitana. É como se descrevêssemos ou definíssemos o fruto pelo embrião, a galinha pelo ovo.

Restam, pois, ao formalismo só duas possibilidades de análise científica; ou colocar-se no ponto de vista semântico, reconhecendo em nosso exemplo a equivalência de *haver* e *existir*, e neste caso será sujeito o nome subsequente com a anomalia sintática de ficar aquele verbo esterilizado no singular; ou então, para deixar intacto o esquema das regras de concordância, capitular o caso de oração sem sujeito, do qual, de fato, ficou desapossado o verbo desde tempos imemoriais. Qualquer destas explicações, por muito que se desvie da praxe, e pareça um sacrilégio, é sempre preferível a criar, como Deus, um sujeito do nada.

Deixando a oração existencial de parte, ainda assim falharão os esforços para descobrir no seio da nossa língua a noção de posse perfeitamente identificada com o verbo *haver*. Algumas passagens dos

antigos textos como que querem satisfazer à expectativa; mas eles se fundam, como toda a linguagem escrita, no estilo de chancelaria dos documentos medievais, escritos parte em português, e parte em latim bárbaro. *Haver*, respondendo a *habere*, daria então ao texto luso um aspecto mais solene, mais erudito<sup>55</sup>.

Isto se confirma não somente pelo uso definitivo do verbo *ter* em muitas dicções, dos quinhentistas para cá, mas ainda, e principalmente pelo falar dos personagens de Gil Vicente, que se expressavam por certo em português usado já durante séculos.

Detendo-nos a cotejar inúmeras passagens de português arcaico, e levando em conta o que acabamos de ponderar, averiguamos que na consciência geral vinham distribuídas pelos dois verbos acepções que a teoria ao presente supõe juntas em qualquer deles. Dava-se a *haver* o sentido característico de “adquirir”, “alcançar”, “obter” e reservava-se *ter* para expressar a consequência duradoura desse ato, isto é, “manter”, “guardar”, “possuir”. Assim no testamento de D. Afonso II: “*filho... que ei da raia (= rainha... que ouver da raia... ata quando aja revora (= maioridade); decimas que eu tenbo apartadas em tesouros por meu reino; as duas partes ajan meus filbos*. Ou ainda mais explicitamente no mesmo testamento: *E mando que aqueste aver dos meus filbos que o tenbam aquestes dous arcebispos com aquestes cinque bispos, ata quando ajan revora. E mando que quem quer que tenha meu tesouro ou meus tesouros a dia de mia morte, que os dê a departir a aquestes dous arcebispos...* (Nunes. Chrest. Arch.).

A noção feudal de *tenere*, que criou os termos franceses *tenant*, *tenancier*, reproduz-se em Portugal com o verbo *ter*: *aqueles cavaleiros que os castelos teen de mi enas terras que de ãi teen os meus ricos omees; e este don Martin Sanchez teve delrei quatro condados*.

---

55  Ainda assim, em certos dizeres não se aventuravam os escritores a substituir o verbo *ter*: *ter maneira*, *ter jeito*, *ter em vontade* (ao lado de *ter* ou *haver vontade*), *ter razão*, *ter cabeça grande*, *mãos pequenas*, etc.

Sem dúvida que o intelecto muitas vezes deixaria de extremar um conceito do outro e se usaria então ora *ter*, ora *haver*, segundo a propensão do momento. Mas se no foco da percepção se desenhava nítido ou o conceito de adquirir, receber, obter, ou o de manter, conservar, a necessidade de expressá-lo sabia eleger com rigor o verbo competente: *nos, os nossos têmol-os alen da vila* (Nunes Chrest. Arch. 125); *con companhas poucas que poude aver... chegou ao rio de Marce* (ib., 150); *un pobre manco que sempre em sua casa avia esmola [= recebia esm.] quando Diego Lopez comia* (ib., 153); *quanto achou e poude aver da terra* (ib., 129); *tinha-o preso no arreall* (F. Lopes, D. J., 200); *lançava as mãos aa barva que tinha mui longa e cãa*. (Nunes, Chr. Arch. 142).

E não é só em linguagem arcaica. João de Barros não trocava os verbos nestas passagens: *ao qual... teve muito tempo preso* (Dec., I, IO, 6); *porque todas estas chronicas houvemos [= obtivemos], e nos foram interpretadas* (Dec., 2, 5, 2). Nem ele nem outro qualquer clássico confundiriam *haver á mão* [= alcançar] com *ter á mão*; *levem tudo o que tiverem com levem tudo o que houverem*.<sup>56</sup>

Para denotar que se mantinha ou guardava alguma coisa em um lugar impunha-se o emprego de *ter em*; e desta regra não se afastaram os escritores nem ainda nas metáforas *ter em vontade*, *ter em muita estima*, *ter em muito*, *ter em pouco*, *ter em conta de* etc.

Parece que também não se havia de hesitar entre *haver* e *ter*, tratando-se de manter ou sustentar uma opinião, entender ou crer. O portu-

---

56 ∞ Posto que as exceções, sendo poucas, não destruam a regra geral, será de interesse conhecer os seguintes casos, consignados nos escritos do Plauto português, e contrários à nossa expectativa, ao menos à primeira vista: 1.º, *haver nome*, e *haver tantos anos de idade*, expressões repudiadas pela apurada linguagem clássica dos quinhentistas e substituídas por *ter nome*, *ter anos*; 2.º, *haver*, em lugar do hodierno *ter*, no sentido de “sentir, sofrer”: *Estás doente, ou que há? Não sei que diabo há*; 3.º, as frases *haver medo* (ao lado de *ter medo*), *fome, sede*, etc., de que adiante me ocuparei; 4.º, *haver mister*, que ainda hoje conhecemos; e, finalmente, o substantivo *haver* — bem diferente do verbo propriamente dito, — com o sentido jurídico não somente de coisa por adquirir, mas também o de cousa adquirida.

guês arcaico ministra-nos, de fato, numerosos exemplos em que se usou o verbo mais apropriado. Assim lemos: *tiinham que ja o non podiam vingar, se ali o non vingavam* (Nunes Chrest. Arch., I22); *tiinham que tanta cavalaria non podia aver en toda Africa* (ib., I34); *estes cristãos veen desacaudelbados e teen que ja non podemos tornar a eles* (ib., I43).

O português da renascença serve-se escrupulosamente do mesmo verbo se o amplia na expressão *ter para si*: *E por estes sinaes teve ho Capitão pera si que era ho apostolo Sãtiago* (Castanh., 2, 56); *alguns tambem tiveram pera si que estas arvores não davam perto do mar* (Couto, Dec., 4, 7,9); *tem pera si que os Jaos as descobriram* (Couto, ib.); *Democrito teve para si que todas estas que chamamos estrellas, são outros tantos mundos* (Vieira, Sermon. 8, I93); *tiveram para si que... a humanidade se fizera immensa* (Vieira, ib., 5, 245).

Omitido porém o complemento *para si*, deparam-se-nos nas *Décadas* de Barros e Couto não somente passagens do gênero *e segundo a gente da terra tẽ, foi desta maneyra... tẽm que ha paraíso... e tẽm que ha inferno*; mas ainda, e com frequência notável, frases em que se usa o verbo *haver* com o mesmo sentido (v. g. *haviam que na Índia se não fazia conta daquellas ilbas*).

É curiosa esta homenagem tardia a um verbo em época na qual, dada a escolha, se preferia de ordinário o verbo *ter*. A linguagem de outros escritores mais modernos projetaria porventura aqui mais luz; porém infelizmente essa acepção particular que se dá a *haver* e *ter* sem acompanhá-los do referido objeto preposicional desaparece do cenário com os mesmos quinhentistas.

Ficaram ainda indecisos os autores das *Décadas* ante as expressões *haver por* e *ter por*, ambos significando “julgar por”, “considerar como”; mas já em linguagem camoniana — excetuando apenas o trecho *fala verdade, havida por verdade* (Lus., 9, 45) — se firma o uso de um só verbo: “*tinha por valor grande* (Lus., 2, 85); *o lume vivo que a maritima gente tem por santo* (ib., 5, II); *se minha gram verdade tens por qual é* (ib., 8, 75); *tendo por certeza que... esta agua santa os lava* (ib., IO, 2I); *os naturaes o tem por cousa santa* (ib., IO, I36); *cujo pomo... é tido por antidoto* (ib.). Os seiscentistas não puseram

dúvida em seguir por esta mesma trilha, e nos seus discursos raro se insinua *haver por*.

Remontando aos textos arcaicos, vemos utilizados os dois modos de dizer, e talvez com mais frequência *haver por* do que *ter por*; o que me parece explicável por influência erudita: *aliquem pro hoste habere, aliquid pro certo habere* etc. Daí viria *haver por bem*, introduzido a modo de fórmula obrigatória nos documentos oficiais, como se a opinião do rei tivesse força de lei; mas que, fora disso, se entendia mais livremente e podia muito bem ceder o lugar a outra linguagem: *Escolhede-o vos, don Pero Afonso, meu irmão, onde teverdes por bem* (Chrest. Arch., II8); *teede por bem... senhor fremosa, de vos nom pesar de vós veer* (Canc., D. Din., II62); *teede por bem... de mi teer puridade* (ib., 1507); *e vos fazee como por bem teverdes* (Fern. Lopes, D. J., 53); *tenbo por bem que o provaredes* (S. Graal, 33).

Devia ser do falar corrente a expressão *ter por* já no antigo português, pois que nos diálogos das obras de Gil Vicente, os quais refletem o uso tradicional, quase sempre assim se diz.

Para exprimir certos estados do corpo ou da alma, passageiros ou não, usamos hoje em dia somente o verbo *ter* completado por substantivos. Data dos seiscentistas esta prática segura. No sentir dos portugueses até o século XVI, incluindo o próprio Camões, o verbo adequado ao caso era outro, pelo menos quando se presumia um estado passageiro. Por isso lemos no grande poema: *se não me ajudais, hei gram medo que o meu fraco batel se alague cedo* (7, 78); *co'a mora de se despir ha medo que inda tarde* (9, 73); *vendo os milagres, vendo a santidade, hão medo de perder a autoridade* (10, III2). Referindo-se porém a sentimento que perdura, que se mantém, o poeta socorre-se do verbo *ter*. Assim em *ter piedade* (2, 104), *ter piadoso sentimento* (3, 126), *ter respeito a alguem* (3, 127), *ter suspeitas* (8, 64), *ter amor ou odio a alguem* (9, 27; 10, 11), *ter inveja a* (10, 156), e finalmente no seguinte trecho, que se deve confrontar com os exemplos de *haver medo* (= tomar-se de medo) há pouco citados: *Senão, direi que tens algum receio que se escureça o teu querido Orpheio* (3, 2).

Pelo testemunho de Gil Vicente sabemos ser popular naquele século a dicção *hei medo* (*Obras*, 3, 15; 3, 223; 2, 252), dizendo-se contudo também *tenbo medo* (3, 269). João de Barros dá uma regra a propósito da forma mais antiga, mas relaciona sem necessidade o fenômeno com o latim: “Quando (este verbo *ey*, *ás*) se junta com nome soprímos muitos verbos da língua latina que a nossa não tem: como *Ey vergonha*, *ey medo*, *ey sede*, *ey fome*, *ey frio*: e outros muitos significados que tem quando o ajuntamos a nomes substantivos desta calidade”. (*Gramm.*120).

A título de auxiliares do aspecto verbal necessitativo servem na linguagem hodierna tanto *haver* como *ter*. Dizemos *hei de ir* e *tenbo de ir*, e esta segunda forma tem sobre a primeira a vantagem de exprimir com mais precisão a necessidade imperiosa, o ato a praticar independente da vontade. É contudo esta aplicação do verbo *ter* um neologismo consagrado na linguagem literária do século XVIII para cá.

Ao verbo *haver*, até então usado por todos na composição do necessitativo, nada custara prestar-se a isso desde a origem da língua portuguesa; não assim ao representante da noção “manter”, que, denotando um fato consumado, excluía a ideia de futuridade própria do necessitativo.

Implantou-se todavia finalmente esta outra dicção, e, dada à especialização de sentido, não há dúvida que a língua lucrou com a novidade. Quanto à sua origem, poderia parecer que viesse do costume de omitir um nome que a inteligência sem custo completaria, v. g. (*obrigação*) *tenbo de ir*. Explicação muito simples, porém sem fatos que a confirmem. Mais provável é que a linguagem fosse determinada por uma influência dupla: *tenbo que dizer* (= tenho cousa que deva dizer) e *hei de dizer*.

Frei Luiz de Monte Carmelo, cujo testemunho de boa mente aceitamos quanto ao falar de seu tempo – século XVIII – não se deu de certo ao trabalho de atentar nos escritos de eras anteriores, notáveis todos pela ausência do novo tipo de necessitativo. Cansaria a mão e a vista em inventariar os exemplos de *haver de* legados pelos arcaicos, pe-

los quinhentistas, sem ver pelo meio deles passagens como o moderno *tenbo de orar*, em que o verbo subsidiário perdeu o sentido concreto para designar “intenção, propósito, obrigação”.

Para compor as formas ativas em que o verbo principal fica no particípio do pretérito recorriam os escritores arcaicos ora a um, ora a outro auxiliar: *tinba feito*, *tendes ouvido* a par de *avia feito*, *aveis ouvido*. Só não havia lugar para a troca quando o verbo conjugável, com sua significação concreta evidente, deixava de se fundir semanticamente com o particípio, como em *espada que tinba cimta* (= mantinha cingida) *naves que tiinba bem abitalbadas*.

À primeira vista parece que a língua falada em Portugal teria recebido diretamente do latim o duplo processo de composição, amoldando a novas conveniências e tornando por igual prolíferas frases do gênero de *militēs congregatos habebat* e *quo corda hominum conjuncta teneret amor*. Mas como não é comum manterem-se superfluidades verbais por muito tempo sem quaisquer tendências divergentes ou outras razões apreciáveis, devemos desconfiar daquela hipótese; e se mais uma vez apelarmos para a linguagem popular imortalizada nas comédias e farsas, concluiremos ainda aqui ter entrado o verbo *haver* por abuso e pedantismo.

Com este abuso procuraram os escritores quinhentistas romper, reconhecendo a forma composta usada pelo povo como forma literária regular. Assim João de Barros: “Chamamos tempo por rodeo, quando simplesmente ãã podemos usar d’algũ, entã pera o significar tomamos este verbo, *tenbo*, naquelle tempo que é mais conforme ao verbo que queremos conjugar, e cõ o seu particípio dizemos *tivera amado*...”

Aqui, como nos paradigmas, Barros não menciona senão o verbo *ter* junto ao particípio passado. Tãõ convencidos estavam todos da correção desse modo de dizer que ainda dois séculos mais tarde outro gramático sentencia: “Os Eruditos nunca dizem: *Ha feito*, *Has feito*, *Ham feito*, *Havias feito*, etc., mas *Tem feito*, *tens feito*, *Tinbam feito*, *tivessesmo feito*, etc.”

Monte Carmelo referiu-se sem dúvida ao idioma *falado* pela época de 1700; porque, se aplicasse a vista ao que então se escrevia, e se escrevera antes, em português moderno, havia de lhe sair menos absoluta a proposição. Certo é que nos quinhentistas e em alguns seiscentistas só de longe em longe, pelo meio de extensíssima seara de participios construídos com *ter*, se colhem as reminiscências do tipo erudito arcaico. Nos *Lusíadas* elas não despontam mais que duas vezes por entre as 79 passagens do gênero *tinham corrido, temos visto, tendes passado*. Duas vezes também nos surpreendem entre os 99 casos com o auxiliar *ter* nos livros 2, 3, 7 e 10 da *Quarta Década* de Couto. Profusão análoga de uma das formas e extrema raridade da outra nas demais páginas de Couto, como nas obras de Barros, nas de Frei Luiz de Sousa e nos Sermões de Vieira. Só no volume 8.º destes Sermões contam-se 272 exemplos de participio com o auxiliar *ter*, sendo auxiliado o participio pelo verbo *haver* apenas em 14 casos<sup>57</sup>.

Justo seria advertir que os eruditos não costumam prevalecer-se de *há feito* etc. na conversação familiar nem nas obras em que buscam exprimir-se com toda a naturalidade; e que as formas monossilábicas *hei, bás, há, hão*, assim como as de futuro *haverei, haveria*, auxiliando o participio, mal se toleram em estilo solene; e, enxertadas no trato comum, soam simplesmente ridículas.

Para o reviver das demais formas o ouvido moderno tornou-se complacente e, até, admirador; e aqueles escritores que precisam de expressões antigas, ou menos em voga, para efeito decorativo, não se esquecem disso. Utilizam-se amiúde do auxiliar *haver* nas formas admissíveis, certos de darem às frases um torneio mais elegante.

Desdizia este recurso do sentimento de pureza quer dos quinhentistas, quer do padre Vieira, apesar de lhes escapar a dicção antiga al-

---

57  Faço as minhas estatísticas com algum cuidado, mas podem ter escapado vários exemplos. Creio, todavia, não serem tais que modifiquem sensivelmente a proporção achada.

gumas vezes. Já o contemporâneo do autor dos *Sermões* que escreveu a *Guia dos Casados*, não duvidou de entresachar com as frases do regular *ter* (31 casos) considerável número das do auxiliar *haver* (25 casos). E como Francisco Manoel de Melo procedeu Manoel Bernardes e procederam outros escritores.

Todos os tempos e modos do auxiliar – salvo o próprio participío do passado, e talvez, o mais-que-perfeito<sup>58</sup> – se combinaram desde cedo com o participío do verbo principal. Somente às dicções *tive feito*, *tiveste feito*, *teve feito*, etc., semelhantes na formação e no uso ao “passé antérieur” da língua francesa e conhecidas ainda muito bem dos quinhentistas, faltou vitalidade bastante que as conservasse na linguagem destes últimos séculos.

As diversas formas *ter feito*, *tendo feito*, *tenho feito*, *tinha feito*, *tive feito*, *terei feito* etc. irmanam-se todas por um traço semântico proveniente da origem comum, e o seu estudo – mau grado a tradição até o presente seguida – é para fazer-se em conjunto e fora do quadro das formas simples, aliviando-se assim o paradigma geral dos complicados ingredientes de tempos perfeitos compostos e tempos anteriores, passados e exatos.

Trata-se de uma conjugação perifrástica creada pela aproximação e enlace semântico de um elemento ativo – *habere* ou *tenere* – e um elemento passivo; aquele referindo-se ao sujeito da oração, este qualificando o objeto direto. Correm pelo falar moderno bastantes exemplos que lembram aquela primitiva fase dos dois verbos ainda não associados: *sometida Bizancio tem a seu serviço indino* (Lus., 3, 12); *as aguias nas bandeiras tem pintadas* (ib., 8, 5); *tinha fechadas as portas com tal severidade... que nenhum estrangeiro lá podia entrar* (Vieira, Serm., 8, 301); *tenho acabadas seis Decadas* (Couto, Dec., 4, Ep.).

---

58 ∞ Os exemplos de *tivera feito*, por mim coligidos, têm todos o sentido ou de *teria feito* ou de *tivesse feito*.

Neste estado de independência, em que o participio passivo indica o resultado de uma ação anterior, não se determina quem seja o respectivo agente, ao passo que na fusão semântica, se afirma ser ele o mesmo que o sujeito do verbo *ter*. Disto resulta compor-se uma expressão verbal ativa, em que a noção principal se passa ao participio, reduzindo-se o verbo *ter* ao papel de *lhe acrescentar*, com as flexões usuais do verbo, a modalidade de realização perfeita até o presente, ou até determinado momento do pretérito ou futuro. Comparem-se *tenho lido as obras de Virgílio*, com *leio as obras de Virgílio*; *tereí feito o trabalho na semana próxima*, com *farei o trabalho*; e com as formas simples *comeu*, *fez* se confrontem as formas compostas, esquecidas hoje, mas nem por isso menos sugestivas, dos exemplos seguintes: *depois que ho Conde e ho Mestre ouverom comido...*; *veo sse pera elles o Conde Dom Alvaro* (Fern. Lopes, D. J., 26); *depois que el Rei teve determinado de pellejar... mandou duas gallees* (ib., 225); e *como teve feito nella [cidade] o que quiz, foi cercar D. João no forte em que estava* (Couto, Dec., 4, 10, 6).

Na falta de designações melhores que diferenciem este aspecto verbal e o paradigma simples, podem-nos servir os termos *perfectivo* e *imperfectivo*, sem pretenderem contudo significar o mesmo que nas gramáticas de línguas eslavas, onde são empregados.

Responde ao imperfectivo *fazia* naturalmente a forma *tinba feito*; porém esta, por isso mesmo que é perfectiva, vem a dizer tanto como aquela outra forma sintética *fizera*, para cuja denominação se criou o superlativo *mais-que-perfeito*. Faz-lhe às vezes muito a miúdo, não só pela tendência analítica das línguas modernas, mas ainda porque permite distinguir a 3.<sup>a</sup> pessoa do plural da do tempo perfeito.

Sérias dificuldades oferece à teoria, como à pratica, o perfectivo do presente com sua propensão para designar uma ação pretérita; e tão obscuras são as regras de seu emprego nas diversas línguas, que facilmente naufragam os que passam a utilizar-se desta forma verbal de um idioma para outro.

A razão da afinidade do presente perfectivo com o simples pretérito perfeito está em que todo e qualquer ato compreendido no tempo presente – a que não sabemos limites –, mas realizado, poucos segundos que sejam, antes do momento em que falamos, é por isso mesmo também ato pretérito. E naquelas línguas onde esta consideração prevaleceu em absoluto, pôde o presente perfectivo como *j'ai reçu la lettre* facilmente desbancar o uso do pretérito simples.

Em português porém entendemos vir a propósito o presente perfectivo – e esta distinção não se faz nos demais tempos – se o ato é durativo ou iterativo, como: *tenho passado ou vivido bem, tenho lido muitos romances*; mas não diremos *ele tem morrido, tenho recebido a carta*, porque são atos momentâneos sem continuidade nem repetição.

É contudo permitido ao cabo de um discurso mais ou menos alentado, de um trabalho ou esforço prolongado, proferir estas palavras: *tenho dito, tenho acabado, tenho chegado, até aqui tendes chegado felizmente* (Vieira, Serm. 8, 50). Estas conclusões resultam de um fenômeno de contágio. O fato durativo não está em nenhum dos mencionados verbos; mas o orador só se lembra do muito que tem falado, das razões que seguidamente tem exposto, do muito que lhe pareceu durar uma viagem.



## ∞ *Particípios duplos*

**T**odo o verbo tem seu particípio de pretérito; alguns, contrariando o geral costume, ostentam o luxo de formas em duplicata: uma primitiva, outra adventícia. Se cai em desuso o particípio antigo, ou muda de sentido, será caso de mera substituição; se ficam ambos a servir para o mesmo efeito, geram-se dúvidas e embaraços na sua aplicação prática.

Procura-se explicar o fenômeno e remover as dificuldades considerando englobadamente todos os verbos que parecem dotados de particípios duplos. Nunca se chegou a resultado satisfatório; nem é possível, desde que se busca uma fórmula geral, sem primeiro estudar a gênese e o histórico dessas duplicatas, cousa que varia muito de verbo para verbo.

“Sobre o uso destas duas sortes de particípios passivos não se pode estabelecer uma regra fixa e universal.” Com muita clareza e acerto o disse Soares Barbosa. Mas não é a negação da regra que se quer; o gramático, para contentar, há de dizer qualquer cousa que sirva de guia, ainda que enganando. E o nosso Jerônimo Soares, apesar daquela asserção, mostrou compreender bem o seu papel.

Em termos gerais, dando folga para qualquer anomalia, expõe o autor da Gramática Filosófica uma doutrina que se resume nisto: A forma em *-ado* ou *-ido* é o verdadeiro particípio, quer para a voz ativa, quer para a passiva; a forma irregular é um adjetivo como os demais adjetivos. E, como se isso fosse realmente um axioma, conclui: “Esta a razão, porque se atribuem aos sujeitos melhor com os verbos *ser* ou *estar*, do que com o verbo *ter*.”

A doutrina, envolta no estilo nebuloso próprio do autor, e flutuando embora entre cautelas e restrições, era tão sugestionante que se tornou crença geral haver-se de pôr o particípio irregular sempre junto de *ser* ou *estar*, e a forma comum sempre ao lado de *ter* ou *haver*; um seria próprio da voz passiva, o outro da voz ativa.

Bento José de Oliveira (Gram. Port., 12.<sup>a</sup> ed.) reedita a lição de seu mestre assim ampliada: “Os particípios irregulares, em geral, são adjectivos verbais; e é por isso que elles dizem melhor com os auxiliares *estar, ser, andar, ficar, vir: estou afflicto, sou suspeito*; e os regulares com *ter* ou *haver*, como *tinha-se affligido, havia suspeitado*.” A exemplificação vem escolhida a dedo; outros verbos desmentiriam a regra.

Há desacordo entre os gramáticos e confusão quanto às noções de particípio, adjetivo verbal e adjetivo propriamente dito. Soares Barbosa enumerava 86 verbos com particípio passado duplo; Oliveira eleva a lista a 109, mencionando apenas os “principais”. A. A. Cortezão, continuador de Bento de Oliveira, reproduz-lhe a regra, ainda que com outras palavras; não dá a razão da espantosa elasticidade da lista verbal de seu predecessor, porém menciona, prudente, “alguns”, isto é, apenas 32 verbos para exemplo.

Listas e regras, em um pequeno número de casos, diziam talvez bem com o uso geral; em outros, ou lhe faziam despejada violência, ou davam como atual o que era obsoleto ou estranho ao domínio da língua portuguesa.

Reagiram os desiludidos. Ribeiro de Vasconcellos protesta nestes termos: “A única regra geral que a este respeito pode formular-se é esta: Nos verbos que têm adjetivo duplo [duplo particípio do pretérito], achando-se em uso na flexão verbal ambas as formas, *pode sempre* empregar-se a forma regular nos tempos compostos da voz ativa, e *pode quase sempre* empregar-se a irregular na voz passiva.”

Será verdade; como fórmula, porém, vale tanto na prática esse “quase sempre” como o “dizem melhor” dos outros gramáticos. Em todo o caso, o autor menciona os verbos que, na sua opinião, têm dois particípios com as indicações precisas sobre as formas usadas somente na ativa, ou só na passiva, ou comuns à ativa e à passiva.

Indicações análogas encontramos junto aos verbos em questão enumerados na gramática elementar de Epifânio Dias; mas este autor abstém-se de formular qualquer regra geral, deixando assim de dar fundamento a especulações que desencaminhem o estudante.

Epifânio Dias e Ribeiro de Vasconcelos discordam em alguns pontos, realmente controversos; mas examinaram ambos a questão melhor que os gramáticos da antiga escola, e – cousa admirável – não conseguiram descobrir mais que 33 ou 34 verbos com particípio duplo. Ainda assim, será necessário reduzir o número, eliminando *escrever, abrir e cobrir*, transplantados, por descuido ou força de hábito, de compêndios anteriores para as novas listas<sup>59</sup>.

Aplicaram eles a denominação de particípio passado somente a formas verbais usadas com auxiliares na voz ativa ou passiva; o que já não é o mesmo que chamar particípio a tudo quanto possa completar o sentido de *ter* ou de *ser* e *estar*. Não percebeu a diferença o autor da velha gramática filosófica; ou, se alguma hora a percebeu, logo tornou a atolar-se em confusões, enumerando entre os particípios *cego, molesto*,

---

59 ∞ Melhor fora chamarem a atenção para a forma *desabrido* usada regularmente em contradição com o particípio *aberto*.

*grato, cheio, escuro, direto, cativo, ignoto, professo, quieto, extenso, torto* e outros vocábulos que funcionalmente não passam de simples adjetivos. Só admira que lhe escapassem muitos mais termos da mesma classe relacionados com verbos pelo radical ou pelo sentido. Verdade é que Bento de Oliveira adiantou um pouco a obra encetada.

Considerados etimologicamente, é certo que vários dos atuais adjetivos – e substantivos – se filiam a participípios latinos. Não serve, contudo, a etimologia de critério único para a classificação gramatical dos vocábulos; e se fôssemos desprezar, por sistema, as mudanças definitivas de sentido e função, ao julgarmos da categoria léxica, negaríamos à linguagem as condições próprias da sua vitalidade, levando-nos esse exagero a uma série de saborosos disparates.

Onde, a par da forma latina mais concisa, veio a brotar, por efeito da analogia, e vicejar a nossa forma participial em *-ado*, ou *-ido*, transferiu-se as mais das vezes para esta última uma das funções essenciais do participípio, a verbal, operando-se, além disso, entre os dois termos divergência semântica tão profunda como a que pode haver entre vocábulos de origem diferente. *Torto* não se diz somente das cousas que foram *torcidas*, e os indivíduos *submettidos* nem sempre são *submissos*. *Perverso* pode ser alguém por índole; *perverso* só o será por outrem, pelo meio em que vive, por circunstâncias alheias à sua individualidade, sobrevindas em qualquer época de sua vida. Diz-se: *frade* ou *irmão converso*, mas a pessoa que deixa uma crença ou opinião para aceitar outra é um *convertido*; a mulher de Loth foi *convertida em estátua de sal*, e são *convertidas* as dívidas públicas.

A vantagem da dualidade de formas para se discriminarem ideias não impediu contudo que um pequeno grupo de verbos resistisse à tentação de criar participípios segundo o novo tipo. Junto de *feito, dito*, nunca se consentiu, e ao lado de *vindo, visto, posto* nem sequer se ensaiou a forma em *-ido*, apesar de reunir cada qual destes vocábulos um número não pequeno de noções distintas.

Mais ousadia houve quanto a *abrido*, *cobrido*, *escrevido* por *aberto*, *coberto*, *escrito* sem que jamais se definisse a necessidade de tais excrescências. Em verdade não passam de meros plebeísmos, mais frequentes porventura em Portugal do que no Brasil, repelidos pela gente culta e naturalmente excluídos da linguagem literária. Sem embargo disso, registram-nos sem cerimônia nem censura e, o que é pior, subordinando a regras o seu uso, justamente os compêndios escolares, cujo primeiro dever é ensinar a falar e escrever corretamente, tomando para modelo a linguagem dos autores clássicos ou, pelo menos, das pessoas educadas.

A propósito de *escrevido* observa o dicionário de Aulete: “Caído em desuso, e hoje quase que exclusivamente empregado pela gente inculta e rústica”. Logo, seria forma antiquíssima. Mas onde é que estão as provas disso? Os documentos arcaicos só consagram o “uso” de *escrito*; o que é naturalíssimo. Procede a forma diretamente do latim e usaram-na, antes de mais ninguém, os homens cultos. Da alta camada dos letrados transmitiu-se o nobre termo à gente analfabeta e rústica. Respeitando o que vinha de cima, esta gente não teria desde logo ousado corromper a expressão *escrito*. Só depois de bem vulgarizada a ideia e o termo, é que os rústicos lusitanos amoldariam a terminação desse participio à dos demais verbos, segundo o processo analógico comum nas pessoas ignorantes e sobretudo nas crianças, de cuja boca se ouve v. g. *fazido* por *feito*, como *fazeu* por *fez*. São dizeres que não se estimulam nem se comentam: corrigem-se.

Sobre *abrido* dá-nos a seguinte notícia o dicionário de Fr. Domingos Vieira: “ABRIDO adj. p. Forma regular, mas antiga do participio do verbo *abrir*, usada por Fernão Lopes na Crônica de D. João I; hoje, porém, posto que banida da linguagem literária, ainda é do domínio do povo, e considera-se por isso como plebeísmo Vid. *Aberto*”.

Outro exagero. Fernão Lopes serviu-se com singular parcimônia do verbo *abrir* na forma de participio. Os trechos que feriram a aten-

ção do lexicógrafo devem ser estes da primeira edição da Crônica: *assi se partirão hũs dos outros, ficando o trauto abrido & nom desatado* (cap. 191); “*muitas nações... com que pode aver guerra como ora tem abrida*” (cap. 192). Porém entre estas mesmas passagens e não longe de qualquer delas surge esta outra, que compromete toda a conclusão prematura: *El-rey respondeo... que sempre o trauto ficara aberto* (cap. 192).

Com tão escassos e contraditórios elementos não se decide qual das formas se deva reputar como mais antiga, *se abrido* ou *aberto*. Mas tanto Dom. Vieira como Aulete podiam concluir a priori, pois que se guiaram pela errônea crença de que todas as formas irregulares teriam aparecido necessariamente como desvios ulteriores de processos gerais pré-estabelecidos. *Aberto* teria provindo da redução ou contração de *abrido*, como *escrito* de *escrevido*.

Não sei até que ponto colaboraram na crônica de D. João I os tipógrafos e revisores de 1644; mas, a serem autênticas as passagens supracitadas, o mais que daí se colige é que já em meados do século XV andaria na boca do povo a forma *abrido* e por descuido a teria usado, em seus escritos, o meticoloso cronista ao lado da forma tradicional *aberto*.

Muitas dicções populares são bem aceitas pelos escritores e se incorporam à linguagem literária; mas as criações em *-ido* de *abrir*, *cobrir* e *escrever* não foram julgadas bastante dignas deste honroso acolhimento. Até agora as cantigas de gramáticos dizem uma cousa, e os escritores praticam desconfiados outra.

Para a adoção do particípio em *-ado* ou *-ido* de outros verbos, se houve escrúpulo a princípio, há muito que cessou a esquivança, e tão firme se implantou na linguagem culta a nova forma, que o primitivo particípio português ficou desalojado. Vejamos isto pelo miúdo.

Do verbo *absolver* não conhece o uso geral hodierno outro particípio passado senão *absolvido*. Mas é inovação estranha à linguagem dos cronistas, em cujos escritos este verbo acusa formas participiais mais de acor-

do com a etimologia latina: *aquell que legasse e assolvesse na terra, seria legado e assolto nos ceos* (Fern. Lopes, D. J., 301); *confessados e ausolutos pelo vigairo* (Castanh., I, 33); *dom Lourenço se acabou sem culpa foy ausoluto* (ib., 2, 35). Posteriormente, em época mais espevitada, restituiu-se o prefixo primitivo, adquirindo o verbo por este lado feição mais nobre. Mas *absoluto* acabou por perder todo o préstimo, salvo como qualificativo e como adjetivo substantivado, e *absolto*, de que ainda se utilizou Antonio Vieira, passou para o escaninho das antigualhas esquecidas ou sem aplicação.

Do mesmo modo em *cingir* foi predecessor do particípio em *-ido* a forma etimológica latina. Depois, *cinto* deixou de indicar o ato para servir somente de nome de um objeto.

*Despender* faz *despendido* na linguagem culta, desde o tempo dos seiscentistas. Veio a forma regular substituir o antigo *despeso*, usado indiferentemente com *ser* ou *ter*: *foi todo aquell trabalho despeso em vaão* (Fern. Lopes, D. J., 185); *tinham já despesa toda a polvora* (Barros, Dec., 2, 9, 5); *ter despeso todo o cabedal* (Barros, ib., I, I, 12).

*Defeso* usa-se ao presente como adjetivo predicativo na acepção de “vedado”, “proibido”. Tendo expirado a função verbal, compreende-se que faltem ao vocábulo tanto a noção ativa como a passiva, as quais, a subsistirem intactas, permitiriam se enunciasse o complemento de causa eficiente. Porém em português literário até o século XVI *defeso* era considerado como particípio legítimo de *defender*, quer denotando “proibir”, quer exprimindo “proteger”, “resguardar”: *Eram bem defesos dos que estavam em cima do muro* (Fern. Lopes, D. J., 314); *Affonso d’Albuquerque tinha defeso... que nenhũ homem de armas fosse em companhia das mareantes* (Barros, D., 2, 3, 4).

Em *dividir* ninguém vê hoje mais que um verbo transitivo regularíssimo. Temos portanto *dividido* no particípio do pretérito. Ao fazer-se porém uma exposição histórica das formas verbais, há de registrar-se o particípio *diviso* do português arcaico: *Este rreino... he ora deviso em duas partes* (Fern. Lopes, D. J., 211).

*Resoluto* classifica-se como um qualificativo aplicável a ente animado. É tudo quanto resta do velho particípio de *resolver*, ainda muito em voga em boa linguagem clássica. Leiam-se com paciência e atenção os escritos do Padre Vieira, e ver-se-á que foram aproveitadas quantas oportunidades se ofereceram para o emprego do hoje obsoleto particípio. Em quatro páginas seguidas de um dos volumes (Serm., 2, 215-218) colhem-se já três exemplos: *ambas estas cousas sabirão hoje resolutas de um conselho*; tenho resoluto *de lhes tirar a vida e a coroa*; tem resoluto *ou permitido*.

*Nado*, particípio primitivo do verbo *nascer*, e forma corrente na linguagem arcaica, em competência com a criação em *-ido*, por analogia da maioria dos verbos da segunda conjugação, cede definitivamente o lugar a *nascido* em português moderno. Apenas na expressão *sol nado* se pôde manter a antiga forma e o seu sentido próprio, ao passo que do outrora feminino *nada*, último resíduo do lat. *nullam rem natam*, se volatilizou o conceito originário, ficando o termo a exprimir a não-existência, como nome, pronome e advérbio.

Em todos estes verbos a preferência pelo particípio em *-ido* (ant. *-udo*) firmou-se em era relativamente moderna. Mas o fenômeno não é geral. Verbos há em que o uso definitivo da forma regular remonta sem a mínima dúvida à mais antiga fase da nossa língua. *Movido*, *metido* e *metudo*, *recebido* e *recebudo*, *vencido* e *vençudo*, *vivido*, mencionam-se a miúdo nas crônicas e nos primeiros documentos; porém em nenhuma parte se encontram vestígios do uso de particípios correspondentes às formas latinas *motum*, *missum*, *receptum*, *victum*.

Outras vezes, pelo contrário, é justamente o particípio alatinado a forma mais recente em português. Explica-se o paradoxo pela reação erudita, mormente dos escritores da renascença, que tomaram à língua-mãe expressões desconhecidas do vulgo. O particípio em *-ido* do verbo *eleger* parece ter sido a forma corrente no falar arcaico. Fernão Lopes, ao descrever a eleição do mester de Avis para rei de Portugal,

emprega o particípio muitas vezes e sempre com terminação regular: *pode seer emllegido*; *pessoa que ha de seer emllegida*, *elles aviam emllegido*, etc. Vieira, no sermão para o dia de S. Bartholomeu (2, 346-370), só adota o particípio *eleito*. Que a outra forma nem por isso ficou excluída da linguagem culta, provam-no estas passagens de Bernardes: *de doze Apostolos elegidos por Christo* (N. Flor., 5, 523); *forão elegidos* (ib., I, 333); *tem elegido o meyo* (Luz e Calor, 32).

Não houve porém entre os eruditos preocupações de reviver sistematicamente todos os antigos particípios latinos. Simpatizaram com algumas expressões, empregaram-nas por vezes, mas em geral sem desprezar a forma corrente. Faltasse esta cautela e não os entenderia os leitores. E tiveram as formas ressuscitadas fortuna desigual. Umas, como *eleito*, readaptaram-se ao meio, floresceram e suplantaram, às vezes, as formas rivais; outras, pelo contrário, nunca as bafejou a aura popular. O latinismo *noto* (Cam., Lus., 2, 28 e pass.) continua nos páramos nebulosos da linguagem difícil sem ousar disputar ao particípio *conhecido* primazia no falar de toda a gente; *illuso* (Bern., L. e C., 145; N. Fl., 5, 253) e *excluso* (ao lado de *excluído*, Vieira, Serm., 2, 364-365; Bern., N. Fl., 5, 223) mirraram e desapareceram por lhes minguar a quentura vivificante do uso geral.

Ao contrário do processo até aqui exposto, alguns verbos têm como particípio próprio justamente a forma em *-ado*, *-ido*, sendo a forma irregular evidentemente o particípio intruso. Por se tratar sempre de expressão mais breve, há quem lhe chame forma contracta; na realidade porém não se descobre como poderia ela ter provindo da forma regular mais extensa. A maior parte das vezes, pelo contrário, é vocábulo que precedeu à criação do verbo e se incorporou à sua conjugação.

Assim observamos junto do particípio normal *entregado* o concorrente terrível *entregue*. Já o seu aspecto externo nos surpreende. Exce tuada a palavra *livre* — um adjetivo que também faz de particípio — não sabemos de outro exemplo de forma participial em *-e* em todo o portu-

guês literário desde o seu começo até o fim da era seiscentista, e ainda mais tarde.

Posto que à mesma filologia não se descortine prontamente a fonte da qual o termo procede, tenho por aceitável a opinião que refere o nosso *entregue* ao latim *integer*, vendado pela metátese e esquecido pela alteração semântica. Transparece algo da acepção primitiva em *ser entregue de alguma coisa*, sintaxe solitária que denuncia ter o vocábulo *entregue* passado vida independente do verbo *entregar*. Do adjetivo *ter-se-ia* derivado o verbo, assumindo aquele, em seguida, função idêntica à do particípio natural. Ao escreverem-se os Forais ainda se hesitava bastante entre *ser entregado* e *ser entregue*. O uso subsequente acabou por preferir o antigo adjetivo para todas as emergências. Apenas observo e *já entregado espera pelo golpe* (Cam., Lus., 3, 40) e algumas passagens de Francisco Manoel de Melo, em que o termo parece ter o sentido mais nobre de “confiado”, “resignado”. São exemplos pouquíssimos em comparação do número infinito de passagens com o emprego de *ser entregue*, *estar entregue*, colhidos em Fernão Lopes, Castanheda, João de Barros, Vieira, etc. E se agora se ensina que *entregado* pode usar-se na voz ativa como passiva, há de entender-se isso relativamente ao falar hodierno, que terá reabilitado o uso do particípio regular na acepção comum.

Entre os particípios conhecidos desde a fase mais remota do português antigo, e cujo uso se conserva até o presente, singulariza-se a forma *pago*, não só pelo simultâneo emprego do regularíssimo *pagado*, mas ainda pela sua origem de todo em todo diversa da dos restantes particípios irregulares antigos. Qual seja a forma própria do verbo *pagar*, di-lo bem claro o latim *pacatum* de *pacare*. De onde viria pois aquela forma dissilábica?

O latim só legou *pacatum* às línguas românicas, e o particípio *pago* é privativo do português. Supô-lo nascido da forma mais extensa seria hipótese gratuita, contrária às leis fonéticas.

Não existia, nem se podia formar diretamente o particípio irregular; mas era comum às línguas românicas o termo *paga* como substantivo. Ter-se-ia acaso transportado este para a conjugação verbal? O português possuía *defesa* – *defeso*, *presa* – *preso*, *despesa* – *despeso*, respectivamente substantivos e participios; e possuía *paga* – *pago*, ambos como substantivos. Teriam estes por influência daqueloutros passado a servir de particípio também?

Parece haver atrevimento em se admitir semelhante hipótese, sendo a forma em questão uma dessas cuja origem se perde na “noite dos tempos”; mas em eras recentes e claríssimas a mesma situação se repete e mais uma vez se evidencia que o povo não perde tempo em meditar sobre a legitimidade das suas criações analógicas. Os verbos *ganbar* e *gastar* em toda a linguagem literária até depois dos seiscentistas nunca tiveram outro particípio senão *ganhado*, *gastado*. Eis que surgem dois modernismos, evidente aplicação secundária dos substantivos *ganbo*, *gasto*, – e isto por sua vez provavelmente por analogia de *pago* – e por tal modo se generaliza seu uso, que já agora será pedantismo tentar eliminá-los.

Para ver como estão mudados os tempos, basta um olhar retrospectivo pelos escritos dos chamados clássicos: *estas cousas* estão ganhadas (Barros, Dec., I, I, II); *munições* gastadas (Castanh., 2, 79); *tanta quanta* tinha gastada (Barros, Dec., 2, IO, I) *uns as armas alimpam e renovam que a ferrugem da paz* gastadas tinha (Cam., Lus., 4, 22) *o tempo se resgata dando... tempo bem gastado por tempo mal gastado* (Vieira, Serm., 9, 298; *se foy mal gastado, está cativo* (Vieira, ib.); *foram perdendo o que tinham ganhado* (Vieira, 8, 267); *adornos... ganhos pelo trabalho* (F. M. de Mello, G. Cas., I17).

Tornando aos participios *pago* e *pagado*, insistirei em advertir que nos antigos documentos da linguagem ocorrem ambos indiscriminadamente, havendo, quando muito, intenção de notar ora o estado (*pago*), ora a ação (*pagado*). Também para o português clássico não vemos outra maneira de traçar uma regra. Os escritores usavam, segundo

parece, ao sabor do momento *ter pagado* ou *ter pago*, *ser pagado* ou *ser pago*. No falar moderno suprimimos *ser pagado* e conservamos os outros casos. Sirvam de confronto com a atual tendência: *E foi lhe pagado o soldo dhu mes* (Fern. Lopes, D. J., 148); *as quaes lhe foram pagadas em dinheiros meudos* (ib., 86); *mandamos que sejam pagos pelos nossos almuxarifes* (Livro Verm.); *Já Deus me tem pagado o mesmo sacrificio* (Vieira, C., 2, 219); *os soldados não serão pagos* (Vieira, I, 983); *o proprio povo tinha pagado uma parte das arrbas do seu casamento* (Herc., L. e N., I, 185); *de sobejo tens pago o erro de um coração inexperto* (Herc., M. de C., 2, 180).

De quanto é capaz o processo analógico, vê-se ainda nos desnecessários produtos *assente*, *aceite*, — que não remontam à linguagem clássica, mas, ao parecer de alguns compêndios, seriam assaz corretos — assim como em alguns vulgarismos lusitanos em *-e*, *fixe*, *encarregue*, etc., completamente desconhecidos no Brasil. O hábito de dizer *entregue* gerou por certo a tendência de expressar com igual terminação a ideia correlata, ficando *aceite* por *aceito*. Dado o primeiro passo, animou-se o povo português a fabricar mais alguns produtos do mesmo tipo, e bem pode ser que o processo, ainda ativo, se estenda a alguns casos mais.

Apesar dos votos favoráveis de Oliveira — Cortezão, Epifânio Dias e Ribeiro de Vasconcelos, nutro sérias dúvidas sobre o valor do modernismo *aceite* na linguagem culta. O seu uso não está generalizado; e os que sistematicamente evitam este sucedâneo, valendo-se tão-somente da forma genuína, não incorrem, me parece, na censura de gramático algum, nem ofendem, por esquisitos, os delicados nervos de seus ouvintes.

Tenho igualmente por problemática a importância de *assente*. A oficiais mecânicos ouvimos dizer, é verdade, e deles aprendemos: *a pedra está bem assente*; *o armário não está assente em seu lugar*. Mas aos homens educados, por outra parte, repugnará expressarem-se assim: *foram assentes entre os dois países tais condições*. Isto com respeito ao falar brasileiro, ao menos. Resta averiguar se entre os lusitanos não militam razões poderosas para dissentirem de nós.

Digamos, para terminar o presente estudo, alguma cousa da curiosa irregularidade *morto*, particípio tanto de *morrer* como de *matar*. Quanto ao primeiro destes verbos, objetar-se-á que todo o mundo diz *tem morrido*, etc., não havendo lugar para a forma *morto*, senão como adjetivo. Com efeito, assim é; mas a adoção do particípio *morrido* não data de longo tempo. Outrora só se dizia *morto*, servindo de auxiliar, como em muitos outros verbos, *ser* em lugar de *ter*: *nos tres dias que cometteu o vao, eram mortos vinte portugueses* (Barros, Dec., I, 6, 5); eram já mortos *trinta e sete homens* (da doença) (ib., 3, 5, 10).

Extraordinário fato é a penetração deste particípio na conjugação do verbo *matar*, com o qual não tem o mínimo parentesco morfológico. E tão bem aceito foi, que se desterrou da linguagem culta o particípio de formação legítima, passando-se muitos séculos antes de se lhe reabilitar o uso. O vocábulo *matado* devia provocar muita hilaridade para Gil Vicente o pôr na boca de judeus três vezes em um minuto.

Hoje já não sucede assim, se *matado* vier em companhia do auxiliar *ter*. Esta concessão não lhe fizeram, todavia, os autores dos seguintes trechos: *tambem estavam em grande aperto, que lhe tinham os nossos mortos muytos remeiros* (Castanh., 3, 31); *por elle Soldão neste tempo ter morto tres grandes capitães* (Barros, Dec., 2, 8, 3); *dous trabucos nossos que lhe tinham morta alguma gente* (ib., 2, 5, 7); tendo *hum Demonio, chamado Asmodeo morto até sete maridos a Sara* (Vieira, Serm., 2, 318); *respondeu elle que já tinha morto um urso e um leão* (ib., 9, 417).

*Morto* só poderia incorporar-se à conjugação de *matar* pela sua afinidade semântica e necessariamente viria primeiro sob a forma de adjetivo. *Morto* designa não somente o estado do indivíduo que falece de morte natural, mas ainda o daquele a quem matam. No foco da percepção dos lusitanos de outrora seria sob este aspecto que a imagem se delineava; a do “ato” de matar ficaria mais arredada. Por outros termos, designava-se, de acordo com a intuição, o efeito de um ato pelo próprio ato.

Isto devia ter-se dado naturalmente naquela fase primitiva em que o participio era qualificativo do nome, denotando o estado, a situação, e o verbo *ter* ainda possuía o sentido concreto, segundo expliquei em estudo anterior.

## ∞ O Futuro

Com o acréscimo de *-ei, -ás, -á, -emos, -eis, -ão* ou *-ia, -ias, -ia, -íamos, -íeis, -iam* ao infinitivo obtém-se respectivamente o futuro do presente e o futuro do pretérito. Tenho por desnecessário entrar aqui em minúcias sobre o histórico dessa formação, que o leitor aliás saberá dos compêndios gramaticais. Importa-nos antes estudar a natureza e o uso de um e outro tempo, dirigindo sobretudo a atenção para aquele que com rubrica tão outra vem, de longuíssima data, figurando nos paradigmas verbais.

Esse nome de “modo condicional” que ficou em português, como em outros idiomas, atende sem dúvida a uma função conspícua, mas nem por isso única, nem tampouco privativa do futuro do pretérito. Habituo-nos todavia a só contemplá-lo por esse aspecto mais vistoso e já agora custa, e muito, reconhecê-lo em sua função legítima. Andávamos a apreciar um indivíduo em vestes domingueiras, e eis que no-lo apontam em uma oficina com a sua blusa habitual de operário.

Paradoxal, ou não, futuro do pretérito é denominação que se há de tomar ao pé da letra; nem sei de outra que melhor caracterize o papel do verbo quando se comparam frases como as seguintes:

*diz que virá sem falta  
disse que viria sem falta*

---

*juro que cumprirei meu dever  
jurei que cumpriria meu dever*

Por meio das formas *virá*, *cumprirei* designamos a ação futura relativamente ao tempo presente; mas o ato vindouro referido aos pretéritos *disse*, *jurei*, não se pode expressar senão pelas formas *viria*, *cumpriria*. Estas indicam pois necessariamente o futuro do pretérito, assim como as primeiras o futuro do presente; e qualquer consideração que se fizesse no sentido de afagar o preconceito da função condicional quanto às frases em que ocorrem *viria* e *cumpriria* logicamente se havia de aplicar também às duas outras, ficando *virá* e *cumprirei* compreendidos, por semelhante sofisma, no modo condicional.

Examine-se ainda o futuro do pretérito nestes trechos literários: *Jurava que eu era boa e meiga; que eu era bella; que seria sua esposa* (Herc.); *o cadaver de Beatriz ia descer á terra, terra que nunca humedeceria uma lagrima* (ib.); [*que estava*] *seguro de que não vibraria, em vão o golpe* (ib.); *respondeu-lhe seccamente que, pela quebra das immunidades da igreja, daria conta de si ao santo padre* (ib.); *assegurava-lhe tambem que o caridoso parochó lhe proporcionaria os demais soccorros a que não chegava a sua pouquidade* (ib.); *o mestre da theologia protestara que elle saberia descubrir se o moço frade era morto ou onde parava* (ib.).

Se na oração principal de cada um destes trechos pusermos o tempo presente em lugar do pretérito, mudança análoga havemos de fazer no verbo da respectiva subordinada, transformando os futuros do pretérito *seria*, *umedeceria*, etc., em futuros do presente: *serei*, *umedecera*, *vibrará*; *dará*, etc.

Estes e outros exemplos não somente definem o tempo que exprimem as formas verbais creadas pelo acréscimo de *-ei*, *-ia* ao infinitivo,

mas ainda provam clarissimamente a possibilidade do uso de um e outro futuro como asserção positiva, categórica, isenta das peias de uma proposição hipotética. Ao futuro do pretérito, com tais veleidades de-  
vêramos – a mantermo-nos fiéis à terminologia secular – pôr o nome de condicional “incondicional”.

Usam-se as formas do futuro com esse caráter categórico, todos o sabemos, quando há convicção ou certeza de que alguma cousa se realizará ou deixará de realizar-se. Mas quantas vezes se verifica esta condição? O porvir não se regula pelos cálculos e previsões humanas. As combinações mais sutis podem falhar ante a incerteza do dia de amanhã ou do que possa advir ainda hoje. Uma coisa é referir o que tem acontecido, ou o que acontece agora, e outra é anunciar coisas vindouras. Se o presente e pretérito dão ideia de fatos reais, o futuro por sua vez desperta a noção de fatos duvidosos, problemáticos.

Tão notável é este contraste, que ao verbo no futuro, além da missão própria, cabe ainda o papel de suprir a deficiência das duas outras formas temporais, quando se haja de resolver esta questão: De que modo enunciaremos a incerteza relativamente a fato presente ou pretérito? Ocorrer-nos-á sem dúvida dar ao verbo o aspecto potencial; porém mais simples e mais preciso do que essa forma perifrástica será o verbo com a aparência de um ato ainda por cumprir. É artifício de linguagem usado em muitos idiomas. Sob a capa de vindouro incerto faremos o ouvinte perceber a nossa incerteza relativamente a um fato da atualidade ou do passado.

Naturalmente há de ser tal a situação ou o contexto, que não fique margem nenhuma para equívocos. O ouvinte não deverá tomar o disfarce, a ficção por outra coisa; não deverá crer que o futuro aparente expresse um ato deveras vindouro. Exemplifiquemos, submetendo, numa mesma frase, o verbo aos diversos processos de afirmativa categórica (tempos presente e pretérito) e asserção problemática (tempo futuro e aspecto potencial): *D'ali ao cabo Fartaque são cem leguas; ... podem ser*

*cem leguas; ... serão cem leguas. — D'ali ao cabo Fartaque eram cem leguas; ... podiam ser cem leguas; seriam cem leguas.* Comparem-se ainda estas frases usuais: *A estas boras estará dormindo, estará morto, etc.; haverá [ou haveria] quinze dias que ele não apparece [ou apparecia].*

Sob a roupagem do futuro pode o verbo também denotar a nossa desconfiança atual e, até, velar comentários nossos desfavoráveis à opinião alheia: *Dizem que Francisco é homem de bem. Será; mas eu não quero ter negocios com ele.* Basta, como se vê, transferir a asserção alheia do tempo presente para o tempo futuro.

Nas frases interrogativas o emprego do futuro fictício em lugar do presente, ou passado, torna a pergunta menos brusca, dá-lhe feição mais polida: Comparem-se: *Que é isso?* e *Que será isso?* *Que foi aquilo?* e *Que seria aquilo?* Dizendo *é, foi*, dirijo-me sem rodeios à pessoa diante de mim; ao passo que com as formas *será, seria* farei a pergunta indiretamente, como que atirando-a à ventura, ou tendo por destino meu próprio intellecto. O meu interlocutor não me terá por importuno. Como porém não nos aproximamos de outrem em tom interrogatório sem esperar ou desejar informação ou resposta, segue-se que nesse cauteloso modo de inquirir me terei utilizado do futuro diplomático.

Posso todavia fazer abstração completa da segunda pessoa e dirigir a pergunta tão-somente a mim mesmo, esforçando-me por descobrir pelo raciocínio o esclarecimento desejado. Nesta hipótese a forma verbal usada não será mais que o futuro problemático. Depende meramente do nosso intuito se se devem classificar nesta categoria, ou na precedente, as formas verbais das seguintes frases e mil outras do mesmo gênero: *Estará doente? Fugiria? Estará chovendo agora na cidade? Terá morrido? Teria morrido? Estarei nomeado? Terá fortuna? Terá dinheiro?*

A dúvida aqui vem diretamente da parte de quem profere estas frases; muitas vezes porém ela há de ser referida a outra pessoa, que se denuncia pelo contexto, e cujo estado de ânimo procuramos reproduzir:

*Depois de tantos desgostos, que iria fazer na sua terra natal? Lembrar-se-ia ainda d'elle seu companheiro de infância?*

Admiráveis efeitos de contraste obteve Antonio Vieira com esta espécie de interrogação, expondo ou sugerindo uma perplexidade séria, mas de pouca dura, e passando de súbito à resposta firme e resoluta: *Mas como mostraria elle, que era morto, o mesmo que tinba sido vivo? Sae, e apparece o sagrado deposito em terra, e no mesmo ponto todos os que estavam feridos... se levantaram subitamente sãos* (Serm., 8, 355). — *E que faria o demonio e o que se governava por elle? Ao menos forçados deste modo seguiriam a sua derrota a Japão? De nenhum modo. Resolvem arribar outra vez a Cantão desfazendo a viagem* (ib., 8, 308). — *Deu conta desta mudança a Xavier; e que lhe responderia elle? Não quero que percais a fazenda, nem arrisqueis a pessoa* (ib., 8, 288). — *Emfim partiram e chegaram: e que faria então Joseph...? Instruiu aos irmãos, que... respondessem que eram pastores de ovelhas* (ib., 8, 240).

Em alguns destes trechos o futuro do pretérito pode ser interpretado como incerteza ou vacilação do respectivo sujeito; em outros parece antes que o orador se dirige ao auditório: *E que lhe responderia elle?* É como se dissesse: Que cousa pensais que respondeu ele? Cousa muito diversa da que pensais.

Compete ainda ao verbo no futuro dar notícia de fatos que nem se prendem ao espírito de incerteza, do qual decorrem as aplicações até aqui expostas, nem se ligam àquela convicção com que, por vezes, antevemos as cousas e as anunciamos como fatalmente certas. É quando se concebe um fato como realidade atual ou vindoura, dada porém a consumação prévia de outro fato. É pois o caso da certeza restrita.

A cláusula ou condição, que no momento não se verifica, mas sem a qual o nosso asserto deixa de ser a expressão da verdade, constitui, enunciada explicitamente, uma oração à parte começando pela partícula condicional *se* e tendo o verbo no modo conjuntivo: *se tivesse fortuna...; se tiver fortuna...* O imperfeito denotará aqui a inexistência ou improbabilidade, e o futuro a esperança de consumir-se o fato. Em

correlação com as duas hipóteses virá na oração principal respectivamente o futuro do pretérito ou o futuro do presente; ...*construiria um palacete*; ... *construirei um palacete*.

Ambos estes futuros do indicativo, pressupondo certos fatos, exercem aqui função condicional; e nenhuma razão ponderosa há, nem tem havido, para se reservar, como se costuma, o nome de condicional unicamente para a ação imaginária representada pela forma verbal *construiria*, que aliás se exprime também pelas formas indiscutivelmente temporais *construíra* e *construía*.

Será difícil contrariar um hábito de tantos séculos e abrir mão desse exagero que faz de um simples tempo verbal um modo à parte, cujo nome põe em evidência uma das aplicações do futuro pretérito, mas deixa no esquecimento as demais, inclusive a primeira de todas. Excluído injustamente do modo indicativo e ornado com letreiro novo, ninguém lhe reconhece porém outro lugar, no quadro geral da conjugação, senão imediatamente após o futuro do presente, parecendo sacrilégio deixar de aproximar duas formas verbais de íntimo parentesco.

A distinção profunda que se pretendia fazer, elevando o futuro do pretérito à categoria de modo, cogita somente dos verbos conjugados nas línguas cultas modernas. Mas a eventualidade condicional existiu sempre, e por toda a parte, e há de enunciar-se em todos os idiomas. Ora é de notar que, com tanta riqueza de elementos formativos, nem o latim, nem o grego, nem o sânscrito possuísem um tipo modal destinado especialmente para o caso e resolvessem a questão valendo-se de formas que serviam a fins muito diferentes. Nem por isso passam estas a figurar com o nome de modo condicional nas respectivas gramáticas.

Revela a terminologia confusão de ideias ou pobreza de recursos quando aplica à oração de *se* em seu conjunto a mesma denominação que dá a um só termo da asserção principal. Já que são tão interdepen-

dentes as duas proposições, nada valendo o conceito verbal de uma sem o cumprimento do conceito verbal da outra, eu proporía se assinalasse bem essa correlação, chamando condicionante à frase da conjunção *se* e condicionada à outra.

Assim como varia a maneira de conceber a hipótese, assim também varia a forma verbal da condicionante. O presente, o imperfeito e o perfeito do indicativo expõem o fato como eventual ou provável; não afirmam nem negam a possibilidade da hipótese. O futuro do conjuntivo caracteriza o fato como cousa esperada. O imperfeito do conjuntivo finalmente o dá por inexistente e improvável.

Nas asserções condicionadas correspondentes às duas primeiras hipóteses, o verbo se usa em tempos análogos do modo indicativo, podendo estar também no imperativo. No terceiro caso a condicionada enuncia-se de ordinário com o verbo no futuro do pretérito ou também no imperfeito do indicativo. Tornar-se-ão porém idênticas as formas verbais das duas frases, desde que se prefira empregar o mais-que-perfeito do indicativo: *se mais mundo houvera, lá cbegara*.

Em latim a condicionante do fato inexistente ou improvável dizia-se com o imperfeito ou o mais-que-perfeito do conjuntivo, e a mesmíssima forma verbal vinha também na respectiva condicionada: *si scirem, dicerem; si scissem in quo periculo esses, statim ad te advolasset*. Concebem-se aqui como igualmente contingentes a pressuposição determinante e a respectiva consequência. Melhor não se poderá exprimir a eventualidade condicional comum a dois fatos tão intimamente ligados entre si.

Gramaticalmente falando, ou os verbos *scirem* e *dicerem* do primeiro exemplo, assim como *scissem* e *advolasset* do outro, estão enunciados todos no modo condicional, ou então se acham no modo conjuntivo, quer em oração principal, quer em subordinada. A análise habitual sai-se desta abertura, decidindo-se pelo critério morfológico. Mas se é este o que aí prevalece, por que havemos de enveredar por outra estra-

da ao analisarmos *se soubera, dissera; se mais mundo houvera, lá chegara*? Porque não reconhecer aqui o emprego do mais-que-perfeito, tanto na condicionante como na condicionada? E substituídos os exemplos por *se soubesse, diria; se... houvesse,... chegaria*, sem a mínima alteração de sentido, por que não responder ainda aqui com a morfologia: imperfeito do conjuntivo de uma parte, e, a da outra, o futuro do pretérito do indicativo?

Indubitavelmente a análise também há de levar em conta o critério semântico; mas isto aqui se faz, não imaginando um modo verbal para uma só das hipóteses, e sim assinalando a função ou circunstância especial em que certas formas verbais são usadas.

Mostrei há pouco que a forma constituída pelo infinitivo + *ia* se podia usar como futuro condicional. Ora se a passarmos da categoria dos tempos para a dos modos quando venha em uma asserção condicionada, na mesma categoria devemos incluir as demais formas verbais desde que ocorram em frases igualmente condicionadas. Isto pede a coerência, mas no sistema de conjugação a terminologia só consigna as formas verbais com suas funções específicas; não há lugar para a variedade de serviços de que são capazes.

Tomemos para exemplo os verbos das proposições, — *as cousas andam bem e prepara-te para a guerra*. Expressas como asserções categóricas, elas contêm respectivamente um verbo no presente do indicativo e um no imperativo, exercendo cada forma verbal a sua função específica. Mas a situação muda muito nestes outros exemplos: *se a lei se cumpre, as cousas andam bem; se queres paz, prepara-te para a guerra*. Já agora entenderemos o bom andamento das cousas, não como fato real, senão condicionado; e igualmente condicionado e dependente é o conselho relativo ao preparo para a guerra. Indicativo e imperativo deixam pois de exprimir o que deveriam para indicar fatos condicionados. Nem por isso diremos estarem no modo condicional os verbos *andam* e *prepara*.

O pensamento condicionante não se enuncia unicamente pela oração explícita; as formas infinitas (infinitivo, gerúndio e particípio passado) podem dizer a mesma coisa e de modo mais conciso: *se assim fosse* ou *a ser assim* ou *sendo assim*; *convenientemente vestidas* [= *se fossem convenientemente vestidas*], *as memórias do antigo cronista encheriam muitas páginas*. Outras vezes, o pensamento condicionante deixa de revelar-se como oração à parte, e acha-se latente ou toma para meio de expressão algum termo ou frase dentro da oração condicionada: *daria nesse momento a vida por vingar-me* [= *se pudesse vingar-me*] (Herc., M. de C., I, 134); *o ver-te e abraçar-te* [= *se te visse e te abraçasse*] *seria fatal-a* (ib., I, 106); *a resistencia* [i. e. *se fosse tentada*] *sómente serviria de lbe excitar as furias* (ib., 2, 195); *só um milagre* [i. e. *se aparecesse*] *poderia, de feito, salvar-a* (ib., 2, 189).

Parece devido à influência de alguma condicionante latente o uso do futuro do pretérito em casos como os seguintes: *Que tal a minha vista!... Pois não juraria que Fr. Vasco tinha a cabeça cheia de cans?...* (Herc., M. de C., 2, 218); *Não sei que tristeza me infunde o vel-o. Diria que este homem entrou de algum modo nas desventuras que padeci* (ib., I, 87). A meu ver porém os dois verbos usam-se aqui já sem o sentimento da elipse; tanto assim, que não restabeleceríamos as condicionantes sem prejudicar o falar usual. Os verbos *juraria* e *diria* destes trechos, assim como as expressões *dir-se-ia*, *crer-se-ia*, *acreditar-se-ia*, tão frequentes em Herculano, indicam antes esse estado particular da alma que leva a dizer as coisas com alguma timidez, com receio de errar ou contrariar. Qualquer que seja a origem, há aqui uma especialização de sentido bastante apreciável, que lembra, até certo ponto, o uso do optativo e potencial em outras línguas.

Para terminar, mencionarei ainda uma transformação semântica do nosso proteu assaz diversa das que até aqui estudamos. É o futuro compulsivo, o qual denota o dever, a obrigação. Tem este sentido as sentenças do Decálogo: *Amarás a Deus, não matarás, não furtarás*, etc.

É com o mesmo intuito que se emprega a forma do futuro nas estipulações dos tratados e contratos, isto é, o futuro do presente no discurso direto do próprio tratado, e o futuro do pretérito no discurso indireto aludindo às estipulações. Comparem-se: “*Se se julgar o direito por Castella, não se executará, nem se usará de tal sentença, sem primeiro tornar realmente os trezentos e cincoenta mil cruzados*”. — *Dizia o contrato que sendo caso que se julgasse o direito por Castella, não se executaria, nem se usaria de tal sentença...*

O futuro compulsivo não diz o que será, mas o que deve ser em virtude de acordo, mandamento, ordem ou lei. É por conseguinte uma aplicação especial do futuro. O cumprimento do ato expresso pelo verbo depende do indivíduo ou indivíduos a quem se refere a obrigação. Se estes não têm o sentimento do dever e não se arreceiam das penas ou desvantagens que os ameaçam, poderá burlar-se o intento do futuro compulsivo.

## ❧ Nomes próprios geográficos

“A maior parte da antiga nomenclatura que usaram os nossos escritores desde o século XV, e mesmo antes até o princípio do século passado, vai caindo em desuso ou sendo menosprezada, não se tendo na devida conta que esse vocabulário e as formas genuinamente portuguesas de nomes próprios de mares, de rios, de terras, de povoações, de quaisquer localidades enfim, fazem parte essencial do léxico nacional, tão essencial como as demais dicções da língua pátria. A maioria, se não todos os compêndios empregados no ensino geográfico, vêm inçados de denominações estrangeiras ou estrangeiradas, malformadas umas, falsas outras, ilegíveis muitas delas, e não poucas inúteis por já existirem na língua outras, ou melhor autorizadas por bons escritores nossos, ou mais conformes com a índole e particularidades de pronúncia do idioma que falamos e sua ortografia tradicional, cujas feições típicas são característico nacional de tamanha valia como outro qualquer dos que nos diferenciam dos demais povos.”

Nestes termos inicia Gonçalves Vianna à pág. 227 do seu interessante trabalho *Ortografia Nacional* (Lisboa, 1904) um estudo sobre a re-

apresentação dos nomes geográficos. Ao douto fonetista devemos incontestavelmente notáveis trabalhos originais e subsídios importantes para a fixação da nossa ortografia. A escrita portuguesa, no seu entender, deve ser simplificada e uniformizada. É uma doutrina muito sã, a que atualmente ninguém nega aplausos; ensaiada por alguém na prática, ela ofende todavia hábitos seculares, que impedem sejam numerosos os imitadores. Não que, em qualquer esfera de atividade, o povo aclame a anarquia e prefira as cousas complicadas às mais simples; mas é próprio da natureza humana o estarmos mais propensos a continuar no rumo, bom ou mau, em que até agora temos andado, do que a subitamente nos afastarmos dele.

O problema da simplificação ortográfica apresenta faces múltiplas. Gonçalves Vianna, dispondo de um saber vasto e profundo no terreno da fonética, procurou, paciente e minucioso, resolver todas as questões, ainda as mais subtis, unicamente à luz desse preparo intelectual. Mas no empenho de colocar-se sobranceiro a qualquer critério arbitrário, esqueceu-se que as razões históricas e linguísticas, em que os preceitos devem assentar, não fornecem em sua maioria elementos práticos para um critério ao alcance da generalidade dos que escrevem a nossa língua. Ortografia que exige conhecimentos complexos, próprios de especialistas, de sábios, não é positivamente uma ortografia simples.

A aceitarmos por exemplo a solução que, para representar a sibilante forte, é sem hesitação preferida na *Ortografia Nacional* (págs. II2-II3), seríamos obrigados a diferenciar na pronúncia *s* inicial e *ʃ*, quando sabemos que tal diferença não existe nem no Brasil, nem no Portugal de hoje, exceto Minho, Beiras e uma parte de Trás-os-Montes, conforme o autor nos ensina no seu livro sobre a Pronúncia Normal Portuguesa (pág. 45). Entre nós ouve-se uma consoante única, e difícilimo será talvez fazer o brasileiro sentir a diferença que ainda se faz em uma parte do território lusitano. Esta distinção regional é portanto um emba-

raço como critério ortográfico, pelo menos para o brasileiro. Não lhe facilita o escrever; dificulta-o.

Fiel a seu sistema e apoiando-se em exemplo camoniano, o autor propõe que se escreva *Sintra* por *Cintra*. Isto desprezita o uso geral e não creio que os portugueses se capacitem da necessidade ou conveniência de mudarem, neste ponto, os seus hábitos. O nome próprio *Marques* passa a ser *Márquez*, e o titular *marquez* converte-se em *marqués*. Na dupla troca não se percebe absolutamente nenhum passo no sentido de uma ortografia praticamente simplificada. Pelo contrário; a reforma exige o recurso de acentos, agudo e circunflexo, coisa que até agora dispensávamos com a nossa escrita despreziosa. Achando-se *s* forte e *ç* confundidos há muito tempo no dialeto culto, e tendo esse mesmo dialeto igualmente confundido há muito tempo *z* e *s* fraco, como nos ensina o próprio G. Vianna (Pron. Norm., págs. 47 e 48), não convence o argumento de que deva preponderar sobre o dialeto culto de hoje o provincialismo do norte de Portugal. A ortografia facilitada, como a desejamos, não pode desprezar por um só momento a linguagem culta, a pronúncia normal que com tanta proficiência o autor procurou apurar entre os numerosos dialetos. Nem mesmo seria possível uma reforma ortográfica que prestasse homenagem a todos eles.<sup>60</sup>

É certo que para essas distinções fonéticas, pouco acessíveis ao comum dos leitores, com as quais na *Ortografia Nacional* pretende conformar a escrita, o erudito fonetista estriba-se em uma razão de outra ordem, e que é geralmente acatada. Apela para a tradição. Resta porém saber se as tradições não podem ser esquecidas, abandonadas, se subsistem todas sempiternamente e se temos a obrigação de as reviver ou

---

60  Devo dizer que no *Vocabulário Ortográfico* publicado em 1912, Gonçalves Viana reconhece a conveniência de fazer algumas concessões ao uso geral. Propõe que fique banido o *ç* inicial, e restabelece *-es* em *Marques, Gonçalves*: “Nos patronímicos as terminações *es, s*, conquanto provenientes de *ici* latino, escrever-se-ão com *s*, porque na sua maioria o sufixo português é átono...”

reanimar quando ameaçadas de morte com a mudança dos tempos e das cousas. Em questões de linguagem portuguesa nota-se sem dúvida o vezo de olhar com saudades para um passado literário tristemente estéril, de onde emerge, como oásis, uma ou outra obra ainda capaz de deleitar o leitor contemporâneo. Esse culto fanático e incondicional do passado é a negação do progresso; não admite o desenvolvimento, a transformação: fecha os olhos ao presente e ao futuro.

Não é o autor da *Ortografia Nacional* quem nos agrilha a tudo quanto é ou foi tradição. Nem o seu sistema ortográfico é, sequer, transunto fiel da escrita das eras remotas que foram objeto do seu estudo. Graças a essa divergência, encerra muito mais qualidades do que defeitos.

Decididamente uniformizador e simplificador é Gonçalves Viana quando propõe a redução dos ditongos gráficos, pondo-os mais de acordo com a pronúncia, quando vota pela supressão do *y* e, principalmente, na longa exposição em que, afrontando atrasados etimologistas, defende a propaganda de se suprimirem letras cuja presença não influa na pronúncia, e de se substituírem os chamados grupos gregos por letras simples com o mesmo valor atual. Quem não conhece a etimologia, ou não se recorda, de pronto, da origem de qualquer vocábulo, bem pode avaliar a vantagem dessa prática, desde que sem constrangimento for geralmente aceita.

Toda reforma ortográfica, depois de tantos séculos de escrita defeituosa, tem de fazer, para ser viável, algumas concessões aos maus hábitos inveterados. A *Ortografia Nacional* porém não parece disposta a transigir, exceto com relação ao uso de *b* e *g* (por *j*) iniciais, justificados pela etimologia. Todo esse rigorismo seria talvez desculpável, se o autor ao menos indicasse até que ponto deve ir a aplicabilidade do seu sistema tomado em conjunto. Denominações de plantas, animais, pedras, e outras de origem científica (*fuchsia*, *cattleya*, *yack*, *gneiss*, etc.) e, sobretudo, nomes próprios de pessoas constituem, me parece, uma

barreira dificilmente atacável. Mas o autor não faz conta disso e estende o seu aportuguesamento simplificador para além das fronteiras de Portugal, invadindo o mundo inteiro, mas esquecendo-se de que a língua portuguesa não penetra nem nos países mais vizinhos. É o que explica este brado de descontentamento: “A maioria, senão todos os compêndios empregados no ensino geográfico, vêm inçados de denominações estrangeiras ou estrangeiradas...”

A nomenclatura geográfica é um problema, não há dúvida; mas o remédio lembrado por G. Vianna, e por outros, se algum efeito pudesse produzir, seria o de uma gota de azeite sobre as ondas revoltas do oceano. Se me enumerarem dezenas ou centenas de nomes “portugueses” substituíveis aos “estrangeiros” atualmente em voga, direi que a feição dos compêndios de geografia não ficaria mais portuguesa, ainda quando se dobrasse ou centuplicasse o número. As localidades do globo terrestre, cada qual com a sua denominação, sobem a número infinito. Só no índice do atlas de Stieler, que está bem longe de ser exaustivo, contam-se 300.000 nomes.

Particularizemos. Suponhamos que estamos a tratar da corografia da Inglaterra, e que estamos neste momento mencionando as suas cidades. Tirando *Londres*, *Edinburgo*, *Dublin* e, talvez, dois outros, pergunto: de que cousa continua coalhada a carta do reino de Grã-Bretanha senão de milhares de vocábulos horrorosamente estrangeiros e intraduzíveis? Pode-se, em lugar de *Lancaster*, restaurar outro nome por um sentimento de piedade pelo grande épico português ou outro escritor mais antigo; mas teremos uma dissonância desagradável quando ouvirmos ao historiador da guerra das duas rosas proferir de um fôlego *York* e *Alencastro*<sup>61</sup>.

Os portugueses antigos ora traduziam, ora ajeitavam o termo à nossa língua; tinham por princípio evitar reproduzir fielmente nomes

---

61  *Lancaster* foi transformado em *Alencastro*, naturalmente por influência de *Alenquer*, *Alentejo*.

estrangeiros que possuíssem escrita e pronúncia incompatíveis com o português. Sigamos-lhe por um momento as pegadas; respeitemos a tradição. Na França figura *St. Etienne* como centro industrial mui populoso e de grande importância. Como lhe devemos de chamar? Os mapas alemães, ingleses, italianos, respeitam o nome francês. Nós outros, na faina de reformar a face da terra *in nominibus*, achamo-nos aqui na situação de Hércules na encruzilhada. Havemos de traduzir aquilo por *Santo Estevão* ou aplicar-lhe o processo acomodativo (há precedentes “clássicos” para outros casos!) e transformar a coisa em *Santetieno*? O segundo alvitre reputar-se-á ridículo, e com razão; mas o primeiro não o é menos. Causa, entre franceses, a mesma impressão que entre nós causaria o vermos sob a forma sacrílega de *Bois-Gros* e *Fleuve de Janvier* o Mato Grosso e o Rio de Janeiro.

Que os nossos antepassados, quando nacionalizavam nomes geográficos, eram não raro desajeitados e mais ignorantes do que o somos hoje, vê-se já no que fizeram com um termo germânico, componente de muitos nomes, que hoje figura em nossa língua com estas variantes: *-terra*, *-landa*, *-landia*, *-land*. Só uma vez acertaram com o significado: foi quando fizeram de *England* *Inglaterra*. Mas ainda assim a glória de descobrir a tradução não cabe diretamente aos lusitanos, senão aos normandos conquistadores daquele país. Ao lado do nome *Inglaterra* aparecem incoerentemente *Irlanda*, *Islanda* (mais tarde *Islândia*), *Holanda*; e do neerlandês *Zeeland*, em que hoje nos aparecem conspícuos os elementos *Zee* “mar” e *land*, “terra”, arranjou-se simplesmente *Zelanda* (ou *Zelândia*). Em tudo isso não se fez obra mais limpa do que seria o supracitado “Santetieno” se penetrasse na língua portuguesa com igual insciência e inconsciência. Nós hoje, como outros povos latinos, já não nos afligimos com a nacionalização dos compostos de *-land*, que pouco a pouco vêm surgindo; reproduzimos fielmente *Bechuanaland*, *Damaraland*, e o próprio *hinterland*, termo hoje quase internacional, a que os quinhentistas chamariam “sertão”, já se usa sem escrúpulo.

Ainda quando se tentasse expungir dos nossos compêndios geográficos modernismos, v. g. suprimindo a sílaba *-land* nos *nomes* próprios, ou empregando expressões como *Terra de Damara*, etc., não acredito que, de um modo qualquer, se conseguisse achar para a colônia de *Queensland* (na Austrália) denominação portuguesa com probabilidades de ser geralmente aceita. É pena não terem tido os ingleses motivo para crear o nome *Queensland* ou ainda *Kingsland* ao tempo em que se começou a traduzir o teutônico *Zeeland* por *Zelanda*. Seria curioso ver também aquilo ajeitado à nossa língua. À hibridização habitual (junção do nosso sufixo *-a* ao termo germânico *land*) havia de aliar-se fatalmente a destruição das sílabas *Queens* e *Kings* para se trocarem parte de suas letras por outras mais à feição portuguesa.

Os nomes geográficos internacionais como *Queensland*, *Damaraland*, em que se respeita a escrita e, tanto quanto possível, a pronúncia do país de origem, sobre-excedem de modo prodigioso o número dos outrora nacionalizados. A sua adoção geral entre as nações civilizadas é a consequência inevitável da própria civilização moderna. Os povos viviam segregados, e qualquer língua que não fosse a de um mesmo povo, era-lhes não só estrangeira, mas profundamente estranha. Há uns três ou quatro séculos o aparecimento de um vocábulo já não digo inglês ou alemão, mas francês entre gente que falava o nosso idioma seria como lobo em redil. Não lhes soava talvez menos peregrino do que para nós hoje um termo romeno ou holandês. Ao presente as condições acham-se mudadas; a nossa tendência intelectual é manifestamente no sentido de nos familiarizarmos com os países estrangeiros e os respectivos idiomas. A não respeitarmos o mais possível os nomes próprios dos povos com que lidamos, do mesmo modo que eles respeitam os nossos, estacionaremos em um deliberado isolamento inconciliável com as nossas ideias de progresso.

Escrevemos hoje *Carlsbad*, *Franzensbad* e ninguém cogita de acrescentar a tais nomes uma vogal que lhes arredonde o aspecto português.

Referindo-nos à história da guerra franco-alemã, diremos que o monarca francês, cercado em *Sedan*, dirigiu-se para o castelo de *Bellevue*, de onde passou como prisioneiro de guerra para *Wilhelmsböhe*. E proferimos ou escrevemos de uma assentada três palavras terrivelmente bárbaras para os olhos e ouvidos de quem idolatre o portuguesismo sem limites filiado ao passado. O primeiro desses nomes é talvez o pior de todos pela circunstância agravante da sua decidida insubmissão aos que ordenam que se nacionalize em *-ão* a desinência *-an* dos nomes de localidades situadas fora das raías de Portugal.

A mania de reviver tudo quanto saiu da pena dos antigos escritores, ou dos prelos que primeiro lhes imprimiram as obras, não provém apenas do singelo culto dos antepassados, até certo ponto desculpável; por vezes, nesse esforço de ressuscitar, se desnuda também a mais desmarcada superstição. Exemplifiquemos. Não longe da costa ocidental da África jaz o pequeno arquipélago de *Bissagós* ou *Bijagós*, nome conhecido desde a expedição de Pedro de Cintra por volta de 1460. Um dicionário recente, pretendendo regular o aportuguesamento de nomes geográficos, anuncia a alta novidade de ser o termo *Dorçadas* “o mesmo ou melhor que” a denominação antiga e universalmente reconhecida.

E qual o motivo da singular preferência? É que nos *Lusíadas* há o trecho: *As Dorçadas passámos, povoadas das irmãs que outro tempo ali viviam* etc. ditado menos pelo intuito de localizar com rigor um acontecimento do que pela fantasia e vontade de aludir a uma lenda cuja narração vinha a propósito; é porque as *Dorçadas* eram para Camões provavelmente, mas não provadamente, as ilhas *Bissagós*<sup>62</sup>. Admitida em todo o caso a identidade, Camões teria situado muito mal a habitação das Górgonas. Segundo a lenda antiga, ficava na borda mais ocidental da terra na vizinhança da noite e das Hespérides. Que este

---

62  São talvez para Camões as ilhas de Guiné, principalmente o arquipélago dos *Bijagós*. *Barbosa de Bettencourt, Subsídios para a Leitura dos Lusíadas*, p. 139.

nome de Hespérides o poeta o aplicasse, como o aplicou, às ilhas de Cabo Verde, compreende-se por causa da respectiva posição geográfica; mas as Bissagós nem são vizinhas delas, nem parecem fugir para o ocaso. Pelo contrário; muito além se estende boa parte da terra firme, ao passo que as Bissagós ao sul como que vão buscar abrigo no seio do continente.

Aí está por que o nome Dorcadas é preferível ao consagrado Bissagós: por ser uma fantasia poética ou um erro de geografia. Figura no Camões, é quanto basta. O que o lexicógrafo porém se esqueceu de recomendar, mas a lógica estava a pedir, foi, em lugar de *ilhas do Cabo Verde*, o nome *Hesperidas*, como lá está nos *Lusíadas* igualmente.

Mesmo pondo de parte esses casos de devoção comprometedoramente exagerada, seria preciso termos a plena certeza de ser impecável todo o aportuguesamento dos nossos antepassados, antes de aceitarmos sem protesto as conclusões desse romantismo linguístico demolidor de tudo o que hoje se ergue sobre as ruínas das criações antigas. Mas a análise dos fatos não nos permite estabelecer semelhante preliminar. Em matéria de nomes próprios errava-se outrora não menos do que hoje. Dúvidas, hesitações e traduções malfeitas havia-as como em nossos tempos, senão piores e mais numerosas. Quando João de Barros (Dec. 2, 10, 6) escrevia *Coraçã ou Horaçon* (como lhe os *Parseos chamã*), mas depois repetidas vezes *Horaçon*, decerto não lhe parecia a primeira forma, visivelmente a mais portuguesa, digna de ser abraçada sem relutância. O nome de pessoa *Tamerlão* creio que hoje não oferece assunto para discórdia; entretanto, o mesmo Barros, em cujo tempo já era corrente esse aportuguesamento de um nome bárbaro, não cessava de advertir contra o erro. *Tamor Langue a que comũmente chamã Tamer Lã*, diz ele na Dec., 2, 10, 6, ou: *a que muitos corruptamente chamam Tamor Lã* (Dec., 2, 4, 4), ou ainda: *a que os nossos chamam Tamerlão* (Dec., 3, 4, 1). As ilhas a que hoje chamamos *Molucas* figuram nas obras dos quinhentistas sob o nome de *ilhas Maluco*, e no

entanto Diogo do Couto (Dec., 4, 7, 8) deriva o nome do malaio *moloc* e nos dá esta explicação: “...e assi por excellencia se chamão *Moloc* (que é o seu verdadeiro nome) e não *Maluco*, que he corrupto delle, cujo nome na sua lingua propria quer dizer cabeça de cousa grande”. Sendo assim, a denominação moderna com a primeira sílaba *Mo-* e não *Ma-* aproxima-se mais do termo malaio e levamos vantagem aos quinhentistas em não nos deixarmos influenciar pelo adjetivo português “maluco”, que naturalmente deu lugar à corruptela.<sup>63</sup>

Muitas vezes reinava tamanha dúvida sobre certos nomes próprios que não só divergiam os quinhentistas uns dos outros, mas ainda em uma mesma obra apareciam os vocábulos representados de vários modos. Mais adiante voltaremos ao assunto.

Remontando a escritores que precederam os do século XVI, bastará mencionar Fernão Lopes, cronista notabilíssimo. Escrevia ele *Cambrig*, *Neapol*. Pergunto: devemos salvar essas formas do esquecimento e empregá-las em lugar de *Cambridge*, *Nápoles*? Nenhum dos meus leitores saberá provavelmente em que parte do mundo fica *Preamua*. Será preciso ler, à pág. 406 da Crônica de D. Fernando, *a frota dos Ingreses partira de Preamua*, para se suspeitar que se trata de *Plymouth*. Hoje imitando os franceses, isto é, dando à França o que é de França, escrevemos *Anjou*; o cronista porém não sabia se era melhor dizer *duque Dangeus* (155, 157), se *duque Danjo* (355). Sobre *Pieta pertusa* (158) ou *Pera pertusa* (159) também não chegou a firmar opinião; mas se traduzisse *Pierre Pertuis* por “Pedra Furada”, teria dado uma tradução não inferior à de “Vila nova [*Villeneuve*] acerca de Avinhon” (155). *Piteus* é nome que não figura em compêndio algum de geografia ou de história; há de surpreender a muita gente quando souber que isso significava *Poitiers*, pois que se dizia *batalha de Piteus* (I. c. 146).

---

63  E não ficou só nisso a malucomania. Do nome de pessoa *Nizam-el-mulk* fizeram os portugueses *Nizamaluco*; de *Kuth-el-mulck* o *Cotamaluco*; de *Imad-et-mulk* o *Madremaluco*.

Não faziam outrora distinção entre nomes peregrinos de pessoa e de lugar quando os submetiam ao processo do aportuguesamento. Bastava que a pronúncia ou a escrita causasse estranheza, para ser irremissivelmente alterado o vocábulo; traduziam-no por um termo adequado, se lhe penetravam sem custo o sentido; ou então, o que era muito mais comum, substituíam instintivamente por sons e letras mais familiares o que ele tivesse de exótico e, assim estropiado, transplantava-se o termo para a nossa língua. Diversos vocábulos que nos vieram por essa forma criaram raízes e lograram medrar; outros porém foram definhando com o tempo, até desaparecerem. Mortos e esquecidos e inúteis hoje, seria pueril querer insuflar-lhes vida numa era em que boa parte da população já entende e pronuncia outra língua viva além da do seu país. Os órgãos de linguagem do homem civilizado atual acomodam-se mais facilmente que outrora a sons estrangeiros, e portanto cada vez menos sentiremos necessidade de acomodar os sons estrangeiros aos nossos órgãos de fonação.

Desse processo de crear vocábulos, a que poderemos dar o nome de formação popular, há exemplos em outras línguas também. Em português temos: *araruta* (do ingl. *arrow-root*), *vagomestre* (al. *Wachtmeister*), *ferro-gusa* (al. *Gusseisen*), as já citadas ilhas *Maluco*, etimologia popular por aproximação a um vocábulo existente em português, e, na boca de gente iletrada, a rosa *Palmeirão* (em vez de rosa *Paul Neyron*), a *jerônima* (por *geranium*), etc. Tempo houve em que em lugar de *Xerxes* também se podia escrever sem escrúpulo rei *Serges*<sup>64</sup>, talvez por influência do nome *Sergio*.

Porém o mais curioso é ver o estado a que naqueles bons tempos reduziram o nome de *Bertrand Duguesclin*. Como se sabe, o valoroso cavaleiro veio à Espanha em 1366 em socorro de Henrique de Trastámara contra Pedro, o Cruel, rei de Castela. Feito prisioneiro pelo

---

64 ∞ V. Fernão Lopes, Chr. de D. João I, pág 198 (edição do Arc. Hist. Port.).

Príncipe Negro, mas conseguindo resgatar-se, volta três anos depois a Castela e desta vez torna vencedoras as armas de Henrique.

Estes sucessos eram sobejamente conhecidos em Portugal, cujo rei D. Fernando se achava também em luta com Henrique de Trastamara, disputando-lhe a coroa de Castela. Entre os portugueses corria portanto de boca em boca o nome de Bertrand Duguesclin. Pronunciavam-no a miúdo, mas estropiado, ou, se quiserem, aporuguesando-o a valer. Chamavam ao cavaleiro francês *mossê Beltram de Claquim*, como se pode ver pelas numerosas referências a ele feitas na crônica de D. Fernando por Fernão Lopes. *Mossê* ou *monsê*, ou, reproduzindo com fidelidade a grafia da crônica, *mosse* ou *monsse*, vê-se hoje perfeitamente que era corruptela de *monsieur*. Mas os portugueses daquela época depressa perderam a noção precisa do valor e procedência do termo; primeiro, porque, dirigindo-se a Duguesclin, diziam pleonasticamente: “*Senhor Monsse Beltram...*” (v. Fernão Lopes, Cr. D. Fern., pág. 171 e 172); em segundo lugar, porque antepunham o mesmo *mosse* também aos nomes de personagens ingleses: *mosse Heimon, comde de Cambrig, filho lidemo delrei Eduarte Dhimgraterra, o velbo* (I. c. 406 e passim).

Eu poderia aduzir ainda outros argumentos, mas creio que os fatos até aqui desenvolvidos deixam fora de dúvida que, em comparação dos séculos passados, a nossa situação intelectual em face dos nomes próprios estrangeiros mudou, porém mudou para melhor. O relativo isolamento dos povos de outrora, que só se encontravam para se guerrear, explica a impotência de reproduzirem nomes estrangeiros fielmente pela escrita e pela pronúncia. Hoje, que outras relações internacionais existem e mais e mais se estreitam, e são fáceis e necessárias as comunicações de todo o gênero, parece-me destampado anacronismo o querer sacrificar denominações cosmopolitas, admitidas por nós e por todas as nações civilizadas, às formas mumificadas e há muito tempo esquecidas nos escritos de velhos autores. Seria em todo o caso anódina a tentativa de reanimação; no século XX não há fana-

tismo capaz de restaurar, de impor a ninguém *Preamua* e *Píteus* e *Beltram de Claquim* e *Maluco* e outras preciosidades do mesmo quilate<sup>65</sup>.

Só as corruptelas e aportuguesamentos que se insinuaram na língua, nela se implantaram e ainda hoje persistem consagradas pelo uso geral é que lograrão viver para o futuro. Isto, referido particularmente aos nomes das localidades, mostra bem quais sejam as exceções à seguinte regra internacional: Os nomes próprios geográficos das nações que, na sua escritura, empregam os caracteres latinos (quer os redondos, quer os chamados góticos) serão escritos com a ortografia de seus países de origem<sup>66</sup>. Assim escrevemos *Londres* (e não *London*), mas *Wight*, *Windsor*, *Liverpool*; *Florença* (e não *Firenzi*), *Milão* (e não *Milano*), mas *Fiesoli*, *Civitavecchia*, *Chioggia*; *Marselha*, mas *Toulon*, *St. Etienne*; *Vienna* (e não *Wien*), mas *Königgrätz*, *Reichenberg*.

Não obstante a regra, costumamos representar às vezes algo alterados certos nomes geográficos de países cuja língua ainda é quase completamente ignorada dos povos latinos. Dá-se isto com os nomes escandinavos. As letras Ø do dinamarquês e å do sueco são substituídas respectivamente por õ e a não só por serem elas estranhas ao nosso alfabeto e significativas apenas para os raros indivíduos que entre nós têm a curiosidade de estudar aqueles idiomas, mas ainda por faltarem

---

65 ∞ No Livro de Marinharia, tratado da agulha de marear de João de Lisboa, códice do século XVI, copiado e coordenado por Jacintho Ignacio de Brito Rebello, Lisboa, 1903, encontra-se uma série de nomes próprios geográficos que dão soberba ideia do ouvido lusitano assim como dos conhecimentos das línguas francesa e inglesa entre os portugueses daqueles tempos. Com mais ou menos dificuldade consegue-se identificar os seguintes: *purlão* (Portland), *Ilha doyque* (Wight), *dobra* (Dover), *falahmua* (Falmouth), *Pleamua* (Plymouth), *miraforda* (Mirford Haven), *Amtona* (Southampton), *força mua* (Portsmouth), *quinção* (Kingstown?), *charamboroq* (Cherburg), *Caio* (Cayeux), *bairraflète* (Barfleur), *oqueques* (Dunkerque), *barvaraque* (l'Aber-Vrach), *ilha de vas* (Batz), *osaym* (ilha de Sein), *cordão* (Cordouan), *vagas de olona* (Les Sables d'Olonne), *buyas* (ilha d'Yeu), *Grojas* (Groix), *uxamte* (Ouessant) etc.

66 ∞ Podemos incluir nesta regra os nomes gregos, os quais, como se sabe, se transcrevem por meio de caracteres latinos segundo preceitos muito conhecidos de que aqui não tratamos.

em muitas de nossas caixas tipográficas. Outras vezes a reprodução exata da palavra induz a falsear-lhe a pronúncia; assim por exemplo o escandinavo *skär* seria lido por nossos estudiosos *skér*, quando deve ser *xér*. Mas tais infidelidades não passam de expedientes provisórios destinados a desaparecer quando melhor soubermos tornar acessíveis aos estudantes de geografia as particularidades de escrita e pronúncia dessas interessantes línguas com que atualmente pouco lidamos.

Os nomes oriundos de língua que não se utiliza dos caracteres latinos (romanos ou góticos), nem dos gregos, escrevemo-los tomando por base a pronúncia local ou a da língua oficial do respectivo estado. Está bem-visto que ficam excetuados os nomes aportuguesados, desde longa data em voga, sobre cujo emprego não se hesita. Seguem esta norma, ou procuram segui-la, também os franceses, ingleses, alemães, italianos etc., respeitadas as exceções respectivamente impostas pelo uso à semelhança do que se dá em nossa língua.

Os nomes do idioma russo, cujo alfabeto se compõe de caracteres gregos, algumas letras latinas e símbolos especiais, costumamos representá-los segundo um sistema convencional de transcrição desses caracteres, ligando-se menos importância à pronúncia do vocábulo, v. g. *Orel*, *Odessa*, que em russo se pronunciam *ariol*, *adiessa*.

A regra há pouco formulada, que manda escrever os nomes conforme a pronúncia, tem larga aplicação para os nomes geográficos de Ásia e África. Mas a representação dos sons é apenas aproximativa; não se procura distinguir rigorosamente todas as pequenas diferenças fonéticas, do contrário seriam insuficientes as 25 ou 26 letras do alfabeto, simples ou combinadas, e teríamos de recorrer a um sistema de sinais excessivamente complicado.

Apesar desta simplificação, há dificuldades de ordem prática. A principal delas nasce do fato de não serem certos sons representados de um só modo nas diversas línguas românicas e germânicas. Em congressos de geografia se tem discutido o caso de homens competentes

apresentaram propostas para resolver o problema; mas até agora ainda não se chegou a resultado satisfatório. Todos os esforços convergem entretanto no sentido de se crear e adotar um sistema internacional, fazendo-se abstração das regras ortográficas peculiares a cada língua europeia. Para alguns casos como que já existe uma convenção tácita, por exemplo o emprego da letra *k* em um número incalculável de nomes orientais, o grupo *ts*, e a combinação *ng*, que indica som diferente de *n*, usada em uma multidão de nomes chineses.

Richthofen propunha que se escrevesse *sh* e *tsb* em vez do alemão *sch* e *tsh* (ingl. *sh* e *ch*, franc. *ch* e *tch*). Seria preferível essa grafia uniforme à diversidade de escrita, do mesmo modo que um sistema métrico de uso universal é superior a sistemas de pesos e medidas diferentes para cada país. Gonçalves Vianna todavia em sua obra favorece o particularismo quando sugere que os portugueses por sua vez, atendendo à tradição da sua língua, devem representar aqueles sons respectivamente por *x* e *ch*. É o que se chama aumentar a balbúrdia. Vejamos. Adotando a proposta de Richthofen, todas as nações que se servem do nosso alfabeto escreveriam sem exceção *Shanghai*, *Tshungking*. Seguindo a orientação de G. Vianna, cada país insistirá em puxar a brasa à sua sardinha e, substituindo as três primeiras letras do primeiro nome e as quatro primeiras do segundo, o francês escreverá *Cha-*, *Tchu-* (ou *Tchou-*); o inglês *Sha-*, *Shu-* (ou *Choo-*); o alemão *Scha-*, *Tschu-*; o italiano *Scia-*, *Ciu-* o português finalmente *Xa-*, *Chu*. Isto sem contar a multiplicidade de operações a que *ipso facto* fica sujeita a parte restante daqueles nomes.

É certo que as línguas europeias, regulando-se cada qual pela ortografia que lhe é própria, pela cartilha “de casa”, vêm facilitar aos meninos de escola dos países respectivos a pronúncia desses nomes do Extremo Oriente e outros. Longe de mim negar igual direito à língua portuguesa; mas neste caso competia-nos atender ao que se ensina em nossa cartilha nacional e representar a pronúncia das consoantes em questão por *ch* e *tch* ou então por *x* e *tx*, e não como quer G. Vianna.

Pelas nossas regras de soletração *ch* e *x* seguidos de vogal soam exatamente do mesmo modo, isto é, pondo de parte os outros valores que a letra *x* às vezes tem. A diferença assinalada pelo emérito fonetista, dando a *ch* valor de *tx*, não está ao alcance de qualquer pessoa e com certeza não a apreendem os escolares que vão começar o estudo da geografia. Aproveita unicamente aos iniciados em questões de pronúncia do português antigo e aos dialetólogos.

Em verdade não acredito que uma criança, ao ler a palavra *Chad*, jamais pronuncie *Tchad*, se lhe não ensinaram a dizer *Tchina*, *tchá*, *tchuva* por *China*, *chá*, *chuva*. Regulamo-nos pela pronúncia normal portuguesa, e não pelos provincialismos; temos pois o rigoroso dever de grafar a consoante *t* onde a pronúncia o exija, ao transcrevermos nomes de escrita desconhecida.

Lamenta o autor da *Ortografia Nacional* que a maior parte da antiga nomenclatura vá caindo em desuso ou sendo menosprezada. Por minha parte entendo, pelo contrário, que é caso para nos congratularmos pelo progresso. Quem quisesse verificar por exemplo num mapa moderno da Ásia as localidades a que se referem os nossos quinhentistas, procuraria debalde grande parte delas. Imaginemos que se acha aberta diante de nós a carta da China do atlas de Andree. Identificaremos, embora com algum esforço, *Kwei-tschou* com *Quicheu* de João de Barros, *Kwang-si* com *Quancij* do mesmo autor, *Szetschwan* com *Sujuam*, *Tschekiang* com *Chequem*; mas as províncias que nas *Décadas* vêm mencionadas pelos nomes *Quincij*, *Cansij*, *Xianxij* e *Sancij*, não saberíamos distribuir devidamente pelas denominações do mapa *Kiang-su*, *Kan-su*, *Kiang-si*, *Schen-si*. Sendo estes nomes já de per si suscetíveis de confusão, bom é que ao menos as grafias das *Décadas* repousem em paz.

Fernão Mendes Pinto várias vezes nos fala do porto de *Liampoo*, onde ele esteve (e em que lugar da Ásia não esteve o Fernão Mendes?); mas esse nome não figura nem deve figurar no mapa, porque está errado. “Cidade de *Nimpó*”, diz João de Barros (Dec., 3, 2, 7), “a que os

nossos corruptamente chamam Liampó”. Mais um nome deturpado além dos outros, de que anteriormente tivemos algumas amostras. Deviam na verdade os homens de outrora ter mui desenvolvida a bossa das corruptelas. O próprio Barros mais de uma vez há de ter copiado, sem o saber, alheios erros. *Bubac* (Dec., 2, 10, 6) por *Abu-Bekr*, por exemplo, não é um modelo de perfeição.

Dos vários casos examinados nas páginas precedentes decorre que os que seguem a orientação da *Ortografia Nacional* no tocante aos nomes próprios em geral não só ligam ao aportuguesamento antigo uma importância que ele não tem, mas ainda o tomam como ponto de partida para fecundar dificuldades, em vez de idearem processo capaz de pôr termo às já existentes. Que se mantenha o que está em uso, compreende-se; mas abstenhamo-nos de andar à caça de reivindicações inúteis. De modo nenhum entendo que as velhas formas estropiadas de nomes próprios, não admitidas hoje, façam “parte essencial do léxico nacional, tão essencial como as demais dicções da língua pátria”. Nem tampouco me parece que devamos aspirar a ver os nomes peregrinos de admissão recente pautados, na escrita, pelos de introdução antiga mais ou menos aportuguesados (*V. Ort. Nac.*, pág. 236).

Lembro, pelo contrário, esta reflexão mui judiciosa expressa no Congresso de Geógrafos de 1893: “As relações sempre crescentes e o intercâmbio intelectual entre as nações obriga-nos a considerar os nomes geográficos não já como fazendo parte da língua da pessoa que fala ou escreve, mas como propriedade internacional da humanidade. A sua escrita e pronúncia, excetuadas algumas poucas formas tradicionais, não mais deve oscilar de nação para nação, mas fixar-se pelo menos em sua forma principal, ainda quando formas secundárias em muitos casos continuem a existir”<sup>67</sup>.



---

67  Köppen, Die Schreibung geographischer Namen.

Concentremos agora a atenção no exame de nomes geográficos agrupados o mais possível por províncias linguísticas e submetamos a estudo comparativo outros que andam esparsos e a propósito de cuja escrita se têm suscitado dúvidas.

*Nomes franceses.* — Podemos deter-nos a examinar um pouco o mapa da França. Para esse país convergem os olhares dos que sinceramente queriam ver convertidos em boa moeda portuguesa tudo quanto traz um cunho estrangeiro.

Os mares servem de comunicação aos diversos países e prestam-se, pelo seu carácter internacional, a ter nomes traduzíveis. Ao norte da França porém estende o oceano um braço cuja feição característica, observada por franceses, nos escapou a nós e fez com que a língua portuguesa tivesse a infelicidade de arranjar para a denominação originária uma tradução aleijada e sobremodo ingênua. Contornado pela França e Inglaterra, ele tem a forma da *manga* de uma camisa ou de um gibão. Daí o nome *la Manche*. Nós outros fomos descobrir não sei em que dicionário o termo *mancha* como seu equivalente.

Passemos agora às ilhas. *Corse* traduzimos por *Córsega*. Aí começa e aí finda a nossa habilidade. *Ouessant, Groix, Belle Ile, Noirmoutier, Ile d'Yeu, Ré, Oléron*, etc., estão a suplicar pela mercê de Deus que as traduzam uma por uma os defensores do aportuguesamento e que ponham, se forem capazes, os novos nomes em circulação.

Vejamos os rios. Dir-se-á que, mudando as terminações *-e, -gne* para *-a, -nha*, ficam mais ou menos traduzidos: *Garonna, Dordonha*, etc. Primeira objeção: traduzir *Loire* por *Loira* é cousa tão disparatada como supor que o vocábulo francês *manche* signifique *mancha*, com a agravante que poucos estão dispostos a aceitar a imposição da forma *Loira*, ao passo que o nome próprio *Mancha* por descuido se implantou no uso geral e a retificação aqui importaria romper com este uso. Pelas leis fonéticas *oi* francês não dá o ditongo *oi* em português. O nome que os romanos davam ao rio em questão era *Liger*, vocábulo latino que está

para *la Loire*, assim como *Niger* está para *noire*, m. *noir*. Quer isto dizer que uma tradução bem feita seria em nossa língua, à semelhança de *negro* = *noir*, *Legro* = *Loire*, o que vem corroborado pelo nome *Legrum* que também se deu ao rio (no ano de 1090).

Longe de mim o deixar de preferir o nome francês, escrito e pronunciado à francesa, a toda e qualquer adaptação à nossa língua. O que porém cumpria acentuar é que, se tal adaptação fosse de absoluta necessidade, sempre tínhamos uma forma que dispensa o muito insensato “Loira”.

A segunda objeção a quem creia na traduzibilidade dos nomes de rios é que aí ficam incólumes *Doubs*, *Adour*, *Meurthe*, *Oise*, *Aube*, *Aisne* e muitos outros. *Rhône* com a forma *Rhodano* fornecida pelo latim deixa-nos de novo ver um raio de esperança. Mas, rio acima, o céu torna a anuviar-se; esbarramos com o *Saône*, palavra cuja solução em vernáculo tem ares de logogrifo. Ou estará alguém disposto a pôr em circulação o nome originário latino *Saucona*?

Das denominações das antigas províncias prestam-se em geral a um acomodamento plausível as que conhecemos mais pelo estudo da história do que pelo da geografia; mas, por outra parte, não há maneira de tornear para o nosso gosto v. g. *Poitou*, *Angoumois*, *Saintonge*, *Artoix*, *Foix*, *Limousin*, *Maine*.

Passemos aos nomes de cidades. Deixando de parte o da capital de França, temos em português, incontestavelmente *Marselba*, e contestavelmente *Bordéus* (ao lado de vinho Bordeaux); mas daí por diante procurar nomes ajustados ao nosso idioma é como quem anda à cata de trevo de quatro folhas. Não há dúvida que escrevemos *Lyão* por *Lyon*, e, com certa boa vontade *Avinhão* por *Avignon*. Mas será regra substituir a terminação francesa *-on* por *-ão*? Não parece. Em *Toulon*, *Dijon*, *Mâcon*, *Chalon*, *Montluçon*, *Bourbon*, *Alençon*, *Arcaçon*, *Laon*, *Voiron*, *Besançon*, muito se respeita a grafia francesa.

Admitamos entretanto que venha a moda de escrever “Tulão” ou “Tolão” e outras belezas do mesmo gênero, amoldando assim uma ou

duas dúzias de nomes à escrita excepcional de dois únicos; e demos de barato que, além dos já mencionados *Marselha* e *Bordéus*, se nos deparem na carta da França ainda uns seis ou dez nomes de cidades, que se possam, ou devam, proferir e escrever à portuguesa. Que significa isto? Nada mais do que um minúsculo grupo de exceções; nomes acomodados ao nosso paladar, mas que se afogam no meio de mais de 3.000 nomes franceses intraduzíveis semeados pela superfície de uma carta cuja escala nem por isso é muito grande.

E é ainda a França quem nos dá uma lição de cortesia para com as denominações creadas por uma língua que não é a da nação. A ilha de Córsega há mais de um século passou para o domínio francês; mas os nomes das localidades ainda hoje (v. o mapa de Vidal-Lablache) continuam a ser escritos em língua italiana. Mencionei, dentre muitos, apenas *San Lorenzo* e *Porto Vecchio*. Era tão fácil o afrancesamento, e neste caso uma nacionalização muito legítima. Entretanto, respeitou-se o que estava. E nós os que falamos o português teríamos porventura o direito de tirar àqueles nomes a forma peregrina? Seria a ingenuidade de quem quer ser mais realista que o rei.

*Württemberg, Nürnberg, Heidelberg, Königsberg*, etc. — Sugere a *Ort. Nacional* o alvitre de aporuguesar esses vocábulos, substituindo *-bergue* a *-berg*, e para que não pareça novidade a ideia de alterar nomes alemães, diz que “o uso espanhol é acrescentar-lhe *a* ficando feminino”. Seria um mau exemplo, que estamos desobrigados de seguir. Mas este mesmo precedente não tem as proporções que o autor julga. *Berg*, em português “monte”, entra na formação de muitíssimos nomes de localidades alemães; entretanto, dos livros geográficos e mapas espanhóis não se conclui haver tal predileção para alterar a escrita teutônica. “Nuremberga”, em que naturalmente pensou G. Vianna, parece-me caso único.

O ilustre fonetista compreende o perigo da inovação limitada à parte final dos nomes quando pondera: “É conveniente também que,

todas as vezes que se romanizem as terminações, o primeiro elemento do vocábulo perca as suas feições germânicas”. E, de acordo, escreve “Nurimbergue” e deforma o alemão *Württemberg* em “Vurtembergue”, ajuntamento este a que ainda não se abalançou nem o espanhol com a sua facilidade simplificadora nem o italiano com a sua irreverência a bastantes nomes estrangeiros.

Como quer que seja, a troca de *W* por *V* denota o intuito de ser coerente. Mas por isso mesmo lamentamos que a exemplificação não vá além de dois casos. *Heidelberg* provavelmente seria transformado em “Haidelbergue”; já em *Königsberg* começa o nosso embaraço. *K* é letra estranha como *W*; *gs* não faz boa liga em português. Escreveríamos “*Coniguesbergue?*”. Maior ainda é a nossa perplexidade ante *Schlossberg*, nome com que na Alemanha se designa talvez uma dúzia de localidades. Segundo os conselhos da *Ort. Nacional*, o grupo inicial de letras desse vocábulo transcreve-se por *x*; e *ss* ou *sz* alemão por *ç*. Teremos portanto, se não me engano, esta transcrição: *Xloçbergue*. Ora força é confessar que isto não tem a mínima feição de vocábulo português; é um conglomerado de consoantes unidas com vogais, impossível em nossa língua. A criar monstros desta ordem, embora filhos de um raciocínio exato, não seria mil vezes preferível escrever o termo tal qual se escreve em alemão? Que vantagem há em estropiar ao mesmo tempo o alemão e o português? Para que o duplo assassínio?

A língua alemã ensina-se hoje em dia nos colégios. Não carecemos de aportuguesamentos discutíveis dos nomes dessa língua: tanto dispensamos o “Nurimbergue” de G. Vianna, como a “Nurumberga” de João de Barros (Dec. 3, 2, 7). Com a escrita genuína de localidades da Alemanha familiariza-se o estudante na aula de geografia; a pronúncia não é difícil de averiguar.

Conservemos pois intactos os nomes em *-berg*, como os terminados em *-heim*, *-feld* (cf. ingl. *field*: *Sheffield*), *-bach* e tantos outros. A penetrarmos com o nosso acomodamento linguístico o território dos Teutos,

invada-se também a Inglaterra, os Estados Unidos e a própria França. Procurem-se, em grafia portuguesa, sucedâneos para *Southampton, Brighton, Washington, Newhaven, Wight, York, New York, St. Cloud, Chateaudun, Montrouge, Puteaux, Courbevoie, Auteuil, Chateauroux, Soissons*, etc.

Os nomes terminados em **-burgo**. — Muito digna de aplausos é, do ponto de vista de simplificação, a proposta de G. Vianna quanto ao uso da forma portuguesa *-burgo*, que põe termo à hesitação entre o alemão *-burgo*, o francês *-bourg*, e o inglês *-burgh*. Naturalmente com a condição de não sofrer mudança profunda a primeira parte dos respectivos nomes próprios. O aportuguesamento da parte final já se pratica com os vocábulos *Hamburgo, Magdeburgo, Luxemburgo, Limburgo, Edinburgo, Friburgo, Strassburgo, S. Petersburgo*. Vacila-se, às vezes, ante nomes menos conspícuos, mas parece que a relutância poderá vencer-se, tratando-se de nomes de cidades e países.<sup>68</sup>

É entretanto conveniente uma restrição quanto *Wartburg, Königsburg* e outros, frequentes na Alemanha e Áustria, em que *Burg* se limita a designar “castelo”. Nós não usamos hoje o termo *burgo* significando uma edificação isolada, e a romanização desses nomes teutônicos inevitavelmente havia de sugerir a ideia de cidade, província ou país.

Em se tratando de cidades inglesas, o aportuguesamento tem de cingir-se à terminação *-burgh*. Vocábulos formados com as variantes *-borough, -bury* (originariamente o mesmo que “burgo”) conservam-se intactos: *Queenborough, Scarborough, Marlborough, Queensbury, Shrewsbury, Salisbury* e outros<sup>69</sup>. Para um desses nomes, *Canterbury*, existe uma romanização à parte assaz conhecida, mas dispensável hoje em dia. O idioma inglês não é, como outrora, livro de sete selos para os povos que falam o português. Tantos nomes da Grã-Bretanha somos forçados a escrever como lá se escrevem; e *Canterbury* é seguramente um daqueles cuja

---

68  Custará talvez mais para os nomes escandinavos: *Uleaborg, Sveaborg*, etc.

69  Fernão Lopes escrevia *Sarasbri e Elisabri* (V. Cr. de D. João, 83-84).

escrita nos causa menos embaraços. Nada perdemos portanto em abrir mão de *Cantuarria*, como não se perdeu em votar ao esquecimento a velha forma *Conturbe*, mencionada na Demanda do Santo Graal.

*Amsterdam, Rotterdam, Schiedam, Zaandam.* — Acham-se estas cidades neerlandesas situadas respectivamente sobre o Amstel, o Rotte, o Schie e o Zaan. Dai lhes veio o batismo, acrescentando-se aos nomes dos rios o termo *dam* (pronuncie o *m* como se fora *dame*), em português “dique”, para lembrar às gerações futuras a admirável obra com que o homem superou o capricho das águas em cada uma dessas cidades.

Desde que tão estranhamente se grafa a primeira componente em atenção à escritura do país de origem, justo é que outro tanto se faça com a componente *dam* em todos os quatro nomes de cidades, deixando-se de imitar os que supunham que ao discurso português ficaria muito mal a presença de nomes próprios exóticos em *am*, enquanto se lhes não aformoseasse a cauda segundo o uso e gosto lusitanos.

Vítima deste engano é o autor do dicionário que recomenda se altere para *-ão* o final de *Amsterdam* e *Rotterdam*. Seguindo-se tal conselho, e tornando-se a regra extensiva, como o pede a lógica, a outros vocábulos, além dos que ocorreram ao lexicólogo, bastaria porventura tão simples remédio para tirar a *Schiedam* o aspecto horrivelmente rebarbativo? Não seria necessário mudar ao mesmo tempo por completo a roupagem da primeira componente? E, desfigurado assim o nome, haveria ainda alguém capaz de encontrar nos mapas o que aquilo pretendesse representar?

A pouco menos de duas léguas ao norte de Amsterdam jaz a cidade de *Zaandam*. Terá interesse em saber esse nome quem houver de narrar a vida de Pedro I da Rússia. Foi aí que o grande monarca, trajando vestes de operário, aprendeu a construir navios. O fato é conhecido; mas a cidade tem figurado erradamente na história sob o nome de *Saardam*. As obras históricas modernas, as de geografia, os mapas, restabelecem o verdadeiro nome de *Zaandam*. Ora se alguém se lembrasse de acrescentar a esta restauração do nome certo e exato, um ajeitamen-

to qualquer à portuguesa, um estropiamento, em suma, com a só lembrança de o fazer cairia decididamente no ridículo. Não se restituem obras alheias, não se corrigem formas que nada nos competem, começando por deformá-las.

*Buckingham, Birmingham, Sydenham, Sandrigham*, etc. — Passando dos Países-Baixos para a Inglaterra, melhor veremos a quanto nos arriscaríamos se pretendêssemos ir por este mundo afora a rebatizar nomes de cidades conspícuas e submetê-los aos ditames do purismo português. Se realizássemos a platônica conquista, naturalmente só para o nosso exclusivo uso doméstico, daríamos ao mundo o triste espetáculo de singular inépcia para soletrar nomes estrangeiros. Fiéis à tradição dos nossos clássicos e anteclassicos, mostraríamos que continuávamos no século XX igualmente fiéis à ignorância deles.

Os nomes ingleses que aqui citamos são todos compostos do antigo *ham* (confronte *home*, e al. *heim*), que significava “lar”, “domicílio”, “pátria”, etc. Era a habitação de certa gente, o povoado, mais tarde vila e cidade. Em *ham* soa o *m* final exatamente como no holandês *dam*. Ora se não mudamos a grafia em *Birmingham, Buckingham*, exige a boa lógica que não a alteremos tampouco em *Amsterdam* e *Rotterdam*.

Um cronista do século XVI que do seu sono de morte despertasse um momento para escrever nomes ingleses e readormecesse logo depois, não duvido que escrevera *cidade de Bermenhom, Bermenbam* ou *Bermengom, Cidenam* ou *Cedename, Candrinheme* ou *Sandrim Heme* ou coisa semelhante. Mas por esgotar ele nesses acomodatamentos todo o seu saber, seríamos nós forçados a abdicar as aptidões adquiridas e aperfeiçoadas com os progressos modernos? De puro respeito e acatamento, iríamos fingir ignorância dos rudimentos de uma língua estrangeira? Praticaríamos, de medroso culto pelos antepassados, o suicídio intelectual?

Sustenta o autor do “Novo Dicionário” que Amsterdam e Rotterdam não são formas portuguesas. É este exatamente o nosso pensar. Elas o que são é holandesas, como são inglesas as outras.

*Assam, Annam, Siam e nomes asiáticos em -ão.* — Raríssimos nomes geográficos da Ásia escrevemos, sem hesitar, com *-ão* final: *Japão, Cantão, Damão, Ceilão, Jordão, Hindustão*<sup>70</sup>. Daí por diante começa a incerteza ou a grafia decididamente diversa. Já ao lado de *Hindustão* (devera ser *Hindostan*) temos a península do *Dekhan*, que não nos decidimos a escrever “Decão”. Conservamos o nome bíblico *Jordão*, mas com flagrante incoerência, desde que, por outro lado, preferimos a forma *Canaan* a “Canão”, que Gil Vicente rimava com “perfeição” e “conjunção”. O nome *Cantão*, que se dá a uma cidade da China, tem uma história bem curiosa. É um ajeitamento aceito na Europa (salvo novos ajeitamentos: *Canton, Kanton*), que acudiu aos portugueses para o termo chinês *Kuangtung* (= “Largo Oriente”), nome não da própria cidade, mas da província costeira de que é capital e porto. A cidade chamam-lhe os Chins *Kuang-tchu-fu*.

*Quand tout le monde a tort tout le monde a raison*, e, errados ou não, continuaremos a escrever, como o temos feito até agora, os poucos nomes *Cantão, Damão, Japão, Ceilão, Jordão, Hindustão*. Consideremo-los todavia como casos excepcionais, pois que nos abtemos de aferir pela mesma craveira os milhares de nomes asiáticos terminados em *a* seguido de consoante nasal. Ásia é dos asianos e, em rigor, deveríamos grafar cada nome próprio de acordo com a pronúncia do respectivo povo. Mas como nos é impossível conhecer os diversos idiomas, cumpre adotar outro critério: aceitar, em vez da grafia nacional, que não se apura, a grafia internacional para todos os vocábulos a respeito de cuja escrita vacilarmos. É o critério mais simples e mais seguro. Onde ele falha, falham todos os mais.

---

70  Não me ocupo de nomes de localidades que figuram nas crônicas quinhentistas, mas que perderam a importância ou foram substituídos por outras denominações.

Acomodar vocábulos exóticos ao uso especial de um povo, v. g. o luso-brasileiro, é um alvitre detestável. Dá, já o dissemos, igualmente a franceses, ingleses, alemães ou russos o direito de puxarem cada qual para seu lado a escritura dos nomes, como já o fizeram com a posse das terras orientais. Viria estimular a desinteligência, contra a qual se têm trabalhado seriamente nos congressos de geografia.

Sendo assim, a dúvida entre *Assam*, *Annam* e *Siam* e, de outro lado *Assão*, *Annão* e *Sião*, deve ser decidida a favor da primeira maneira de escrever. Algum embaraço parece suscitar *Siam*, nome de um reino da Indochina, o que se explica pela influência do termo bíblico *Sião*. Em vez de identificar, devemos antes, distingui-los: *Sião*, dá o derivado *Sionita*, ao passo que de *Siam* formamos diretamente *Siamês*, como de *Anam*, *Anamita*.

Segundo o modo de estudar as questões ortográficas aqui seguido, tenho por escusado citar escritores quinhentistas; mas, quanto ao termo *Siam*, cumpre corrigir uma informação falsa que se encontra no Dicionário de Cândido Figueiredo. O autor, querendo patrocinar a grafia em *-ão*, argumenta com João de Barros, que em um dos capítulos das *Décadas* teria escrito “Sião”. É inexato; não se encontra tal passagem na edição feita em vida do autor. Na *Década* 3.<sup>a</sup>, livro 2.<sup>o</sup>, cap. 5 (a que C. F. se refere) encontra-se única e exclusivamente a forma *Siam* 20 vezes; e podemos acrescentar que na *Década* 1.<sup>a</sup>, livro 9, cap. I, lê-se *Siã* e *Syam* (6 vezes).

Quando não se sabe ser escrupuloso e verificar as citações com que se argumenta, presta-se com o silêncio um serviço duplo: aos mortos, deixando-os em paz; aos vivos, não lhes apontando o caminho errado.

Gonçalves Vianna, fonetista circunspecto, referindo-se a F. Mendes Pinto, suspeita que o *m* final representasse a nasal póstero-palatina em muitos vocábulos asiáticos — malaios, chineses, bramás, siameses, etc., à semelhança do *ng* final em alemão e inglês. E, neste pressuposto,

os nomes terminados nas antigas edições em *-am* teriam sido indiscretamente uniformizados na escrita *-ão*, que lhe parece inexata, “não só porque mal representa a pronúncia de tais nomes para portugueses, mas ainda porque, em virtude dessa temerária interpretação, se atribuem aos escritores antigos transcrições que eles não quereriam fazer como as lemos atualmente”<sup>71</sup>.

*Nomes asiáticos em -an* — Pela Ásia Ocidental e Central, principalmente no Irã, existe uma infinidade de nomes em *-an*, que ninguém se lembraria de escrever com *-ão*: *Teheran*, *Ispahan*, o próprio termo *Iran*, *Oman* (terra, golfo e mar), *Feridan*, *Hamadan*, *Kirman*, *Gilan*, *Masanderan*, etc. Não há motivo para divergir desta norma, quanto aos nomes formados com a terminação persa *-stan*: *Kurdistan* (“terra dos Kurdos”), *Farsistan*, *Luristan*, *Kubistan*, *Afghanistan*, *Beluchistan* (ou *Baluchistan*), etc. Objetar-se-á com o vocábulo *Hindustão* ou *Industão* que, realmente, é formado do mesmo modo. Mas o fato de se ter insinuado em nossa língua uma corruptela não justifica o irmos corromper deliberadamente outros nomes também. João de Barros (Dec. I, 4, 7) informa: “E assi a gente Persea a ella vizinha, ao presente per nome proprio lhe chamão *Indostan*”, e ainda na mesma *Década* (Livro 9, I) escreve 3 vezes *Indostan*. Se por conseguinte quiséssemos restabelecer esta escrita, não estaríamos a escrever nenhuma forma bárbara, como pretende o autor do citado Dicionário. Abstraindo mesmo da grafia de Barros que, convém lembrar, não seguimos cegamente, mormente quando sabemos que os quinhentistas andavam longe de preocupação contínua de representar nomes próprios com ortografia impecável, parece que não há motivo para estranhar que palavras persas, ou outras, se escrevam com *-an*. Forma bárbara? Boa dúvida. Se a Ásia toda é povoada por bárbaros, por que é que os nomes das localidades não hão de ser bárbaros também?

---

71  *Ortografia Nacional*, pág. 134.

E, depois, é inexato que em vocábulos portugueses só se tolere o ditongo nasal *-ão* no fim. Alexandre Herculano escrevia *lan, maçan, ran, irman, christan, talisman, afan, divan*, etc. E não era nenhum hindu ou persa. Recomendar implicitamente a grafia *talismão, divão, afão, lã, maçã*, etc., é que é barbaridade descomunal. Para aqueles que não se dão bem com a grafia *-an* final, o remédio é outro. Costumam empregar *-ã* no fim das palavras.

*Nomes chineses em -an, -ang, -ing, -ong, -ung.* — A escrita chinesa representa, como é sabido, cada palavra por um sinal especial. As terminações que aqui indicamos por meio de letras do nosso alfabeto, exprimem apenas uma convenção europeia. A pronúncia de vogal seguida de *ng* é exatamente como em nossa língua a vogal acompanhada de *m* ou *n*; e, muito de acordo com a pronúncia, implantou-se em português a escrita de três nomes *Pekim, Nankim, Tonkim*, ao passo que em inúmeros outros se escreve o elemento *king* com *ng* em vez de *m*. Acode naturalmente ao nosso espírito este raciocínio: por que não havemos de generalizar e substituir por toda a parte *ng* por *-m*? Ninguém o fez até agora, e parece-me que há suas vantagens práticas em continuarmos a ser incoerentes na China. Assim é que temos de diversificar de *king* (“cidade”) o vocábulo *kin* (“perto” ou “novo”), cujo *n* final soa como consoante distinta, e paralelamente a *kuang* temos o vocábulo *kuan* de pronúncia e significação diferente. *Shan* “monte”, “serra” (cf. *Shan-si* = oeste dos montes) não é o mesmo *shang* “cidade” (cf. *Shang-hai* = cidade junto ao mar)<sup>72</sup>. Não será talvez o melhor modo de diferenciar, mas em todo o caso é uma diferença ortográfica.

Quem se der ao trabalho de examinar uma boa carta do outrora Império Chinês notará, naquele oceano de nomes, grande parença entre muitos deles. Ora, se uniformizássemos as terminações nos compêndios de geografia escritos em nossa língua (cartas ou mapas

---

72  Sobre a pronúncia de *n* e *ng* veja-se *Kainz, Grammatik der Chinesischen Sprache*, pág. 7.

que prestem, não possuímos por enquanto em português), conseguiríamos apenas aumentar a confusão ainda mais. E sabe Deus quantas surpresas nos preparariam os diversos sistemas de transcrições. O nome *Yang-tse-Kiang* faziam-no os moderados sofrer a metamorfose *Yan-tse-Kian*; na mão dos radicais virava-se em *Jão-zé-quião* ou coisa que o valha. *Hoang-ho* (“rio Amarelo”) transfigurava-se porventura em *Hoão-hó*, caso se não mascarasse em *Uão* ou *Vão-hó*.

Mais diretamente nos interessa entretanto o destino ortográfico que a faina reformadora reservará para o rebarbativo *Hong-kong*. Nome chinês não é: devera ser *Heang-keang*. Nome cristão ainda menos. Ocupa o telégrafo internacional frequentemente. Ninguém protesta, ninguém reclama. Ilha vizinha da já em nome civilizada Cantão, admira que não lhe tenha ciúme. Caso não deva ela continuar a viver sem o batismo europeu, haverá aqui ou em Portugal padrinho que se lembre de um nome mais melodioso do que *Hongkong*, de cousa mais bonita para o ouvido e para os olhos?

“*Abessínia*” e não “*Abyssínia*”. – Apelidaram os Árabes por desprezo esse país *beled el Habech* (ch = x) ou *beled el Habcha*, que é como quem diz terra de mistura de povos, isto é, gente impura ou de origem desconhecida. Os indígenas repelem naturalmente o insultuoso nome e chamam-se a si *etíopes*, e ao país *Etiópia*. Do termo árabe formaram os portugueses o vocábulo *abexim* (Barros, Dec. 2, 8; 3, 4: os *Abexijs* ao lado de os *Abasijs*; Camões, Lus. emprega igualmente *Abexins* e outras vezes *Abassis*). Foi esse vocábulo português que serviu de modelo à moderna forma do nome geográfico, o qual não tardou a ser deturpado em *Abyssínia* (com y) naturalmente por pairar diante do espírito o latim *abyssus*, que nada tem que ver com a *Abessínia*. Hoje falta-nos uma grafia internacional uniforme; mas já que podemos escolher entre o tipo anglo-francês *Abyssínia*, o alemão *Abessínia*, o ítalo-hispânico *Abissínia*, decidir-nos-emos pela escrita com a vogal e, por ser a que mais se aproxima do termo-norma *abexim*, criado pela nossa língua.

Justificar o *y* filiando o termo a uma denominação geográfica latina, é não conhecer, neste particular, nem história, nem geografia. Só por anacronismo se poderia atribuir aos romanos o uso do vocábulo *Abyssinia*. Compreendiam, sim, essa região no termo geral *Etiópia*, sem particularizarem, pois que seus conhecimentos geográficos não o permitiam.

*Massaua, Maçuá ou Massuá?* – Leitor habituado a só manusear os *Lusíadas* achará ociosa a questão. Irei mais adiante: Camões foi na esteira do autor das *Décadas*.

Mas se em João de Barros e Camões lemos *Maçuá* (com *ç*), encontramos por outro lado *Massuá* (com *ss*) em F. Mendes Pinto, na elogiada edição Rollandiana. Qual das duas formas é a melhor? Não se diga que é questão de lana-caprina; Gonçalves Vianna e outros insistem em que *ç* e *ss* soavam diferentemente e que ainda hoje se devem distinguir na escrita. Logo, *entre les deux mon cœur balance*. É o pior estado d’alma de quem se esforça por acertar.

Não se daria o caso de também haver reinado incerteza entre os próprios quinhentistas e que, só para cortar a questão, se resolvesse cada qual a optar por esta ou aquela grafia? No outro lado do Mar Vermelho, na costa arábica, está uma cidade cujo nome é exemplo disto. Camões chama-lhe *Gidá*; F. Mendes Pinto conhece-a sob o nome de *Judá*, e João de Barros (Dec. 3, I, 3) consagra um capítulo inteiro à situação e descrição do lugar, chamando-o constantemente *Juddá*, exceto uma vez em que faz a reflexão: “*Juddá* (ou *Gidá* como lhe alguns Arabios chamão”).

Mas voltemos ao caso do *ç* e *ss* (ou *c* antes de *e*, *i*, e simplesmente *s* no princípio dos vocábulos). Se tais letras correspondiam a sons distintos, os portugueses do século XVI deviam ter fortes dúvidas sobre a verdadeira pronúncia da sibilante na maioria dos nomes orientais. Nas *Décadas* lê-se frequentemente *çamorim* (ou transcrevendo escrupulosamente: *çamorij*); nos *Lusíadas* (edição de 1572) encontra-se esta gra-

fia com *ç* no canto VII, 35, mas em geral a forma usada é *samorim*. Temos *Cocotorá* (Dec., I, 6, I, e *Socotorá* (Lus. X); temos *Cincaapura* em Mendes Pinto (I, 43), *Cingapura* em Camões, e num mesmo capítulo de João de Barros (Dec. I, 9, I) ora *Cingapura*, ora *Cingapura*, ora *Singapura*. Neste mesmo capítulo o autor das *Décadas* hesita entre as formas *Çamatra* e *Samatra*; já nos *Lusíadas* (canto X) vamos encontrar *Samatra* e na Peregrinação parece ser *Çamatra* a forma predileta. *Çunda* é grafia que se encontra a cada momento na Peregrinação; no canto X dos *Lusíadas* está escrito *Sunda*.

Podíamos prosseguir neste confronto da grafia dos escritores quinhentistas; mas estes poucos exemplos bastam para provar o quanto é temerário apelar para os “clássicos” para decidir do modo de escrever um nome geográfico. Se estivéssemos adstritos a resolver por eles a dúvida entre *ç* e *ss*, em boa consciência não poderíamos dizer qual das duas escritas se deve reputar correta: *Maçuá* ou *Massuá*.

Na dúvida, portanto, nem a mais leve censura recaia sobre quem, desprezando uma e outra forma, chame a cidade pelo nome adotado por outras nações. *Massaua* pronunciam e escrevem os italianos, que são os donos da terra; e não antipatizam com a denominação nem franceses, nem ingleses, nem alemães (naturalmente em francês escreve-se *ou* por *u*, mas isto se faz nesta língua com todos os nomes estrangeiros em que a letra *u* não deva ter o valor de *u*).

Em favor de quem aceita em português a forma *Massaua*, milita ainda uma circunstância. Aos portugueses do século XVI cabe, quando muito, o duvidoso mérito de haverem estragado a pronúncia do nome exótico. Não souberam reproduzir a forma originária *Medsaua* (segundo Egli) ou *Massewa* (Meyer, Konv. Lex.). Com o seu *Maçuá* ou *Massuá* certo não ficaram mais próximos da fonte do que os geógrafos de hoje com a denominação *Massaua*.

Aos que se deslumbram com o *ç*, é bom lembrar que, tirando *Mocambique*, *Mombaça* e *Luçon* (e porventura mais um ou outro nome de

possessão ou fundação portuguesa ou espanhola), a geografia moderna não reconhece virtudes no  $\zeta$ , negando-lhe o direito de existência na África, na Ásia e na Oceania. Isto sem contar o que vai em boa parte da Europa e mesmo na América.

Os quinhentistas, se ressuscitassem, teriam largo campo para converter *ss* ou *s* em  $\zeta$  (ou  $\epsilon$  antes de  $e, i$ ), v. g. nos nomes: *Missouri*, *Mississippi*, *Sapucaia*, *Sabará*, etc. Mas no estado atual da civilização é difícil de dizer se com isto atrairiam, e até que ponto, as bênçãos da humanidade.

## ∞ O purismo e o progresso da língua portuguesa<sup>73</sup>

Grande influência exerce a linguagem escrita não somente sobre os que leem, mas ainda sobre o mesmo indivíduo que escreve. Em todos os tempos, em todos os países, em todas as camadas sociais o homem ao fixar suas ideias no papiro, no pergaminho, no papel, sente perfeitamente que vai deixar o ambiente habitual para alçar-se a uma esfera superior mais pura. As mesmas vulgaridades da vida não lhe parecem dignas de serem descritas senão em linguagem acima da vulgar. Muitas vezes, é certo, o resultado não responde ao esforço. Há uma caravana de sedentos sem conto, para os quais a bela aspiração é miragem desenhada no horizonte longínquo.

Deve ter sido um deus o que inventou a divina arte de escrever. Os gênios por ele inspirados fundam e criam a linguagem literária, o falar culto, aquele que serve de modelo à posteridade, modificado com o progredir dos tempos, com o desenvolvimento intelectual e material de uma nação, mas a mesma linguagem na essência.

---

73 ∞ Conferência realizada na Biblioteca Nacional (1914).

Vive e prospera essa linguagem enquanto houver povo que a fale; cessa de medrar e torna-se estacionária, ou pelo extermínio do povo, ou quando este aceita, com a dominação estrangeira, novo idioma e repudia o nativo.

Exalçam-se em prosa e em verso as excelências da língua nacional. Nenhuma tão bela, tão elegante; nenhuma tão fecunda, tão enérgica, tão rica; nenhuma com tesouros tão variados e tão inexauríveis. Isto diz cada nação da sua. Isto dizemos nós da nossa. E daí se segue que não temos necessidade de pedir empréstimo a nenhuma língua estrangeira. Podemos e devemos manter o idioma nacional em toda a sua pureza.

Para o francês, para o inglês e demais idiomas cuja evolução a ciência moderna tem estudado profundamente, está provado que há exagero nesta, aliás louvável, expansão de sentimento patriótico. Para o português investigações do mesmo gênero mal se acham iniciadas. Confirmarão elas para o futuro a crença de que a nossa situação é realmente excepcional?

Até aqui pouco mais se tem feito do que tirar todas as consequências do postulado de que a língua portuguesa é a herdeira mais bem aquinhoadada do latim. Vibram em todos os ouvidos as palavras mágicas do cantor dos Lusos:

E na língua na qual quando imagina.

Com pouca corrupção crê que é a latina.

Provocam estes versos um sonho suavíssimo. Mas os sonhos mentem. Ninguém até agora se lembrou de imaginar ao lado dos Lusíadas escritos na língua de Camões os mesmos Lusíadas vertidos na língua de Virgílio, e cotejá-los estância por estância, verso por verso, frase por frase, expressão por expressão. Ver-se-ia que no decurso de quinze séculos mudanças se fizeram, e muitas, as quais não se podem capi-

tular de pouca corrupção. Na boca da mesma Vênus bela pôs o poeta vocábulos, como *busca, tomada, mofina, derramo* e outros, completamente estranhos ao idioma de Lácio.

Não há desdouro no transmutar perene, embora lento, de uma língua. É um fenômeno de vitalidade. Pelas mesmas vicissitudes por que passou a lusitana, passaram também as suas irmãs, as línguas românicas, como todas as outras. O próprio latim, muito antes de se esgalhar em reto-romano, rumeno, italiano, provençal, francês, espanhol e português já não corria entre o povo com a pureza primitiva.

Com a invasão dos gauleses na Itália Setentrional penetraram na língua latina numerosos vocábulos célticos. O domínio do falar grego na Itália Meridional enriqueceu-a de estrangeirismos, quais crearam raízes tão profundas que ainda hoje fazem parte do falar quotidiano. De lá procedem as terminações femininas em *-esa* e *-essa* usadas em *princesa, condessa*, e os vocábulos *golpe, tio, anão, pedra, zelo*, assim como o termo *cada*, o qual, de preposição que era, se metamorfoseou em adjetivo distributivo.

Também o etrusco trouxe o seu quinhão e até o falar dos cartaginezes, donde nos veio a palavra *túnica*.

Foi o latim assim turvado a língua que as hostes romanas trouxeram e impuseram aos povos subjugados da península ibérica. Estes, reconhecendo a superioridade da cultura romana, aceitaram o novo idioma mais facilmente talvez que o jugo político; acomodando-o todavia cada qual aos seus antigos hábitos de pronúncia. E assim ao cabo de algumas gerações estavam esquecidos os falares indígenas.

Com as ondas sucessivas de alanos, vândalos e suevos, os novos dialetos romanos não sofreram notável abalo; e quando os visigodos se estabeleceram no território e repeliram os romanos, foram os vencedores que aceitaram a língua dos vencidos. Os árabes finalmente, que tanto tempo se mantiveram nas Espanhas, nem repudiaram o idioma do profeta, nem constrangeram os nazarenos a falá-lo.

Do contato secular de um povo com outro, quando as duas línguas se mantenham independentes, e nenhuma sofra na contextura geral, resulta todavia o enriquecerem-se mutuamente com vocábulos e expressões novas. Das nações germânicas se tomaram *feltro, roca, elmo, guisa, branco, jardim, arauto* e outros termos; mas não se sabe bem qual a parte do império romano por onde primeiro se infiltraram. O árabe é certo haver trazido à península um cabedal léxico bastante considerável. Basta lembrar *açougue, alarve, alcântara, alfaiate, alcatifa, armazém, azeite, aljôfar, almofada, arroba, arratel, alcaide, adibe, aldeia, cadimo, cáfila, mesquinhoho, lezíria, mandil, enxaqueca, xarope, oxalá, jarra, alfange, fulano*.

Não nos compete aqui resolver o intrincado problema da influência do vasconço e dos falares de outros povos que habitavam a península antes da vinda dos romanos. O que ficou dito dará ideia do processo pelo qual se constituiu o primeiro vocabulário português. De procedência latina o cabedal mais grosso; afluem-lhe porém, desde muito cedo, ribeiros e torrentes de espaço a espaço, que necessariamente o privam da limpidez sonhada.

Fora interessante averiguar como nos primeiros tempos se fez a evolução, ou talvez fermentação, da língua portuguesa; mas os documentos mais antigos que se conhecem datam só do reinado de D. Sancho I. Já então aparece de tal modo caracterizado o português, que, apesar da grande diferença de tempo, ainda assim se parece mais com a linguagem hoje falada do que com o latim.

Deve ser muito mais antiga a existência desse idioma vivendo sobre si e apartado do velho tronco; porquanto os documentos em latim bárbaro do nono século já revelam ser a língua de Cícero cousa estranha e difícil até para tabeliães e escribas, que mais do que ninguém tinham empenho em conhecê-la. Esses documentos, como os de linguagem similar dos séculos XII e XIII, compõem-se de uma mescla de latim mal-estudado e improvisações calcadas sobre o português onde não acudia o termo próprio.

Não se deve confundir o latim corruptíssimo, saído da forja dos escribas, com o português daquele tempo. Cotejando-se o testamento de 1173 com o de 1193, publicados ambos no livro *Textos Arcaicos*, de Leite de Vasconcelos, vê-se quanto eram dissemelhantes a tal língua bárbara e o português falado.

A sintaxe das línguas românicas em muitos pontos se aproxima do alemão moderno ou do grego moderno mais do que do latim antigo. Este fato, apontado por Meyer-Lübke, confirma-se nos velhos textos portugueses. Por outra parte, porém, as terminações verbais e nominais, as conjunções e preposições provam aqui o parentesco com a língua clássica.

O idioma escrito usado em Portugal até fins do século XV é conhecido pela denominação genérica de português antigo ou arcaico. Em verdade, mui arredado está dos nossos dias tudo quanto se escreveu nesse longo período. Não é só por se haverem reduzido, ulteriormente, vários tipos fonéticos; simplificado, eliminado ou substituído muitas formas gramaticais; introduzido alterações sintáticas ou de estilo; mas ainda as próprias ideias e pensamentos que os homens então externavam, as descrições que faziam, os quadros que pintavam, pertenciam a um mundo diferente do nosso. Lendas, histórias, crônicas, canções, documentos públicos, tudo reflete a vida medieval com seus usos, costumes, instituições; uma civilização em suma, muito alheia da nossa, cheia de pontos obscuros, de interesse apenas para filólogos e historiadores.

Mas o português arcaico não é um todo uniforme, que, envelhecido e imprestável para as condições modernas, de súbito tomasse outras feições. Ele desenvolveu-se aos poucos, mas desenvolveu-se. Lendo-se as obras medievais por ordem cronológica, vê-se como desapareceram as formas antigas umas após outras em períodos diversos, e grande parte quando bem longe estava de alvorecer o século XVI. As desinências verbais *-ades*, *-edes*, *-ides* (*mandades*, *sabedes*, etc.) em tempo de Fernão Lopes já eram tidas por arcaicas. Ocorrem às vezes para imitar

o falar pretencioso de alguns ou a linguagem popular de outros. *Hu* (lat. *ubi*) e *onde* (lat. *unde*) eram a princípio dois advérbios de sentidos distintos; indicavam um o lugar em que, o outro a procedência. Depois, por influência do pleonástico *donde*, passam a valer por sinônimos; por fim o supérfluo *hu* é enjeitado da língua culta. O cômodo verbo *seer* (lat. *sedere*) com o interessante pretérito *sya*, e os substantivos *rem* (= cousa) e *sen* (= sentido) não esperam pelas luzes do humanismo para se despedirem do mundo.

Por outra parte, com o progredir da civilização o vocabulário necessariamente foi-se enriquecendo de expressões novas, creadas no seio da língua, ou recebidas de franceses e ingleses que vieram a Portugal, ou tomadas dos vizinhos castelhanos. Não podemos apurar bem os elementos adventícios, porque nos é desconhecido o estado da língua antes de Portugal lidar com esses povos. O inglês terá concorrido com a componente normanda mais do que com a anglo-saxônia. Na língua dos conquistadores de Inglaterra, quase todos os termos relativos à governança e à alta administração eram franceses. Tais as expressões correspondentes a *ministro*, *chanceler*, *concelbo* e *conselbo*, *autoridade*, *parlamento*, *coroa*, *estado*, *nacção*. Importando de França o feudalismo, introduziram as denominações, *vassalo*, *príncipe*, *duque*, *barão*, *corte*, etc. Inúmeros termos militares foram igualmente trazidos do continente: *batalha*, *armas*, *malha*, *lança*, etc.

Parte destes vocábulos Portugal terá recebido de primeira mão com a vinda do conde D. Henrique de Borgonha e demais franceses que o ajudaram a ele ou aos seus sucessores.

Contestou-se a influência do castelhano no português antigo. Duarte Nunes de Leão especifica dois fatos que explicariam a singular indiferença do nosso léxico em presença da mui semelhante língua, ouvida por portugueses quase sem interrupção durante centenas de anos, e em que muito sabiam expressar-se como se fora a própria.

Em primeiro lugar, português e castelhano chocavam-se, diz ele, pela diversidade de pronúncia característica em certas terminações e

pela conservação das tônicas *o*, *e*, de uma parte, e desdobramento delas em *ue*, *ie*, da outra. É uma razão extremamente fútil, porque, quando o povo se resolve a adotar um termo exótico, nada lhe custa acomodá-lo à pronúncia doméstica.

Mais sério parece o argumento da contínua inimizade entre Castela e Portugal. Pensava Duarte Nunes que a usurpação de vocábulos se havia de dar por meio do comércio, pela mistura pacífica dos povos, pela residência ou demora dos estrangeiros no país. Estas condições, de fato, são em geral mais propícias; mas não há provas de que, durante o tempo que Portugal esteve reunido à coroa de Espanha, a usurpação fosse muito maior do que em outras épocas. Demais, as lutas políticas anteriores a esse período não impediram que escritores portugueses cultivassem com amor o idioma espanhol, e bem podiam eles ser causa de se introduzirem hispanismos na língua literária, do mesmo modo que hoje a leitura do francês dá lugar aos galicismos. Politicamente ainda, o ódio aos castelhanos não foi sempre profundo nem geral. Ao tempo em que o mestre de Aviz pelejava pelo seu direito, muitos portugueses houve, entre eles os próprios irmãos de Nuno Álvares Pereira, que preferiram abraçar a causa d'el-rei de Castela.

Não se infira porém daí que o português possui grande número de vocábulos tomados à nação vizinha. As línguas, em matéria de usurpação, são caprichosas, e frequentemente admitem muito menos termos estrangeiros do que se poderia esperar. Dado o extraordinário parentesco entre português e castelhano, e sendo tão obscuro o conhecimento das respectivas origens, é-nos impossível atualmente decidir quais os vocábulos similares que constituem propriedade comum, recebida diretamente do latim, ou outro idioma, e quais os que uma língua tirou do tesouro da outra.



O português escrito não foi a princípio uma língua literária na acepção que hoje se dá a este termo, e muito menos ainda a expressão do falar do povo. Nos documentos públicos usou-se naturalmente um estilo de chancelaria, algo pretensioso e artificial, próprio para infundir respeito no espírito da ralé. Nas leis e costumes, nos foros outorgados pelos reis, nos acordos e tratos, nas cartas, nos alvarás, despachos e sentenças, usou-se sempre essa linguagem convencional, envolta de certa atmosfera de superioridade, em que mal se saberiam exprimir os homens de baixa condição.

Nem podia deixar de ser assim. As relações políticas e sociais aproximavam indivíduos de pontos diferentes do reino, e cada qual vinha com o seu falar nativo. Portugal não possuía de fato uma língua uniforme; estava retalhado em dialetos. Cumpria haver uma linguagem escrita oficial, que servisse de meio de comunicação a todos. Um dos dialetos se tomou naturalmente por base para essa língua escrita e supõe-se ter sido o de Entredouro e Minho, ou interamnense.

Era analfabeto o povo em geral; mas tomava conhecimento do conteúdo dos escritos que lhe interessavam, porque os poucos que sabiam a arte de ler e escrever, ou letrados, tinham o dever de lho transmitir.

O fato de ter a língua escrita um caráter nobre e ideal, muito acima do ambiente confuso dos falares plebeus ou da gente rústica, fez com que a cultivasse com amor o rei, a quem mais cumpria sabê-la, e a nobreza que se acercava do trono. A língua oficial dos documentos passou a ser também o idioma falado na corte. E quando se pensou em escrever trovas e cantigas, lendas ou crônicas, já não havia que hesitar entre a linguagem culta da aristocracia e os inúmeros dialetos portugueses.

Com o andar do tempo, o vocabulário primitivo não podia satisfazer a todos os fins. Preenchiam-se as falhas com inovações, e manso e manso puderam penetrar na linguagem culta dizeres populares, sobretudo se eram comuns a vários dialetos.

Persistiu porém na Idade Média prevenção contra os vulgarismos. Nas crônicas mencionam-se às vezes frases que se afastam do falar culto, mas em geral em tom de ironia ou desprezo. Ainda em 1536 o gramático Fernão d'Oliveira condena, posto que com exagero, muitos termos por plebeus ou idiotas, isto é, próprios de homens ignorantes. Gil Vicente, o primeiro escritor sem preconceitos, que ousa reproduzir a língua tal como se fala entre o povo, desvenda-nos, nos autos e farsas, grande número de expressões populares, nunca dantes contempladas na fina língua escrita, nem ainda aceitas por outros escritores contemporâneos nem pelos que ornaram as letras portuguesas mais tarde.

Distingue-se a linguagem culta ou literária dos falares locais pela sua feição uniforme e tendência conservadora. Cada escritor se inspira na leitura das obras da geração que o precedeu e procura seguir, tanto quanto possível, a norma traçada. Os progressos são lentos; mas se sucede dar-se um passo adiante do falar do povo, não mais se torna atrás.

Houve uma época brilhante em que este movimento se acelerou. Quando o horizonte intelectual se abriu mais largo com o espírito da renascença clássica e com os conhecimentos trazidos pela navegação e descobrimento de novas terras e novos povos, compreenderam os historiadores e poetas a necessidade de apartar-se da antiga trilha e pôr a linguagem em harmonia com as conquistas recentes da inteligência e imaginação.

Tudo quanto se escrevera em português até então ou se referia a um círculo de assuntos muito circunscrito, sem a menor elevação de idéias, ou era como a luz de estrela que empalidece com os fulgurantes raios do grande astro que vem surgindo. O estilo medieval era monótono e pesado; não servia para representar as belezas da arte renascida. O léxico até agora usado não era palheta em que os artistas encontrassem todas as cores e tons de que necessitavam. Camões não pode, só com a linguagem costumada dar a ouvir ao mundo fúria grande e so-

norosa. Vale-lhe seu novo engenho ardente, que o torna creador de um estilo grandiloquo, de um som alto e sublimado.

Para narrar episódios de viagem, particularidades da arte de navegar, com bonanças ou tormentas, para descrever lugares e acidentes de terreno, aproveitou, até certo ponto, a terminologia técnica entesourada pelos marítimos, pelos rústicos e por outros indivíduos que exerciam profissões humildes. A necessidade mais uma vez compelia os homens cultos a prezar as posses e serviços dos pequenos.

Por outra parte, contudo, para uma hoste de expressões, populares ou não, cessavam os motivos de seu emprego. Transformando-se a civilização, muitas cousas se foram abandonando e, com elas, os respectivos nomes; as que as substituíam, quando vinham do estrangeiro, adotavam-se com as denominações que lá lhes davam. Objetos de feitura singular, vistos pela primeira vez nas expedições para a conquista da Índia, instituições e ofícios diversos dos de Portugal, eram descritos com os nomes por que os conheciam os respectivos naturais.

Mas o grande tesouro de idéias e expressões, e belezas de forma; a mina por excelência onde se abasteceram mais que muito todos os escritores da renascença, foi o latim clássico, a que se adicionou ainda o grego antigo.

Para designar as contribuições adventícias com que se aumenta o léxico de um idioma, servem-se os linguistas de um termo de extraordinária polidez: “empréstimos”, “emprunts” (francês), “loan-words” (inglês), “Lehnwörter” (alemão). Empréstimos que nunca se restituem; dívidas que jamais se resgatam, salvo com outro empréstimo. Na linguagem faz-se isto sem cerimônia. Não se propõe nem se pede. Tira-se.

Do latim que conhecemos pela literatura tocou por herança ao português, como língua românica, somente um número restrito de vocábulos. Tudo o que, ao depois, os letrados foram buscar a Roma, entra na conta dos empréstimos, dos bens usurpados à língua-mãe. E se a doce fantasia de poeta apregoa que há uma língua quase igual ao latim,

é para desculpar o esbulho tremendo que se andou praticando, mormente a partir do período da renascença. Tal foi, na Europa, a batida por todos os recantos do velho repositório, e tão natural se tornou a falta de escrúpulo, que os modernos idiomas acabaram por cunhar, e em especial na nomenclatura científica, centenas de expressões ultralatinas que causariam espanto a Cícero e Quintiliano. Ao lado destas vieram as ultra-helênicas e as criações híbridas. Portugal acompanhou a civilização europeia.

Era expedito esse meio de resolver o problema das denominações necessárias às ideias modernas; em compensação porém ficou muito reduzida a elasticidade dos recursos nativos, visto como ia afrouxando o hábito da sua utilização. Assim, admitem-se hoje de boa mente, a título de empréstimos clássicos, vocábulos inteiros ou cunhagens com raízes latinas e gregas, mas há repulsa quanto à adoção de certos derivados que se formem no seio da nossa língua.

Abre-se a porta, é certo, a tudo quanto se quiser acabado em *-ismo* e *-ista*; mas em grande parte por imitar as demais nações civilizadas, que fundam tal direito em antigo abuso firmado na Idade Média. Brotam cada vez mais os produtos desta espécie, notando-se que *ismo* e *-ista* vão monopolizando as funções de uma série de sufixos diferentes. Desde já se podem reunir em curioso ramo flores variegadas deste gosto: *realismo, idealismo, funcionalismo, patriotismo, Darwinismo, Tolstoismo, favoritismo, socialista, economista, jurista, determinista, espirita, florista, flautista, jornalista, telefonista, oculista, dentista, paisagista, purista, romancista, paulista, nortista, sulista*.

Com a expansão natural do vocabulário, consequência inevitável do progresso intelectual e material e do contato com outras nações, mal se concilia a doutrina que defende a pureza da linguagem. Não é justa nem lógica no conceder ou negar entrada a inovações que venham suprir faltas reais ou supostas. Admite latinismos, admite gregismos, não se opõe talvez a hispanismos e italianismos, mas repele os galicismos com singular veemência. Em rigor, para uma língua consti-

tuída, que de há muito possui literatura, tão intrusos são os termos que vêm de uma parte com os que arribam de outra. Se já não bastam os meios de que até agora dispúnhamos, se é preciso sair de casa a pedir, tanto humilha bater à porta da direita como à da esquerda.

O cânon dos puristas hodiernos, como se sabe, são as obras dos que escreveram de 1500 para cá, conhecidos pela designação de clássicos portugueses, especialmente certos quinhentistas e seiscentistas. Ao tempo em que estas estrelas de primeira grandeza brilharam, em Portugal não se cogitava de ir buscar inspiração literária ou linguística à França. Guardou portanto o idioma a sua relativa pureza, se pureza é tão-somente ficar alheio à influência do falar dos vizinhos d'além-Pireneus. No século XVII porém começou a deslocar-se para junto deles o centro de gravidade da civilização. No século XVIII todos os olhos se volviám atentos para a França. Daí por diante a sua cultura e língua passaram a ser, em boa parte da Europa, a principal fonte de informação e inspiração para a literatura, a filosofia, as instituições políticas e sociais; e onde quer que as modernas ideias penetravam, vinham naturalmente a divulgar-se pelos nomes de batismo recebidos na terra que lhes servira de berço. E os termos ficavam e eram acrescentados ao pecúlio do nosso falar, modificada, onde cumpria, a forma exterior.

Mas não foi só a necessidade que canalizou para o português dicções francesas; cooperou também o desamparo em que a gente educada ia deixando, por menos fecundo, o cultivo da tradição vernácula. Não se usa refugar designações estrangeiras quando há incerteza de possuímos no vernáculo expressões que digam rigorosamente a mesma coisa. E se tais equivalências existem, mas, pelo hábito de tratar outras letras, alguma vez a dicção doméstica nos não acode, então por instinto, ou para poupar esforço intelectual, aplicamos o termo forasteiro que de pronto se apresenta à memória.

Muitos termos nestas condições vieram de França, de envolta com os reclamados pela civilização moderna, e o seu uso tornou-se moda

entre a boa sociedade portuguesa, em detrimento de expressões similares indígenas. Para alguns a moda foi efêmera, particularmente se se reavivava a consciência do vocábulo português equivalente. Outros porém implantaram-se em nosso idioma, resistindo a todos os ataques da reação purista, embora os argumentos desta parecessem sobremodo razoáveis. Vinha já tardia a reflexão e a louvável campanha contra os galicismos. Estava generalizado o uso e preferia-se afrontar a opinião de meia dúzia de eruditos e passar por ignorante, na opinião deles, a irritar a opinião pública e ser tido na conta de excêntrico, por querer ser mais sensato que a moda. Acrescia que os mesmos eruditos, pela força das circunstâncias, adotavam vários galicismos e aprovavam o seu uso. Os indoutos desconfiavam da linha de demarcação entre as inovações indispensáveis e as desnecessárias.

Pelo *Glossário* de Fr. Francisco de S. Luis, obra aliás notável pela abundância de conceitos judiciosos, vê-se que muitos vocábulos escandalizavam os zeladores do falar castiço, no começo do século XIX. Grande parte, como o previu o autor, adotou-se sem dificuldade; outros, que lhe pareciam inaceitáveis, acham-se hoje de tal modo incorporados ao português, que já ninguém se lembra de discutir sobre a sua legitimidade ou, sequer, de a pôr em dúvida. Diz o *Glossário*:

“*Jornal por Diário* he palavra franceza, que nos não era necessaria: e sem embargo de ser hoje mui usada, até de pessoas doudtas, não o julgamos adoptavel, maiormente atendendo à homonymia, que se deve evitar, quanto possivel for, por ser um sinal infalivel de pobreza da linguagem.”

“*Progredir*. Vocabulo trazido de novo à nossa língua, à imitação dos francezes, que também o tomaram do latim *progredi*. Significa *continuar, ir por diante, fazer progresso, ir avante*. Não o julgamos de absoluta necessidade. Comtudo na *Carta Regia*, de 7 de Março de 1810 já vem o termo *progredir*.”

“*População*. Os nossos bons escriptores dizião com melhor analogia *povoação*; comtudo não reprovamos *população*, que tem a seu favor o uso frequente, e algumas boas autoridades modernas.

“*Côrte*. Por *conselho*, *tribunal*, *relação* he gallicismo que se não deve admittir em portuguez.”

“*Rutina* ou *rotina*. He galicismo desnecessario, e porém mui vulgarmente usado...” E o autor propõe que em seu lugar se diga *trilha*, *usança*, etc.

“*Bello sexo* (*beau sexe*). Não reprovamos absolutamente esta expressão, empregada para significar o *sexo formoso*, o *sexo feminino* ou as *mulheres*: mas somos de parecer que se deve usar com moderação, a fim de evitar afecção, e resabio de gallicismo.”

A posteridade não se conformou com o conselho do bom do frade.

O *Glossário* não menciona, talvez por não terem nesse tempo curso em Portugal, muitíssimas dicções novas que fizeram fortuna e são hoje parte integrante do léxico de todas as nações civilizadas. Assim, por exemplo: *internacional* (ingl. *international*) cunhado por Bentham em 1780, e admitido pela Academia francesa em 1878; *nacionalizar*, *nacionalidade*, *organismo*, *organização*, *organizador*, *reorganizar*, *reorganização*, *civilização*, *civilizador*.

As ideias modernas reclamam novos vocábulos para a sua expressão, e é de todo impossível escrever um capítulo sobre hodiernas instituições sociais ou políticas sem recheá-lo de neologismos creados ou vulgarizados nestes últimos cem anos. Os clássicos portugueses, se hoje ressuscitassem, precisariam, para entender-nos, do auxílio de um elucidário de milhares de palavras.

Toleram os puristas, quando muito, algumas novidades recentes, mas em geral entendem que se deve restabelecer o antigo bom uso. Muitas vezes, em troca de um estrangeirismo ou de um termo de legi-

timidade suspeita se oferecem à escolha seis ou oito expressões portuguesas correntes nos escritores clássicos. Mas o povo insiste em manter e preferir a locução moderna. É quando associa a esta locução uma ideia muito clara e muito precisa, que não percebe ou já não consegue perceber em nenhum dos vocábulos que lhe apresentamos em substituição. Debalde se condena *detalhe*, *detalhar*, usados há 150 anos em boca portuguesa e brasileira, e se propõe *particularidade*, *circunstância*, *pormenor*, *pormenorizar*, *minudência*, *miudeza*, *minúcia*. *Detalhe* é um francesismo expressivo, insinuante e afortunado. Logrou entrada fácil em todos os idiomas cultos: em inglês, alemão, russo, sueco, dinamarquês, italiano, espanhol e português. E está a parecer que nunca mais o deportarão nem as forças unidas dos puristas de todas estas nações.

O argumento da exuberância de expressões indígenas de antigo cunho falha muitas vezes; e contudo certos dizeres novos, realmente práticos, são tão malvistos que o escritor castiço, em os topando, se persigna escandalizado como o cristão devoto em face do inimigo. Um desses horrores é o termo *proposital*, substituindo, algumas vezes, o já um tanto obsoleto *acintoso*, e creado por influência do antiquíssimo *casual*. Como o povo fala sem primeiro ler os cinco volumes da *Nova Floresta* e os quinze volumes dos *Sermões*, inventa muito naturalmente por analogia, por associação de ideias um *tiro proposital* ao lado de um *tiro casual*; o que sem dúvida é mais sumário e mais conciso do que o *tiro disparado de propósito*. Os puristas, votando pela concisão, mas supondo que assim se envenena a língua, acharam já a triaga no termo *propositado*, produto de pouca habilidade, desconhecido de Camões e cuja semente não consta andar espalhada pela *Nova Floresta* ou pelos livros de Vieira.

Com o tempo e a decisão da maioria vencem-se repugnâncias linguísticas as mais justas. Se *proposital* e *propositado* não morrerem ambos, não será de admirar que venha a prevalecer justamente o termo menos recomendável ou menos recomendado agora. Quem é que, depois de

tantos anos de *anexação*, se lembra hoje de protestar contra este malculhado neologismo, quando por outra parte dizemos *conexão*, e podíamos reclamar se restituísse *anexão*, tirado diretamente do latim?

Termos creados de pouco e termos malformados, afrontando a boa usança, ocorrem em todas as línguas. Aristóteles precisou de palavras curtas que exprimissem “natureza”, “grandeza” de um modo bem abstrato. Achou à mão na língua grega os interrogativos *poió* e *pósos*, que queriam dizer “de que espécie?” e “de que tamanho?” Não teve dúvida em formar os derivados *poiótes* e *posótes*, que são como se em português creássemos estes dois monstros de substantivos *de-que-especificidade* e *de-que-tamanhidade*. Podemos imaginar como isto foi recebido por qualquer purista grego do seu tempo. Não obstante, os termos fizeram carreira e incorporaram-se finalmente à linguagem técnica dos filósofos gregos. Duzentos anos depois, Cícero, interpretando estas ideias aos seus conterrâneos, imitou a audácia de Aristóteles, e aventurou *qualitas*, de *qualis*, palavra latina de significação equivalente a *poiótes* e formação similar. Mais tarde ainda, *quantitas*, de *quantus*, foi manufacturado como tradução de *posótes*.

E os dois termos gregos, fabricados para preencher uma lacuna filosófica, tomando as formas de *quantidade* e *qualidade*, tornaram-se a posse comum de todo lojista e tendeiro<sup>74</sup>.

Prende a atenção dos que zelam a suposta pureza de uma língua somente a candidatura atual de vocábulos e expressões novéis. Quanto ao que passou em tempos idos, é de regra aquilatar por muito bom tudo ou quase tudo quanto venha registrado em autores modelares. O que o uso não mais tolera, desconta-se. Mas, segundo acabamos de ver, já vem de longe o fabricarem-se dicções com predicados pouco recomendáveis para serem aceitas. E se pudéssemos legislar para aquela

---

74  Esta informação sobre a origem dos vocábulos *qualidade* e *quantidade* transcrevo-a do livro de Greenough e Kittredge, *Words and their Ways in English Speech*, Londres 1902.

linguagem portuguesa hoje tida por veneranda, se as bem-intencionadas diligências dos puristas tivessem efeito retroativo, mais de uma vez haviam de tremer os ossos de quinhentistas e seiscentistas. *Chatim*, significando mercador subtil, e talvez pouco liso, e seu derivado *chatinar* eram neologismos no começo do século XVI, segundo no-lo atesta o testemunho de João de Barros: “Dizem por elle he hum chatim e por mercadejar chatinar, vocabulos entre nós já mui recebidos (Dec. I, 9, 3). *Bombarda*, em lugar do antigo *trom*, é classificado por Fernão d’Oliveira entre as dicções novas. Todos os cronistas daquele século usaram o termo inúmeras vezes. Já em Vieira encontramos, em lugar desse vocábulo, não uma palavra procedendo diretamente do francês, como alguns pretendem, mas o hispanismo *canhão*<sup>75</sup>. Curiosa é a admissão do termo *retaguarda*. Não vem logo do latim, segundo lexicógrafos assentam. Nem há lei fonética que transforme *retro-* em *reta-*. Contemos a história como se passou. Até o ano de 1367 os portugueses ordenavam as suas batalhas, isto é, dispunham as suas forças de combate em dianteira, catua e costaneiras. Porém em tempo d’el-rei D. Fernando vieram os ingleses para ajudá-lo na guerra contra D. Henrique de Castela. Trouxeram eles os vocábulos *vanguard*, *rear-guard* e *ele*, que por sua vez haviam recebido do francês *avant-garde*, *reregarde* (mais tarde *arrière-garde*) e *ele* ou *aile*. Os portugueses adotaram os termos, acomodaram-nos à sua língua: *vanguarda*, *reguarda* e *alas*, e os antigos vocábulos caíram em desuso. A inovação *reguarda* incorpora-se à linguagem e os cronistas do século seguinte empregam o vocábulo a cada passo. Mais tarde, e em Vieira assim o lemos, surge a corrupção *retaguarda*, que não é fácil de explicar. Se houve intuito – e este só poderia partir dos eruditos – de aproximar o vocábulo do étimo latino, por que não se disse *retroguarda*?

---

75  Data efetivamente do século XVII o uso do termo *canhão* no sentido geral que hoje lhe conhecemos. Até então o vocábulo tinha sentido restrito, aplicando-se a uma peça de artilharia diferente de *berço*, *falcão*, *basilisco*, etc.

*Infantaria* é estrangeirismo admitido em português no século XVII, assim como *infantes* significando peões, homens de pé. Não prosperaram os infantes desta espécie, mas a infantaria continua a decidir batalhas. Homens combatentes de pé, como os de cavalo, passaram a não ter nome. É como nos bombardeios, que se fazem sem bombardas. *Cavalaria* na Idade Média aplicava-se à nobreza; hoje é uma das três armas de combate, e *cavaleiro* é todo e qualquer indivíduo que ande a cavalo.

*Bulcão* é termo que se desconhecia em língua portuguesa. Castanheda e João de Barros, a propósito da viagem de Pedro Alvares Cabral, explicam-nos a novidade. Partindo, diz o autor das *Décadas*, “do porto seguro daquela Provincia Sancta Cruz, sendo elle na grande travessa que he entre aquella terra de Sancta Cruz ao Cabo de Boa Esperança... armou-se contra o Norte hum negrume no ar, a que os marinheiros de Guiné chamão bulcão, com o qual acalmou o vento, como que aquella negrume o sorvera todo em si para depois lançar o folego mais furioso. A qual cousa logo se viu, rompendo em hum instante tão furiosamente, que sem dar tempo a que se mareassem as velas, soçobrou quatro”.

Provam estes exemplos que as inovações no léxico se adotam não somente em nossos dias, mas em todas as épocas. Seria um bom serviço prestado às letras a organização de um dicionário da língua portuguesa, em que junto a cada vocábulo se indicasse a data, ainda que aproximada, de sua admissão na linguagem literária, assim como a época em que outros deixaram de ser usados. Com estes elementos teríamos do nosso tesouro ideia mais correta do que presumem dar-nos os incensadores do “antigo e bom uso”. Veríamos também que alguns autores, celebrizados pela riqueza do seu vocabulário e por isso tidos por mestres e chamados clássicos, não hauriram sempre na mina pré-existente, mas tiveram ainda o talento de enriquecer a língua com vocábulos de própria lavra.

Completar-se-ia este trabalho lexicográfico, indicando, por ordem cronológica, as mudanças semânticas que o tempo trouxe a vários ter-

mos, a substituição que o uso tem feito de umas expressões por outras, a extensão ou restrição do sentido, a melhoria ou degradação, a influência das metáforas e metonímias.

É este um aspecto interessante do estudo das palavras, que nos permite apreciar de modo mais positivo o progresso da língua e os limites que naturalmente se impõem ao louvável desejo de imitar os modelos literários.

O termo *moléstia*, por exemplo, não tem hoje o sentido que lhe davam os seiscentistas. Naquele tempo era cousa diferente de enfermidade, doença. Filiava-se ao objetivo *molesto* e exprimia a fadiga, incômodo ou tormento proveniente de doença ou outra causa. Segundo o padre Vieira: “para subir a hum monte he com tanta diffículdade e *molestia* que a propria respiração se cança.” E falando dos seus achaques: “Outros dois [medicos] que aqui vêm asseguram que não he *doença de perigo*, posto que seja de *molestia* e me promettem que antes do fim do mez poderei ir buscar a convalescença a Villa Franca”. Se isto se passasse no século anterior, estes senhores médicos se chamariam *físicos*.

Todo o mundo sabe o que tem a fazer o indivíduo que quiser afogar a si ou a outrem: procurar um rio, o mar, uma banheira grande ou uma caldeira com bastante água ou outro líquido. O que porém poucos saberão é que até o tempo do nosso Vieira também se afogavam os homens em seco. Judas afogou-se com um laço, e todos quantos iam à força morriam afogados. O termo tinha a acepção geral de asfixiar. Só depois de entrar em uso o vocábulo *sufocar* é que *afogar* ficou aliviado de tão altos encargos.

*Candidato*, tão interessante pelo que significava entre os romanos, foi usurpado modernamente ou à língua deles ou, o que é mais provável, aos franceses. Vieira dizia *pretendentes*, *pretensores* e *opositores*.

Entre os quinhentistas empregava-se o termo *viração* como oposto a vento terreno. Era somente o vento que a certa hora da manhã virava, soprando do mar para a terra. Os seiscentistas perderam esta noção e

começaram a aplicar a palavra ao vento brando em geral. *Ribeira* usava-se na acepção de praia e margem; “[terra] tão alagadiça e cuberta de arvoredo, que quasi com esta espessura queria fechar com a *ribeira do mar*” (Barros, Dec. 2, 6, I); “quero passar hum rio caudaloso de *ribeira a ribeira*” (Bernardes, Nova Flor. I, 310). E o mais curioso é que já no século XV esta acepção corre pontas com a de rio. Assim Fernão Lopes: “E dali moveu outro dia, passando a *ribeira* de Riovão, um rio que nasce nas Esturias... e pela *ribeira* daquele rio acima vão muitas aldeias até Valença de D. João”.

Quando Vasco da Gama foi a descobrir o caminho da Índia, pouparam-no os traiçoeiros bulhões, e das cousas que trazia pôde mandar de presente a el-rey de Melinde três bacias *d’arame*. E chegando ao termo da viagem, levou-o o catual a um pagode dos seus ídolos, onde viu diante da porta principal “hu padrão *d’arame* d’altura dũ masto de nao e no capitel hũa grande ave do mesmo *arame* que parecia galo”. As bacias não vasavam, e o padrão e mais a ave eram compactos e impenetráveis, como soem ser monumentos desse gênero. Castanheda, que nos relata a história, poderia dizer *arame* ou *latão*; mas não conhecia ainda o termo hoje usado para designar a liga do cobre com o estanho. Conheceu-o o padre Vieira, o qual, descrevendo a armadura do gigante filisteu, nos informa que o capacete era de *bronze*, a tecedura da saia de malha de *bronze*, o escudo de *bronze*, o demais até os pés lâminas de *bronze*.

Como umas expressões desaparecem cedendo o lugar a outras, que conquistam o favor do povo que fala a mesma língua, podemos ver em *jus* ou *ajuso*, *afundo*, *emfundo*, *abaixo*, *embaixo*. Do primeiro termo possuímos hoje como única relíquia o derivado *jusante*, sinônimo de baixa-mar. Porém nas mais antigas leis de Portugal se diz: “de dez maravydis a *jus* [isto é, abaixo] dem meyo maravydi”. Aparece já então, ainda que poucas vezes, o seu futuro sucessor: “Paguem os direitos reaes... como *em fundo* [isto é, embaixo] som scritos” (Foros de Beja). No século XV é esta a dicção corrente, e como hoje se desco-

nhece o emprego dela no sentido do advérbio-preposição *embaixo*, *abaixo*, sucederá às vezes aos que compulsam a crônica de D. João I perceberem cousa diversa do que diz o seu autor: “nom era bem de os sinaes de Portugall andarem assim em *fundo*”; “sahiu Nuno Allvarez a folgar pela praya *afundo*.” Na mesma era ocorre mui raro, como que timidamente, *embaixo*, apesar de serem então usuais *baixo*, como adjetivo e como substantivo, e o verbo *abaixar*. No século XVI estes novos modos de indicar a relação de inferioridade se generalizam definitivamente e a língua de Fernão Lopes é considerada arcaica.

Frequentemente a inovação que dá a um termo ou expressão antiga sentido diverso do que a princípio se lhe atribuiu é o resultado de uma metáfora, sobretudo da chamada metáfora morta. *Bocado* significava o ato de abocar, abocanhar, apanhar com a boca: “engole tudo de hum *bocado*” (Vieira, Serm. 2, 335); “o tubarão... o hade engulir de hum *bocado*” (ib. 2, 329). Passou a exprimir a porção de alimento ou de outra cousa. Daí tornou-se sinônimo de “pouco” em geral: “chegou há um *bocado*”, isto é, “há pouco tempo”, “há poucos instantes”.

Este termo *bocado* denuncia, pelo radical, prontamente a sua origem. Já de *à toa* está tão esquecida a primitiva significação, que os mesmos etimólogos se veem forçados a filiar a locução ao substantivo “tona”. Ora a origem é mais simples. Trata-se de um termo de navegação. *Toa* era o nome de um cabo com que se rebocavam os barcos que perdiam o governo próprio. *Ir à toa* era ir à mercê desse cabo, sem atividade própria. Usou-se depois por metáfora. Assim Bernardes (Nova Fl. I, 404): “lançando-lhe [o nadador à mulher] pois a mão aos cabellos, a foy levado *á toa* para terra”. Trouxeram-nos o termo os marítimos; o povo, no continente, afeito em geral a outra ocupação, perdeu o sentido técnico de *à toa*, mas continuou a aplicar a locução, extensiva e abusivamente, como equivalente de “sem governo próprio”, “sem intenção”, “sem causa”, “ao acaso”, “sem reflexão”. Ninguém mais sabe que isto foi a princípio linguagem figurada. A metáfora está morta.

Os quinhentistas não diriam, como hoje, “a planta nasce à toa”, e sim “nasce por si”; em lugar de “falar à toa”, empregariam “falar sem efeito ou desassissadamente”.

Poderíamos multiplicar os exemplos indefinidamente, mas creio ter mostrado o suficiente para se formar ideia da evolução da língua portuguesa, quer quanto ao uso de vocábulos novos, e abandono e esquecimento de expressões antigas, quer quanto a alterações semânticas de que são susceptíveis.

E se se encara o nosso idioma sob o aspecto gramatical, ainda aí se verifica que ele sofre mudanças graduais a despeito de doutrinas reacionárias e diligências retardadoras. Certas regras formuladas por Fernão d’Oliveira e João de Barros já há muito que não se aplicam. Diversas formas verbais foram alteradas; alguns nomes mudaram de gênero; a formação do plural de hoje difere, por vezes, do plural usado no século XVI. Particípios irregulares, como vemos na frase de Castanheda *ser absoluto pelo vigayro*, e no frequentíssimo *tenho resoluto* de Vieira, e muitos outros, caíram totalmente em desuso. Quanto à sintaxe, tem havido tais modificações, que o próprio Fr. Francisco de S. Luis não teve dúvida em tachar de “defeituosos os nossos bons autores”. A própria colocação pronominal dos quinhentistas e seiscentistas – perdoem-me os que a têm por pedra de toque do falar correto – já aparece um pouco alterada entre os escritores portugueses do século XIX.

Língua viva imutável, língua que, chegada a um tipo de perfeição modelar, cesse de modificar-se e absorver elementos estranhos ao seu passado, é cousa que não há nem nunca houve. A linguagem é a expressão da nossa inteligência. E a inteligência humana não se petrifica; pode volver olhar saudoso para a sabedoria de alguma era remota; porém esta, com todo o seu esplendor, não lhe produz desmaio, nem a paralisa. Se tal calamidade houvesse, o intelecto se atrofiaria e da maior parte das línguas modernas já não restariam mais que ruínas.

Quem faz o estudo histórico de uma língua literária como o português, vê cousa bem diferente. Cotejando por ordem cronológica, e sem preocupação de pureza ou perfeição, os textos mais notáveis desde o período arcaico até o presente, e considerando o idioma de cada época em seu conjunto, a impressão que nos fica é como se tivéssemos diante de nós fotografias de um indivíduo tiradas aos quinze, aos vinte, aos trinta, aos quarenta anos. Comprazemo-nos em confrontar essas figuras tão dissemelhantes, do mesmo personagem. Assim muda de aspecto qualquer língua literária, segundo a fase em que a contemplamos. Sempre a mesma e sempre outra. Há diferença contudo entre a linguagem e o homem: nos últimos retratos deste descobriremos rugas e cãs, ao passo que a decrepitude daquela só a concebe pura fantasia; a vida humana sabemos que tem limites, um número máximo de anos, além do qual não passará; mas para a língua de um povo que vive sem ser absorvido por outro, é impossível imaginar balizas.

A evolução, por felicidade um tanto lenta, permite formularem-se as regras da elocução correta e do uso que prevalece entre a gente educada durante um espaço de tempo mais ou menos longo. Escritores que se prezam não afrontam esse uso; não se animam a buscar, na variabilidade da linguagem, salvo-conduto para se exprimirem ao som de caprichos pessoais. Curvam-se, como convém, ante a prática geral dos seus contemporâneos, ao menos em tudo quanto se houver conservado fiel à tradição. Têm por dever resistir à tentação de adotar dizeres novos ou estrangeiros de que outros se sirvam só para condescender com a moda, quando é certo subsistir para todo o mundo a consciência de expressões vernáculas de sentido perfeitamente idêntico. Não descerão tampouco a utilizar-se de termos e frases plebeias que não são recebidas em boa sociedade, e evitarão, se preferirem ser entendidos a ser admirados, o emprego de arcaísmos e o acúmulo de vocábulos cujo sentido, por ocorrerem raramente, seja inteligível à maioria dos leitores.

Para escrever corretamente e com elegância é preciso, além do mais, possuir o sentimento da língua e talento. A leitura, meditada e assídua, de obras modelares contribuirá para formar o hábito da expressão polida e educará o estilo.

O purismo encara a questão de outro modo. Não pesa devidamente os resultados do progresso e, infenso, por princípio, a inovações, procura, na suposta pureza do português de outros tempos, valores que as desalojem e substituam. Mas a lista das inovações e termos de procedência estrangeira que circulam incontestados, designando conceitos novos, é extraordinariamente longa; e o purismo entretanto, contra sua própria doutrina, é indulgente com essa produção, a seu ver parasitária, porque sabe quanto seria anacrônico ir buscar equivalências em ouro puro no gabado tesouro antigo.

Recomenda a escola reacionária aos que pretendem exprimir-se bem a lição e estudo aturado dos clássicos portugueses. Acrescenta todavia por cautela a deliciosa e razoável advertência que nem tudo quanto está nos clássicos é para se imitar. Singular modo de instruir: vem o estudioso qual aprendiz bisonho e já se lhe atribui discernimento para separar do trigo o joio. Não há, excetuando os *Lusíadas*, e as obras de Sá de Miranda publicadas pela eminente investigadora Carolina de Michaëlis, edições críticas das obras cujo estudo se recomenda; não se publicaram trabalhos sobre aquilo em que a lição dos mesmos três desaproveita; e se alguém, sem tais subsídios, descobrir todas as falhas na linguagem de um escritor, é porque já de antemão conhece bem o idioma. Verdade é que muitos se contentam com a colheita de termos antiquados, retumbantes e pouco usados, cultivando assim mais o pedantismo do que a arte de bem exprimir-se.

Também não se apurou ainda o que se deva entender pelo termo “clássico”. A julgar pela aplicação habitual, parece que se visa tão-somente a feição linguística das obras publicadas desde o século XVI, mas não se marca o limite terminal desse período. Daí a noção confusa

de que há de ser clássica a linguagem antiga de todos os nossos antepassados desde aquele tempo, linguagem de portugueses mortos, e que já não vem tão espontânea aos vivos do século atual. Dos escritores falecidos nestes últimos cinquenta anos, raríssimos – creio que não chega a meia dúzia – conseguiram ainda em vida ser contemplados entre os clássicos, uns pela linguagem notoriamente conservadora, outros por exibirem grande soma de expressões fora do comum e aparentemente antigas ou tomadas ao falar do povo de Portugal, que é tido como repositório fidedigno de velharias.

Apesar dessas considerações, o observador desprevenido não percebe como pôde haver menos escrúpulo quanto à seleção de escritores mais remotos e, por outra parte, como vieram figurar na mesma categoria Vieira e Camilo Castelo Branco, Camões e Filinto Elysio. Seria mais conveniente talvez reservar a denominação rigorosa de clássicos para os escritores de mentalidade possante que Portugal teve no século XVI e ainda no século XVII, representantes da sua renascença literária e fundadores da moderna linguagem culta. A este período esplêndido sucedeu outro, tristemente notável pela vazante intelectual, em que os escritores supriam a falta de ideias com palavras sonoras e estilo decorativo. Era o gosto barroco que se seguia ao da renascença. Poderíamos qualificá-los de pós-clássicos. E seriam neoclássicos aqueles autores de valia mais modernos que de novo se aproximam da língua e estilo de renascença.

Quanto ao primeiro destes três períodos, cumpre acautelar-nos contra a supersticiosa veneração dos mortos que não distingue entre vultos de primeira grandeza e autores de qualidade inferior. A mediocridade, como a erva má, vegeta em todos os tempos, e ao bom senso não basta o volver dos séculos para fazer a apoteose de medíocres. Importa também notar que, já na fase da decadência clássica, vemos ainda sobressair uma ou outra figura grandiosa de antiga têmpera, como promontórios avançados em lagoa de estagnação geral.

Ao período áureo da pureza clássica não sucederia tão cedo o da corrupção da arte de bem dizer – assim explicavam críticos do século XVIII – se os literatos não se descuidassem de praticar os primores da língua e não caíssem no erro de lerem livros estrangeiros, especialmente franceses. Esqueciam-se os censores de que João de Barros no gênero histórico e Vieira no gênero oratório, ainda sem modelos anteriores em português clássico, se haviam elevado à altura de artistas da palavra e mestres da língua.

Os críticos não contavam com o talento e o gosto da época como fatores essenciais. E quanto às obras literárias em francês ou outro idioma, o seu estudo devia influir – isso vemos hoje – não para extinguir, mas para avivar as centelhas da aptidão inata. Porém aos epígonos impõe a sorte que produzam escritos de segunda ordem e sem cunho pessoal, quer se sustentem com primores estrangeiros, quer com os que lhes fornece a pátria. Um indivíduo pode ler continuamente obras em francês, grego ou russo, e exprimir-se em sua própria língua como a média dos seus naturais. Filinto Elísio viveu longos anos em Paris, leu muitos livros franceses, traduziu vários e contudo ninguém mais do que ele combateu o emprego de galicismos, que entravam facilmente em Portugal. Com todos os seus feitos, reais e supostos, foi mais lusitano em Paris que muito português daquele tempo em sua terra.

O que a princípio se chamou linguagem clássica abrangia uma complexidade de conceitos. Não se definiu o termo, mas entre os dotes que elevaram Barros, Camões e Vieira muito acima do vulgar, estão sem dúvida a clareza da linguagem, a nobreza da expressão, o emprego de vocábulos apropriados e de sentido acessível, e o sentimento de ordem harmonia e proporção. Os clássicos dizem muito com poucas palavras; ao passo que outros precisam de um exército de palavras para abrir caminho a um minguado número de ideias.

A pureza da linguagem teve a princípio por objeto evitar barbarismos, solecismos, arcaísmos, plebeísmos, assim como a adoção daqueles

termos novos ou estranhos que fossem absolutamente desnecessários. Introduziam-se termos *propter egestatem linguae et rerum novitatem*; e os que se adotavam por dar um tom elevado à linguagem ou com o só intuito decorativo, eram em todo o caso distribuídos habilmente pelo discurso, de modo a não fatigar a atenção do leitor nem desviá-lo do assunto principal. Por essa disposição e pelo contexto percebia-se em geral sem dificuldade o sentido dessas expressões novas.

Veio porém no século XVIII a campanha exagerada contra o que o idioma vinha recebendo da civilização de França. Desorientaram-se então os críticos sobre a noção de classicismo e deram ao vocábulo “pureza” a estreita e absurda acepção de linguagem que se contenta e satisfaz, durante trezentos ou quatrocentos anos consecutivos, com elementos domésticos e vocabulário recebido dos escritores da renascença. Deu-se assalto a uns poucos de galicismos grosseiros; mas ao mesmo tempo outros muitos, bem necessários, penetravam subrepticamente na língua portuguesa. Cuidou-se poder dispensar novidades francesas; mas ressuscitavam-se arcaísmos, davam-se foros de nobreza a termos vulgares e plebeus e, pior do que tudo, fabricava-se, desmentindo portanto a noção de pureza, quantidade de compostos latino-portugueses, desnecessários, ininteligíveis e contrários à índole da língua. Abastecia-se o idioma à força. Era assim que se provava a pureza e a riqueza. Nem por isso vieram mais abundantes as ideias e mais puras, nem se fez mais enérgica a frase, nem o estilo mais elegante. Mas a língua portuguesa, apesar das extravagâncias e caprichos de alguns, e das torturas que padeceu, continuou lentamente a progredir como dantes.





